



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE ECONOMIA - PIMES

Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa

**A POBREZA ESTRUTURAL DO NORDESTE METROPOLITANO: UMA ANÁLISE
MULTIDIMENSIONAL DAS SUAS CARACTERÍSTICAS**

RECIFE

2013

Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa

**A POBREZA ESTRUTURAL DO NORDESTE METROPOLITANO: UMA ANÁLISE
MULTIDIMENSIONAL DAS SUAS CARACTERÍSTICAS**

Tese apresentada como requisito final para a obtenção do título de Doutora em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador: Prof. PhD. João Policarpo R. de Lima

Co-orientador: Prof. Dr. Luis Henrique Romani de Campos

RECIFE

2013

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

C824p Corrêa, Lucilena Ferraz Castanheira
A pobreza estrutural do nordeste metropolitano: uma análise multidimensional das suas características / Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa. - Recife : O Autor, 2013.
195 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Prof. PhD. João Policarpo Rodrigues de Lima e co-orientador Prof. Dr. Luis Henrique Romani de Campos.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Economia, 2013.
Inclui bibliografia.

1. Pobreza. 2. Bem-estar econômico. 3. Aptidão. 4. Inclusão social. 5. Direito à moradia. I. Lima, João Policarpo R. de (Orientador). II. Campos, Luis Henrique Romani de. III. Título.

CDD (22.ed.) 339.46 UFPE (CSA 2013 – 074)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PIMES/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE TESE DO DOUTORADO
EM ECONOMIA DE:

LUCILENA FERRAZ CASTANHEIRA CORRÊA

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera a Candidata Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa **APROVADA**.

Recife, 05/03/2013.

Prof.Dr. João Policarpo Rodrigues Lima
Orientador

Prof.Dr. Adriano Batista Dias
Examinador Interno

Prof.Dr. Tarcísio Patrício de Araújo
Examinador Interno

Prof.Dr. Luís Henrique Romani Campos
Examinador Externo/FUNDAJ

Prof.Dr. Salomão Alencar de Farias
Examinador Externo/UFPE-PROPAD

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus pela certeza da sua presença;

Aos meus familiares por tanto amor e compreensão diante de minha ausência em momentos especiais que surgiram ao longo desse processo de doutoramento, pois todos nutriram o sentimento de respeito por este projeto tão sonhado. Meu muito obrigada com muito AMOR e CARINHO: Joacir, Cláudia e Paulo Victor;

Aos meus irmãos: Paula, Cecília, Marcos e Arlindo e ao meu pai José Castanheira, tias, sobrinhos(as), primos(as) pela força e torcida;

Ao meu orientador, Prof. PhD. João Policarpo Rodrigues de Lima pelas observações e sugestões relevantes feitas durante a orientação deste trabalho;

Ao meu co-orientador Prof. Dr. Luis Henrique Romani de Campos pelo acompanhamento e orientação dada, bem como pela disponibilidade e pela sua amizade generosa que foram imprescindíveis para a construção deste estudo.

Aos queridos mestres que passaram pela minha vida acadêmica: Prof^a. Célia Cavalcanti, Prof. Oswaldo Sarmiento, Prof^a. Ana Petry, Prof. Geraldo Aguiar, Prof^a. Hajnalka H. Gati, Prof. Caitano Cintra, Prof. Marcelo Barros, Prof. Jorge Emílio, entre outros;

Às amigas Isabella Frota, Verônica, Alessandra e Raquel que juntas ao longo dessa caminhada nos apoiamos umas às outras para que esse processo fosse transcrito da maneira mais harmoniosa possível;

Aos meus queridos amigos: Socorro, Mabel, Ana Paula Lepold, Fátima, Cris, Adriane Cirelli, Adriana Caciquinho, Márcio Micelli, Cássio da Nóbrega, Mario dos Anjos, Antonio, Myrna, Iris, Filipe Costa, Guilherme Martins e a todos que, de alguma forma, torceram por mais essa realização, meu muito obrigada;

A minha mãe Claudina Ferraz (*in memoriam*) e Dona Maria (*in memoriam*) obrigada pelo amor que marcou minha vida.

RESUMO

A pobreza se desenvolve por meio da construção e consolidação de estruturas e processos que lhe atribuem forma concreta de estágio de privação tanto social como econômica para uma parcela da sociedade. Na prática, os estudos empíricos têm início a partir da delimitação de uma linha que define uma escala de valorização, ou seja, nesse momento a pobreza é determinada sob a ótica “insuficiência de renda”. A lógica que se verifica é que a pobreza vai além da insuficiência de recursos monetários e que a problemática desse estágio de privação é constituída pela agregação de vários fatores sociais. Para isso, utiliza-se, como instrumento analítico, o método de Modelagem de Equações Estruturais (MEE), pois a sua grande contribuição está na abordagem da pobreza como uma forma inter-relacional com variáveis sociais e não somente com uma variável (renda). O estudo utiliza microdados da Pesquisa de Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2009, centrando nas Regiões Metropolitanas do Nordeste: Fortaleza; Recife e Salvador. Nelas, definem-se as quatro dimensões da pobreza: capacidade, bem-estar econômico, inclusão econômica e inclusão por meio das condições de moradia em que será efetuada análise, utilizando como instrumento a relação entre as variáveis observadas e suas respectivas dimensões e, no segundo momento, essas dimensões passam a ser as variáveis medidoras para identificar qual delas possui maior relação com o construto superior. Nesse sentido, a redução da pobreza – construto superior - consegue captar o forte grau de correlação dos construtos bem-estar econômico, capacidade, inclusão econômica e inclusão para condições de moradia o que vem corroborar a existência multidimensional das características dessa realidade de carência e privação.

PALAVRAS-CHAVE: Pobreza. Bem-estar econômico. Capacidade. Inclusão econômica. Inclusão por meio das condições de moradia.

ABSTRACT

Poverty grows through the construction and consolidation of structures and processes that give it a concrete stage of both social and economic deprivation for a portion of society. In practice, empirical studies have started from a line of demarcation that defines a range of valuation, poverty is now determined from the viewpoint "insufficient income". The logic that exists is that poverty goes beyond the insufficient monetary resources and the problems of this deprivation stage is consisted by aggregating multiple social factors. For that, we use as an analytical tool, the method of Structural Equation Modeling (SEM), for its great contribution in addressing poverty as a interrelacional way with social variables, not only with one variable (income). The study uses microdata from the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) of 2009 focusing in the metropolitan areas of the Northeast: Fortaleza, Recife and Salvador, where sets up the four dimensions of poverty: capability, economic welfare, economic inclusion and inclusion through housing conditions where analysis is performed using as an instrument the relationship between the observed variables and their dimensions, and in the second moment, these dimensions are now measuring the variables to identify which of them has more to do with the construct higher. In this sense, poverty reduction captures the strong degree of correlation of ability construct: economic welfare; capability, economic inclusion and housing conditions for inclusion with the other factors, which corroborates the multidimensional existence of deprivation reality.

KEYWORDS: Poverty. Economic welfare. Capacibility. Economic inclusion. Inclusion through housing conditions.

LISTA DE TABELAS

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1.1-Brasil: Variação de Indicadores Econômicos (2001 – 2009) (%) | 19 |
| Tabela 1.2-Brasil: Evolução da População Urbana 1940-2010 (%) | 22 |
| Tabela 1.3-Brasil: Porcentagem de Pobres nas Grandes Regiões 2001-2009 | 24 |
| Tabela 2.1-Brasil: Renda mensal domiciliar <i>per capita</i> (R\$) Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas (1992-2009) | 33 |
| Tabela 2.2-Brasil – Porcentagem (%) de Pobres segundo Regiões Metropolitanas (1992-2009) | 34 |
| Tabela 2.3-Brasil – Índice de Gini segundo Regiões Metropolitanas (1992-2009) | 36 |
| Tabela 2.4-Brasil – IDH segundo Regiões Metropolitanas (1991 e 2000) | 37 |
| Tabela 2.5-Brasil: População Residente nas Regiões Metropolitanas do Nordeste segundo Censo 2010 | 44 |
| Tabela 2.6-Brasil: Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Interno Bruto per capita das Regiões Metropolitanas do Nordeste em 2009 | 44 |
| Tabela 2.7-Brasil: Características do chefe do domicílio pobres nas Regiões Metropolitanas do Brasil em 2009 | 47 |
| Tabela 2.8-Brasil: Características do mercado de trabalho do chefe do domicílio pobre nas Regiões Metropolitanas do Brasil em 2009 | 49 |
| Tabela 2.9-Brasil: Condições da Moradia do chefe do domicílio pobre nas Regiões Metropolitanas do Brasil em 2009 | 51 |
| Tabela 2.10-Brasil: Situação de segurança alimentar dos domicílios pobres situados nas Regiões Metropolitanas do Brasil, 2009 | 54 |
| Tabela 2.11-Brasil: Características do chefe do domicílio nas Regiões Metropolitanas do Brasil em 2009 | 56 |
| Tabela 2.12-Brasil: Características do mercado de trabalho do chefe do domicílio nas Regiões Metropolitanas do Brasil em 2009 | 58 |
| Tabela 2.13-Brasil: Condições da moradia do chefe do domicílio nas Regiões Metropolitanas do Brasil em 2009 | 60 |
| Tabela 2.14-Brasil: Situação de segurança alimentar dos domicílios situados nas Regiões Metropolitanas do Brasil, 2009 | 62 |
| Tabela 3.1-Brasil: Valores das Linhas de Pobreza Extrema e Pobreza | 69 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Tabela 3.2-Brasil: Volume de operações de crédito para pessoa física segundo classificação 2000 a 2011 (R\$ bilhões) | 73 |
| Tabela 3.3-Brasil: Distribuição da Escolaridade de Homens Condicional à Escolaridade de seus Pais - 1996 (%) | 85 |
| Tabela 3.4-Brasil: Renda domiciliar <i>per capita</i> , composição e taxa de dependência | 93 |
| Tabela 5.1-Resultado dos Métodos de Ajuste para a RMF segundo AFC de Primeira Ordem | 148 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Quadro 3.1-Brasil: Histórico do Comportamento das Doenças Infecciosas nos Anos Recentes | 96 |
| Quadro 3.2-Os vetores da pobreza segundo vários autores | 101 |
| Quadro 4.1-Características do Modelo de Mensuração: Modelo Reflexivo x Modelo Formativo | 110 |
| Quadro 4.2-Valores de Referência para a validação do ajustamento da MEE | 127 |
| Quadro 4.3-Variáveis latentes e observáveis utilizadas no Modelo de Análise Confirmatória (AFC) | 140 |
| Quadro 4.4-Referências Bibliográficas que ressaltam as relações entre as variáveis latentes e as variáveis observadas | 143 |
| Quadro 6.1-Índices de Ajuste para os Modelos Propostos, segundo Regiões Metropolitanas | 165 |
| Quadro 6.2- Cargas fatoriais das variáveis observadas em suas variáveis latentes no modelo de primeira ordem | 167 |
| Quadro 6.3-Correlação entre fatores latentes no modelo de primeira ordem | 169 |
| Quadro 6.4-Correlação do construto de segunda ordem com os construtos do modelo de primeira ordem | 169 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Figura 4.1-Diagrama de Caminho da Relação entre Construto | 107 |
| Figura 4.2-Diagrama de Caminho de Modelagem de Equações Estruturais (MEE) | 108 |
| Figura 4.3-Uma variável contínua subjacente a uma variável ordinal com quatro categorias | 113 |
| Figura 4.4-Submodelos da MEE: Modelo de Medida e Modelo Estrutural | 116 |
| Figura 4.5-Diagrama de Caminho de um Modelo de Análise Fatorial | 118 |
| Figura 4.6-Diagrama de Caminho de um Modelo de Análise Fatorial de Segunda Ordem do Modelo Proposto | 133 |
| Figura 5.1-Diagrama de Caminho do Modelo de Análise Fatorial (AFC) de Segunda Ordem | 146 |
| Figura 5.2-Modelo de Análise Fatorial de Primeira Ordem para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) | 149 |
| Figura 5.3-Modelo de Análise Fatorial de Segunda Ordem para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) | 153 |
| Figura 5.4-Modelo de Análise Fatorial de Primeira Ordem para a Região Metropolitana de Recife (RMR) | 155 |
| Figura 5.5-Modelo de Análise Fatorial de Segunda Ordem para a Região Metropolitana do Recife (RMR) | 159 |
| Figura 5.6-Modelo de Análise Fatorial de Primeira Ordem para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) | 160 |
| Figura 5.7-Modelo de Análise Fatorial de Segunda Ordem para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) | 163 |

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 1.1 Justificativa | 25 |
| 1.2 Objetivo Geral..... | 29 |
| 1.3 Objetivos Específicos..... | 29 |
| 1.4 Estrutura do Trabalho | 30 |
| | |
| 2 BREVE ANÁLISE DE QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL METROPOLITANO..... | 32 |
| 2.1 Introdução | 32 |
| 2.2 Desigualdade inter-regional nas metrópoles brasileiras | 33 |
| 2.3 Características geográfica, populacional e econômica das Regiões Metropolitanas do Nordeste brasileiro: RMF; RMR e RMS | 37 |
| 2.4 Brasil Metropolitano: dados socioeconômicos concernentes a chefes de domicílio | 45 |
| 2.4.1 Brasil Metropolitano: características socioeconômicas de chefes de domicílios pobres | 46 |
| 2.4.2 Brasil Metropolitano: características socioeconômicas de chefes de domicílios | 55 |
| | |
| 3 POBREZA E INCLUSÃO SOCIAL: BREVE DISCUSSÃO SOBRE A DIMENSÃO QUALITATIVA DESSES FENÔMENOS..... | 64 |
| 3.1 Revisão Geral | 64 |
| 3.2 Bem-estar econômico: a pobreza como privação econômica | 65 |
| 3.2.1 Renda | 65 |
| 3.2.2 Consumo e o acesso ao crédito como uma perspectiva sobre a “Financeirização da Pobreza” | 71 |
| 3.3 Capacidade: a pobreza como reflexo de déficit de liberdade | 76 |
| 3.3.1 Saúde | 77 |
| 3.3.2 Educação | 82 |
| 3.4 Inclusão Social: sob a perspectiva de oportunidades e direitos sociais e civis | 88 |
| 3.4.1 Inclusão econômica através do mercado de trabalho..... | 90 |
| 3.4.2 Inclusão econômica por meio das condições de moradia | 94 |
| 3.4.3 Inclusão econômica através da segurança e justiça | 98 |
| | |
| 4 MODELAGEM UTILIZADA NESTE ESTUDO | 103 |
| 4.1 Revisão Geral | 103 |
| 4.2 Modelagem de Equações Estruturais (MEE)..... | 105 |
| 4.2.1 Desenvolvendo um modelo teórico | 106 |
| 4.2.2 Diagrama de Caminho para representar graficamente as relações causais..... | 107 |
| 4.2.3 Especificando o modelo de mensuração e o modelo estrutural por meio da conversão do Diagrama de Caminho | 107 |
| 4.2.3.1 A MEE e as variáveis observadas categóricas (dicotômicas, politômicas..... | 111 |
| 4.2.3.2 Análise Fatorial Confirmatória (AFC)..... | 115 |
| 4.2.4 Seleção do tipo de matriz de entrada e estimação do modelo proposto..... | 120 |
| 4.2.5 Avaliação da identidade do Modelo de Equações Estruturais (MEE)..... | 121 |
| 4.2.6 Avaliação dos critérios de ajuste..... | 122 |
| 4.2.7 Interpretação do Modelo de Equações Estruturais..... | 127 |
| 4.3 Limitações da técnica da Modelagem de Equações Estruturais (MEE)..... | 128 |

| | |
|---------------------------------------------------------------------|------------|
| 4.4 Dados do Modelo Empírico..... | 130 |
| 4.4.1 Fonte de dados | 130 |
| 4.4.2 Operacionalização das características multidimensionais | 131 |
| 4.4.3 Variáveis do estudo..... | 137 |
| 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS | 145 |
| 5.1 Introdução | 145 |
| 5.2 Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)..... | 148 |
| 5.3 Região Metropolitana do Recife (RMR)..... | 154 |
| 5.4 Região Metropolitana de Salvador (RMS) | 159 |
| 6 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS | 165 |
| REFERÊNCIAS | 171 |

1 INTRODUÇÃO

A pobreza se desenvolve por meio da construção e consolidação de estruturas e processos que lhe atribuem forma concreta de estágio de privação tanto social como econômica para uma parcela da sociedade. No Brasil, essa realidade está atrelada a uma herança de injustiça social que vem desde sua colonização, eclodindo num cenário de grandes desigualdades, permanecendo um desafio histórico a ser enfrentado.

Por longo tempo, grupos mais vulneráveis da sociedade brasileira se viram excluídos do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania, podendo ser vistos por meio da ausência na participação de aquisição de recursos materiais disponíveis e do acesso a oportunidades sociais, econômicas, culturais, responsáveis pela integração entre o Estado, o mercado e a sociedade civil (CAVALCANTI; LYRA; AVELINO, 2008, p. 17).

Para que se desenvolvesse um modelo de desenvolvimento capaz de promover maior justiça social, seria necessário que o Estado viesse desenvolver, principalmente a partir do século XX, ações no âmbito de políticas sociais com a finalidade de introduzir parcela significativa da população aos ganhos provenientes do desenvolvimento econômico.

Esse movimento no Brasil começa a partir dos anos 30 e, com o objetivo de amenizar as distorções sociais resultantes dos conflitos redistributivos, surge o **Estado Protetor**, cujo papel desempenhado estava em ser o regulador dessa realidade cristalizada por meio da cidadania e mercado (DEMO, 2002, p. 4). Nesse período, emerge o grande desafio para as políticas públicas: a oportunidade de reduzir o *tradeoff* entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Essa realidade pode vir a ser evidenciada a partir da diferença entre a renda dos mais ricos e dos mais pobres nos anos de 1960 e 1970.

A renda dos 10% mais ricos sobe 66,87% entre os Censos de 1960 e 1970. Se restringirmos a análise apenas aos 5% mais ricos, o aumento foi ainda maior 75,42%. Os 50% mais pobres obtiveram um aumento de 15,26% no mesmo período, ou seja, a renda da metade dos mais pobres cresceu 81,22% menos que a dos 10% mais ricos (NERI, 2011, p. 11).

Assim, esse período é caracterizado pela expansão da economia nacional, não acompanhada de melhoria social, evidenciando a precariedade da relação entre a demanda da sociedade e oferta por parte do Estado.

Fica evidente a necessidade da redução dessa dívida social explicitada, principalmente, pelo aumento da pobreza de parcela significativa da população. No entanto, a mudança desse cenário passa a ser sonhada a partir da redemocratização do país, juntamente

com a Constituição Federal de 1988. Na década de 90, debates sobre a questão do Estado como provedor da equidade por meio da redistribuição de renda através de um modelo de política pública passa a ser defendido como caminho desejável para o enfrentamento do fenômeno da pobreza no país.

Esse problema é levantado como questão primordial nacionalmente, por intermédio do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, em 1991, que apresenta ao Senado Federal o Projeto de Lei nº 80/1991, (Programa de Garantia de Renda Mínima - PGRM), propondo a instituição de um benefício monetário mínimo aos indivíduos que vivem abaixo de um determinado patamar de renda.

Nesse sentido, o fenômeno da pobreza torna-se centro de debate junto a vários setores da sociedade brasileira a partir dos anos de 1990 e assume destaque nos anos 2000. Segundo Salama (2010), a pobreza no Brasil está em trajetória declinante. Essa análise vem ao encontro com dados divulgados pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) que demonstram a extensão da pobreza no país colocando os seguintes dados: em 1992 (45,9%); em 2002 (38,3%); e em 2009 (23,9%)¹.

A percepção inicial da dimensão da pobreza a partir da observação dos números levantados acima, remete a dois momentos diametralmente opostos. Se por um lado é possível verificar como positivo os índices em queda, do outro lado, a mesma medida toma contorno assustador, quando se constata que ainda existem aproximadamente 30 milhões de pessoas pobres no Brasil de acordo com a estimativa populacional divulgada pelo IBGE para o ano de 2010².

Portanto, é de extrema relevância a proposta pela busca de um melhor entendimento da realidade em torno do fenômeno da pobreza e qual melhor método a ser utilizado para identificar a população inserida nesse contexto.

Estudos que centram na natureza do fenômeno da pobreza tentam diferentes abordagens, porém todas elas giram em torno da “insuficiência de renda”, que é colocada como foco central na busca de se avaliar essa situação. Em síntese, são eles:

¹ A porcentagem de pobres se baseia na linha de pobreza em que os valores expressos em R\$ (reais) foram estimados por Sonia Rocha para os anos de 1992-2009, utilizando o INPC para o deflacionamento. Disponível em: <<http://www.iets.org.br>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

² População recenseada e estimada, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais_tab_pdf.shtm>. Acesso em: 14 maio 2012.

- i. pobreza absoluta se refere ao não atendimento nutricional básico de acordo com a quantidade calórica³ necessária para famílias assegurarem sua reprodução física (CODES, 2005, p. 1; KAKWANI, 2001; ROCHA, 1997, 1998, 2001, 2005; BARRO; FERES, 1998; NERI, 2007);
- ii. pobreza relativa entende que o mínimo vital para as necessidades nutricionais já é atendido, e com isso os indivíduos ou famílias em situação de pobreza são aqueles que não satisfazem a “padrões mínimos”, ou seja, leva em consideração os “bens não alimentares” que por muitas vezes estão intrínsecos no comportamento de determinada sociedade (ROCHA, 2005, p. 11; REIS; DALAGAPERIANA, 2009);
- iii. pobreza subjetiva⁴ utiliza um conceito subjetivo para definir a linha de pobreza de uma sociedade. Para isso, as pesquisas utilizam em seus questionários um limitador denominado de renda mínima vital e deseja saber qual seria a renda mínima que as pessoas pesquisadas acham que seria necessário para sair daquele estágio de privação (SOARES, 2009; VAZ; SOARES, 2008; COLASANTO; KAPTYEN; VAN DER GAAG, 1984).

A não satisfação das necessidades mínimas alimentares – pobreza absoluta - se relaciona ao estado mais crítico da pobreza, denominado de pobreza extrema ou indigência. A observação dos padrões mínimos de uma sociedade está relacionada ao comportamento de consumo de determinada cesta de bens que se estende para além das carências nutricionais.

Na prática, os estudos empíricos têm início a partir da delimitação de uma linha que define uma escala de valorização, considerados os preços de itens alimentares básicos e do conjunto de bens de consumo. Disso decorre a necessidade de se estabelecer um valor mínimo para que indivíduos ou famílias em situação de pobreza sejam atendidos em suas necessidades básicas, consideradas suas limitações em termos de renda (ROCHA, 2005).

Porém, a implementação de uma renda mínima levando em consideração somente ausência de determinados nutrientes para sobreviver configura a chamada ideia funcionalista de pobreza, ou seja, encara o problema como aspectos intrínsecos ligados à forma estrutural de uma sociedade⁵. No entanto, são lançadas dúvidas a respeito da eficiência desse tipo de política social quando analisada sob essa ótica:

³ Refere-se à necessidade fisiológica necessária para o funcionamento das necessidades vitais do ser humano.

⁴ Teoria muito difundida em países como a Holanda e os Estados Unidos.

⁵ Segundo Baldijão (1979, p. 49), a visão funcionalista da sociedade considera como se ela funcionasse como um mecanismo de um relógio em que todas as peças têm uma função harmônica. A partir dessa visão, é possível encontrar várias explicações para a existência da fome, seja por meio das variáveis denominadas “fatores

Este tipo de política, não trata o fenômeno da pobreza como uma consequência direta do processo de reprodução social, em que a sociedade, ao possuir como base o acúmulo do capital, oferece em contrapartida a privação social e cultural e empurra para fora aqueles que não são do seu interesse e, ao mesmo tempo, absorve essa mão-de-obra de forma degradada. Estabelece uma relação assistencialista com a população, o que resulta, em certo sentido, em uma interdição da competência criativa dos pobres (MARTINS, 2003, p. 46, apud CAVALCANTI; LYRA; AVELINO, 2008, p. 19).

A concretização desse tipo de programa - com o objetivo de atender a população em situação de pobreza – inicia-se em 1995, quando a Prefeitura da cidade de Campinas-SP institui o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM), com a finalidade de atender às necessidades básicas das famílias em situação de pobreza extrema, estabelecendo uma ajuda financeira de R\$ 35,00 *per capita* na época (FOGAÇA, 1998, p. 6).

Nesse mesmo ano, o Governo do Distrito Federal – Cristovam Buarque - cria o Programa Bolsa Escola visando estimular a educação para crianças e adolescentes até então ausentes das salas de aula. Definiu um apoio monetário de até um salário mínimo para famílias com crianças e adolescentes de até 14 anos que possuíam uma renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo. O objetivo central desse programa era promover a inclusão dessas famílias no desenvolvimento sócio-econômico do país por meio da educação, ou seja, as crianças em idade escolar precisariam apresentar 90% de frequência escolar⁶. O sucesso desse programa pode ser visto por meio do resultado da evasão escolar no Distrito Federal. Enquanto, em 1994, era de aproximadamente 10%, diminuiu para 0,4% em 1997⁷. Cavalcanti; Lyra; Avelino (2008, p. 19) discorrem elogios a respeito do arcabouço desse programa, pois, segundo os autores:

O Bolsa-Escola traduz uma política eficaz de superação da exclusão social e uma alternativa à ausência de direitos à universalização e continuação da educação. No nosso entender, este último ajusta-se mais ao esforço na superação da pobreza estrutural ao monitorar as crianças da Escola Básica.

A partir de 2001, o Programa Bolsa Escola implementado no Distrito Federal, passa a ser modelo de Programa de Transferência de Renda a nível nacional pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso. A partir desse momento, o Sistema Brasileiro de Proteção Social

culturais”, como “tabus alimentares” ou “ignorância” que se constituíram em obstáculos ao consumo adequado de alimentos e seguem paralelamente a outros fatores sociais que explicariam a não inserção das camadas de baixa renda ou os chamados “marginais” nos padrões modernos de urbanização e industrialização. Logo, segundo o autor, o pauperismo e a fome são entendidos como aspectos estruturalmente ligados ao modo de produção capitalista e não como distorções de um sistema supostamente harmonioso.

⁶ Essa seria a condicionalidade para que as famílias beneficiadas pelo Bolsa-Escola pudessem receber os benefícios.

⁷ *Ibidem*, p. 6.

do Governo Fernando Henrique Cardoso passa a ser compostos por vários Programas Sociais de Transferência de Renda (auxílio-gás, bolsa escola, bolsa alimentação e cartão alimentação).

Inicia-se, assim, o processo de descentralização desses Programas, com objetivo de torná-los mais eficientes:

No discurso do Governo Federal, esses programas, sem precedentes em termos de abrangência na Política Social Brasileira, passam a ser considerados eixo central de uma “grande rede nacional de proteção social” implantada no país, sendo estes implementados de modo descentralizado em quase todos os 5.561 municípios⁸ (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2004, p. 92).

Já no ano de 2004, ocorre unificação desses programas sociais por meio da Lei Federal nº 10.836, 9 de janeiro de 2004⁹. Com a unificação, esse tipo de política de transferência de renda passa a ser denominado “Programa Bolsa Família”, com o objetivo centrado na erradicação da pobreza e da pobreza extrema por meio do pagamento de benefícios monetários transferidos mensalmente para famílias¹⁰.

No tocante ao Programa Bolsa Família, é importante salientar que o objetivo não fica restrito, apenas, à ajuda monetária para famílias em situação de pobreza e pobreza extrema. Este tipo de proteção social exige contra partida – condicionalidades – das famílias

⁸ Principais responsabilidades e competências dos municípios: i) identificação e inscrição no Cadastro Único (CadÚnico) das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza; ii) gestão dos benefícios do PBF e Programas Remanescentes; iii) apuração e/ou o encaminhamento de denúncias às instâncias cabíveis; iv) garantia do acesso dos beneficiários do PBF aos serviços de educação e saúde, em articulação com os governos federal e estadual; v) acompanhamento do cumprimento das condicionalidades; vi) acompanhamento das famílias beneficiárias, em especial na atuação em casos de maior vulnerabilidade social; vii) estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não-governamentais, para a oferta de programas complementares aos beneficiários do Programa Bolsa Família; e viii) atualização das informações do CadÚnico, apuradas por meio do percentual de cadastros válidos e do percentual de domicílios atualizados nos últimos dois anos. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programabolsafamilia/estados_e_municipios/responsabilidades-e-competencias>. Acesso em: 14 maio 2012.

⁹ Programa Bolsa Família e Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001, Institui o Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal. Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003 (convertida na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004) cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, regulamenta a Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências sobre o Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal e sua repercussão sobre os benefícios dos programas de transferência de renda do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso: 12/05/2011.

¹⁰ Os benefícios do Bolsa Família atendem a milhares de brasileiros nos quatro cantos do Brasil. O MDS trabalha com quatro tipos de benefícios que variam em valores e também de acordo com a característica da família. Benefício Básico: o valor repassado mensalmente é de R\$ 70 e é pago às famílias com renda mensal de até R\$ 70 per capita, mesmo não tendo crianças, adolescentes ou jovens. Benefício Variável: o valor é de R\$ 32 e é pago às famílias com renda mensal de até R\$ 140 per capita, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 96. Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ): é pago o valor de R\$ 38 a todas as famílias que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois BVJs. Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE): pago às famílias dos Programas Auxílio-Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação, cuja migração para o Bolsa Família cause perdas financeiras. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios/composicao-de-valores>>. Acesso: 23 maio 2011

beneficiadas e o poder público fica responsável em prover a essas famílias acessibilidade a seus direitos básicos nas áreas da: saúde, educação e assistência social¹¹.

Não resta dúvida de que esse tipo de Política Pública de Transferência de Renda levanta questões pertinentes, como por exemplo: será possível realmente reduzir a desigualdade de renda no país de forma consistente e não temporária? Programas desse tipo são suficientes para incluir essas famílias no desenvolvimento socioeconômico do país? Questões desse tipo suscitam visões antagônicas e mostram a necessidade de estudos com a intenção de obter respostas mais convincentes para dimensionar o problema da pobreza.

Uma dessas questões está no combate ao fenômeno da pobreza atacando diretamente a desigualdade de renda por meio de uma política redistributiva. Em defesa dessa visão, está a percepção de uma melhora na integração social dessa parcela da população a partir da redução da concentração de renda (HERRÁN, 2005; PIRES; LONGO, 2008).

O Programa Bolsa Família (PBF) de 2005 para 2006, de acordo com Neri (2010)¹², contribuiu com 17% para a melhoria da renda familiar. O autor conclui, ainda, que o custo do PBF é resultante de apenas 0,4% do PIB, ou seja, um custo modesto para um resultado tão positivo.

Em outro estudo, Neri (2011, p. 9) afirma que, em consequência do impacto positivo da iniciativa desse tipo de política de transferência de renda no Brasil, foi possível verificar que os anos 2000 se tornaram a década da queda da desigualdade de renda, pois entre os anos de 2001 e 2009, os 10% mais pobres tiveram um acréscimo de 69,08% na renda real per capita, enquanto para os 10% mais ricos o acréscimo foi de 12,58%.

Porém, se a análise se estender a indicadores econômicos, será possível identificar que a redução da desigualdade de renda no país recebeu forte contribuição de Políticas Econômicas executadas pelo Governo Federal no mesmo período, conforme tabela 1.1:

¹¹ i) na saúde: manter a carteira de vacinação de crianças de zero a seis anos de idade atualizadas; as gestantes precisam estar com a agenda do pré-natal em dia e posteriormente o acompanhamento do seu bebê; ii) na educação: a obrigatoriedade da frequência escolar das crianças e adolescentes com um percentual necessário de frequência escolar conforme estabelecido pelo Programa; iii) na assistência social: retirar crianças e adolescentes com até 15 anos do trabalho infantil, sendo que eles devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI”. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

¹² Entrevista concedida ao Jornal O Estado de São Paulo em 07 fev. 2010.

Tabela 1.1 - Brasil: Variação de Indicadores Econômicos (2001 – 2009) (%)

| Inflação ¹ | Juros ² | Salário Mínimo | Crédito ³ |
|-----------------------|--------------------|----------------|----------------------|
| -43,81 | -42,67 | 158,33 | 366,41 |

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Banco Central do Brasil

Notas:

¹ IPCA: abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 40 (quarenta) salários-mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos, e residentes nas áreas urbanas das regiões. estende-se, em geral, do dia 01 a 30 do mês de referência, segundo IBGE.

²Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic

³ Refere-se ao volume total de operações de crédito para pessoa física segundo Banco Central do Brasil

Além disso, Delgado (2006, p. 2) insere outra observação a respeito da redução da desigualdade de renda atribuída ao Programa Bolsa Família¹³:

Nas pesquisas feitas com as classes baixas, estão incluídas na distribuição de renda que a PNAD apura a renda do trabalho e a renda oriunda da seguridade dos pagamentos e transferências. Essa distribuição melhorou um pouco, mas não é por causa do Bolsa-Família, como se costuma falar. O Bolsa-Família é um pingo d'água nessa história. São os pagamentos dos direitos sociais que representam a grande fatia dessa transferência de renda. Isso causou uma melhoria que tem correspondência em cima do consumo popular das classes mais baixas, o que não significa que melhorou o conjunto da distribuição de renda.

Soares (2007) sinaliza que a contribuição do Programa Bolsa Família para a redução da desigualdade de renda no Brasil se mostra ainda de forma modesta – 0,5% da renda total - frente à representatividade que a renda proveniente do trabalho e da seguridade social possui na composição da renda total.

Corrêa e Lima (2011) chegam a uma conclusão muito próxima, ou seja, os programas sociais de transferência de renda no ano de 2004 tiveram pouco peso na renda total das famílias das Regiões Metropolitanas do Nordeste. Tal fato fez com que o coeficiente de Gini para essas regiões fosse alterado de forma muito modesta após a introdução desse benefício.

Sobre esse tema, Dedecca (2004) defende que não se pode falar em redução da desigualdade de renda, se a renda proveniente do capital continua crescendo e aumentando a diferença em relação aos salários.

Dando continuidade ao debate centrado no Programa Bolsa Família, Jonatham Hannay, secretário da Associação de Apoio à Criança em Risco (ACER)¹⁴, de Diadema, São

¹³ Vale levantar outras variáveis macroeconômicas que juntas puderam contribuir na melhoria dos níveis de desigualdade de renda deste o final da década de 90 até os dias atuais. Entre eles: i) controle da inflação; ii) aumento do crédito; iii) redução do desemprego; iv) aumento do salário e v) redução dos juros.

¹⁴ A Associação de Apoio à Criança em Risco - ACER - é uma entidade social, de utilidade pública e sem fins lucrativos, localizada no Município de Diadema — São Paulo, que atua desde 1993 na defesa dos direitos das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Disponível em:

< <http://www.acerbrasil.org.br/>>. Acesso em: 1 jun. 2011.

Paulo, levanta a questão sobre a linearidade no foco da atual política de transferência de renda, pois, segundo ele, é necessário levar em consideração que o custo de se viver nas cidades é mais elevado do que no campo, logo, em termos reais, os benefícios concedidos para os cidadãos que residem nos centros urbanos se tornam menores proporcionalmente aos residentes na zona rural. Tal fato tende a influenciar as crianças e jovens preferirem ficar vendendo mercadorias de baixo valor, do que ir à escola – condicionalidade imposta pelo Programa Bolsa Família – pois assim conseguem gerar uma renda melhor, porém expostos a vários tipos de violência¹⁵.

Nesse sentido, a eficiência indireta do Programa de Transferência de Renda no combate ao trabalho infantil, por meio da inserção dos jovens na educação como forma de quebrar o círculo vicioso da pobreza, tem algumas ressalvas quanto ao seu resultado.

[...] os resultados indicam que o programa é eficiente em atingir um de seus objetivos fundamentais: elevar o atendimento escolar das crianças. Por outro lado, é incapaz de reduzir a incidência de trabalho infantil, fenômeno perverso intrinsecamente relacionado com o menor atendimento escolar entre crianças de famílias pobres. Ressaltamos que o combate ao trabalho infantil não é uma das metas do programa, apesar de se tratar de um fenômeno intrínseco à baixa renda das famílias. Assim, alguns aprimoramentos do Programa Bolsa Família atacariam, indiretamente, essa questão (CACCIAMALI; TATEI; BATISTA, 2010, p. 289).

Constata-se a possibilidade de ocorrer persistência da pobreza ao longo de gerações. Se tal fato se concretizar, a erradicação da pobreza passa a ter caráter apenas ideológico.

Rocha e Albuquerque (2003, p. 3) levam em consideração outros aspectos, no entanto, no que se refere a políticas sociais de combate à pobreza. Eles procuram mostrar a necessidade de se verificar três questões, além da renda, para tomada de decisões da ação governamental. São elas: i) a pobreza está também relacionada à desigualdade das pessoas, no que se refere à educação; serviços públicos básicos disponíveis para diferentes níveis da sociedade; ii) a pobreza no Brasil é heterogênea, pois a essência do problema social no Brasil apresenta determinações estruturais graves, principalmente no que diz respeito a desigualdades intrarregionais; iii) a terceira questão está na focalização eficaz das políticas antipobreza, pois, se levar em consideração somente o quesito renda, estará dando atenção apenas para 1/3 da população brasileira. Logo, se levanta a importância em se olhar para a pobreza extrema.

¹⁵ Matéria do Jornal The Economist em 29 jun. 2010.

Os autores afirmam ainda que o ideal seria focalizar políticas sociais dando ênfase aos “mais pobres dos pobres: àqueles com rendas mais baixas e níveis de vida mais precários” (ROCHA; ALBUQUERQUE, 2003, p. 29).

Diante dos diferentes métodos de como estudar a pobreza, evidencia-se a necessidade de se ter cuidado em não tornar o estado de pobreza um problema apenas como uma “privação econômica”, enquanto a sua realidade vai muito mais além (WAGLE, 2008, p. 16). A problemática desse fenômeno precisa considerar que o cidadão é um elemento do ambiente da cidadania, ou seja, a concepção sobre convivência social passa a ser alterada pelo ambiente em que ele é obrigado a conviver. Nesse sentido, no início do século XX, surge uma nova abordagem a respeito do fenômeno da pobreza:

- i) pobreza estrutural centra no estudo em medir a pobreza além da renda, ou seja, leva também em consideração as condições de vida da pessoa: a educação, saúde, o acesso ao mercado de trabalho, condições de moradia etc. A pobreza seria muito mais do que apenas insuficiência de rendimentos monetários, ela toma contornos multidimensionais a partir dessa análise (WAGLE, 2008; CODES, 2005; KAGEYANA; HOFFMANN, 2006; COMIN; BAGOLIN, 2002).

Para Nunes (2004, p. 17), “o fenômeno da pobreza é multidimensional e a conciliação analítica das várias perspectivas é uma tarefa complexa e, ainda assim, incompleta”, ou seja, além da insuficiência de recursos monetários que está diretamente relacionado ao acesso de bens materiais, seria necessário considerar a privação social¹⁶.

Quando a pobreza é tratada como privação na condição de vida que resulta em outras formas de pobreza, não se pode afirmar que a solução está apenas na insuficiência da renda monetária. Ou seja, “um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome menos ou um pouco mais” (SANTOS, 2009, p. 18).

A lógica que se verifica é que a pobreza vai além da insuficiência de recursos monetários e que a problemática desse estágio de privação é constituída pela agregação de vários fatores sociais.

Nesse sentido, questões sociais a partir das relações interurbanas despontam como uma das mais importantes a serem pesquisadas devido à perversidade com que se dá a exclusão social e econômica de uma parcela significativa da população brasileira em busca de

¹⁶ Privação social diz respeito à incapacidade do indivíduo de participar das relações sociais, políticas, culturais, etc.

melhores condições de vida. A problemática dessas relações interurbanas é potencializada a partir da aceleração da urbanização da população brasileira que pode ser vista a partir da Tabela 1.2:

Tabela 1.2 - Brasil: Evolução da População Urbana 1940-2010 (%)

| 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 ¹ |
|-------|-------|-------|------|-------|-------|-------|-------------------|
| 31,24 | 36,16 | 45,08 | 56,0 | 67,59 | 75,59 | 81,23 | 84,4 |

Fontes: Santos (2009, p. 22) – 1940 a 1970.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: 1980-2010

¹Nota: dados preliminares do Censo Demográfico 2010.

Essa evolução do crescimento da população urbana no Brasil, principalmente a partir do início do século XX, foi identificado como um dos pilares do processo de industrialização e modernização. E a busca pelo emprego nos grandes centros urbanos se mostra como principal fator atrativo desse movimento, porém não se mostra em nenhum momento capaz de suprir as expectativas dessa população. Resultado materializado através do aumento do desemprego, em conjunto com a piora nos índices sociais que implica, conseqüentemente, a inquietação por parte da população desempregada. É possível verificar essa realidade da seguinte maneira,

O capitalismo, ao destruir relações de produção, no campo, que lhe são anteriores e antagônicas, põe em movimento massas humanas que numa primeira fase integram-se no exército industrial de reserva¹⁷. Como a acumulação de capital é determinada descentralizadamente, a função do exército de reserva é ampliar a liberdade de decisão dos capitalistas, que expandem a atividade econômica nas áreas que melhor atendem a seus interesses. Mas isso significa apenas que a eliminação do desperdício de força de trabalho, anteriormente submergida no Setor de Subsistência, faz-se de modo contraditório: é preciso mobilizar milhões de trabalhadores para que o capital possa utilizar uma parte deles, mantendo os restantes em formas de desemprego menos invisíveis (SINGER, 1973, p. 40).

Castells (1983, p. 55) define esse movimento como hiperurbanização nos países subdesenvolvidos, ou seja, processo de urbanização superior ao que se poderia alcançar e

¹⁷ Segundo Gorender (1996, p. 41-42) “à medida que se implementam inovações técnicas poupadoras de mão-de-obra, tais ou quais contingentes de operários são lançados no desemprego, em que se mantêm por certo tempo, até quando a própria acumulação do capital requeira maior quantidade de força de trabalho e dê origem a novos empregos. Assim, a própria dinâmica do capitalismo atua no sentido de criar uma *superpopulação relativa flutuante* ou *exército industrial de reserva*. Do ponto de vista de Marx, o exército industrial de reserva representa elemento estrutural indispensável ao modo de produção capitalista e daí sua incessante reconstituição mediante introdução de inovações técnicas, o que torna essa reconstituição independente do crescimento vegetativo da população. O exército industrial de reserva funciona como regulador do nível geral de salários, impedindo que se eleve acima do valor da força de trabalho ou, se possível e de preferência, situando-o abaixo desse valor. Outra função do exército industrial de reserva consiste em colocar à disposição do capital a mão-de-obra suplementar de que carece nos momentos de brusca expansão produtiva, por motivo de abertura de novos mercados, de ingresso na fase de auge do ciclo econômico etc”.

intensificado devido ao nível de industrialização. Ainda segundo o autor, essa concentração no mesmo espaço, de uma população com baixo nível de vida e uma taxa elevada de desemprego, resulta em uma ameaça ao crescimento econômico.

Esse cenário remete a uma das primeiras questões a serem enfrentadas quando se trata de discutir políticas sociais no Brasil no que se refere à busca pela redução dos níveis de pobreza nos grandes centros urbanos: não se deve esquecer de atribuir o peso dessa realidade e o seu enfrentamento nas regiões metropolitanas (TORRES; MARQUES, 2004, p. 29).

Tapajós (2010, p. 19) demonstra preocupação com o tipo de pobreza gerada nas grandes metrópoles. Ele afirma que é “crescente no mundo atual a urbanização da pobreza e da desigualdade social nas cidades e territórios. A desigualdade social urbana não só está aumentando como está se tornando mais arraigada”.

Essa perspectiva fica mais clara diante de dados preliminares referentes ao censo de 2010 divulgados pelo IBGE, pelo que é possível verificar que aproximadamente 16,3 milhões de pessoas vivem em condições de extrema pobreza. E, desse total, aproximadamente 53,32% vive nos centros urbanos. Desse montante, quase 3 milhões de pessoas vivem sem renda e 5,6 milhões vivem com renda mensal de 1 a 70 reais familiar *per capita*.

A realidade urbana nacional sinaliza para a mesma direção no que se refere à preocupação de organismos internacionais no que se refere à evolução do crescimento da população nas cidades contemporâneas mundialmente:

Pela primeira vez, a maioria da população mundial vive em cidades, e esta proporção continua a crescer. Exemplificando isso em números, em 1990, menos de 4 em cada 10 pessoas viviam em áreas urbanas. Em 2010, mais da metade vivia em cidades, e em 2050 esta proporção irá crescer para 7 em cada 10 pessoas. (The World Health Organization (WHO) and United National Human Settlements Programme (WHO AND UN_HABITAT, 2010, p. IX).

A evolução no crescimento da população urbana no Brasil, conforme verificado na Tabela 1.2, veio acompanhada de mudanças de padrões sociais no momento que esse contingente humano se depara com a impossibilidade de ser inserido na realidade social urbana e, por isso, são levados a buscar as periferias¹⁸ das cidades que não estão preparadas para recebê-los. Esse fenômeno pode ser verificado nas ocupações predatórias e irracionais dos diversos espaços urbanos (CORRÊA, 2006).

A importância de se olhar a pobreza urbana advém do fato de ela estar diretamente correlacionada com a chamada modernização excludente, ou seja, desemprego, moradias

¹⁸ Periferia geograficamente é o termo que se designa a identificar as áreas urbanas que estão ao redor do centro urbano que pode ser encontrada na região intramunicipal (bairros afastados do centro do município) ou extramunicipal (municípios da região metropolitana).

precárias – problemas crônicos verificados a partir dos serviços básicos disponíveis para a população, tais como acesso adequado a esgotamento sanitário, água canalizada, coleta de lixo adequada, entre outros; descaso total na área da saúde, debilidade na área da educação, violência associada a tráfico de drogas, questões traduzidas em sentimentos de insegurança e abandono, gerado por um ambiente de exclusão, e o que não condiz com a proposta de desenvolvimento social da atual Política Pública nacional.

Segundo Bauman (2009, p. 8), esse processo se dá da seguinte forma:

[...] o tecido social é submetido a intensas pressões que produzem uma verticalização crescente: os ricos tendem a se tornar ainda mais ricos, desfrutando as oportunidades disponibilizadas pela ampliação dos mercados, enquanto os mais pobres afundam na miséria, destituídos de sistemas de proteção social.

Pelo exposto, as Regiões Metropolitanas do Nordeste¹⁹ são objeto desse estudo pelo fato de exibirem altos índices de pobreza e desigualdades, principalmente quando se analisa a porcentagem de população pobre entre as cinco regiões do país, de acordo com a Tabela 1.3:

Tabela 1.3 - Brasil: Porcentagem de Pobres¹ nas Grandes Regiões 2001-2009

| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|---------------------------|------|------|------|------|------|------|------|-------|------|
| Brasil | 38,7 | 38,3 | 39,4 | 37,0 | 34,2 | 29,7 | 28,1 | 25,3 | 23,9 |
| Região Norte ² | 50,2 | 51,5 | 53,7 | 48,4 | 45,4 | 41,1 | 39,4 | 34,13 | 34,2 |
| Região Nordeste | 64,2 | 63,7 | 64,7 | 62,6 | 58,9 | 52,9 | 50,5 | 46,5 | 44,2 |
| Região Centro-Oeste | 28,7 | 27,8 | 29,3 | 24,9 | 23,2 | 18,4 | 17,1 | 14,6 | 13,6 |
| Região Sudeste | 25,6 | 25,5 | 26,8 | 24,9 | 22,0 | 18,1 | 17,1 | 14,9 | 13,7 |
| Região Sul | 27,7 | 26,2 | 26,1 | 23,3 | 22,3 | 18,8 | 16,3 | 14,8 | 13,6 |

Fonte: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS

Nota:

¹ A Linha de Pobreza inclui, além do valor da cesta alimentar que complete as necessidades de consumo calórico mínimo, leva em conta também o valor mínimo para satisfazer o conjunto das demais necessidades básicas, isto é, considerando também as de habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, transporte, lazer, etc. Os valores referem-se ao custo associado à satisfação das necessidades de uma pessoa durante um mês.

² A área rural da região norte do país.

Diante do quadro acima, fica evidente a necessidade de o Estado promover redução da desigualdade inter-regional no país. Mendes e Monteiro Neto (2011) defendem que a mudança desse cenário só seria possível via investimentos, ao analisar a dotação prevista de gastos públicos²⁰ para o Brasil, referente a 2010: 20% do total da arrecadação estimada para

¹⁹ Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) ; do Recife (RMR) e de Salvador (RMS).

²⁰ Os gastos públicos se referem a investimentos nos setores: assistência social, saúde, trabalho, educação, cultura, direitos da cidadania, urbanismo, saneamento, gestão ambiental, ciência e tecnologia, agricultura,

aquele ano, sendo destinada à Região Nordeste a fração de 11% daquele percentual. Segundo os autores, a Região Nordeste necessita de muito mais, pois seriam necessários investimentos que girassem em torno de 30% do total de gastos destinados ao país para que fosse acelerada a redução da desigualdade econômica nessa Região.

1.1 Justificativa

A importância de pesquisar as regiões metropolitanas do Nordeste está no fato de que elas têm uma participação econômica altamente concentrada nos seus respectivos estados, ou seja, a RMF tem um peso de 63,35% no Produto Interno Bruto (PIB) estadual, enquanto RMR e RMS ficam com 65% e 48,61% respectivamente.

Essa concentração de riqueza ocorreu sem planejamento consistente, de maneira bastante semelhante à forma como aconteceu na maioria dos grandes centros de desenvolvimento urbano das regiões metropolitanas do Brasil. De acordo com um estudo sobre urbanização na periferia no mundo globalizado, elaborado por Maricato (2000), o crescimento geográfico da periferia em relação ao crescimento dos núcleos centrais, nas grandes Regiões Metropolitanas do Brasil, apresentou uma trajetória crescente. Tal estudo revela que, entre os anos de 1991 e 1996, a média de crescimento do núcleo central e das periferias foi de 3,1% e 14,7%, respectivamente. Já em relação às periferias metropolitanas do Nordeste, a que mais cresceu foi a de Salvador com 18,10% (CORRÊA, 2006, p. 61).

Esse movimento teve como grande incentivador a especulação imobiliária, que forçou a população de baixa renda a migrar para áreas urbanas, cuja característica está na carência de infraestrutura básica.

Ao analisar o ano de 2009, levando em consideração as condições de moradia, por meio de acesso a serviços básicos (escoamento de esgoto sanitário; água canalizada e coleta de lixo), essa realidade fica visível. Foi possível verificar que as Regiões Metropolitanas de Fortaleza (RMF) e de Recife (RMR) foram as que apresentaram as piores taxas de acesso a serviços básicos pesquisados. No primeiro quesito (escoamento de esgoto sanitário), ficaram respectivamente com 66,8% e 44,4%. No segundo (água canalizada), 93,6% e 96,4%, e, no terceiro (coleta de lixo), com 95,8% e 97,3%. Menores dados entre todas as regiões

metropolitanas estudadas, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE)²¹.

Esses dados explicitam um dos problemas enfrentados nos grandes centros urbanos que são os que se referem às condições de moradia. Porém, as dificuldades enfrentadas pela população que vive nesse universo são muito mais complexas, sendo necessário levar em consideração outras variáveis que venham compor esse índice de privação, entre as quais mencionem-se desemprego, educação, saúde, segurança etc.

A complexidade das características da pobreza - desemprego, educação, saúde, segurança etc. - demonstra que a pobreza não possui somente aspecto unidimensional – renda monetária -, o que vem acarretar grandes desafios para seu enfrentamento (REIS; DALAGASPERIANA, 2009).

A complexidade da pobreza leva a estudos que enfocam conceitos de caráter multidimensional²². Nesse momento, esse fenômeno deixa de ser visto somente sob o prisma de insuficiência de recursos monetários e passa a ser analisado sob o âmbito estrutural. Os alicerces da pobreza estrutural podem ser verificados a partir do atendimento das necessidades básicas de uma pessoa ou família no que diz respeito ao acesso a serviços básicos promovido pelos órgãos públicos.

A grande contribuição atribuída à metodologia, que utiliza o conceito multidimensional, está no fato de que a realidade vivenciada por uma parcela significativa da sociedade pode ser medida levando em consideração outros aspectos,

[...] o nível de satisfação pela renda individual e, ao mesmo tempo, pelos recursos coletivos, tentando levar em conta o conjunto das condições existenciais, caracterizando acúmulo de desvantagens ou privações sofridas e vividas (REIS; DALAGASPERIANA, 2009, p. 13 *apud* SALAMA, 1999, p. 113).

O progresso na medição da pobreza abordando seu nível multidimensional é destacado da seguinte forma:

Pesquisas que focam em medir a pobreza têm feito progressos importantes passando da abordagem unidimensional para abordagem multidimensional. Enquanto os pesquisadores usam tais conceituações não convencionais de pobreza como capacidade e inclusão social, uma abordagem promissora surgiu, incorporando ao material, aspectos relacionais do bem-estar humano. A aplicação da abordagem multidimensional resultante de outros aspectos, tais como: bem-estar econômico, capacidade, e de inclusão social não apenas avaliam o estado de pobreza, mas avaliam também, o estado de bem-estar humano, concentrando-se sobre "o que se tem", "qual a perspectiva que se tem", e "quanto de vantagem ou desvantagem se encontra dentro da sociedade" [...] (WAGLE, 2008, p. 16).

²¹ As Regiões Metropolitanas pesquisadas pela PNAD são: Belém, Salvador, Fortaleza, Recife, Distrito Federal, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

²² Pobreza multidimensional equivale a pobreza estrutural.

Para o autor, a pobreza é um fenômeno social altamente complexo: quanto mais informação for sendo incorporada ao estudo que envolve essa situação, mais preciso será o diagnóstico desse estado de privação e tenderá para maior eficiência no enfrentamento dessa realidade.

Kageyana e Hoffmann (2006) traçam um estudo da pobreza multidimensional para o Brasil usando, além da renda²³, o acesso aos três serviços básicos no que tange a salubridade de moradia: água encanada; instalação sanitária e iluminação elétrica. E classificam os níveis de pobreza como sendo:

- a) pobre tipo I - aquele que tem renda abaixo da linha de pobreza e cujo domicílio possuía pelo menos um dos três serviços básicos para moradia;
- b) pobre tipo II - era aquele que tem renda acima da linha de pobreza e vivendo em domicílio com pelo menos dois serviços básicos.

Usando medidas diferenciadas, mas girando em torno da pobreza com aspecto multidimensional, Comin e Bagolin (2002, p. 488) desenvolveram estudo para o Estado do Rio Grande do Sul e concluíram que a pobreza sofre com a forte ausência do acesso à justiça nos municípios e que existe uma correlação inversa entre saneamento básico e mortalidade infantil, ou seja, quando aumenta o investimento em saneamento básico a mortalidade infantil reduz.

Barros, Carvalho e Franco (2003, p. 8), ao construírem o Índice de Desenvolvimento da Família – IDF - concordam que a pobreza possui características multidimensionais, logo muito mais complexas do que só relacionar essa situação a rendimentos monetários. Assim, para os autores comporem o IDF, extraíram dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2001 do IBGE, formatando-o sobre 06 dimensões, 26 componentes e 48 indicadores. As seis dimensões estão relacionadas a condições de vida abordadas na PNAD tais como: ausência de vulnerabilidade; acesso ao conhecimento; acesso ao trabalho; disponibilidade de recursos; desenvolvimento infantil e condições habitacionais. O IDF varia entre 0 (para família em situação pior) e 1 (para família em melhor situação). Os autores concluem que, ao poderem estimar o grau de desenvolvimento da família a partir do IDF, conseguem chegar a realidades opostas em uma mesma região. Dão, como exemplo, São

²³ A renda para linha de pobreza foi definida como meio salário mínimo no mês de maio de 2005 que era igual a R\$ 150,00.

Paulo, em que o IDF é de 0,80 e conseguiram captar um IDF de 0,66 para mais de 15% das famílias desse estado.

Wagle (2008) destaca a importância em estudar a pobreza levando em consideração a abordagem multidimensional, pois configura num valioso instrumental para analisar a complexidade desse fenômeno. O autor desenvolveu um estudo considerando essa abordagem para os Estados Unidos e concluiu que as 05 dimensões utilizadas para medir a pobreza (capacidade, bem-estar econômico, inclusão econômica, inclusão política e inclusão cívica/cultural) eram interrelacionados e, com isso, passível de extrair resultados de medição mais abrangentes do que os estudos que levam em conta apenas as abordagens unidimensionais.

Codes (2005) defende a utilização de um método quantitativo que venha contribuir para explicação da natureza relacional de um objeto social tão complexo como o fenômeno da pobreza:

- i) superar os limites da simples quantificação dos aspectos relativos à questão estudada; ii) estabelecer as relações entre os diferentes aspectos envolvidos no problema; iii) oferecer uma representação gráfica do fenômeno; iv) determinar que fatores se mostram mais influentes na análise; v) valorar a intensidade de tais influências, tanto diretamente como indiretamente; vi) explicar uma proporção da variabilidade do fenômeno; vii) incluir conceitos sociais e abstratos de forma estável e viii) avaliar erros de mensuração das variáveis (*ibidem*, p. 8).

O estudo do fenômeno da pobreza a partir de uma *análise relacional* utiliza a abordagem da Modelagem de Equações Estruturais (MEE).

A MEE é capaz de determinar que fatores sejam mais influentes nas condições de vida das pessoas, mostrando-se também apta a valorar a intensidade de tais influências, tanto direta como indiretamente (CODES; 2005, p. 184).

A proposta da abordagem multidimensional será efetuada a partir do uso da MEE²⁴, pela qual se utiliza como análise a relação entre as variáveis observadas²⁵ e as variáveis latentes ou construto, bem como a observação do comportamento dessas últimas mediante mudanças provocadas pelas variáveis independentes.

O principal aspecto na utilização da MEE²⁶ é que ela fornece instrumentos passíveis de aceitação devido às várias possibilidades de testar o modelo que se pretende desenvolver ao longo da sua elaboração.

²⁴ O tamanho da amostra para a utilização do MEE é também discutido, porém, entre os pesquisadores, o tamanho mínimo fica entre 100 e 200 respondentes (ANJOS NETO, 2003, p. 80-81).

²⁵ Conhecidas também com variáveis independentes, covariável, variável preditiva (CODES, 2008, p. 31).

²⁶ Para isso cabe ressaltar a existência de vários *softwares* disponíveis quando se pretende trabalhar com equações estruturais, entre eles: LISREL, AMOS, EQS, Mplus, R, SAS, STATA 12.

Essa linha de pensamento fica evidente quando se depara com as várias formas de abordagens que podem ser desenvolvidas pela MEE tais como:

i) Abordagem estritamente confirmatória: nesta situação, o pesquisador formulou apenas um modelo e coletou dados para testá-lo. O modelo deve ser aceito ou rejeitado; ii) abordagem através de modelos alternativos: o pesquisador especifica, teoricamente, dois ou mais modelos. Utilizando o mesmo conjunto de dados, é aceito o modelo que apresentar melhor ajuste. iii) abordagem de desenvolvimento do modelo: esta situação apresenta um caráter mais “construtivista”. O pesquisador estabelece um modelo inicial. Este será testado e modificado, gradualmente, até incorporar um maior poder de explicação diante dos dados coletados (GARSON, 2003; SCHULER, 1995 *apud* ANJOS NETO, 2003, p. 78-79).

Diante dessa perspectiva, o estudo centrado no enfrentamento do fenômeno da pobreza não se deve focar em uma construção unidimensional, precisa levar em consideração a evidência da sua relação com múltiplos fatores, ou seja, sinalizando para a necessidade de uma análise multidimensional das características desse estágio de privação.

1.2 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é centrado na análise da pobreza estrutural das regiões metropolitanas do Nordeste por meio das cinco dimensões: capacidade, bem-estar econômico, inclusão econômica por meio do mercado de trabalho, inclusão por meio das condições de moradia e a inclusão por meio da segurança e justiça. O estudo utiliza microdados da Pesquisa de Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2009. A partir da definição das cinco dimensões da pobreza será efetuada análise, utilizando como instrumento a relação entre as variáveis observadas e suas respectivas dimensões – variáveis latentes ou construtos - , e, no segundo momento, essas dimensões passam a ser variáveis medidas para identificar qual delas possui relação mais intensa na busca pela redução da pobreza.

1.3 Objetivos Específicos

Dessa forma os objetivos específicos do presente estudo são:

- i) Obter estimativas e verificar a relação de dependência de cada dimensão da pobreza: bem-estar econômico; capacidade; inclusão econômica; inclusão por meio das condições de moradia e inclusão por meio da segurança e justiça com suas respectivas variáveis observadas;

- ii) Avaliar as inter-relações – correlação - entre os construtos que são denominados como dimensões da pobreza;
- iii) Mostrar a intensidade do enfrentamento da pobreza a partir da sua relação com bem-estar econômico, capacidade, inclusão econômica; inclusão por meio das condições de moradia e inclusão por meio da segurança e justiça.

Diante disso, o presente estudo justifica-se na proposta de contribuir para investigação da realidade configurada na privação social, além do fator econômico. Para isso, utiliza-se do método quantitativo de análise multivariada como um instrumento que venha a agregar em pesquisas que venham contribuir na busca da redução da pobreza.

1.4 Estrutura do Trabalho

O texto é composto de seis capítulos, buscando-se embasar de forma consistente a argumentação desenvolvida neste estudo. O primeiro se refere a esta introdução, que em linhas gerais discorre sobre os aspectos principais que norteiam a atual pesquisa. Nele, há uma discussão acerca da abordagem unidimensional, mostrando a relevância de estudos que contribuam para olhar aprofundado sobre o fenômeno da pobreza por meio de uma lente multidimensional. Utiliza-se, como instrumento analítico, o método de Modelagem de Equações Estruturais (MEE), pois a sua grande contribuição está na abordagem da pobreza como uma forma inter-relacional entre diversas variáveis sociais.

O segundo capítulo fará uso de dados descritivos extraídos da PNAD para demonstrar as características socioeconômicas do chefe de domicílio tanto para o Brasil como para as Regiões Metropolitanas analisadas nesta seção.

O terceiro capítulo apresenta a revisão de literatura centrando nas dimensões definidas neste estudo como vetores da pobreza. Para isso, centra, como objetivo, a defesa da metodologia proposta pelo atual trabalho, ou seja, a construção teórica da pobreza enquanto objeto multidimensional e complexo devido à interrelação de vários fatores socioeconômico que compõem esse fenômeno. A discussão metodológica, referente ao método quantitativo, proposto como instrumento de análise e medição da pobreza nas regiões metropolitanas do Nordeste, será contemplada no quarto capítulo.

De posse dos dados, foi elaborado o quinto capítulo, em que se busca analisar os resultados que foram gerados a partir dos dados empíricos, utilizando a Modelagem de Equações Estruturais (MEE). Por fim, vêm as análises conclusivas expostas como forma de se

justificar a metodologia de MEE como método plausível de se estudar o fenômeno da pobreza.

2 BREVE ANÁLISE DE QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS NO BRASIL METROPOLITANO

1 Introdução

Pode-se afirmar que o processo de modernização da economia brasileira a partir do início da década de 1930 contribuiu para uma acentuada concentração de renda e, conseqüentemente, para o aumento da pobreza e das desigualdades sociais principalmente nos grandes centros urbanos (CORRÊA, 2006).

Após a primeira metade da década de 1990, verifica-se uma inflexão sob dois aspectos no cenário nacional: sucesso na área econômica no que se refere à estabilidade no controle inflacionário e, no campo social, aceitação de que a pobreza e a exclusão constituem traços persistentes e indesejáveis em nossa sociedade (ARRUDA; ARRUDA, 2007, p. 457). Ainda de acordo com os autores citados, embora tenha se verificado melhoria no combate à redução da pobreza, e evolução em alguns indicadores sociais, a velocidade se deu de forma muito lenta para que se possa vislumbrar uma sociedade mais equitativa, seja no cenário econômico ou nas questões sociais.

Essa redução na proporção de pobres no Brasil é verificada com maior magnitude a partir dos anos de 2000. Conforme dados divulgados pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) para os anos de 1992 a 2009, a forte queda na porcentagem de pobres no Brasil é constatada na última década. Em 2009, 23,9% da população brasileira era atingida pela pobreza. Em 1999, essa relação era de 39,9%. Os percentuais sinalizam uma redução de aproximadamente 38,72% no contingente de pobres do país.

No sentido de se analisar a pobreza nas grandes metrópoles brasileiras, serão expostos dados socioeconômicos dos chefes de domicílio abrangendo o Brasil e as dez regiões metropolitanas estudadas pela PNAD/2009, com o objetivo de fornecer informações gerais sobre as características: do indivíduo; do mercado de trabalho; das condições de moradia e da segurança alimentar do domicílio. É importante destacar que será desenvolvida uma análise comparativa entre as regiões metropolitanas, na busca pela contextualização da desigualdade social e econômica inter-regional.

De início, apresentam-se dados de 1992 a 2009 com o objetivo de se mostrar a trajetória da renda mensal domiciliar *per capita* das unidades da federação e regiões metropolitanas; porcentagem de pobres; Índice de Gini; Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (1991 e 2000). Em seguida, discorre-se sobre as características das regiões

metropolitanas do Nordeste: Fortaleza (RMF); Recife (RMR) e Salvador (RMS). Em seguida, efetuam-se as análises das características socioeconômicas que serão realizadas em duas etapas: i) para chefes de domicílio com renda mensal *per capita* domiciliar de até ½ salário mínimo em valor R\$ de 2009 (este recorte na renda tem como objetivo criar uma linha de pobreza para identificar as características do chefe de domicílio pobre); ii) para chefes de domicílio sem recorrer ao procedimento de corte na renda.

2.2 Desigualdade inter-regional nas metrópoles brasileiras

A partir da análise da trajetória da renda *per capita* domiciliar no período 1992-2009, fica evidenciada a desigualdade tanto inter-regional como intra-regional, ou seja, o Nordeste foi a região que apresentou a menor renda *per capita* do país ao longo do período e as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador ficaram bem abaixo da média do Brasil metropolitano.

Tabela 2.1: Brasil – Renda mensal domiciliar *per capita* (R\$) Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas (1992-2009)

| | 1992 | 1993 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|-------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Brasil | 398 | 419 | 521 | 530 | 529 | 534 | 504 | 512 | 512 | 482 | 498 | 528 | 577 | 592 | 623 | 637 |
| Norte | 295 | 333 | 412 | 395 | 392 | 387 | 364 | 374 | 370 | 334 | 369 | 389 | 421 | 434 | 453 | 477 |
| Nordeste | 215 | 228 | 275 | 278 | 278 | 290 | 280 | 279 | 284 | 264 | 284 | 299 | 339 | 350 | 3776 | 396 |
| Centro-Oeste | 419 | 477 | 521 | 545 | 574 | 591 | 543 | 560 | 585 | 534 | 571 | 601 | 649 | 708 | 752 | 756 |
| Sudeste | 503 | 515 | 671 | 684 | 684 | 683 | 638 | 648 | 644 | 603 | 606 | 654 | 712 | 717 | 750 | 759 |
| Sul | 457 | 498 | 589 | 597 | 583 | 597 | 575 | 598 | 591 | 588 | 617 | 637 | 688 | 726 | 753 | 778 |
| Brasil Metropolitano | 563 | 598 | 769 | 786 | 772 | 786 | 712 | 707 | 705 | 637 | 654 | 707 | 758 | 775 | 808 | 822 |
| Regiões Metropolitanas | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Belém | 412 | 546 | 599 | 570 | 531 | 582 | 506 | 434 | 451 | 375 | 416 | 430 | 471 | 528 | 534 | 508 |
| Salvador | 437 | 521 | 533 | 557 | 585 | 566 | 524 | 510 | 524 | 430 | 446 | 494 | 555 | 594 | 636 | 672 |
| Fortaleza | 318 | 338 | 439 | 432 | 441 | 430 | 410 | 442 | 417 | 364 | 404 | 424 | 442 | 450 | 503 | 532 |
| Recife | 338 | 342 | 423 | 467 | 422 | 462 | 447 | 468 | 463 | 376 | 443 | 463 | 496 | 468 | 527 | 552 |
| Distrito Federal | 664 | 802 | 967 | 927 | 1036 | 1064 | 978 | 942 | 1007 | 922 | 941 | 1023 | 1136 | 1255 | 1291 | 1324 |
| Belo Horizonte | 496 | 507 | 664 | 634 | 684 | 638 | 605 | 598 | 627 | 576 | 599 | 647 | 733 | 743 | 777 | 823 |
| Rio de Janeiro | 624 | 570 | 775 | 825 | 785 | 826 | 756 | 751 | 736 | 714 | 734 | 746 | 839 | 819 | 869 | 906 |
| São Paulo | 631 | 697 | 906 | 920 | 898 | 920 | 805 | 812 | 807 | 714 | 693 | 798 | 832 | 853 | 861 | 851 |
| Curitiba | 537 | 669 | 851 | 843 | 846 | 781 | 731 | 732 | 723 | 643 | 776 | 766 | 770 | 910 | 923 | 932 |
| Porto Alegre | 609 | 635 | 833 | 832 | 800 | 837 | 782 | 798 | 762 | 729 | 747 | 793 | 830 | 807 | 867 | 858 |

Fonte: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)²⁷

Nota: Valores expressos em R\$(reais) de 2009, utilizando o INPC para o deflacionamento

²⁷ Os dados extraídos da base do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) são gerados a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Segundo IETS, a renda domiciliar *per capita* é o resultado do somatório de todas as rendas dos moradores de determinado domicílio dividido pelo número total de moradores.

Conforme os dados apresentados na tabela 2.1, a região metropolitana de Fortaleza, dentre todas as regiões estudadas, foi a que apresentou a menor média da renda *per capita* domiciliar no âmbito do Brasil metropolitano. Outra evidência, encontrada ao se analisar comparadamente as tabelas 2.1 e 2.2 é de que uma menor renda mensal *per capita* tende a resultar em maior porcentagem de pessoas pobres.

Tabela 2.2 - Brasil – Porcentagem (%) de Pobres²⁸ segundo Regiões Metropolitanas (1992-2009)

| | 1992 | 1993 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|-------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Brasil | 34,7 | 37,5 | 26,0 | 25,3 | 26,8 | 26,5 | 29,0 | 30,5 | 30,4 | 33,7 | 31,7 | 27,8 | 24,7 | 23,3 | 20,6 | 19,1 |
| Metropolitano | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Regiões Metropolitanas | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Belém | 47,3 | 44,6 | 32,8 | 38,9 | 39,0 | 37,1 | 40,5 | 46,3 | 45,1 | 48,2 | 43,1 | 40,6 | 36,2 | 30,2 | 27,8 | 28,8 |
| Salvador | 49,4 | 54,5 | 48,9 | 47,7 | 47,1 | 44,0 | 48,0 | 48,4 | 49,3 | 54,6 | 49,3 | 45,5 | 39,0 | 36,9 | 34,1 | 29,8 |
| Fortaleza | 52,5 | 54,6 | 44,1 | 45,7 | 44,9 | 44,6 | 47,8 | 47,7 | 45,2 | 49,3 | 49,0 | 39,1 | 37,0 | 34,2 | 30,5 | 28,5 |
| Recife | 63,1 | 65,5 | 55,2 | 53,4 | 55,8 | 54,7 | 56,4 | 55,0 | 54,4 | 59,0 | 57,8 | 52,7 | 48,9 | 48,1 | 44,5 | 40,2 |
| Distrito Federal | 33,0 | 30,9 | 20,1 | 22,7 | 20,1 | 22,2 | 24,0 | 26,4 | 25,3 | 28,5 | 26,5 | 22,4 | 18,1 | 16,2 | 15,0 | 12,7 |
| Belo Horizonte | 33,0 | 35,6 | 23,0 | 24,2 | 23,2 | 25,5 | 24,7 | 24,7 | 23,4 | 26,8 | 24,3 | 19,8 | 17,8 | 15,8 | 13,5 | 11,7 |
| Rio de Janeiro | 30,0 | 38,4 | 25,2 | 23,5 | 24,8 | 22,8 | 22,9 | 27,1 | 25,1 | 28,7 | 26,7 | 24,4 | 21,4 | 22,0 | 19,1 | 16,4 |
| São Paulo | 27,3 | 28,5 | 16,7 | 15,9 | 18,4 | 19,0 | 23,0 | 23,8 | 25,7 | 28,6 | 27,6 | 22,9 | 19,7 | 19,1 | 15,9 | 15,9 |
| Curitiba | 33,8 | 29,0 | 19,4 | 16,8 | 20,4 | 20,9 | 24,3 | 23,1 | 20,6 | 24,9 | 20,8 | 19,2 | 17,9 | 11,6 | 11,6 | 11,4 |
| Porto Alegre | 35,2 | 37,8 | 25,7 | 27,2 | 26,4 | 25,8 | 29,8 | 27,3 | 29,1 | 29,4 | 26,4 | 26,3 | 23,7 | 21,3 | 19,2 | 18,2 |

Fonte: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)

Nota: A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) não foi a campo em 1994 e 2000.

Outra questão passível de ser extraída da Tabela 2.2 diz respeito à redução da proporção de pobres nas regiões metropolitanas do Nordeste, comparativamente ao que ocorre nas regiões metropolitanas situadas nas regiões mais desenvolvidas do país²⁹. Quando analisada a variação da trajetória da proporção de pobres entre os anos de 2001 e 2009, é possível constatar que a RMR apresentou o menor valor 26,91% entre todas as regiões metropolitanas estudadas. Ainda sob essa ótica – proporção de pobres –, o mesmo comportamento pode ser verificado para o Brasil metropolitano, ou seja, a população que vive em situação de pobreza no país está em declínio. Considerando-se a pobreza sob a ótica econômica – renda –, tal tendência pode ser associada a pelo menos dois fatores: o ganho no salário mínimo real devido ao controle da inflação e a implementação dos programas de

²⁸ A porcentagem de pobres se baseia na linha de pobreza em que os valores foram estimadas por Sonia Rocha para os anos de 1992-2009 e atualizados e expressos em R\$(reais) de 2009, utilizando o INPC para o deflacionamento. Disponível em:

<http://www.iets.org.br/article.php3?id_article=915&var_recherche=metodologia+da+linha+de+pobreza>.

Acesso em: 10 jan. 2013.

²⁹ Embora RMSF apresentasse queda na variação no período de 41,76% e a RMF 45,71% no mesmo período, é importante verificar que a segunda no ano de 2009 tinha uma proporção de 55,79% maior de pessoas pobres em relação a primeira.

transferência direta de renda no Brasil, o que foi incorporado ao arcabouço de políticas sociais desde então.

Por outro lado, analisando a razão entre a renda apropriada, ou seja, quantas vezes os 10% mais ricos ganham em relação aos 40% mais pobres, as regiões metropolitanas de Fortaleza apresentou uma média de 21,12, Recife com 23,48 e Salvador aproximadamente 24,92 são as que apresentaram os maiores valores, perdendo somente para o Distrito Federal que foi da ordem de 26,55 entre os anos de 1992 e 2009, conforme IETS. Tal fato sinaliza que a região mais pobre é também a mais desigual. Em relação ao Distrito Federal, é compreensível essa magnitude na renda apropriada pelos 10% mais ricos, pois ela recebe forte impacto dos recursos do setor público³⁰. O peso da administração pública na capital de Brasília foi em média 48,66% entre os anos de 2003 a 2007, segundo IBGE³¹. Nesse contexto, é importante salientar que o Distrito Federal tem seu centro dinâmico econômico atrelado ao setor público, em maior magnitude com o funcionalismo público federal.

Cacciamali (2002) defende que tal fato tende estar diretamente relacionado às causas estruturais encontradas tanto inter-região como intra-região no Brasil como um todo. Segundo a autora, esse fenômeno – desigualdade distributiva – retroalimenta-se pela concentração de riqueza da seguinte forma:

i) a elevada concentração de riquezas do país seja sob a forma de capital físico, ou sob a forma de capital humano, que restringe a construção de um sistema social melhor distribuído e com alta produtividade; ii) o poder e a habilidade política das classes dirigentes em manter situações de privilégio; iii) a ausência histórica de políticas públicas que objetivem mudanças estruturais e distributivas de forma consistente; e d) a pequena organização social e política do povo brasileiro, oriunda, não apenas, mas inclusive, de um incompatível baixo nível de educação formal (*ibidem*, p. 24).

Essa situação é refletida no índice de Gini³², que mede a concentração de renda (variando entre 0 e 1 e quanto mais perto de 1 maior é a concentração), de acordo com a Tabela 2.3. Nela, consta que o Distrito Federal e a RMS foram as regiões em que a concentração de renda se apresenta numa média 0,61 ao longo do período analisado. Esse valor foi maior em relação às outras regiões metropolitanas estudadas.

³⁰Segundo Souza (2012, p.14) neste setor os salários são mais elevados dos que os pagos pelo setor privado para trabalhadores equivalentes (pessoas com características similares nas mesmas atividades).

³¹Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1520&id_pagina=1>. Acesso em 10 jan. 2013.

³²O coeficiente de Gini é extraído a partir da variável “renda própria per capita familiar”, na qual classifica-se de forma crescente e acumulada, constroem-se os níveis de renda das famílias, que passamos a chamar de decis (1 a 10), ou seja, os primeiros decis representam as famílias de baixa renda e os últimos caracterizam as famílias que possuem as maiores rendas per capita (CORRÊA, 2006, p. 79).

Tabela 2.3 - Brasil – Índice de Gini segundo Regiões Metropolitanas (1992-2009)

| | 1992 | 1993 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 |
|-----------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Brasil | 0,58 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,60 | 0,59 | 0,59 | 0,59 | 0,58 | 0,57 | 0,57 | 0,56 | 0,55 | 0,54 | 0,54 |
| Brasil Metropolitano | 0,56 | 0,59 | 0,58 | 0,58 | 0,58 | 0,59 | 0,58 | 0,59 | 0,58 | 0,58 | 0,57 | 0,57 | 0,56 | 0,56 | 0,55 | 0,55 |
| Regiões Metropolitanas | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Belém | 0,57 | 0,63 | 0,58 | 0,60 | 0,58 | 0,60 | 0,59 | 0,58 | 0,58 | 0,55 | 0,54 | 0,54 | 0,54 | 0,54 | 0,52 | 0,51 |
| Salvador | 0,59 | 0,66 | 0,63 | 0,64 | 0,64 | 0,61 | 0,62 | 0,62 | 0,63 | 0,62 | 0,59 | 0,59 | 0,57 | 0,59 | 0,58 | 0,58 |
| Fortaleza | 0,57 | 0,60 | 0,60 | 0,61 | 0,60 | 0,60 | 0,62 | 0,63 | 0,60 | 0,59 | 0,60 | 0,58 | 0,56 | 0,55 | 0,56 | 0,55 |
| Recife | 0,59 | 0,63 | 0,58 | 0,61 | 0,60 | 0,62 | 0,62 | 0,62 | 0,62 | 0,60 | 0,63 | 0,61 | 0,60 | 0,57 | 0,59 | 0,57 |
| Distrito Federal | 0,60 | 0,62 | 0,58 | 0,59 | 0,59 | 0,62 | 0,62 | 0,62 | 0,63 | 0,63 | 0,63 | 0,60 | 0,60 | 0,61 | 0,62 | 0,62 |
| Belo Horizonte | 0,57 | 0,60 | 0,59 | 0,58 | 0,58 | 0,59 | 0,58 | 0,56 | 0,56 | 0,57 | 0,56 | 0,55 | 0,55 | 0,55 | 0,53 | 0,53 |
| Rio de Janeiro | 0,55 | 0,58 | 0,57 | 0,58 | 0,58 | 0,57 | 0,55 | 0,57 | 0,55 | 0,56 | 0,56 | 0,56 | 0,56 | 0,56 | 0,55 | 0,56 |
| São Paulo | 0,52 | 0,56 | 0,54 | 0,54 | 0,54 | 0,56 | 0,55 | 0,57 | 0,57 | 0,56 | 0,54 | 0,55 | 0,54 | 0,52 | 0,52 | 0,51 |
| Curitiba | 0,55 | 0,58 | 0,57 | 0,55 | 0,57 | 0,56 | 0,57 | 0,56 | 0,53 | 0,54 | 0,56 | 0,54 | 0,52 | 0,52 | 0,51 | 0,51 |
| Porto Alegre | 0,54 | 0,58 | 0,58 | 0,57 | 0,55 | 0,57 | 0,57 | 0,56 | 0,56 | 0,55 | 0,54 | 0,54 | 0,54 | 0,52 | 0,53 | 0,51 |

Fonte: Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)³³

Nota: A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) não foi a campo em 1994 e 2000.

De acordo com os dados acima expostos, as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador foram as que registram maiores médias entre 1992 e 2009, 0,59; 0,60 e 0,61, respectivamente³⁴. O que fica evidente é que as Regiões Metropolitanas do Nordeste quando analisadas via renda ainda são as que apresentam a maior desigualdade em todos os itens até então analisados: renda mensal *per capita*; proporção de pobres; renda apropriada pelos mais ricos em relação aos mais pobres e coeficiente de Gini.

Ao mudar o foco para a análise de desenvolvimento social via Índice do Desenvolvimento Humano³⁵, constata-se a mesma realidade, ou seja, as Regiões Metropolitanas que merecem mais atenção no que se refere a políticas públicas que focam o enfrentamento da privação socioeconômica estão localizadas na região Nordeste.

³³ A porcentagem de pobres se baseia na linha de pobreza em que os valores foram estimadas por Sonia Rocha para os anos de 1992-2009 e atualizados e expressos em R\$(reais) de 2009, utilizando o INPC para o deflacionamento. Disponível em: <http://www.iets.org.br/article.php?id_article=915&var_recherche=metodologia+da+linha+de+pobreza>. Acesso em: 10 jan. 2013.

³⁴ A Região Metropolitana de Salvador apresentou uma média (0,61) igual ao do Distrito Federal no período analisado.

³⁵ O IDH (Índice de Desenvolvimento Econômico) é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e tem como finalidade medir o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população de determinada região. O IDH é analisado por meio das seguintes variáveis: educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. O IDH varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 mais desenvolvida é a região. Para o Brasil, a base de dados utilizada foi a dos microdados do censo de 1991 e 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 2.4 - Brasil – IDH segundo Regiões Metropolitanas (1991 e 2000)

| Ano | Brasil | Belém | Salvador | Fortaleza | Recife | Belo Horizonte | Rio de Janeiro | São Paulo | Curitiba | Porto Alegre |
|------|--------|-------|----------|-----------|--------|----------------|----------------|-----------|----------|--------------|
| 1991 | 0,753 | 0,755 | 0,735 | 0,688 | 0,715 | 0,757 | 0,764 | 0,792 | 0,763 | 0,782 |
| 2000 | 0,757 | 0,797 | 0,794 | 0,767 | 0,780 | 0,811 | 0,816 | 0,828 | 0,824 | 0,833 |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003, Pnud.

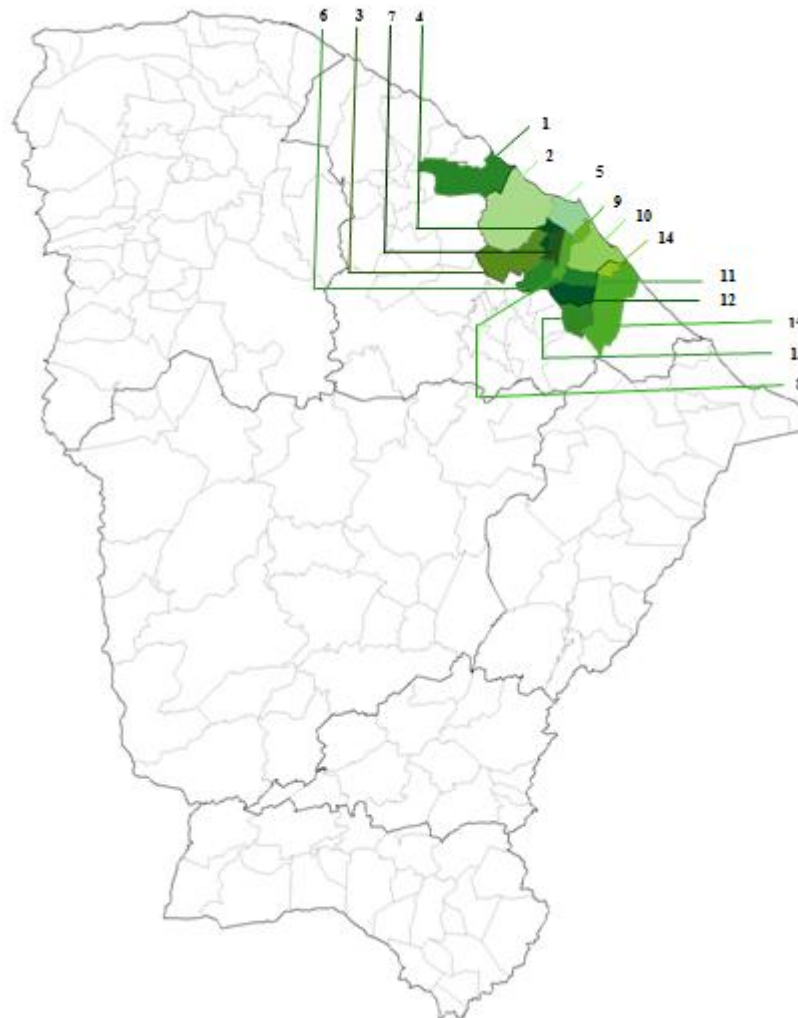
Analisando os dados acima no que se refere ao IDH, fica evidente a fragilidade das regiões metropolitanas do Nordeste frente às outras regiões mencionadas. No entanto, é possível constatar, diante dos números apresentados, que essas mesmas regiões foram as que apresentaram a maior evolução na melhora do IDH entre os períodos analisados: Fortaleza (11,5%); Recife (9,0%) e Salvador (7,9%). A região metropolitana de Curitiba também apresentou um crescimento da ordem de 8,0%.

Os dados demonstrados até então sinalizam a importância e a necessidade da integração das ações por parte das três esferas do governo no que se refere às políticas públicas que possam resultar em ações que venham se mostrar como condutores importantes para a redução das desigualdades tanto intra-regional como inter-regional no Brasil contemporâneo.

2.3 Características geográfica, populacional e econômica das Regiões Metropolitanas do Nordeste Brasileiro: RMF; RMR e RMS.

As mudanças econômicas ocorridas no Brasil principalmente no início do século XXI impactaram de alguma forma na área metropolitana brasileira. Análise pode ser estendida tanto para os indicadores econômicos, como para os indicadores sociais. Nessa seção, as regiões metropolitanas do Nordeste brasileiro (RMF; RMR e RMS) serão objetos de estudo. O trabalho buscará discorrer sobre essas transformações que compreendem algumas atividades econômicas, bem como mencionar suas características geográficas e populacionais.

Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



- | | | |
|------------------------------------|----------------------|------------------------|
| 1 – São Gonçalo do Amarante | 6 – Guaiúba | 11- Horizonte |
| 2 - Caucaia | 7 - Pacatuba | 12 - Pacajús |
| 3 – Maranguape | 8 – Itaitinga | 13 - Chorozinho |
| 4 – Maracanaú | 9 - Eusébio | 14 -Pindoretama |
| 5 – Fortaleza | 10 – Aquiraz | 15 - Cascavel |

Localizada no estado brasileiro do Ceará, foi instituída pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973. Formada inicialmente por apenas cinco cidades, Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz, tinha uma população em torno de um milhão de habitantes. Em 1986, pela Lei Complementar Federal - LCF 52/86, Maracanaú passou a fazer parte da RMF. Em 1991, pela Lei Estadual – LE nº 11.845, foram adicionados mais dois municípios - Eusébio e Guaiúba e, em 1999, mais cinco cidades passaram a integrar a Região Metropolitana: Itaitinga, Chorozinho, Pacajus, Horizonte e São Gonçalo do Amarante por meio da Lei Estadual – nº 18/99.

Em 26 de junho de 2009, o governo estadual adiciona mais duas cidades Pindoretama e Cascavel para compor a RMF por meio da LCE 78/09, totalizando assim 15 municípios. A Região Metropolitana de Fortaleza passou a constituir uma área geográfica de 5.794,7 km² e uma densidade demográfica de 623,97 hab/km² no ano de 2010, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com Araújo; Dantas (2011, p. 11) a “metropolização turística” – a representatividade da metrópole na dinâmica turística - está presente nos cinco municípios litorâneos da RMF, em concentração maior é encontrado em Fortaleza, Aquiraz e Caucaia e os outros municípios litorâneos de São Gonçalo do Amarante e Cascavel recebem um fluxo menor de turistas, mas, mesmo assim, configuram como polos turísticos importantes para o estado do Ceará. Essa relevância do turismo para a atividade econômica do Ceará apresenta um forte impulso nos anos de 1990. Entre 1996 e 2002, verifica-se um acréscimo de aproximadamente 111% no número de turistas que visitaram o estado. A importância da RMF como principal polo turístico do Ceará, no ano de 2002, foi comprovada por meio de dados que mostraram que essa região foi responsável por 64% de todo o fluxo cearense. Em 2008, apresentou 60% de todo o fluxo do estado. Apesar de a porcentagem ser menor, o aumento de turistas na RMF foi de 26% e o total do Ceará, 33%.

Em conjunto com a importância do turismo para a atividade econômica da RMF, pode-se citar também o processo de desenvolvimento ocorrido na costa do estado do Ceará, mais precisamente em São Gonçalo do Amarante, que foi a construção do Terminal Portuário do Pecém, integrante do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), inaugurado oficialmente em 2002. A estrutura do Terminal Portuário de Pecém possui alguns aspectos de grande relevância para o estado do Ceará: i) sua posição geográfica é estritamente satisfatória principalmente no que se refere à rota que liga o estado com a Europa e com os Estados Unidos, ii) a disposição logística decorrente da infraestrutura em torno do Terminal configura como um fator de suma importância para o escoamento da produção do estado (ARAÚJO; FREITAS; ALBUQUERQUE, 2009, p. 3).

O crescimento econômico do estado do Ceará tem se dado de forma centralizada destacando-se a área metropolitana de Fortaleza, onde é possível verificar que o PIB *per capita* dessa metrópole em 2009 foi 52,42% superior ao PIB *per capita* do estado do Ceará.

Região Metropolitana do Recife (RMR)



| | | |
|------------------------------|---------------------------------|-------------------------------------|
| 1 – Ilha de Itamaracá | 6 – Paulista | 11 - Moreno |
| 2 – Itapissuma | 7 - Camaragibe | 12 – Jaboatão dos Guararapes |
| 3 – Igarassu | 8 - Olinda | 13 – Cabo de Santo Agostinho |
| 4 – Araçoiaba | 9 – São Lourenço da Mata | 14 - Ipojuca |
| 5 – Abreu e Lima | 10 – Recife | |

A RMR é percebida como uma região cuja localização geográfica se configura como um trajeto estratégico não só para o estado de Pernambuco, como para vários estados da região Nordeste. Criada pela Lei Complementar Federal nº 14/73, de 08/06/1973, consta entre as primeiras regiões metropolitanas do Brasil. É formada pelos municípios de Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Camaragibe, Cabo de Santo Agostinho, São Lourenço da Mata, Araçoiaba, Ilha de Itamaracá, Ipojuca, Moreno, Itapissuma e Recife e no ano de 2010 a RMR perfazia uma área geográfica de 2.773,8 km² e uma densidade demográfica de aproximadamente 1.330,52 hab/km², segundo IBGE. Sua infraestrutura é muito importante, podendo ser citados: Aeroporto Internacional dos Guararapes - Gilberto Freyre. A importância do Aeroporto Internacional dos Guararapes para o estado de Pernambuco, pode ser analisado sob a ótica de infraestrutura para recebimento de megaeventos, como para o setor de turismo. Segundo Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (INFRAERO)³⁶ os números por si só podem demonstrar a importância dessa infraestrutura aeroportuária na economia local, onde: possui uma área construída de aproximadamente 52.000 m²; 26 posições para aeronaves; 15 pontes de embarques – fingers -; 64 balcões e 12 esteiras de processamento de bagagem. No ano de 2010, o aeroporto apresentou uma movimentação 5.9 milhões de passageiros. Onde, entre o ano de 2009 e 2010,

³⁶Evento em 17 mar. 2011 – RoadShow 2014: 3 anos para a copa no Brasil - Disponível em: <http://www.portal2014.org.br/eventos/roadshow/roadshow-recife/>

neste quesito - movimentação de passageiros - registrou um crescimento na ordem de 13,45%. Opera com 16 companhias aéreas (nacionais e internacionais); tem como destino internacional (direto e conexões): Buenos Aires; Córdoba; Lisboa; Luanda; Madri; Miami; Milão e Orlando.

Além disso, na RMR, encontram-se os dois portos do estado de Pernambuco, porém com características distintas. O primeiro, Porto do Recife, cuja origem é do século XVI - *porto-cidade* -, está completamente inserido no perímetro urbano (SÁ, 2008).

O Porto do Recife está localizado ao longo da margem Atlântica da Ilha do Recife, entre as desembocaduras dos rios Capibaribe, Jequiá, Tejipió e Jordão ao sul e a desembocadura do rio Beberibe ao norte, na região centro-leste da cidade e próximo ao centro comercial. Possui uma área de 3.251,624 hectares, incluindo a área de fundeio. O ponto de referência do Porto é o farol de Recife (Farol do Picão), localizado no quebra-ondas principal (*ibidem*, p. 71)

Já o Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS)³⁷ possui uma característica tipo porto-indústria, ou seja, sua infraestrutura tem como objetivo fornecer condições para a instalação de empreendimentos industriais. O Porto de Suape – considerado um dos portos mais modernos do país - está localizado no litoral sul do estado de Pernambuco, abrangendo os municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho (SÁ, 2008, p. 74).

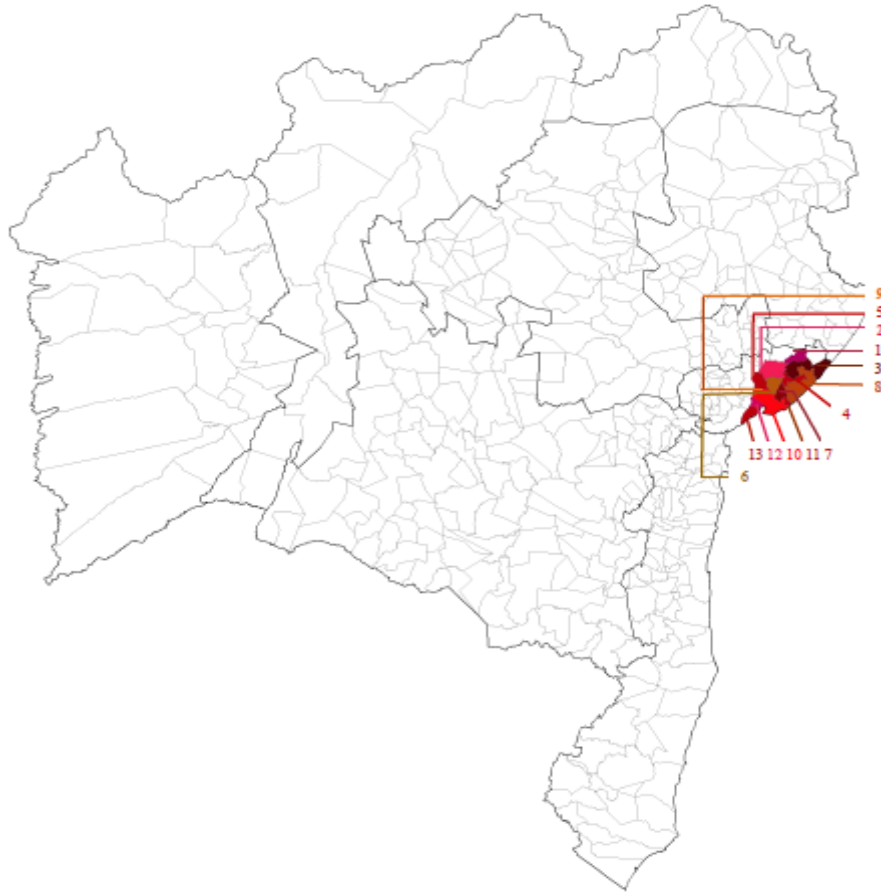
Outro setor muito importante para a RMR é o médico-hospitalar, conhecido como Polo Médico do Recife, é dito como alavanca da economia tanto da cidade do Recife como das cidades em seu entorno – RMR –, considerado um dos mais representativos da região Norte/Nordeste e também nacionalmente. Sua estrutura é formada por aproximadamente 417 hospitais e clínicas, oferece um total de 8,2 mil leitos e, no ano 2000, registrou um faturamento em torno de R\$ 220 milhões (PIMENTEL NETO, 2006, p. 25).

O turismo é outra fonte altamente representativa para a atividade econômica da RMR. Segundo Souza e Silveira Neto (2008), a relevância desse setor pode ser verificada a partir da participação do emprego gerado na economia local que, em 2005, foi da ordem de 9,1%. E desses postos de trabalhos no mesmo período, verificou-se um grau de formalidade em torno de 42,9%, superior ao constatado para a Região Nordeste que foi de 33% para o setor.

Nesse contexto, a importância econômica da RMR para o estado de Pernambuco se mostra altamente impactante. É possível verificar que essa região gerou 65,12% de toda riqueza produtiva do estado no ano de 2009.

³⁷ Também denominado de Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE.

Região Metropolitana de Salvador (RMS)



1-Pojuca
2-São Sebastião do Passe
3-Mata de São João
4-Dias D'Ávila
5-São Francisco do Conde

6-Candeias
7-Simões Filho
8-Camaçari
9-Madre de Deus
10-Salvador

11-Lauro de Freitas
12-Itaparica
13-Vera Cruz

A região metropolitana de Salvador foi instituída pela Lei Complementar Federal nº 14, de 8 de junho de 1973. Em termos geográficos, ocupa uma área total de 4.353,9 km² em 2010 e segundo o IBGE no mesmo período possuía uma densidade demográfica de aproximadamente 820,87 hab/km². Destacam-se, nessa região metropolitana, as atividades do Polo Petroquímico de Camaçari, a fábrica de automóvel Ford, além das atividades especialmente focadas para o turismo. A região metropolitana de Salvador é composta pelos municípios de: Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. Em 17 de dezembro de 2007, foi aprovada pela Assembléia Legislativa da Bahia e sancionada pelo Governo Estadual em 3 de janeiro de 2008 a Lei Complementar Estadual nº 30, que inclui os municípios de Mata de São João e São Sebastião do Passé na RMS. Em 22 de janeiro, por meio da LCE nº 32, foi

incluso na RMS o município de Pojuca. Assim, a RMS passa a ser constituída por 13 municípios na sua totalidade. Um problema enfrentado tanto no estado da Bahia como na RMS é a perda na participação no escoamento da produção do estado para os portos do Recife e Vitória. Esse fato pode ser observado a partir dos números apresentados para 1997 e 2009, passou de 70,6%, para 65,4%, respectivamente, ou seja, uma redução de aproximadamente 7,38% nesse período. Isso, em parte, pode ser explicado pela falta de investimentos para a expansão da infraestrutura logística e portuária do estado (CARVALHO; CARVAHO; GÓES, 2011, p. 8). Tal fato tende ser um entrave para o desenvolvimento da região, pois para os autores, pode-se afirmar que houve uma elevação considerada do nível de globalização da economia baiana e da RMS, principalmente se visto pelas lentes do aumento do fluxo de mercadorias.

O aumento dos investimentos privados e a instalação de novas empresas na região se associam ao crescimento absoluto de empresas do setor de serviços que, juntamente, passam a exigir espaços modernos, com infraestrutura adequada tanto de comunicação quanto urbana para a efetivação de sua instalação. A expansão das atividades de turismo e o crescimento da oferta de serviços pessoais consolidam um movimento de conurbação da região e de consolidação do movimento de direcionamento da metrópole para o vetor norte, tendo uma nova centralidade econômica e financeira, onde se concentram os escritórios das grandes empresas e os serviços mais modernos, e aqueles serviços pessoais com maior capacidade de agregar valor. Por outro lado, intensifica-se o processo de policentralização e periurbanização (*ibidem*, p. 19).

Nesse contexto, é importante discorrer sobre a forte concentração populacional e produtiva nas regiões metropolitanas: RMF; RMR e RMS, fato que as conduzem para posição das mais representativas da Região Nordeste.

Segundo Tabela 2.5, o total da população das três regiões metropolitanas (RMF, RMR e RMS) representa 20,61% de total população da Região Nordeste. Sendo que a Região Nordeste compreende 1.792 municípios distribuídos pelos seus nove estados e as regiões metropolitanas juntas são compostas de apenas 42 municípios.

Tabela 2.5 - Brasil: População Residente³⁸ nas Regiões Metropolitanas do Nordeste segundo Censo 2010.

| Brasil | Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) | Região Metropolitana de Recife (RMR) | Região Metropolitana de Salvador (RMS) |
|-------------|-----------------------------------------|--------------------------------------|----------------------------------------|
| 190.755.799 | 3.615.767 | 3.690.547 | 3.573.973 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

A força da produção dessas Regiões Metropolitanas pode ser analisada no contexto da participação junto ao Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, sob a ótica de toda riqueza gerada na Região Nordeste.

Tabela 2.6 - Brasil: Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Interno Bruto per capita das Regiões Metropolitanas do Nordeste em 2009

| | PIB à preços correntes (1.000 R\$) | PIB per capita (R\$) ¹ |
|------------------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|
| Brasil | 3.239.404.053 | 16.917,66 |
| Região Nordeste | 437.719.730 | 8.167,75 |
| Ceará | 65.703.761 | 7.868,62 |
| Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) | 43.301.223 | 11.993,53 |
| Pernambuco | 78.428.308 | 8.901,93 |
| Região Metropolitana do Recife (RMR) | 51.073.363 | 13.738,11 |
| Bahia | 137.074.671 | 9.364,71 |
| Região Metropolitana de Salvador (RMS) | 68.512.595 | 19.165,41 |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nota:

¹ Refere à média do PIB per capita das Regiões Metropolitanas;

Observa-se uma forte concentração dos municípios situados nas regiões metropolitanas do Nordeste no Produto Interno Brasileiro (PIB) dos seus respectivos estados. A RMR é a maior concentradora da riqueza de Pernambuco, ou seja, os 14 municípios que agregam essa região metropolitana correspondem por 65,12% de tudo que é produzido no estado. Sendo que a cidade do Recife aparece em primeiro lugar com uma participação de aproximadamente 33,37% no PIB estadual, seguida de Ipojuca com 9,03% e Jaboatão dos

³⁸ Segundo o IBGE, a população residente foi composta pelos moradores presentes e ausentes, ou seja, pelas pessoas que tinham a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, na data da entrevista, estavam presentes ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso em: 8 out. 12.

Guararapes com 9%. Ao analisar o PIB da Bahia, constata-se que a RMS também possui uma participação significativa no PIB estadual, porém de menor magnitude do que o verificado para as RMF e RMR, ficando em torno de 49,98%. Tal fato tende sinalizar que neste estado – Bahia – a riqueza produzida intra-regional é menos concentrada do que verificado para os estados do Ceará e Pernambuco.

O peso dessas regiões metropolitanas no PIB da região Nordeste é altamente significativo, pois

[...] os recentes investimentos federais na Região beneficiam ainda mais estas microrregiões por meio de obras ligadas à infraestrutura e de integração, a exemplo dos portos de Pecém no Ceará e de Suape em Pernambuco, sob a expectativa de inaugurar uma nova rodada de crescimento, a fim de seguir o período recente de considerável alta no PIB regional, refletido no intenso aumento do número de empregos e de remuneração presentes da Região. Esses projetos estruturantes executados fundamentalmente pelo governo federal geram consequências diretas em favor das maiores microrregiões que ganham e ampliam suas vantagens relativas para inserção de seus produtos nos mercados internos e externos, impulsionando ainda mais o processo de crescimento destas, com tendências de alargamento da distância existente com as demais microrregiões presentes no Nordeste brasileiro (SANTOS; ROSÁRIO, 2011, p. 13).

Assim sendo, é possível verificar que essas regiões metropolitanas – RMF; RMR e RMS - possuem um papel preponderante no que se refere a liderar as vantagens comparativas dentro da região Nordeste, seja, pela alta concentração populacional ou pelo peso na atividade econômica, em especial no setor industrial, em detrimento das outras regiões intraestado (SANTOS; ROSÁRIO, 2011)

2.4 Brasil Metropolitano: dados socioeconômicos concernentes a chefes do domicílio

Os dados socioeconômicos dos chefes dos domicílios das regiões metropolitanas do Brasil serão alvos de explanação nesta subseção, que também tem o objetivo de traçar uma comparação entre as regiões metropolitanas do Nordeste a partir das características do indivíduo, tais como: sexo, idade, escolaridade, raça, setor de atividade, posição na ocupação, condições de moradia e segurança alimentar do domicílio. A primeira etapa da análise se concentrará nas características dos chefes dos domicílios inseridos na linha de pobreza construída sob um limite na renda domiciliar, ou seja, famílias como uma renda mensal *per capita* até ½ salários mínimos valores em R\$ (reais) de 2009 será considera pobre. No segundo momento, serão analisadas as características socioeconômicas dos chefes de domicílios sem fazer uso de corte na renda per capita domiciliar.

2.4.1 Brasil Metropolitano: características socioeconômicas de chefes de domicílios pobres

Os domicílios pobres nas regiões metropolitanas do Brasil e no Brasil – conforme tabela 2.7 - são em sua maioria chefiados por homens (com exceção da RMS), com idade média em torno dos 40 anos, em sua maioria são pretos ou pardos (com exceção da RMC e RMPA) e em todas as regiões analisadas esses indivíduos possuem uma escolaridade média maior que a verificada para o Brasil. Porém, a partir do momento em que se desagregam os anos de estudo, é possível verificar que as regiões metropolitanas do Nordeste – RMS, RMF e RMR - possuem uma média maior de indivíduos pobres que são chefes de família sem instrução ou com menos de um ano de escolaridade do que registrado para as outras regiões metropolitanas do Brasil. Dando continuidade aos anos de estudo, a RMRJ ou Grande Rio foi a que apresentou o menor percentual de chefes de família pobres com ensino fundamental incompleto 38,35%, enquanto as RMS (46,94%); RMF (44,52%) e RMR (47,89%). E o mais preocupante é verificar que o topo da escolaridade, ou seja, ensino superior completo, configura chefes de famílias em situação de pobreza. O Distrito Federal apresenta o maior valor 3,17% entre as regiões metropolitanas estudadas.

Tabela 2.7 - Brasil: Características do chefe do domicílio pobre¹ nas Regiões Metropolitanas do Brasil em 2009.

| | Brasil | RMB | RMS | RMF | RMR | RMBH | RMRJ | RMSP | RMC | RMPA | Distr. Federal |
|----------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|----------------|
| Idade (média) (%) | 42 | 41 | 42 | 42 | 43 | 42 | 43 | 42 | 41 | 42 | 40 |
| Sexo (%) | | | | | | | | | | | |
| Feminino | 35,04 | 43,93 | 51,89 | 42,36 | 47,70 | 48,00 | 48,00 | 47,22 | 39,73 | 49,51 | 48,32 |
| Masculino | 64,96 | 56,07 | 48,11 | 57,64 | 52,30 | 52,00 | 58,98 | 52,78 | 60,27 | 50,49 | 51,68 |
| Raça (%) | | | | | | | | | | | |
| Branco | 29,23 | 18,09 | 10,69 | 23,69 | 25,31 | 24,70 | 38,18 | 49,15 | 64,04 | 68,12 | 28,71 |
| Negros (pretos e pardos) | 70,25 | 81,35 | 88,68 | 76,11 | 74,50 | 74,95 | 61,59 | 49,39 | 35,27 | 31,17 | 70,69 |
| Escolaridade Média² | 5,86 | 7,47 | 7,05 | 6,53 | 7,10 | 6,86 | 7,31 | 7,14 | 7,24 | 7,19 | 7,55 |
| Anos de Estudos³ (%) | | | | | | | | | | | |
| Sem Instrução ou menos de 1 ano | 21,24 | 6,63 | 12,89 | 18,28 | 12,49 | 10,09 | 9,93 | 14,13 | 8,56 | 7,19 | 10,10 |
| 1 a 3 anos | 18,44 | 16,29 | 13,84 | 15,41 | 13,20 | 15,30 | 13,95 | 12,92 | 14,38 | 14,53 | 11,49 |
| 4 a 7 anos | 31,94 | 33,48 | 33,10 | 29,11 | 34,69 | 38,78 | 34,40 | 32,61 | 36,64 | 42,74 | 36,24 |
| 8 a 10 anos | 13,64 | 22,36 | 17,77 | 17,52 | 18,25 | 17,22 | 19,62 | 18,36 | 18,84 | 17,21 | 17,03 |
| 11 a 14 anos | 13,51 | 19,89 | 21,54 | 19,17 | 19,29 | 17,91 | 20,09 | 19,44 | 18,49 | 15,66 | 21,78 |
| 15 anos ou mais | 0,99 | 1,01 | 0,79 | 0,32 | 1,49 | 0,52 | 2,01 | 2,42 | 3,08 | 2,68 | 3,17 |

Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Notas:

¹Domicílio com renda *per capita* mensal em reais (R\$) de ½ salário mínimo no ano de 2009.

Região Metropolitana de Belém (RMB); Região Metropolitana de Salvador (RMS); Região Metropolitana do Recife (RMR); Região Metropolitana de Fortaleza (RMF); Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ); Região Metropolitana de São Paulo (RMSP); Região Metropolitana de Curitiba (RMC); Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e Distrito Federal.

²Anos de estudos: (1) Analfabetos são indivíduos sem escolaridade que não sabem nem ler nem escrever; escolaridade menor do que um ano; (2) primeira à terceira série completa do ensino fundamental = 1-3; (3) quarta série completa à sétima série completa do ensino fundamental = 4-7; (4) ensino fundamental completo à segunda série completa do ensino médio = 8-10; (5) ensino médio completo à ensino superior incompleto = 11-14; (6) ensino superior completo = ≥15.

Por meio da tabela 2.8, será possível verificar as condições e o nível de participação ocupacional dos chefes de famílias nas regiões metropolitanas do Brasil.

Nesse contexto, é possível verificar que a participação dos chefes de famílias pobres empregados na RMF gira em torno de 89,42% e o número de horas/semanais trabalhadas está em torno de 42,88 h, valores mais elevados entre todas as regiões metropolitanas analisadas e também em comparação com o Brasil. A parcela desses trabalhadores da RMF que possui carteira assinada – estando cobertos pela Consolidação das Leis Trabalhista (CLT) em que lhe asseguram proteção social no caso de aposentadoria, invalidez temporária ou permanente; etc. - é a menor registrada entre as regiões metropolitanas analisadas 36,26%, com exceção da RMB. Tal fato tende implicar que a RMF também foi a que apresentou a menor média salarial

entre todas as regiões estudadas, em torno de R\$ 477,00, enquanto no Distrito Federal a maior média é de R\$ 537,00. No entanto, quando se analisa pela ótica da vulnerabilidade ocupacional da força de trabalho dos chefes de família pobres expressa no trabalho por conta própria verifica-se que a RMR foi que a região metropolitana que apresentou o maior percentual em torno de 33,42%, inferior apenas à registrada na RMB que foi da ordem de 34,89%. Outra análise extraída da Tabela 2.8 é a forte participação do trabalho doméstico como trabalho principal dos chefes de família. Em todas as Regiões Metropolitanas estudadas, constata-se valores acima dos valores para o Brasil que foi aproximadamente 9,97%. No Distrito Federal, verifica-se a maior incidência dessa modalidade (20,75%); seguido pela RMB (19,53%) e RMPA (19,40%). Porém, quando se analisa essa mão-de-obra empregada em serviços domésticos, constata-se um percentual muito alto de trabalhadores sem carteira assinada: Brasil registra em valor da ordem de 8,24%; RMB (16,19%); RMS (13,18%); RMF (10,59%); RMR (12,41%); RMBH (11,17%); RMRJ (11,25%); RMSP (11,17%); RMC (8,98%); RMPA (14,36%) e Distrito Federal (15,31%). Os números demonstram que trabalhadores domésticos que estão inseridos na linha de pobreza ainda são caracterizados por forte precariedade nos seus direitos sociais.

No Brasil, os chefes de família pobres se encontram em uma parcela significativa empregados na agricultura aproximadamente 33,86%. Nas regiões metropolitanas, os empregos estão em vários setores, porém os de serviços pessoais e produtivos apresentam maior concentração: RMS (30,16%); RMF (24,99%); RMR (27,27%); RMBH (24,93%); RMRJ (38,12%); RMSP (25,74%); RMC (24,54%); Distrito Federal (34,69%). Enquanto, na RMB, o maior percentual da massa trabalhadora se encontra no comércio em torno de 25,04%.

A vulnerabilidade no mercado de trabalho que o chefe de família vivencia tende a refletir-se nas precárias condições de moradia em que é obrigado a se abrigar.

Tabela 2.8 - Brasil: Características do mercado de trabalho² do chefe do domicílio pobre¹ nas Regiões Metropolitanas do Brasil em 2009

| | Brasil | RMB | RMS | RMF | RMR | RMBH | RMRJ | RMSP | RMC | RMPA | Distr. Federal |
|---------------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|----------------|
| Horas trabalhadas³ | 40,49 | 39,34 | 40,01 | 42,88 | 40,84 | 39,62 | 41,82 | 41,26 | 39,53 | 39,12 | 42,17 |
| Situação no mercado de trabalho (%) | | | | | | | | | | | |
| Ocupado | 88,90 | 86,44 | 79,85 | 89,42 | 77,38 | 84,91 | 79,47 | 72,28 | 75,91 | 80,04 | 81,22 |
| Desocupado | 11,10 | 13,56 | 20,15 | 10,58 | 22,62 | 15,09 | 20,53 | 27,72 | 24,09 | 19,96 | 18,78 |
| Aposentado | 7,42 | 4,16 | 5,97 | 5,48 | 7,64 | 8,70 | 6,26 | 6,04 | 6,16 | 7,05 | 2,97 |
| Média da Renda (R\$) | 381 | 421 | 393 | 377 | 414 | 455 | 517 | 535 | 501 | 471 | 537 |
| Posição na ocupação (%) | | | | | | | | | | | |
| Empregado com carteira assinada | 26,14 | 26,55 | 43,55 | 36,26 | 39,69 | 44,66 | 43,54 | 44,66 | 42,52 | 37,53 | 51,70 |
| Empregado sem carteira assinada | 30,66 | 33,72 | 28,65 | 31,49 | 24,20 | 28,16 | 28,13 | 28,16 | 20,36 | 29,98 | 24,49 |
| Conta própria | 32,73 | 34,89 | 21,20 | 28,82 | 33,42 | 24,27 | 25,21 | 24,27 | 30,54 | 26,95 | 20,75 |
| Outros ⁴ | 10,46 | 4,84 | 6,60 | 3,44 | 2,69 | 2,91 | 3,12 | 2,91 | 6,58 | 5,54 | 3,06 |
| Setor de atividade do (%) | | | | | | | | | | | |
| Agricultura | 33,86 | 4,17 | 3,90 | 6,68 | 3,56 | 4,01 | 1,04 | 1,70 | 13,77 | 9,82 | 2,38 |
| Indústria | 10,46 | 8,84 | 7,41 | 19,27 | 10,44 | 14,04 | 11,87 | 14,80 | 13,18 | 16,88 | 7,48 |
| Construção Civil | 11,54 | 16,36 | 16,12 | 13,07 | 11,55 | 16,91 | 14,17 | 19,17 | 16,17 | 15,87 | 15,65 |
| Comércio | 13,59 | 25,04 | 19,77 | 20,52 | 23,10 | 14,04 | 17,08 | 18,69 | 17,37 | 15,62 | 16,33 |
| Serviços pessoais e Produtivos ⁵ | 17,14 | 21,37 | 30,16 | 24,99 | 27,27 | 24,93 | 38,12 | 25,74 | 24,54 | 17,38 | 34,69 |
| Saúde; educação e serviços sociais. | 2,70 | 2,84 | 4,29 | 3,05 | 2,95 | 6,88 | 3,13 | 3,64 | 4,19 | 3,78 | 2,38 |
| Serviços domésticos | 9,97 | 19,53 | 17,17 | 11,93 | 15,23 | 18,62 | 13,75 | 16,02 | 10,78 | 19,40 | 20,75 |
| Atividade mal definidas | 0,74 | 1,84 | 1,17 | 0,48 | 5,90 | 0,57 | 0,83 | 0,24 | - | 1,26 | 0,34 |

Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Notas:

¹ Domicílio com renda *per capita* mensal em reais (R\$) de ½ salário mínimo no ano de 2009.² Compreende o “trabalho principal” do chefe do domicílio.

Região Metropolitana de Belém (RMB); Região Metropolitana de Salvador (RMS); Região Metropolitana do Recife (RMR); Região Metropolitana de Fortaleza (RMF); Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ); Região Metropolitana de São Paulo (RMSP); Região Metropolitana de Curitiba (RMC); Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e Distrito Federal.

³ Horas trabalhadas semanalmente no trabalho principal⁴ Outros: militar, funcionário público estatutário, empregador, trabalha para o próprio consumo e não remunerado. ⁵Serviços pessoais e produtivos: alojamento e alimentação; transporte, armazenagem; comunicação; administração pública; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; outras atividade.

O reflexo na precariedade ocupacional tende a se espelhar nas condições de moradia. Nesse sentido, verificam-se, a partir da Tabela 2.9, as condições de moradia do chefe de domicílio pobre. Quando se analisa a procedência da água canalizada no domicílio, constata-se que a RMB (33,56%); RMRJ (15,47%) e RMPA (11,66%) recebem água de poço ou nascente. Estendendo essa análise para as regiões metropolitanas do Nordeste, verifica-se que a RMR registra o menor percentual de domicílios com acesso à rede geral de distribuição de água 93%, seguido da RMF com 94,68% e RMS da ordem de 99,51%.

Domicílio com banheiro, em todas as regiões metropolitanas analisadas, apresentaram valores acima do registrado para o Brasil.

No entanto, quando se analisa o acesso a saneamento básico – forma de escoadouro do banheiro ou sanitário -, o percentual de domicílios com rede coletora de esgoto ou pluvial no Brasil 33,13%, valor muito baixo se comparado com algumas regiões metropolitanas: RMBH (79,33%); RMSP (72,18%) e Distrito Federal (87,31%). Entre as regiões metropolitanas do Nordeste, a RMR com 28,86% foi a que apresentou a menor taxa, seguida da RMF com 41,40% e RMS aproximadamente 75,66% - observando-se nesta última um dos melhores resultados entre todas as regiões metropolitanas. Porém, no quesito “fossa rudimentar³⁹”, são preocupantes os valores encontrados tanto para o Brasil que foi da ordem de 37,32%, como para algumas regiões metropolitanas. A RMR (57,11%) e RMF (33,88%) foram as que apresentaram os maiores percentuais entre as regiões estudadas.

No que se refere à coleta de lixo, a RMS, com 42,83%, tem seu lixo coletado indiretamente⁴⁰, seguida pela RMR, com 17,82%, sendo esses os maiores percentuais encontrados entre as regiões metropolitanas e também para o Brasil. Tal fato indica que um percentual significativo dos domicílios pobres não tem acesso a serviço de limpeza nas ruas em que estão localizados. Ainda sobre esse contexto – destino do lixo domiciliar -, os domicílios pobres no Brasil aproximadamente 22,40% despejam seus lixos em vala, direto para o rio, lago ou mar, outra forma, e o mesmo procedimento é verificado nas RMF (7,52%); RMR (4,31%) e RMC (4,81%).

³⁹ Quando os dejetos são esgotados para uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco etc.) (Notas metodológicas – PNAD/2009).

⁴⁰ **Coletado indiretamente:** quando o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que posteriormente o recolhia. *Coletado diretamente* : quando o lixo é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atende ao logradouro em que se situa o domicílio (Notas metodológicas – PNAD/2009).

Tabela 2.9 - Brasil: Condições da Moradia do chefe do domicílio pobre¹ nas Regiões Metropolitanas do Brasil em 2009

| | Brasil | RMB | RMS | RMF | RMR | RMBH | RMRJ | RMSP | RMC | RMPA | Distr. Federal |
|---------------------------------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|----------------|
| Providência da água canalizada (%) | | | | | | | | | | | |
| Rede geral de distribuição | 84,49 | 66,17 | 99,51 | 94,68 | 93,00 | 98,59 | 84,41 | 98,12 | 93,33 | 87,90 | 92,90 |
| Poço ou nascente | 14,95 | 33,56 | 0,41 | 4,74 | 7,00 | 1,23 | 15,47 | 1,63 | 6,67 | 11,66 | 6,69 |
| Outras providências | 0,56 | 0,27 | 0,08 | 0,58 | - | 0,18 | 0,12 | 0,25 | - | 0,44 | 0,41 |
| No domicílio possui banheiro ou sanitário (%) | | | | | | | | | | | |
| Sim | 90,90 | 92,58 | 97,72 | 96,69 | 98,17 | 99,30 | 99,64 | 99,51 | 97,94 | 96,90 | 99,20 |
| Não | 9,10 | 7,42 | 2,28 | 3,31 | 1,83 | 0,70 | 0,36 | 0,49 | 2,06 | 3,10 | 0,80 |
| Forma de escoadouro sanitário (%) | | | | | | | | | | | |
| Rede coletora de esgoto ou pluvial | 33,13 | 3,76 | 75,66 | 41,40 | 28,86 | 79,33 | 66,31 | 72,18 | 58,60 | 16,45 | 87,31 |
| Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial | 4,62 | 14,93 | 6,85 | 3,69 | 0,93 | 1,23 | 12,50 | 3,92 | 7,72 | 49,20 | 1,61 |
| Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial | 18,47 | 68,81 | 9,51 | 17,01 | 3,39 | 1,05 | 4,52 | 7,23 | 20,00 | 23,14 | 10,66 |
| Fossa rudimentar | 37,32 | 7,04 | 4,51 | 33,88 | 57,11 | 11,56 | 6,43 | 4,17 | 8,77 | 6,55 | 2,21 |
| Outros ² | 6,46 | 5,46 | 3,46 | 4,02 | 9,71 | 6,83 | 10,24 | 12,50 | 4,92 | 4,65 | 0,20 |
| Destino do lixo domiciliar (%) | | | | | | | | | | | |
| Coletado diretamente | 68,69 | 82,92 | 54,33 | 82,79 | 77,87 | 88,52 | 89,09 | 88,78 | 92,10 | 91,96 | 89,92 |
| Coletado indiretamente | 8,91 | 11,91 | 42,83 | 9,69 | 17,82 | 8,35 | 8,66 | 10,12 | 3,09 | 5,64 | 6,89 |
| Outras formas ³ | 22,40 | 5,17 | 2,84 | 7,52 | 4,31 | 3,13 | 2,26 | 1,10 | 4,81 | 2,40 | 3,19 |

Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Nota

¹ Domicílio com renda *per capita* mensal em reais (R\$) de ½ salário mínimo no ano de 2009.

Região Metropolitana de Belém (RMB); Região Metropolitana de Salvador (RMS); Região Metropolitana do Recife (RMR); Região Metropolitana de Fortaleza (RMF); Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ); Região Metropolitana de São Paulo (RMSP); Região Metropolitana de Curitiba (RMC); Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e Distrito Federal.

² Outros: vala; direto para o rio, lago ou mar; outra forma.³ Outras formas: queimado ou enterrado na propriedade; jogado em terreno baldio ou logradouro; jogado em rio, lago ou mar; outro destino.

A pobreza, além de poder ser observada por meio das condições precárias das moradias, desponta em um nível ainda mais perverso sob as lentes do déficit alimentar.

Essa realidade, no Seminário Nacional Mesa Brasil Sesc – Segurança alimentar e nutricional: desafios e estratégias em 2010⁴¹, foi tema de debate. A discussão girou em torno do problema da falta de acesso a alimento, como também da falta de acesso à alimentação adequada, vivenciada não somente pelos pobres, mas também pelos que não estão incluídos nesse universo. Nesse contexto, a Tabela 2.10 tem o objetivo de demonstrar as condições de segurança alimentar⁴², tanto no Brasil como nas dez regiões metropolitanas dos domicílios pobres.

O que é possível constatar que todos os domicílios pobres apresentam algum tipo de insegurança alimentar⁴³. No Brasil, 25,45% dessa parcela da população moram em domicílio que possui algum morador com menor de 18 anos e apresentam insegurança alimentar leve⁴⁴.

⁴¹ Disponível em: < <http://www.sesc.com.br/mesabrasil/doc/seminarioMesaBrasil.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

⁴²**Segurança alimentar** - Quando, no período de referência dos últimos três meses, não ocorreu na unidade domiciliar nenhuma das quatro seguintes situações: a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar etc.), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) os moradores da unidade domiciliar ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; e d) os moradores da unidade domiciliar comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou.

Insegurança alimentar - Quando, no período de referência dos últimos três meses, ocorreu na unidade domiciliar pelo menos uma das quatro seguintes situações: a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar etc.), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) os moradores da unidade domiciliar ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; d) os moradores da unidade domiciliar comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 set. 2012.

⁴³O problema da insegurança alimentar tem como pioneiro, nesse campo de estudo, Josué de Castro no seu clássico *Geografia da Fome*, pois o autor procurou demonstrar e determinar o “mapa de fome” no Brasil por meio das suas regiões, levantando seus determinantes e as vias possíveis a serem traçadas para superação desse problema, pois até então as pesquisas só se preocupavam com a quantidade de pessoas que passavam fome e não nos seus determinantes e, a partir daí tentar resolvê-los.

⁴⁴**Insegurança Alimentar Leve:** Quando, no período de referência de três meses, ocorreu na unidade domiciliar pelo menos uma e no máximo cinco das seguintes situações, no caso de ter algum morador de menos de 18 anos de idade, ou pelo menos uma e no máximo três das seguintes condições, no caso de não ter morador de menos de 18 anos de idade: a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores da unidade domiciliar acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar, etc.), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica; c) os moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; d) os moradores comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou; e) algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida; f) algum

Entre as regiões metropolitanas, as que apresentaram os maiores valores que o encontrado para o Brasil foram: RMSP (26,86%) e RMS (28,69%). No entanto, quando a análise se estende para domicílios que apresentam insegurança alimentar grave⁴⁵ e possui algum morador menor de 18 anos, constata-se que a RMS (16,98%); RMF (13,76%) e RMB (15,06%) apresentam os valores mais altos entre as regiões metropolitanas estudadas e também em relação ao verificado para o Brasil que foi de aproximadamente 10,67%. Infelizmente, mesmo quando se analisa a insegurança alimentar nos domicílios que não possuem nenhum morador menor de 18 anos, constata-se que a RMS (14,55%) e RMR (12,36%) denotam as maiores porcentagens encontradas para as regiões metropolitanas, seguidas pela RMRJ (10,28%) e RMSP (10,51%).

morador de 18 anos ou mais de idade comeu menos porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida; g) algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida; h) algum morador de 18 anos ou mais de idade fez apenas uma refeição no dia ou ficou o dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida; i) algum morador de menos de 18 anos de idade deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida; j) algum morador de menos de 18 anos de idade não comeu quantidade suficiente porque não havia dinheiro para comprar comida; k) algum morador de menos de 18 anos de idade teve a quantidade de alimentos das refeições diminuída porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida; l) algum morador de menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida; m) algum morador de menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida; n) algum morador de menos de 18 anos de idade ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em 29 set. 2012.

⁴⁵ **Insegurança alimentar grave** - Quando, no período de referência de três meses, ocorreram na unidade domiciliar pelo menos dez das seguintes situações, no caso de ter algum morador de menos de 18 anos de idade, ou pelo menos seis das seguintes condições, no caso de não ter morador de menos de 18 anos de idade: a) um ou mais moradores ficaram preocupados por não terem certeza de que os alimentos de que dispunham durassem até que fosse possível comprar ou receber mais comida que constituía a sua alimentação habitual; b) a comida disponível para os moradores da unidade domiciliar acabou antes que tivessem dinheiro para comprar mais alimentos que constituíam as suas refeições habituais, sem considerar a existência dos alimentos secundários (óleo, manteiga, sal, açúcar etc.), uma vez que sozinhos não constituem a alimentação básica c) os moradores ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada; d) os moradores comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou; e) algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida; f) algum morador de 18 anos ou mais de idade comeu menos porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida; g) algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida; h) algum morador de 18 anos ou mais de idade fez apenas uma refeição no dia ou ficou o dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida; i) algum morador de menos de 18 anos de idade deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida; j) algum morador de menos de 18 anos de idade não comeu quantidade suficiente porque não havia dinheiro para comprar comida; k) algum morador de menos de 18 anos de idade teve a quantidade de alimentos das refeições diminuída porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida; l) algum morador de menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida; m) algum morador de menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida; n) algum morador de menos de 18 anos de idade ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 29 set. 2012.

Tabela 2.10 - Brasil: Situação de segurança alimentar dos domicílios pobres situados nas Regiões Metropolitanas do Brasil, 2009

| | Brasil | RMB | RMS | RMF | RMR | RMBH | RMRJ | RMSP | RMC | RMPA | Distr. Federal |
|---------------------------------------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|----------------|
| Situação de segurança alimentar do domicílio¹ (%) | | | | | | | | | | | |
| Domicílio tem segurança alimentar | 42,30 | 33,93 | 21,54 | 40,32 | 42,33 | 48,69 | 51,30 | 43,72 | 55,48 | 51,49 | 57,63 |
| Tem morador menor de 18 e insegurança alimentar ² | 48,75 | 56,51 | 63,91 | 51,78 | 45,31 | 43,13 | 38,41 | 45,77 | 36,64 | 40,72 | 37,42 |
| Não tem morador menor de 18 anos e tem insegurança alimentar | 8,95 | 9,56 | 14,55 | 7,90 | 12,36 | 8,18 | 10,28 | 10,51 | 7,88 | 7,79 | 4,95 |

Elaboração Própria

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Nota

¹ Domicílio com renda *per capita* mensal em reais (R\$) de ½ salário mínimo no ano de 2009.² O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, define-se segurança alimentar como a garantia de acesso contínuo à quantidade e qualidade suficientes de alimentos, obtidos por meio socialmente aceitável, de forma a assegurar o bem-estar e saúde dos indivíduos

Porém, os dados extraídos da PNAD/2009 sinalizam a existência de valores estritamente altos de domicílios com algum tipo de insegurança alimentar, tanto para o Brasil como as regiões metropolitanas analisadas. Contabilizados os domicílios pobres com algum tipo de insegurança alimentar, seja com algum morador menor de 18 anos ou não, verifica-se que as regiões metropolitanas do Nordeste e Norte são as que apresentaram as mais elevadas proporções: RMB (66,07%); RMS (78,46%); RMF (59,68%) e RMR (57,67%).

Assim, percebe-se um alto nível de domicílios tanto para o Brasil como para as regiões metropolitanas quando se define a pobreza por meio de insuficiência de renda com algum tipo de insegurança alimentar. Diante dessa realidade, é possível verificar que existem mais domicílios cujo morador não tem condições de comprar o que precisa para se alimentar, do que domicílios em que as necessidades básicas alimentares são plenamente atendidas.

2.4.2 Brasil Metropolitano: características socioeconômicas de chefes de domicílios

Os chefes de domicílio das regiões metropolitanas do Brasil objeto de estudo nesta secção, situam-se na faixa etária dos 45 aos 50 anos. Em sua maioria são do sexo masculino e em seis das regiões metropolitanas - RMB (74,55%); RMS (81,81%); RMF (68,43%); RMR (63,26%); RMBH (86,82%) e Distrito Federal (56,88%) - são negros ou pardos, enquanto, na RMRJ (55,85%), RMSP (59,08%), RMC (74,17%) e RMPA (81,94%), são brancos, conforme Tabela 2.11. A escolaridade média desses indivíduos é em torno de 9,17 anos. Em relação à escolaridade, é importante destacar que, em todas as Regiões Metropolitanas estudadas, a média foi maior que a verificada para o Brasil 7,95 anos. No entanto, a RMB 8,81, RMF 8,35 e RMR 8,79 foram as que apresentaram o chefe de família com menor média de anos de estudo entre as regiões analisadas.

Nesse sentido, vale mencionar que indivíduos sem instrução ou com menos de um ano de estudo foram encontrados com maior proporção nas regiões metropolitanas do Nordeste: RMS (7,98%); RMF (12,98%) e RMR (9,83%), enquanto, na RMC (4,88%), RMPA (4,12%) e Distrito Federal (4,99%), verifica-se um cenário totalmente diferente, revelando a desigualdade que há entre as regiões metropolitanas. No entanto, essa realidade se mostra mais alarmante quando se analisa o Brasil em si, 13,76% desses indivíduos são considerados analfabetos.

A porcentagem de chefes de domicílio que possuem o fundamental incompleto também se mostra altamente presente nas Regiões Metropolitanas cuja média é em torno de 33,53%, menor ainda do que é verificado para o Brasil que foi de aproximadamente 38,14%. Porém, as RMBH com 38,23%, RMPA (37,59%) e RMB (36,95%) foram as regiões que despontaram com o maior percentual, enquanto o Distrito Federal (27,10%) foi o menor valor entre todas as regiões metropolitanas estudadas. Quando se analisam indivíduos com 15 ou mais anos de estudo, as regiões do Norte/Nordeste foram as que possuem o menor percentual de chefes de família com ensino superior completo: RMB (8,41%), RMS (10,01%), RMF (8,58%) e RMR (10,65%) e os maiores valores se encontram na RMRJ (14,55%), RMC (14,13%) e Distrito Federal (22,23%).

Tabela 2.11 - Brasil: Características do chefe do domicílio nas Regiões Metropolitanas¹ do Brasil em 2009.

| | Brasil | RMB | RMS | RMF | RMR | RMBH | RMRJ | RMSP | RMC | RMPA | Distr. Federal |
|----------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|----------------|
| Idade (média) (%) | 47 | 46 | 46 | 45 | 48 | 48 | 50 | 47 | 46 | 48 | 45 |
| Sexo (%) | | | | | | | | | | | |
| Feminino | 34,70 | 42,10 | 45,54 | 38,82 | 43,13 | 40,93 | 38,50 | 40,23 | 38,29 | 43,29 | 42,29 |
| Masculino | 65,30 | 57,90 | 54,46 | 61,18 | 56,87 | 59,07 | 61,50 | 59,77 | 61,71 | 56,71 | 57,71 |
| Raça (%) | | | | | | | | | | | |
| Branco | 45,64 | 24,62 | 17,50 | 31,33 | 36,33 | 38,58 | 55,85 | 59,08 | 74,17 | 81,94 | 42,35 |
| Negros (pretos e pardos) | 53,66 | 74,55 | 81,81 | 68,43 | 63,26 | 86,82 | 43,64 | 38,60 | 24,57 | 17,54 | 56,88 |
| Escolaridade Média | 7,95 | 8,81 | 9,12 | 8,35 | 8,79 | 9,0 | 9,43 | 9,20 | 9,47 | 9,33 | 10,39 |
| Anos de Estudos² (%) | | | | | | | | | | | |
| Sem Instrução ou menos de 1 ano | 13,76 | 5,67 | 7,98 | 12,98 | 9,83 | 7,01 | 6,33 | 7,59 | 4,88 | 4,12 | 4,99 |
| 1 a 3 anos | 12,59 | 12,33 | 9,23 | 11,09 | 9,48 | 9,68 | 8,57 | 7,50 | 9,79 | 9,06 | 6,67 |
| 4 a 7 anos | 25,55 | 24,62 | 22,48 | 21,24 | 23,84 | 28,55 | 23,60 | 24,84 | 23,77 | 28,53 | 20,43 |
| 8 a 10 anos | 13,76 | 19,30 | 14,52 | 16,47 | 14,36 | 14,76 | 16,41 | 16,03 | 15,50 | 15,83 | 12,94 |
| 11 a 14 anos | 25,00 | 29,53 | 35,70 | 29,39 | 31,48 | 27,57 | 30,50 | 30,98 | 31,89 | 29,84 | 32,60 |
| 15 anos ou mais | 9,21 | 8,41 | 10,01 | 8,58 | 10,65 | 12,21 | 14,55 | 13,05 | 14,13 | 12,57 | 22,23 |

Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Notas:

¹ Região Metropolitana de Belém (RMB); Região Metropolitana de Salvador (RMS); Região Metropolitana do Recife (RMR); Região Metropolitana de Fortaleza (RMF); Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ); Região Metropolitana de São Paulo (RMSP); Região Metropolitana de Curitiba (RMC); Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e Distrito Federal.

² Anos de estudos: (1) Analfabetos são indivíduos sem escolaridade que não sabem nem ler e escrever; escolaridade menor do que um ano; (2) primeira à terceira série completa do ensino fundamental = 1-3; (3) quarta série completa à sétima série completa do ensino fundamental = 4-7; (4) ensino fundamental completo à segunda série completa do ensino médio = 8-10; (5) ensino médio completo à ensino superior incompleto = 11-14; (6) ensino superior completo = ≥ 15 .

De acordo com a Tabela 2.11, ficam evidenciadas algumas diferenças importantes entre os chefes de domicílio, principalmente quando se observa o desnível educacional entre regiões metropolitanas a partir dos extremos sobre “anos de estudo”. Em relação à variável indivíduos sem instrução ou com menos de um ano de estudo, observa-se que o percentual maior se encontra nas Regiões Metropolitanas do Nordeste e, enquanto se verifica os chefes de famílias com 15 anos ou mais – superior completo – constata-se que os maiores valores são registrados para as regiões mais ricas do país. Tal fato sinaliza uma das características da desigualdade inter-regional tão presentes no Brasil, ou seja, o diferencial de escolaridade a favor da população Sudeste e em desfavor do Nordeste.

As características do mercado de trabalho dos chefes de família também serão decompostas conforme Tabela 2.12. Em um primeiro momento, é possível verificar que a média do número de horas trabalhadas semanalmente entre as regiões ficou em torno de 41,50h. As regiões em que os indivíduos trabalham mais semanalmente é a RMF (43) e RMSP (43), média maior do que a verificada para o Brasil. As maiores taxas de trabalhadores chefe de domicílio desocupados foram encontradas nas RMS (7,44%) e RMR (9,65%), enquanto a média do Brasil foi de aproximadamente 4,36%.

Em relação à renda média proveniente do trabalho principal, as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Distrito Federal têm em torno de 61,79% maior do que a média verificada para Belém, Salvador, Fortaleza e Recife, e, em relação ao Brasil, é superior em torno de 47,84%. As maiores renda foram registradas no Distrito Federal R\$ 2.669,00, RMC R\$ 1.720,00 e RMSP 1.701,00. O grau de formalidade - carteira assinada – é encontrado em menor porcentagem na RMB (29,46%) e RMF (38,14%), abaixo da proporção encontrada para o Brasil 35,71%. A RMSP foi a que apresentou o maior percentual de trabalhador com carteira assinada 51,21%.

No sentido oposto, trabalhadores sem carteira assinada no Brasil são de aproximadamente 18,54%, e os maiores percentuais foram verificados nas RMB na ordem de 23,63% e RMF com 22,22%. Nesse quesito, trabalhador sem carteira assinada, os menores índices foram registrados na RMC que foi de 12,09%, RMBH com 16,42% e RMSP com 14,83%. É importante mencionar que, em todas as Regiões Metropolitanas analisadas, o peso da informalidade recebe uma forte contribuição do trabalhador doméstico. A média de chefes de domicílios no trabalho doméstico com carteira assinada entre as regiões metropolitanas foi em torno de 2,71% e a média desses trabalhadores sem carteira assinada foi da ordem de 5,52%. A informalização vista sob o aspecto trabalho sem carteira assinada também tende a receber um forte impacto da ocupação em que o chefe de domicílio trabalha por “conta própria”. É possível verificar que na RMB (31,44%) é maior que o valor registrado para o Brasil (27,13%). O setor de atividade que registra o maior percentual de chefes de família tanto para as Regiões Metropolitanas como no Brasil é o de serviços pessoais e produtivos. Nesse setor, é possível constatar que o Distrito Federal é o que apresenta o maior valor da ordem de 50,55%. Tal fato se deve porque, dentro dessa variável, está incluso o setor público. No Distrito Federal, 16,98% dos indivíduos estão alocados na administração pública, superior a 187% da média registrada para as outras regiões metropolitana.

Tabela 2.12 - Brasil: Características do mercado de trabalho¹ do chefe do domicílio nas Regiões Metropolitanas do Brasil em 2009

| | Brasil | RMB | RMS | RMF | RMR | RMBH | RMRJ | RMSP | RMC | RMPA | Distr. Federal |
|---------------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|----------------|
| Horas trabalhadas² | 41 | 40 | 41 | 43 | 42 | 40 | 42 | 43 | 42 | 41 | 41 |
| Situação no mercado de trabalho (%) | | | | | | | | | | | |
| Ocupado | 95,64 | 94,32 | 92,56 | 94,91 | 90,35 | 95,20 | 95,26 | 93,79 | 95,59 | 95,43 | 94,99 |
| Desocupado | 4,36 | 5,68 | 7,44 | 5,09 | 9,65 | 4,80 | 4,74 | 6,21 | 4,41 | 4,57 | 5,01 |
| Aposentado | 19,59 | 13,15 | 15,64 | 14,27 | 16,72 | 20,94 | 22,48 | 19,28 | 18,90 | 23,10 | 14,36 |
| Média da Renda (R\$) | 1.216 | 1.014 | 1.207 | 1.070 | 1.152 | 1.516 | 1.694 | 1.701 | 1.720 | 1.486 | 2.669 |
| Posição na ocupação (%) | | | | | | | | | | | |
| Empregado com carteira assinada | 35,71 | 29,46 | 44,10 | 38,14 | 43,62 | 46,30 | 43,86 | 51,21 | 47,35 | 46,12 | 41,80 |
| Empregado sem carteira assinada | 18,54 | 23,63 | 16,97 | 22,22 | 16,42 | 13,55 | 16,80 | 14,83 | 12,09 | 15,73 | 15,64 |
| Conta própria | 27,13 | 31,44 | 24,84 | 24,93 | 25,40 | 21,88 | 23,80 | 22,26 | 23,81 | 21,51 | 16,80 |
| Outros ³ | 18,63 | 15,46 | 14,09 | 14,71 | 14,56 | 18,28 | 15,47 | 11,71 | 16,75 | 16,65 | 25,66 |
| Setor de atividade do (%) | | | | | | | | | | | |
| Agricultura | 17,64 | 2,46 | 1,50 | 4,28 | 1,56 | 3,90 | 0,57 | 0,72 | 6,28 | 3,64 | 1,22 |
| Indústria | 14,02 | 9,78 | 10,87 | 17,87 | 11,12 | 16,91 | 12,13 | 19,68 | 18,31 | 20,55 | 6,34 |
| Construção Civil | 9,66 | 11,12 | 11,10 | 9,20 | 8,23 | 11,51 | 9,62 | 9,64 | 9,39 | 8,43 | 8,12 |
| Comércio | 16,63 | 23,74 | 19,14 | 21,22 | 22,51 | 16,84 | 17,67 | 18,03 | 20,23 | 18,42 | 15,29 |
| Serviços pessoais e Produtivos ⁴ | 28,03 | 33,35 | 38,05 | 32,29 | 36,30 | 34,36 | 42,49 | 35,80 | 31,64 | 31,74 | 50,55 |
| Saúde; educação e serviços sociais. | 7,42 | 7,80 | 9,48 | 7,96 | 8,64 | 9,12 | 9,14 | 8,34 | 8,20 | 8,43 | 9,77 |
| Serviços domésticos | 6,30 | 10,50 | 9,54 | 6,84 | 9,32 | 7,29 | 7,96 | 7,74 | 5,91 | 8,53 | 8,67 |
| Atividade mal definidas | 0,30 | 1,25 | 0,31 | 0,33 | 2,31 | 0,07 | 0,43 | 0,05 | 0,05 | 0,26 | 0,04 |

Elaboração Própria

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Notas:

¹Compreende o “trabalho principal” do chefe do domicílio.

Região Metropolitana de Belém (RMB); Região Metropolitana de Salvador (RMS); Região Metropolitana do Recife (RMR); Região Metropolitana de Fortaleza (RMF); Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) ; Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) ; Região Metropolitana de São Paulo (RMSP); Região Metropolitana de Curitiba (RMC); Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e Distrito Federal.

² Horas trabalhadas semanalmente no trabalho principal³ Outros: militar, funcionário público estatutário, empregador, trabalha para o próprio consumo e não remunerado.⁴Serviços pessoais e produtivos: alojamento e alimentação; transporte, armazenagem; comunicação; administração pública; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; outras atividade.

O mercado de trabalho entre as regiões metropolitanas se mostrou mais heterogêneo, porém em quase todas as variáveis analisadas as médias encontradas para as regiões metropolitanas do Norte/Nordeste revelam situação desfavorável a tais regiões, comparativamente à média verificada para as outras regiões analisadas, de acordo com a Tabela 2.12.

As condições de moradia dos chefes de domicílio representam outra situação de extrema importância para ser analisada e serão apresentadas na Tabela 2.13. Tal fato tem como ponto positivo a necessidade de sinalizar as deficiências que esses moradores têm no acesso ao saneamento básico que tende implicar as condições de saúde dos membros do domicílio. No quesito “providência de água canalizada”, somente a RMB (69,82%) apresenta um valor menor que o registrado para o Brasil que foi de 88,02% de domicílios com rede geral de distribuição. Esse fato implica na outra variável em que a água é proveniente de poço ou nascente, em que 30,03% dos domicílios estão situados na RMB, enquanto no Brasil essa representatividade é da ordem de 11,68%.

Outra análise que reflete a deficiência na infra-estrutura básica dos domicílios está no quesito “domicílios com banheiro”, onde verifica que a RMB foi a que apresentou o menor valor, aproximadamente 95,98%, inferior ao registrado para todas as regiões metropolitanas e para o Brasil. A forma de escoamento do banheiro/sanitário por meio de uma rede coletora de esgoto ou pluvial encontra números alarmantes como os da RMB (6,09%), RMPA (17,27%) e RMR (39,78%) em contraste com os registrados para RMBH (88,82%) e RMSP (85,73%).

Outro registro é a porcentagem de domicílios que utilizam “fossa rudimentar” para escoamento do banheiro/sanitário. Na RMB, esse valor chega a 29,37% e na RMR em torno de 48,66%, enquanto no Brasil esse número de domicílios é de 24,28%. O “destino do lixo” domiciliar é outra variável muito importante para ser analisada quando se quer verificar as condições de moradia. Nesse quesito, na RMB, apenas 60,38% dos domicílios possuem seu lixo coletado diretamente em sua rua, seja por uma empresa privada ou pública, ou seja, o menor percentual registrado para todas as regiões metropolitanas e para o Brasil. Nesse sentido, a Tabela 2.13 foi elaborada com a finalidade de se constatar as condições de acesso a serviços básicos como água, banheiro, escoamento sanitário e o lixo que os moradores desses domicílios têm a sua disposição. As regiões metropolitanas do Norte/Nordeste são sempre indicadas com algum grau de deficiência nessas variáveis, logo a necessidade de uma política pública mais atuante traz consigo contornos de urgência devido à precariedade alarmante demonstrada pelos dados em algumas dessas regiões.

Tabela 2.13 - Brasil: Condições da moradia do chefe do domicílio nas Regiões Metropolitanas¹ do Brasil em 2009

| | Brasil | RMB | RMS | RMF | RMR | RMBH | RMRJ | RMSP | RMC | RMPA | Distr. Federal |
|---------------------------------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|----------------|
| Providência da água canalizada (%) | | | | | | | | | | | |
| Rede geral de distribuição | 88,02 | 69,82 | 99,56 | 94,40 | 90,82 | 98,74 | 91,31 | 99,03 | 95,54 | 90,28 | 95,86 |
| Poço ou nascente | 11,68 | 30,03 | 0,38 | 5,34 | 9,09 | 1,23 | 8,57 | 0,88 | 4,43 | 9,53 | 4,02 |
| Outras providências | 0,30 | 0,15 | 0,06 | 0,26 | 0,09 | 0,03 | 0,13 | 0,10 | 0,04 | 0,18 | 0,11 |
| No domicílio possui banheiro ou sanitário (%) | | | | | | | | | | | |
| Sim | 96,44 | 95,98 | 98,92 | 98,39 | 99,10 | 99,67 | 99,75 | 99,73 | 99,58 | 99,04 | 99,77 |
| Não | 3,56 | 4,02 | 1,08 | 1,61 | 0,90 | 0,33 | 0,25 | 0,27 | 0,42 | 0,96 | 0,23 |
| Forma de escoadouro sanitário (%) | | | | | | | | | | | |
| Rede coletora de esgoto ou pluvial | 48,31 | 6,09 | 81,56 | 51,17 | 39,78 | 88,82 | 78,20 | 85,73 | 72,39 | 17,27 | 87,1 |
| Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial | 8,47 | 22,06 | 7,13 | 4,39 | 1,46 | 0,78 | 11,02 | 3,54 | 8,16 | 59,44 | 1,89 |
| Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial | 15,33 | 63,79 | 6,87 | 12,63 | 3,77 | 0,38 | 2,79 | 4,22 | 13,79 | 19,64 | 9,30 |
| Fossa rudimentar | 24,28 | 4,88 | 2,65 | 29,37 | 48,66 | 6,73 | 3,33 | 1,71 | 3,94 | 2,17 | 1,63 |
| Outros ² | 3,62 | 3,47 | 1,79 | 2,44 | 6,33 | 3,29 | 4,66 | 4,82 | 1,72 | 1,48 | 0,03 |
| Destino do lixo domiciliar (%) | | | | | | | | | | | |
| Coletado diretamente | 81,40 | 86,97 | 60,38 | 89,02 | 83,86 | 94,27 | 93,46 | 93,42 | 96,61 | 96,81 | 84,67 |
| Coletado indiretamente | 7,29 | 10,18 | 38,15 | 6,83 | 13,43 | 4,46 | 5,60 | 6,14 | 1,83 | 2,33 | 14,16 |
| Outras formas ³ | 11,31 | 2,79 | 1,47 | 4,15 | 2,71 | 1,28 | 0,94 | 0,43 | 1,57 | 0,87 | 1,17 |

Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Nota:

¹Região Metropolitana de Belém (RMB); Região Metropolitana de Salvador (RMS); Região Metropolitana do Recife (RMR); Região Metropolitana de Fortaleza (RMF); Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ); Região Metropolitana de São Paulo (RMSP); Região Metropolitana de Curitiba (RMC); Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e Distrito Federal.

² Outros: vala; direto para o rio, lago ou mar; outra forma.

³Outras formas: queimado ou enterrado na propriedade; jogado em terreno baldio ou logradouro; jogado em rio, lago ou mar; outro destino.

A segurança alimentar domiciliar foi alvo de uma pesquisa suplementar da PNAD/2009 com a intenção de identificar algum tipo de privação alimentar nos moradores do domicílio. Infelizmente, em pleno século XXI, no Brasil e nas regiões metropolitanas estudadas, é possível identificar algum tipo de insegurança alimentar nos domicílios. Os dados demonstram que as Regiões Metropolitanas do Norte/Nordeste são as que apresentam números inferiores a domicílios com segurança alimentar em relação as outras regiões metropolitanas: RMB (58,38%); RMS (49,89%); RMF (62,03%) e RMR (64,62%). Ao partir para a análise da insegurança alimentar, essas regiões são as que despontam com maior grau de domicílios em que existe morador menor de 18 anos que vivem com a insuficiência alimentar leve: RMB (15,63%); RMS (18,09%); RMF (14,88%) e RMR (14,26%).

Na outra direção, as regiões que apresentaram menor porcentagem de domicílios foram RMRJ (8,97%) e RMC (8,69%). No âmbito nacional, esse número é em torno de 17,05%. No quesito insegurança alimentar grave, em domicílios que possuem algum morador menor de 18 anos, a situação também se mostra alarmante para as mesmas regiões: RMB (6,11%); RMS (5,66%); RMF (5,86%) e RMR (3,17%). Enquanto a média das demais Regiões Metropolitanas situa-se em 1,42%. No Brasil, chefes de família cujo domicílio possui menor de 18 anos e se encontram com insegurança alimentar grave é da ordem de 5,03%.

A realidade da insegurança alimentar ainda está muito presente tanto para o Brasil como para todas as regiões metropolitanas analisadas. A respeito da inter-relação entre pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil, Hoffmann (1995) conclui que:

Uma criança pode ter problemas graves de desnutrição, mesmo que tenha acesso a uma alimentação abundante e variada, se tiver, por exemplo, freqüentes diarreias causadas pelo consumo de água contaminada. E claro que um bom estado nutricional não depende apenas da segurança alimentar, mas também do acesso a outras condições para uma vida saudável como moradia, abastecimento de água, condições sanitárias, acesso a serviços de saúde, educação etc. (*ibidem*, p. 168).

Os dados demonstram que mais uma vez é possível constatar que as regiões metropolitanas do Norte/Nordeste são as que possuem maior grau de incidência desse tipo de privação nos domicílios pesquisados, seja de alimentação ou em deficiência nas condições de moradia. Esse fato vem corroborar a ideia de que a desigualdade regional no Brasil ainda se mostra persistente e configura um problema estrutural.

Tabela 2.14 - Brasil: Situação de segurança alimentar dos domicílios situados nas Regiões Metropolitanas do Brasil, 2009

| | Brasil | RMB | RMS | RMF | RMR | RMBH | RMRJ | RMSP | RMC | RMPA | Distr. Federal |
|---------------------------------------------------------------------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|----------------|
| Situação de segurança alimentar do domicílio¹ (%) | | | | | | | | | | | |
| Domicílio tem segurança alimentar | 64,23 | 58,38 | 49,89 | 62,03 | 64,62 | 76,66 | 76,85 | 73,40 | 82,05 | 79,42 | 78,79 |
| Tem morador menor de 18 e insegurança alimentar ² | 28,55 | 30,15 | 31,55 | 27,47 | 22,02 | 14,54 | 12,78 | 16,47 | 11,47 | 12,49 | 14,71 |
| Não tem morador menor de 18 anos e tem insegurança alimentar | 7,22 | 11,47 | 18,56 | 10,50 | 13,36 | 8,80 | 10,37 | 10,13 | 6,48 | 8,09 | 6,50 |

Elaboração Própria com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE)

Nota

¹O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, define-se segurança alimentar como a garantia de acesso contínuo à quantidade e qualidade suficientes de alimentos, obtidos por meio socialmente aceitável, de forma a assegurar o bem-estar e saúde dos indivíduos

À guisa de conclusão desse capítulo é importante mencionar as diferenças entre as regiões metropolitanas do Nordeste brasileiro. A RMF é a região que apresenta a menor média de escolaridade do chefe de domicílios em relação à RMR e à RMS, ou seja, 8,35; 8,79 e 9,12 respectivamente. Essa região metropolitana também é a que apresenta maior percentual de indivíduos sem escolaridade ou com menos de um ano de estudo: RMF (12,98%); RMR (9,83%) e RMS (7,98%). Fato que pode ser verificado no outro extremo, sendo que, na RMF (8,58%); RMR (10,65%) e RMS (10,01%), os chefes de família possuem nível superior completo.

No quesito mercado de trabalho dos chefes de família, são os que mais trabalham horas/semanal: RMF 43; RMR 42 e RMS 41. Para a RMF, os dados mostram que ela tem a menor porcentagem de indivíduos desocupados 5,09%, enquanto as RMR e RMS registraram um percentual da ordem de 9,65% e 7,44%, respectivamente. No entanto, a renda média do trabalho principal é menor na RMF, além disso, também apresenta um grau menor de formalização – empregado com carteira assinada - em relação às RMR e RMS, em torno de 38,14%; 43,62% e 44,10% respectivamente.

Em relação às condições de moradia, é possível verificar que tanto a RMF com 51,17% e RMR com 39,78% registram deficiência na forma de escoadouro de sanitário disponível para os domicílios, enquanto a RMS registra um percentual bem satisfatório na ordem de 81,56%. A coleta do lixo é bem mais deficiente na RMS, em que somente 60,38% dos domicílios são contemplados com coletas diretas nas suas ruas e nas RMF e RMR esses percentuais são de 89,02% e 83,86%, respectivamente.

Quando se analisa a realidade da segurança alimentar dentro dos domicílios das regiões metropolitanas do Nordeste brasileiro, constata-se que a RMS é a que apresenta a menor porcentagem com segurança alimentar 49,89%, seguida pela RMF (62,03%) e pela RMR (64,62%). No momento em que se analisa a insegurança alimentar nos domicílios que registram algum morador menor de 18 anos, o cenário é o mesmo com a RMS (31,55%); RMF (27,47%) e RMR (22,02%). No entanto, quando se faz uso do procedimento de desagregação dentro dessa variável a RMF é a que apresenta o maior percentual de domicílios com insegurança alimentar grave na ordem de 5,86%; ficando a RMR com 3,17% e a RMS com 5,06%.

Diante dessa perspectiva, fica claro que as regiões metropolitanas do Nordeste intraregionalmente convivem com uma realidade de carência e privação visualizadas pela desigualdade econômica, pelo desnível educacional, pela precariedade nas condições de moradia, além da deficiência na saúde vista sob a ótica da insegurança alimentar.

3 POBREZA E INCLUSÃO SOCIAL: BREVE DISCUSSÃO SOBRE A DIMENSÃO QUALITATIVA DESSES FENÔMENOS

3.1 Revisão Geral

O centro da atenção na privação humana - que culmina no estado de pobreza por meio da insuficiência de renda e carência na aquisição de determinados bens materiais - é um dos meios mais utilizados pela literatura especializada no estudo do fenômeno da pobreza. No entanto, essa visão se mostra fragilizada devido ao fato de focar a pobreza apenas como uma visão estritamente econômica e não na compreensão dos aspectos nos quais esse fenômeno está estruturado. Quando a pobreza é tratada como carência que impacta negativamente na qualidade de vida, é possível constatar que ela é resultante da soma de várias características que demonstram esse cenário de privação. Nessa perspectiva, não se pode afirmar que a solução está apenas na insuficiência da renda monetária ou no consumo. Assim, é compreensível o estímulo na busca por estudos que venham explorar cada vez mais o universo desse fenômeno e quais suas reais dimensões.

Wagle (2008) cita algumas abordagens mais recentes como contribuição pela busca no sentido mais amplo de projetar e avaliar a pobreza, tais como: a capacidade e a inclusão social. O autor, ao longo do seu estudo, defende o caráter multidimensional da pobreza, pois o resultado final desse estágio de privação vai além da renda monetária que implica ter ou não mais recursos materiais⁴⁶ demandados em um determinado estilo de vida.

Vale destacar o conceito capacidade se desenvolve sob o alicerce da liberdade em que a decisão do indivíduo de poder determinar o modo de fazer e ter para a sua vida passa a ser uma realidade. Essa abordagem é colocada no centro das discussões dentro da literatura a partir de debates levantados pelo indiano Amartya K. Sen⁴⁷, no início dos anos 80. O tema inclusão social relaciona a pobreza sob a ótica da perspectiva centrada nos fatores sociais e institucionais como determinantes para um estilo de padrão de vida (WAGLE, 2008, p. 15).

Ao longo deste capítulo, busca-se uma revisão na literatura com o objetivo de mostrar as facetas que compreendem a privação nas condições de vida de vários grupos sociais. O objeto central está no levantamento de um forte embasamento teórico para justificar o uso da metodologia proposta por Wagle (2008) com o objetivo de medir e avaliar a pobreza a partir das relações mútuas entre as dimensões. Vale salientar que este estudo fará pequena alteração nas dimensões estudadas por Wagle (2008). Tal fato ocorre devido a não disponibilidade de

⁴⁶ Conforme citado por Santos (2009, p. 18).

⁴⁷ Ganador do Prêmio Nobel de Economia em 1998 pela sua contribuição sobre a economia do bem-estar.

dados empíricos que contemplem as mesmas dimensões. O autor utilizou cinco dimensões: capacidade, bem-estar econômico, inclusão econômica, inclusão política e inclusão cívica/cultural. Para as regiões metropolitanas do Nordeste, foram trabalhadas as seguintes dimensões: bem-estar econômico, capacidade, inclusão econômica, inclusão por meio das condições de moradia e a inclusão por meio da segurança e justiça.

3.2 Bem-estar econômico: pobreza como privação econômica.

O bem-estar nada mais é do que satisfação extraída da valorização das relações humanas, sociais ou econômicas, independente do grau com que esse sentimento é manifestado. E uma das formas de se observar o bem-estar é por meio da dimensão econômica, cujo objeto central está apontado para os elementos que proporcionam segurança econômica e conseqüentemente a satisfação, seja ela individual ou coletiva (VIDIGAL, 2011, p. 7).

Sendo assim, o bem-estar econômico desponta por meio de vários estudos como um “indicador de posição na distribuição de renda”, ou seja, seria uma dimensão qualitativa para avaliar a privação econômica. Diante disso, é necessário considerar algumas variáveis a fim de entendê-lo melhor: consumo *per capita*; estoque de riqueza; distribuição de renda e segurança econômica⁴⁸ (OSBERG; SHARPE, 2002).

Analisando sob a ótica que a renda e o consumo são materialização da distribuição dos recursos disponíveis, essas variáveis passam a ser consideradas instrumentos de análise para diagnosticar o fenômeno da pobreza (ROCHA, 1997, 1998, 2005; BARROS, 1998, 1995, NERI, 2008, 2010, 2011).

3.2.1 Renda

A pobreza sob a ótica da renda passa ser analisada a partir de dados quantitativos e para isso é importante levantar as três abordagens muito utilizadas na literatura para definir a privação econômica de uma família: a) pobreza absoluta: pobreza é ter menos do que o mínimo para necessidades nutricionais básicas; b) pobreza relativa: pobreza é ter menos do que outros na sociedade no que se refere a bens não alimentares (nesse estágio, parte-se do princípio de que o mínimo para alimentação já é satisfeito); c) pobreza subjetiva: pobreza é o

⁴⁸ Vidigal (2011, p. 91) estudou o Índice do bem-estar econômico para os estados brasileiros e mencionou como segurança econômica as seguintes variáveis: risco de desemprego; risco financeiro associado à doença; risco de pobreza na idade avançada e risco de violência.

sentimento de não ter o suficiente para uma vida sem privações (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006, p. 81).

No Brasil, até o início da década de 90, a identificação do estado de pobreza tinha como parâmetro o salário mínimo que era tomado como referência para se determinar uma renda mínima como critério a atender as necessidades mínimas de nutrição necessárias para uma família. Estudos com a intenção de verificar a pobreza no Brasil, fazendo uso do salário mínimo como variável instrumental, propõem identificar duas linhas de pobreza: i) renda mensal *per capita* familiar inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo - foi definida como população extremamente pobre e ii) a população pobre seria aquela com renda familiar *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo, utilizada por Hoffman (1995), Ramos; Reis (1995).

Kakwani (2001, p. 2) menciona que Rowntree (1901) foi um dos pioneiros a levantar a preocupação com a insuficiência de renda para adquirir as necessidades “mínimas para apenas eficiência física” de uma família. Tal visão leva a concluir a necessidade de se estipular uma quantidade de dinheiro necessária para cobrir custos mínimos na aquisição de alimentos que viessem a satisfazer as necessidades básicas de nutrientes, levando em conta as diferentes estruturas de cada família.

A vinculação entre necessidade básica de nutrientes relacionada com a ingestão de determinada quantidade de calorias passa a ser uma das metodologias mais exploradas no cenário nacional (pobreza absoluta) (ROCHA, 1988, 1997, 2001, 2005; BARROS; FERES, 1998; NERI, 2007).

Na busca por uma análise mais ampla, Wagle (2002, p. 19) argumenta que a estrutura básica do bem-estar econômico está na necessidade de se tomar a decisão do que é necessário para poder sobreviver – bens alimentares e bens não alimentares. No entanto, segundo o autor, a partir da delimitação do que é necessário em termos de meios básicos de sobrevivência, pode-se, nesse instante, incorrer em arbitrariedades na metodologia adotada.

A metodologia, considerado o consumo de outros bens de primeira necessidade, além do acesso ao consumo alimentar, mostra-se mais abrangente do que a estudada para identificar a pobreza extrema por meio somente das necessidades calóricas, segundo Rocha (2001). No Brasil, essa linha de pobreza absoluta é definida a partir do consumo observado. A partir daí, a definição da população que esteja inserida nessa linha de pobreza segue algumas etapas: i) determinar a população alvo e quais suas necessidades nutricionais; ii) a partir da coleta de informações por meio de uma pesquisa de orçamento familiar com o objetivo em se identificar a cesta alimentar com menor preço e que vem atender as necessidades básicas alimentares (ROCHA, 2005, p. 50). A definição de uma linha de pobreza é muito discutida na

literatura especializada, implicando vários questionamentos a respeito da metodologia adotada.

No plano nacional, Rocha (2001) defende a metodologia que leva em consideração outros bens de consumo de primeira necessidade⁴⁹, além das carências alimentares, pois, segundo a autora, essa metodologia se mostra mais abrangente pelo fato de conseguir captar um determinado nível de vida e, assim, demonstrar a pobreza real das famílias⁵⁰. E, nesse caso, a pobreza está intrinsecamente estruturada em um determinado modo de vida da sociedade que se personificada por meio do consumo.

Para Rocha (2005), se somar as duas despesas – bens alimentares e bens não alimentares -, define-se um limite monetário que vem a corresponder à privação econômica de determinada família caso não consiga atingir essa linha. Assim, a pobreza extrema é aquela vivenciada pela falta de recursos para poder adquirir as necessidades básicas alimentares e a pobreza que é refletida por meio do consumo não somente de alimentos, mas também de uma determinada cesta de bens não alimentares.

Sobre a questão dos procedimentos metodológicos a respeito de como se definir o limite monetário necessário para se estudar a pobreza, Rocha (1997) faz a seguinte observação:

Como a alimentação é geralmente considerada a necessidade básica por excelência, as exigências nutricionais são utilizadas como ponto de partida para a determinação das linhas de pobreza. A determinação do valor necessário para aquisição de uma cesta alimentar básica nutricionalmente adequada, a chamada *linha de indigência*, está longe de ser um procedimento simples e indiscutível; ao contrário, depende de múltiplas escolhas relativas ao estabelecimento do nível de necessidades nutricionais e da composição da cesta alimentar capaz de garantir a satisfação dessas necessidades (*ibidem*, p. 314).

Vinhais e Souza (2006) mostram que a definição para se determinar uma linha de pobreza está diretamente ligada a escolhas metodológicas e normativas por parte do pesquisador. Para os autores:

Por linha de pobreza absoluta entende-se aquele valor constante em termos reais atrelado a algum critério fixo como, o mínimo necessário para obter uma determinada cesta de bens previamente estabelecida pelo analista. Por linha de pobreza relativa entende-se aquele valor fixado em relação à renda média ou mediana da população. Por exemplo, o valor correspondente a um quarto da renda per capita (*ibidem*, p. 2).

⁴⁹ Entre eles: alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação etc.

⁵⁰ Segundo a autora, um dos índices mais utilizados é o Coeficiente de Engel, porém ele possui fragilidades na sua concepção, pois a “despesa não-alimentar” é feita de maneira subjetiva, com nuances de arbitrariedade. Para ela, outro agravante é que a atualização dos valores da linha de pobreza depende apenas da atualização do valor da cesta alimentar.

De acordo com os autores, as metodologias que definem os “limites monetários” que, levando em consideração a pobreza absoluta e a pobreza relativa, possuem vantagens e desvantagens na elaboração:

i) a linha de pobreza absoluta permite a comparação entre níveis de pobreza de tal modo a precisar a evolução do padrão de vida absoluto ao longo do tempo ou entre regiões sem confundir com mudanças da distribuição de renda; ii) sob um critério relativo, a linha de pobreza muda proporcionalmente a uma medida de renda média, se a distribuição de renda se mantiver constante. Neste critério, se a distribuição de renda é a mesma de um século atrás, então a pobreza continuaria existindo (*ibidem*, p. 2).

Ainda diante dessa perspectiva, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Relatório de Estudos e Pesquisas, nº 28, intitulado Uma Análise dos Resultados do Universo do Censo Demográfico 2010 – Indicadores Sociais Municipais⁵¹ ressalta que as linhas oficiais adotadas pelo governo brasileiro fazem uso de diferentes cortes de renda monetária domiciliar *per capita* para selecionar beneficiários para seus programas e políticas sociais.

Isso se dá sob a perspectiva de pobreza absoluta, na qual considera-se “pobre” as famílias e indivíduos cuja renda domiciliar per capita situa-se abaixo de determinado patamar de renda monetária. O Programa Bolsa Família, por exemplo, considera extremamente pobre as famílias com renda domiciliar per capita de até R\$ 70,00 e pobres aquelas com até R\$ 140,00. O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS beneficia idosos e deficientes com rendimento domiciliar per capita inferior a ¼ de salário mínimo. O Plano Brasil Sem Miséria, recentemente lançado, combina a linha de R\$ 70,00 de rendimento domiciliar per capita com outras dimensões de pobreza, como falta de saneamento básico, na identificação de seu público-alvo. ½ salário mínimo como renda mensal per capita é frequentemente utilizado para definir linha de pobreza, e esse valor, por sua vez, é o valor referencial de inclusão de famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal, sistema que cadastra famílias potencialmente beneficiárias desses programas.

No entanto, Rocha (1997) propôs a definição para linhas de pobreza absoluta que equivale à indigência e pobreza por meio do consumo observado de uma cesta básica de bens e serviços para 25 áreas⁵² do país que resulta na renda *per capita* familiar mensal necessária para adquiri-las. Para esse estudo, a autora utilizou dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a grande contribuição veio por meio da metodologia adotada que conseguiu captar diferentes custos de vida no que tange ao universo dos pobres.

⁵¹ Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2013.

⁵² Essas áreas são divididas em: regiões metropolitanas; área urbana e área rural.

Ao confrontar as linhas oficiais de pobreza extrema e pobreza com o da autora, fica evidente que as metodologias adotadas são divergentes, pois a linearização assumida pelo Governo Federal não leva em conta as diferenças regionais, nem áreas como urbana ou rural. Por exemplo, costumes diferentes, quantidade consumida e o preço de determinado alimento que compõe a “cesta alimentar” é diferente de região para região⁵³, conforme Tabela 3.1.

A metodologia proposta pela autora recebe respaldo indiretamente por esfera pública do Governo Federal, pois a necessidade de levar em consideração essas diferenças está no discurso do secretário de Atenção à Saúde Jorge José dos Santos Solla⁵⁴.

As desigualdades, regionais e intra-regionais, entretanto, apresentam uma diversidade de situações e contextos, estabelecendo desafios que implicam na necessidade de uma permanente capacidade criativa e inovadora para a implementação dessas políticas. Isso prevê, ainda, uma composição de cenários diversificados na organização dos programas necessários à sua implementação.

Tabela 3.1 - Brasil: Valores de Linhas de Pobreza Extrema e Pobreza - (R\$ *per capita*/mês em set/2009)¹

| Regiões Metropolitanas | <i>Linha de Pobreza Extrema (Indigência)</i> | <i>Linha de Pobreza</i> |
|------------------------|----------------------------------------------|-------------------------|
| Norte | | |
| Belém | 65,89 | 190,36 |
| Nordeste | | |
| Fortaleza | 61,53 | 177,73 |
| Recife | 79,28 | 264,81 |
| Salvador | 74,67 | 235,67 |
| Minas Gerais | | |
| Belo Horizonte | 66,88 | 231,92 |
| Rio de Janeiro | | |
| Metrópole | 83,05 | 265,65 |
| São Paulo | | |
| Metrópole | 86,35 | 316,39 |
| Sul | | |
| Curitiba | 60,78 | 205,34 |
| Porto Alegre | 67,07 | 168,51 |
| Centro-Oeste | | |
| Brasília | 70,30 | 308,12 |
| Goiânia | 69,45 | 289,07 |

Elaboração Própria com base em dados do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS)

¹Nota: a linha de pobreza e indigência foram estimadas segundo metodologia proposta por Sonia Rocha para os anos de 1992-2009 e atualizados e expressos em R\$ (reais) de 2009, utilizando o INPC de 2009 como deflator.

⁵³ Conforme Anexo 1 em (ROCHA, 2005, p. 205-212)

⁵⁴ Disponível em: <http://dtr2002.saúde_gob_br_caadab_indicadores_texto_pdf>. Acesso em: 28 mai. 2012.

No entanto, segundo Wagle (2002), a discussão sobre a pobreza absoluta inserida na concepção de bem-estar precisa ser ampliada e, com isso, a linha de pobreza absoluta tem que considerar a pobreza em função do bem-estar. De acordo com o autor, a pobreza passa ser analisada além do consumo alimentar e sua composição adquire uma nova fórmula, passa a introduzir uma cesta mínima de bens de consumo não alimentares. Esse contexto evidencia a interrelação entre consumo, renda e bem-estar, cujo objetivo maior está na aquisição de uma determinada cesta de bens e serviços.

Na literatura internacional, a Organização Mundial do Trabalho (OIT) adota a metodologia de pobreza absoluta, centrando no consumo absoluto que abrange, além dos alimentos, outras variáveis que fazem parte da vida de um indivíduo tais como: vestuário, transporte, saúde, educação, etc (WAGLE, 2002).

O PNUD define famílias inseridas na pobreza absoluta aquelas que estão no estágio da pobreza extrema, ou seja, não possuem nem o mínimo necessário para sua subsistência nutricional, como sendo aquelas que vivem com até 1 dólar por dia⁵⁵.

Seguindo a linha da pobreza sob a ótica da renda e recursos, a análise do bem-estar econômico também pode ser vista sob a ótica da pobreza subjetiva. A importância dessa metodologia é que ela transita além dos enfoques que levam em consideração a insuficiência de renda no nível absoluto ou relativo. Essa metodologia utiliza como instrumental a percepção da necessidade que o chefe da família tem a respeito da renda necessária para poder prover uma boa qualidade de vida para sua família.

Nesse instante, as relações sociais em vigor são determinadas sobre o que o indivíduo compreende a respeito do seu estado de pobreza, ou seja, conforme o ambiente em que está inserido, ele determina a partir da sua compreensão o que seria necessário como renda mínima para poder fazer face às suas despesas (COLASANTO, KAPTYEN, VAN DER GAAG, 1984).

Para esse indivíduo, a condição de ser pobre se revela no instante em que ele não consegue prover para si e para sua família o que acha necessário de acordo o seu modo de vida. Uma vez considerada a concepção do indivíduo sobre a sua renda mínima necessária, é possível fazer uma relação direta com seu estado social, levando em consideração o ambiente social em que está inserido.

Vaz e Soares (2008) obtiveram a linha de pobreza subjetiva fazendo uso da seguinte pergunta subjetiva do Questionário das Condições de Vida da POF 2002/2003: “Levando em

⁵⁵ O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional também adotam esse valor para determinar a linha de pobreza absoluta.

conta a situação atual de sua família, qual seria a renda mensal mínima necessária para chegar até o final do mês?”

Como o método da linha de pobreza subjetiva leva em consideração o “sentimento”, ele acaba sofrendo algumas restrições atribuídas ao método da linha de pobreza objetiva, pois ambas não consideram as diferenças regionais dentro do país, ou seja, os aspectos culturais.

O importante de se observar é que o método utilizado para definir a linha de pobreza objetiva e o método utilizado para definir a linha de pobreza subjetiva acabam girando em torno de “padrões monetários”, cujo objetivo está em identificar se uma pessoa ou uma família é pobre ou não (REIS; DALAGASPERIANA, 2009, p. 12).

Das discussões levantadas até então, pode-se extrair que a privação econômica pode ser enfrentada com políticas de cunho social na tentativa de promover o aumento do bem-estar econômico da população, conforme Vidigal (2011, p. 17): “A preocupação com o bem-estar coletivo faz com que os indivíduos valorizem políticas que tenham por objetivo a distribuição de renda e a sustentabilidade, sobretudo devido ao grande efeito sobre toda a sociedade”.

E umas das questões levantadas para analisar a pobreza é que ela pode ser atacada de frente a partir da melhora na distribuição de renda, pois impacta diretamente em maior bem-estar econômico, uma vez que contempla a equidade na alocação de recursos tanto financeiros como materiais para toda sociedade (FIGUEIREDO; ZIEGELMANN; 2009).

3.2.2 Consumo e o acesso ao crédito uma perspectiva sobre a “Financeirização da Pobreza”⁵⁶

No Brasil, a inclusão das classes mais baixas ao consumo ocorreu em dois momentos distintos e com intensidades e focos diferentes. O primeiro momento se dá a partir da metade da década de 90 com a introdução do Plano Real que fez com fosse reduzido drasticamente o valor dos bens de consumo básico (alimentos), resultante do controle inflacionário. O segundo momento é verificado a partir da segunda metade dos anos 2000 e mais fortemente no final de 2008 quando se constata mudanças nas práticas de consumo da chamada nova classe média⁵⁷, que no primeiro momento o consumo maior era destinado para alimentos e bens de

⁵⁶ Título do estudo de Sciré (2011), “Financeirização da pobreza”: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo.

⁵⁷ Neri (2009, p.6-7) demonstra o percentual de indivíduos inseridos segundo classe social a partir de extraídos da PNAD para o período de 2003 e 2008, onde: i) classe AB, indivíduos com renda familiar acima de R\$ 4.807,00, aumento 7% apenas no ano de 2008; ii) classe C, família que possui renda entre R\$ 1.115,01 e R\$ 4.807,00 (algo

primeira necessidade (MEDEIROS, 2003). Nessa perspectiva, Sciré (2011) faz uma síntese sobre o início desse processo que culmina em mudanças de comportamento do consumidor brasileiro.

Há também que se levar em consideração uma série de fatores econômicos específicos situados em planos mais globais. Trata-se, primeiramente, da expansão do mercado de crédito, que partiu da estabilização da economia e do sistema financeiro brasileiros. A chegada do plano Real e o fim da inflação foram pano de fundo necessário para que este evento ocorresse. Além disso, a abertura comercial do país possibilitou o barateamento de vários bens, que por sua vez, foram consumidos em proporções inéditas devido ao incremento da renda dos trabalhadores⁵⁸. Há que se considerar que todos estes eventos acabaram permitindo a estabilização do sistema financeiro no país e abriram as portas para que o mercado de crédito sofresse alterações (*ibidem*, p. 68).

Ainda segundo Sciré (2011), a evolução no volume de crédito, principalmente a partir dos finais dos anos 90, tem como estratégica o aumento de oferta de produtos financeiros destinado as classes menos favorecidas. Diante disso, surgem novas formas de crédito, que, em conjunto com juros mais baixos e estáveis, e com prazos de pagamentos mais longos, faz com que a venda passe a ser feita no argumento de que “cabe no orçamento”. Sob essa ótica, a expansão do crédito para pessoa física, e em grande parte destinada a parcela da sociedade menos favorecida economicamente passa por duas modalidades de financiamento: i) crédito consignado⁵⁹; ii) crédito com bem de garantia (como por exemplo, carros e motos)⁶⁰.

A evolução dos gastos por pessoa física por meio do saldo real das operações de crédito pode ser verificado a partir da tabela 3. 2.

em torno de R\$ 291,00 a R\$ 923,00 em termos per capita), evoluiu 31,05%; ou seja, 25,9 milhões de brasileiro imigraram para essa classe nos últimos cinco anos; iii) a classe C composta por pessoas cuja renda familiar situa entre R\$ 768, 01 até o limite de R\$ 1.115,00, apresentou uma trajetória decrescente de 3% no período analisado, e iv) a classe E é composta pela parcela da sociedade que possui uma renda familiar até R\$ 768,00. Segundo o autor é possível constar uma redução de 12,27% somente no ano de 2008.

⁵⁸ Os resultados consecutivos das PNADs, a partir de 2004, demonstram como os níveis de vida da população foram favoravelmente afetados pelas políticas públicas relativas a aposentadorias, pelo aumento da cobertura dos programas de transferência de renda, como Bolsa-família e Fome Zero. Aliados à política de valorização do salário mínimo e ao aquecimento do mercado de trabalho (principalmente de empregos formais para atividades de baixa remuneração), estes fatores possibilitaram um ganho extra na renda mensal dos brasileiros.

⁵⁹ Estas operações foram regulamentadas pela Medida Provisória nº 130, de 17.9.2003, convertida na Lei nº 10.820, de 17.12.2003, que autorizou o desconto das parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento dos empregados regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Anteriormente, o crédito consignado era permitido para funcionários públicos, conforme art. 45 da Lei nº 8.112, de 11.12.1990, regulamentado pelo Decreto nº 6.386, de 29.2.2008, com as alterações estabelecidas pelos Decretos nº 6.574, de 19.9.2008, e nº 6.967, de 29.9.2009. A partir de 2004, a modalidade foi estendida a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio da Lei nº 10.953, de 27.9.2004 (Boletim Regional do Banco Central do Brasil; 2011, p.93)

⁶⁰ Porém, no final do governo Luis Inácio Lula da Silva o setor imobiliário se tornou também alvo dessa disponibilidade de crédito.

Tabela 3.2 : Brasil: Volume de operações de crédito para pessoa física segundo classificação - 2000 a 2011 (R\$ bilhões)

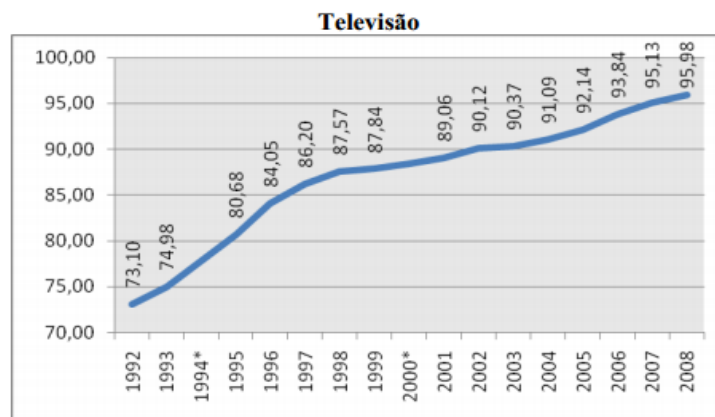
| Ano | crédito pessoal | crédito consignado | cartão de crédito | crédito para aquisição de veículos |
|------|-----------------|--------------------|-------------------|------------------------------------|
| 2004 | 30,8 | 9,7 | 6,7 | 40,77 |
| 2005 | 44,8 | 18,6 | 8,7 | 52,57 |
| 2006 | 65,0 | 33,1 | 11,9 | 69,65 |
| 2007 | 81,4 | 49,6 | 14,1 | 86,74 |
| 2008 | 103,2 | 65,9 | 17,7 | 100,34 |
| 2009 | 134,2 | 80,0 | 23,0 | 102,44 |
| 2010 | 167,1 | 109,8 | 26,8 | 139,04 |
| 2011 | 208,7 | 139,7 | 30,4 | 190,90 |

Fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, 2011.

Verifica-se que, a partir da tabela 3.2, a evolução do endividamento dos indivíduos em todas as categorias avaliadas. A modalidade de crédito consignado foi o que registrou o maior aumento entre todos tipos analisados, na ordem de 1.340,21%; seguido do crédito pessoal com 577,59%; crédito para aquisição de veículos 368,24% e cartão de crédito 353,73%.

Esse comportamento do consumidor brasileiro também pode ser analisado a partir da evolução na demanda de bens de consumo como: fogão; geladeira; microondas; etc.

Gráfico 3.1 - Brasil: Evolução na aquisição de televisão em cores entre 1992 e 2008.



Fonte: Neri (2009)

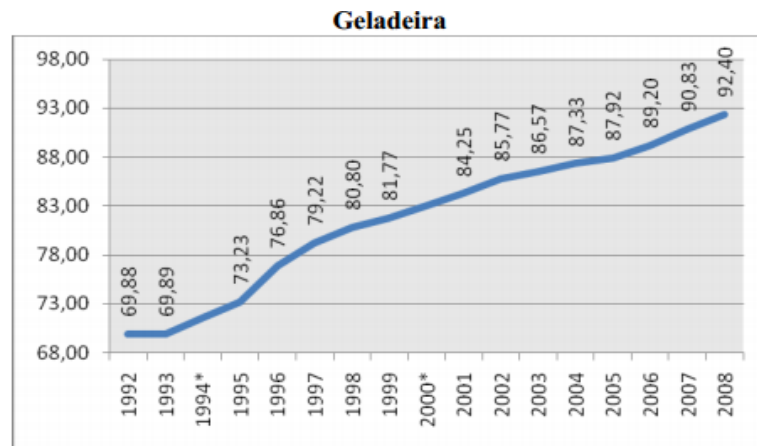
*Nota:

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) não foi a campo em 1994 e 2000.

Por meio do gráfico 3.1, que descreve evolução na aquisição televisores em cores no Brasil entre 1992 e 2008, verifica-se uma evolução da ordem de 30,48% no período analisado. Além disso é possível verificar que no ano de 2008 quase 95,98% dos domicílios no país possuíam pelo menos um televisor. No mesmo estudo, no ano de 2008, observa-se que as

famílias que são inseridas na classe C, 49,97% possuem televisão, e 24,21% e 15,03% nas classes D e E respectivamente.

Gráfico 3.2: Brasil: Evolução na demanda por geladeira entre 1992 e 2008



Fonte: Neri (2009)

*Nota:

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) não foi a campo em 1994 e 2000.

A demanda por geladeira que compõe a chamada linha branca de eletrodomésticos, que, no ano de 2008, por meio de uma política de incentivo para o setor, teve o seu custo reduzido graças à diminuição, promovida pelo governo, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)⁶¹. Constata-se que a demanda por geladeira entre 1992 e 2008 cresceu em torno de 31,80%. A demanda por geladeira no ano de 2008 foi maior nos domicílios da classe C em torno de 51,69%, nas classe D e E foi de aproximadamente 23,87% e 13,12 respectivamente.

No entanto, essa mudança no comportamento do consumidor brasileiro, em que a aquisição não se dá por meio dos rendimentos decorrentes da remuneração da sua mão-de-obra no presente, mas por meio do comprometimento da sua renda no futuro, espelha uma relação pautada pelo trinômio crédito-consumo-endividamento (SCIRÉ, 2011, p. 76)

Castilho (2012, p. 2) relata as nunces desse novo comportamento que passa ter como característica a “ascensão” por uma parte da sociedade brasileira, que antes exluídas da possibilidade de aquisição dos recursos produtivos disponíveis na economia agora passam a ter acesso por meio de novos padrões de consumo que permite/provoca.

⁶¹ As geladeiras, de 15% passa para 5%; fogões, que era de 5% , passa para zero; para máquinas de lavar, o imposto que era 20% passa para 10%; e para tanquinhos, de 10% para zero (BRAGA; ABRANTES; FERREIRA, 2010, p. 8).

Essa relação é identificada por Sciré (2011) como sendo um alerta ao comportamento do indivíduo que busca o endividamento como melhora no sentimento do seu bem-estar econômico sem se preocupar com o nível do comprometimento orçamentário da família.

Por trás do “livre acesso” ao consumo, o que se observa, então, é toda uma lógica que engendra o endividamento. [...] como se forja situações que permitem que se gaste mais do que se tem. Mais do que isto, é possível pensar que esta lógica que forja situações de endividamento na pobreza é a responsável por retroalimentar o funcionamento do sistema, possibilitando que a riqueza se acumule e que a pobreza seja mantida, ainda que sob um novo formato (*ibidem*, p.76).

Para Ferreira (2009, p. 5), esse padrão de consumo está relacionado com a forma em que o consumo “exarcebado” é estimulado por mecanismos facilitadores que atingem com força as pessoas situadas nas classes mais baixas, o que gera um sentimento bem-estar econômico. Esse sentimento pode ser visto sob as lentes da demanda, que antes não era possível e agora, além de ser atendida, nutre também a sensação de poder, no que se refere à possibilidade de o consumidor comprar os mesmos produtos típicos da classe alta.

[...] o cuidado que se deve ter com a utilização de critérios exclusivamente monetários para a definição de classes sociais, especialmente quando eles pretendem embasar políticas públicas. Classificações tão rigorosas e “objetivas” acabam colocando na sombra os processos – simultaneamente econômicos, sociais, culturais e políticos – cotidianos que, ao se cristalizarem em maior ou menor medida, permitem a transição. O que ganham em “objetividade” perdem em capacidade explicativa. Se quisermos entender o processo de diminuição das desigualdades em curso na sociedade brasileira e a transformação na morfologia das classes sociais devemos fazer mais e melhores estudos etnográficos sobre as classes populares, investigando seu universo na totalidade. O consumo é uma aposta privilegiada nessa direção (CASTILHO, 2012, p. 20).

Sob esse prisma – consumo e acesso ao crédito -, as ações governamentais que resultam no aumento do bem-estar econômico do indivíduo precisam ser analisadas com cautela. Sendo que essa elevação na satisfação no modo de vida está sendo alimentada pelo endividamento, não pelo salário do próprio trabalho.

Nessa perspectiva, o critério renda não pode ser o único fator predominante para o enfrentamento do fenômeno da pobreza, pois esse universo de privação é estruturado numa base social cuja características possuem um alto nível de complexidade.

3.3 Capacidade: a pobreza como reflexo de déficit de liberdade

Muitos estudos centraram suas pesquisas na finalidade de mensurar pobreza utilizando como base instrumental medidas quantitativas comparativas desenvolvendo suas análises a partir da estratificação da renda das pessoas e assim criar níveis sociais para indentificá-las, assim, analisarem as questões de desigualdade de renda. A partir desse contexto, criam-se indicadores que demonstram a pobreza com características sob apescto unicamente unidimensional (WAGLE, 2008).

A busca por melhor compreensão desse estágio de privação do ser humano faz remeter a questionamentos que dão conta da necessidade de avaliar a pobreza além da insuficiência econômica, centrando esforços que levem em consideração o caráter multidimensional da pobreza como uma situação real de vida.

A partir da década de 80, iniciam-se debates que giram em torno da capacidade como forma de entender o interior da pobreza vista pela lente da liberdade pessoal.

Liberdade⁶² se refere à possibilidade de a pessoa poder realizar suas escolhas por meio do modo de vida, de acordo com seus valores. A partir desse contexto, é possível perceber que a capacidade do indivíduo está diretamente ligada à promoção do funcionamento humano de ser e ter.

O funcionamento da capacidade está diretamente correlacionado com as condições de vida da pessoa, ou seja, se ela possui uma alimentação que preenche os nutrientes necessários, se está livre de doenças passíveis de serem evitadas por meio do acesso a saneamento básico e água tratada etc.

Segundo Wagle (2008, p. 30), a abordagem da pobreza deve considerar a carência da capacidade, pois

A abordagem da capacidade ressalta a necessidade de ver a pobreza como um déficit nas capacidades fundamentais de uma pessoa, que indicam o grau de liberdade necessária para alcançar valiosos "funcionamentos". O objeto central nesta exposição é a capacidade indica o grau de liberdade que alguém usufrui, servindo como uma base mais precisa para a avaliação do nível de privação vivenciada.

Para Sen (2011, p. 291), a pobreza que se refere ao não atendimento das capacidades básicas tende ser muito mais perversa sob o prisma de liberdade e justiça do que as definidas na literatura que consideram a pobreza como limitação de determinada quantidade de recursos

⁶² Segundo Sen (2000, p. 17), a liberdade de uma pessoa pode ser vista a partir das disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões políticas e averiguações públicas), além da renda proveniente do crescimento econômico.

monetários⁶³. O autor ainda defende que os mais pobres dentre os pobres são aqueles indivíduos que vivenciam a carência de capacidade além da renda, pois tendem a sofrer o chamado efeito “desvantagem da conversão⁶⁴”, ou seja, a inaptidão os leva a não conseguir obter uma boa qualidade de vida mesmo com acesso a renda e consumo.

Outro universo que merece destaque como forma de combater a pobreza está na ação de políticas voltadas para a educação, pois elas estão diretamente correlacionadas. A desigualdade de renda tende a ocasionar desigualdades de oportunidades de ensino, implicando carência de capacidades de uma grande parcela da sociedade, sendo as crianças mais vulneráveis diante desse contexto. A carência nutricional, ocasionada principalmente pela falta de alimentação, tende a resultar em dificuldade no aprendizado do conhecimento.

Com isso a elaboração de políticas públicas deve considerar a saúde, a educação e as condições de infraestrutura como forma de prover a melhoria das condições de vida da população, pois se a melhora se der somente em uma área enquanto venha existir privação nas demais, o resultado concreto dessa ação se mostrará ineficiente (MENEZES; UCHOA, 2011).

Sendo assim, o enfoque dado à capacidade passa pela discussão acerca da saúde e da educação como forma de promover meios que venham libertar as pessoas da situação de privação em que muitas vivem.

3.3.1 Saúde

Debates acerca de temas que abordam as interfaces entre condições de vida, pobreza e saúde no Brasil emergem como uma valiosa contribuição para estudos que objetivam a entender como se configura a inter-relação entre esses fatores. Essa problemática social é perceptível quando se olha para a potência do Brasil nos dias atuais, pois economicamente o país se encontra entre as dez maiores economias do mundo. Porém, a partir do momento em que se analisa a desigualdade social e de renda vivenciada por uma parcela significativa da sua sociedade, é possível constatar que reflete o elevado nível de privação de um dos meios mais básicos para o ser humano: o acesso à alimentação⁶⁵.

⁶³ Essa metodologia determina um limite de renda e, caso o indivíduo esteja abaixo desse limite, ele é considerado pobre.

⁶⁴ Sen (2011, p. 293) dá como exemplo de “desvantagem de conversão” dados empíricos sobre a pobreza no Reino Unido levantados por Wiebke Kuklys (2005) que: 17,9% dos indivíduos viviam com renda abaixo da linha de pobreza. Esse número passa para 23,1% quando se constata que existe pelo menos um membro incapacitado na família. Logo, segundo o autor, esse hiato de cinco pontos percentuais está diretamente relacionado à deficiência de renda resultado da privação de capacidades.

⁶⁵ No lado oposto está o problema decorrente da obesidade, que nos dias atuais tem sido objeto de estudo tanto na literatura nacional como internacional. Sobre este tema é importante demonstrar alguns dados da pesquisa realizado por Santos e Scherer (2012, p. 93-94) sobre Política alimentar brasileira: fome e obesidade, uma

Essa realidade diametralmente oposta entre disponibilidade e acesso a alimentos no país pode ser verificada sob a ótica de terras férteis disponíveis para a produção de alimentos. Verifica-se que, no país, em 2008-2009, a área plantada foi de aproximadamente 47,49 (milhões hectares) e uma safra de grãos da ordem de 140,28 (milhões toneladas). Enquanto isso, dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2008/2009, divulgado pelo IBGE, mostram o retrato de privação alimentar da população no país, em que se estima que mais de 68 milhões das pessoas (aproximadamente 35% da população)⁶⁶ vivenciam algum tipo de insuficiência nutricional. Desse total, aproximadamente 18 milhões não comem o suficiente com frequência e os que passam fome algumas vezes é da ordem de 50 milhões.

Dados esses que refletem a realidade no modo capitalista de ser, ou seja, o consumo de qualquer coisa depende de renda e não somente de capacidade de produção. Relatório sobre o Estado de Insegurança Alimentar no Mundo, em 2011, divulgado pela FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação⁶⁷-, conclui que, no Brasil, a proporção de pessoas subnutridas em relação à população total está em trajetória declinante desde os anos 90: 1990-92 era de (11%); 1995-97 (10%); 2000-02 (9%) e 2006-08 (6%). Uma redução de aproximadamente 45%, no período exposto, enquanto na América Latina a queda foi de 35% e, no mundo, foi em torno de 19%.

Fica evidente a importância da alimentação como um dos fatores preponderantes para saúde, que resulta em aumento da capacidade do indivíduo. No entanto, esse quadro remete a concluir que toda riqueza alimentar gerada no país ainda é muito mal distribuída internamente.

O outro lado sombrio da insuficiência alimentar como fator resultante para a fragilidade da saúde está nas suas consequências na redução da expectativa de vida dos indivíduos. Outro problema no que se refere à alimentação pode ser visto a partir de análise feita por Machado (2007, p. 29) que discorre sobre os efeitos da saúde na idade de entrada na

história de carências, que apresentam dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2008/2009 mostra que, dos 95 milhões de adultos que participaram do estudo, 3,8 milhões de indivíduos apresentavam déficit de peso. Outros 38,8 milhões (aproximadamente 41%) exibiam excesso de peso; e 10,5 milhões foram considerados obesos. Ainda segundo as autoras, o problema do excesso de peso tem se configurado como transversal à questão da renda, sendo diagnosticado nas diversas classes sociais, mesmo que por motivações diferentes. Nas classes menos favorecidas economicamente, um dos agravos é o barateamento da alimentação dos trabalhadores e de suas famílias à custa do consumo de alimentos inadequados. Já nas classes média e alta, o que se observa é o excesso de consumo alimentar instigado pela mídia, em decorrência da ampliação das ofertas de produtos no mercado.

⁶⁶ Considerando população residente de 191 milhões, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (IBGE)/2009.

⁶⁷ Para analisar a fome, a FAO utiliza três parâmetros: ingestão calórica; quantidade de comida disponível e as desigualdades no acesso ao estoque de alimentos. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/014/i2330e/i2330e.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2012.

escola e conclui que crianças mais desnutridas tendem a ser mais propensas a ingressar na escola mais tarde. Uma das causas dessa entrada tardia é atribuída às suas condições sociais, pois o *status* nutricional depende dos aspectos das condições de vida das crianças e não apenas das condições de renda per capita familiar.

Vários estudos apontam a precariedade do ambiente social e econômico como sendo fatores responsáveis pela fragilidade da saúde dessas famílias. Entre os problemas a serem enfrentados devido às adversidades dessa condição estão: a desnutrição infantil; o surgimento de doenças infecciosas e parasitárias provenientes das precárias condições de moradia; a dificuldade ao acesso a saúde pública (ASSIS *et. al.*, 2007).

Ao levantar a discussão entre saúde e pobreza, é possível constatar que ambas estão estruturadas num círculo vicioso conhecido como “armadilha saúde-pobreza”. Essa armadilha se dá da seguinte maneira: a pessoa com insuficiência de renda tenderá ter saúde precária e como consequência redução na produtividade laboral que por sua vez resultará em um nível de renda mais baixo (TEJADA; JACINTO; SANTOS, 2008, p. 2).

No entanto, subjacente a esse argumento está a hipótese que $w/p = f'$

Onde: w = salário nominal; p = preços e f' = salário real, logo, salário real é igual a produtividade marginal do trabalho.

Ocorre que esse argumento pressupõe um mercado de trabalho competitivo, construção teórica que não necessariamente condiz com a realidade de mercados de trabalho específicos. Barros, Corseuil e Leite (1999) relatam as características imperfeitas do mercado de trabalho no Brasil, e sua influência na pobreza.

A subutilização e a subremuneração dos recursos humanos disponíveis admitem, fundamentalmente, três formas diferentes. Primeiramente, quando a economia não é capaz de oferecer empregos a todas as pessoas interessadas e capazes de trabalhar, parte da população economicamente ativa (PEA) permanece desempregada. Em segundo lugar, na medida em que os recursos humanos são alocados para empregos, desnecessariamente de baixa qualidade, dadas as condições gerais da economia, eles serão parcialmente subempregados e subremunerados. Nesse caso, trabalhadores com igual potencial produtivo irão acabar com produtividade e salário diferentes, caracterizando a segmentação do mercado de trabalho, a subutilização e a subremuneração de parte da força de trabalho. Finalmente, visto que certos grupos são discriminados ao procurar ou desenvolver uma atividade econômica, eles serão também subremunerados e, provavelmente, subempregados (*ibidem*, p.177-178)

Assim sendo, seria reduzir de forma muito simplificadora sugerir que somente a baixa produtividade no trabalho seja responsável pelos baixos salários. Conforme Barros, Corseuil e Leite (1999), a relação a pobreza e mercado de trabalho se mostra muito mais complexa.

Diante desse fato, pode-se olhar para mais adiante e lançar a análise sob a ótica centrada nos direitos mais básicos que a população possui, que é o acesso a saúde. Seguindo essa perceptiva, a grave situação se confirma a partir da estratificação de renda e que famílias situadas nos níveis mais baixos na distribuição de renda são as que enfrentam as maiores diversidades quanto ao acesso à saúde, ou seja, desigualdade de renda implica iniquidades em saúde (NERI; SOARES, 2010).

Nesse contexto, identifica-se que a posição social do indivíduo reflete que quanto maior a disparidade social menor a expectativa de vida resultante das desigualdades em saúde⁶⁸ (FIGUEIREDO SANTOS, 2011)⁶⁹.

Assim, é possível verificar a existência de causa e efeito entre saúde e pobreza, pois é preciso levar essa relação como questão central ao enfrentamento desse fenômeno junto à sociedade brasileira. Sendo que, para a carência e privação de muitas pessoas, intrassociedade só pode ser combatida quando se direcionar o olhar para a solução dos problemas a saúde (TEJADA; JACINTO; SANTOS, 2008).

A análise da importância da saúde sob o prisma de capacidade de uma pessoa eleva a perspectiva nos aspectos positivos que influenciam diretamente na condição de vida. Com boa saúde, o aumento de produtividade passa ser uma realidade e implicará maior capacidade com provável gerador de melhores rendas. Além disso, algumas realidades devem ser consideradas, pois interferem diretamente na relação entre renda e capacidade e, por conseguinte, reflete no grau de pobreza do indivíduo ou famílias:

idade da pessoa (necessidades específicas dos idosos e muito jovens), pelos papéis sexuais e sociais (por exemplo, as responsabilidades da maternidade e também as obrigações familiares determinadas culturalmente), pela localização (por exemplo, propensão a inundações ou secas, ou insegurança e violência em alguns bairros pobres e muito populosos), pelas condições epidemiológicas (por exemplo, doenças endêmicas em uma região) e por outras variações sobre as quais uma pessoa pode não ter controle ou ter um controle apenas limitado. (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 6).

Ainda segundo os autores, as desvantagens, como idade, incapacidade ou doença, reduzem o potencial do indivíduo na busca pela renda, pois uma pessoa mais velha tende a ter

⁶⁸ Figueiredo Santos (2011, p. 29), as discrepâncias de saúde entre os grupos socioeconômicos ascendem a dez ou mais anos de expectativa de vida e alcançam 20 ou mais anos na idade em que a pessoa experimenta pela primeira vez limitação significativa na saúde funcional. Os grupos mais privilegiados obtêm vantagens na “compressão” da morbidade e limitação funcional em estágios mais avançados do curso de vida.

⁶⁹ A saúde também pode ser vista como reflexo das condições de moradia, uma discussão mais completa a respeito no assunto se encontra mais adiante.

mais problemas de saúde, logo requer mais recursos monetários para poder cobrir seus gastos com a enfermidade que a acomete.

Outro aspecto muito forte entre pobreza e saúde é levantado a partir do estudo que analisa a maternidade na juventude. Constatou-se que a mortalidade de crianças recém-nascidas dessas jovens estava mais diretamente relacionada às condições de vida do que a problemas de fatores biológicos (idade da mãe). Logo, o efeito-pobreza predomina em relação ao efeito-idade⁷⁰ (CÉSAR; RIBEIRO; ABREU, 2000, p. 194).

As autoras também levantam uma importante questão a respeito de políticas públicas nacionais para enfrentar essa grave situação:

seria equivocado adotar uma política definida a partir do diagnóstico de que a idade da mãe determina a sobrevivência dos filhos quando, na realidade, existe um componente social que influencia tanto o comportamento reprodutivo quanto a morbi-mortalidade da criança. (*ibidem*)

Um dos alicerces dessas políticas têm que passar pela saúde coletiva como forma de reduzir as privações nas condições de vida das pessoas, conforme defende Gerhardt (2003). Pois, segundo a autora, as famílias tendem a perceber sua condição de vulnerabilidade a partir das próprias percepções sobre o universo de exclusão em que estão inseridas. Esse fato remete a questionamentos acerca de como enfrentar as desigualdades na saúde e suas relações com a pobreza, podendo citar dois deles: i) a análise da realidade social e de saúde deve se aprofundar mais nas observações no modo de vida dessa parcela da população excluída e ii) as políticas públicas de saúde precisam considerar o meio da coletividade, ou seja, desenvolvimento de ações mais efetivas em saúde coletiva⁷¹ (GERHARDT; 2003, p. 725).

Dessa forma, os impactos da pobreza na saúde entre os diferentes grupos sociais podem ser visualizados a partir dos determinantes sociais da doença e dos serviços de saúde (MAGALHÃES; BURLANDY; CASTRO, 2007, p. 1417).

Assim, a fragilidade na saúde deve ser analisada como característica intrínseca do real estágio de privação socioeconômica, ou seja, do fenômeno da pobreza vivenciado por uma parcela significativa da sociedade brasileira.

⁷⁰ Abrangência: Belo Horizonte; 1993.

⁷¹ Práticas em Saúde Coletiva, compreendem as seguintes dimensões: i) condições de saúde de grupos populacionais específicos e tendências gerais do ponto de vista epidemiológico, demográfico, sócio-econômico e cultural; ii) serviços de saúde, abrangendo o estudo do processo de trabalho em saúde, investigações sobre a organização social dos serviços e a formulação e implementação de políticas de saúde, bem como a avaliação de planos, programas e tecnologia utilizada na atenção à saúde; iii) saber sobre a saúde, incluindo investigações históricas, sociológicas, antropológicas e epistemológicas sobre a produção de conhecimentos neste campo e sobre as relações entre o saber "científico" e as concepções e práticas populares de saúde, influenciadas pelas tradições, crenças e cultura de modo geral. Disponível em: <<http://www.isc.ufba.br>>. Acesso em: 18 maio 2012.

3.3.2 Educação

O poder da educação como meio de promover uma transformação inclusiva passa pela necessidade de mudanças estruturais no contexto de políticas educacionais que procurem erradicar a iniquidade educacional no país.

Os resultados da iniquidade na educação pública no Brasil possuem a tendência de penalizar principalmente as crianças pobres, pois suas famílias não conseguem prover a elas condições para que consigam enfrentar as deficiências do ensino escolar e, por conseguinte, aumento das capacidades (SCHWARTZAMAN, 2006).

Sen (1990, p. 55) aborda alguns resultados passíveis de serem atingidos através da expansão na educação como forma de transformação inclusiva que resulta em mudanças estruturais para a vida de um indivíduo.

De fato, a expansão educacional tem desempenhado vários papéis, e que podem ser cuidadosamente distinguidos. Primeiro, mais a educação pode ajudar no aumento da produtividade. Em segundo lugar, o avanço educacional e pode contribuir na melhoria da distribuição de renda nacional. Em terceiro lugar, sendo mais bem educados, os indivíduos podem ajudar na conversão de renda e recursos que venham impactar diferentes modos de vida. Último (e não significa o mínimo), a educação também ajuda na escolha inteligente entre os diferentes tipos de vida que uma pessoa pode levar. Todas essas influências distintas podem implicar em mudanças importantes no desenvolvimento de capacidades valiosas e, portanto, sobre o processo de desenvolvimento humano.

A educação passa a se configurar em “aptidão”, cuja influência não pode ser vista somente sob o prisma da intelectualidade que ela agrega - pensamento e cultura -, mas também como forma materializada na liberdade das ações do ser humano, seja no individual ou no coletivo (DURKHEIM, 1955).

Nussbasum (2000) defende a educação como instrumento de maior relevância para capacitar à parcela menos favorecida da sociedade e que é a partir dela que se pode aumentar a capacidade do ser humano. Desse modo, a educação passa a ser variável chave para a liberdade de uma pessoa, segundo a autora.

A luta pelo homem em enfrentar uma realidade de privação passa pela educação, pois assim poderá vislumbrar o aumento da sua capacidade, resultando em liberdade, o que leva Durkheim (1955) a defender que:

Desejando melhorar a sociedade, o indivíduo deseja melhorar a si próprio. Por sua vez, a ação exercida pela sociedade, especialmente através da educação, não tem por objeto, ou por efeito, comprimir o indivíduo, amesquinhá-lo, desnaturá-lo, mas ao contrário engrandecê-lo e torná-lo criatura verdadeira humana. Sem dúvida, o indivíduo não pode engrandecer senão pelo próprio esforço. O poder do esforço constitui, precisamente, uma das características essenciais do homem (*ibidem*, p. 56).

A inaptidão configurada na privação das capacidades básicas resulta em uma sociedade em que a realidade é vista a partir dos alicerces fincados nas deficiências sociais estruturais. Deficiências essas visualizadas a partir do abismo que separa a sociedade, se por um lado é possível se deparar com membros muito capacitados, saudáveis, com moradias dignas, por outro lado, existe uma parcela da população que vivencia a mais perversa forma de privação cristalizada por meio da ausência de saúde, educação, moradia etc⁷².

Logo, o déficit de capacidade⁷³ pode ser diagnosticado como sendo a pobreza real do indivíduo. A pobreza real pode ser verificada a partir da chamada armadilha da desigualdade, que surge a partir da persistência de desigualdades sociais, econômicas e políticas e sua persistência tende a impactar nas desigualdades de oportunidades com alto custo para toda sociedade (BOURGUIGNON; FERREIRA; WALTON, 2007, p. 254).

Ao analisar a redução da desigualdade econômica por meio dos reflexos da “educação” é possível verificar seu forte impacto na mobilidade de renda e, por conseguinte, no maior bem-estar (FIGUEIREDO, 2007).

Nessa linha de raciocínio, Ferreira e Veloso (2005, p. 395), ao estudarem a escassez de educação para o Brasil, conseguiram mostrar que a relação entre educação e desigualdade de renda possui duas faces. A primeira, está relacionada à elevada desigualdade educacional da força de trabalho e a segunda se refere à taxa de retorno à educação no país⁷⁴, ou mais precisamente ao prêmio à escolaridade que ainda é muito alto. Ainda segundo os autores, esses dois fatores estão diretamente relacionados aos baixos indicadores educacionais do país.

Ao analisar o retorno da educação, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE do ano de 2008, Neri (2008, p. 38) constata que o salário aumenta até 15% por ano de estudo e a taxa de ocupação cresce em 3,38%. Segundo o pesquisador, o salário de um indivíduo que não sabe

⁷² No caso brasileiro, alguns problemas persistentes podem ser destacados tanto na saúde como na educação. Na saúde, pode ser dado como exemplo: alto índice de mortalidade infantil, desnutrição infantil, morbidez persistente, doenças infecciosas e parasitárias passíveis de serem evitadas tais como: dengue, febre amarela etc. Na educação, o analfabetismo, o analfabetismo funcional etc.

⁷³ Sen (2011, p. 291).

⁷⁴ Taxa de retorno à educação se refere ao aumento de salário resultante de um ano adicional de estudo (*ibidem*, p.383).

ler e nem escrever – sem instrução - varia em torno de R\$ 402,00 e para os que possuem 18 anos de estudo é de aproximadamente R\$ 5.027,00. Dando continuidade à análise no que se refere à investimento em educação verifica-se que um ano a mais de estudo proporciona um aumento no salário de 6,68% a.a. e aqueles que possuem mais de 16 anos de estudo esse aumento chega a 19,24% a.a.

O déficit de capacidade pode ser identificado a partir da desigualdade de oportunidades, pois membros de famílias humildes tendem a ter menos oportunidades de conseguir ascensão educacional em relação a indivíduos em que famílias vivenciam uma realidade mais confortável tanto em educação como em relação à renda (FERREIRA; VELOSO, 2005, p. 395; GONÇALVES; SILVEIRA NETO; 2011).

Essa realidade é muito explícita quando se verifica que a desigualdade de oportunidades impacta em torno de 35% na desigualdade de renda e que o nível educacional do pai é o que tem maior impacto na desigualdade de oportunidades para a geração futura da família (RÊGO; FIGUEIREDO; SILVA; 2011, p. 16; BOURGUIGNON; FERREIRA; MENÉNDEZ; 2007).

Essa relação é explicitada na pesquisa de Ferreira e Veloso (2005, p. 388), notando que o aumento nos anos de estudo dos filhos está diretamente relacionado com os anos de estudo do pai, conforme Tabela 3.3.

Tabela 3.3 - Brasil: Distribuição da Escolaridade de Homens Condicional à Escolaridade de seus Pais – 1996 (%)⁷⁵ _

| Escolaridade do pai | Escolaridade do Filho | | | | | | | | | |
|---------------------|-----------------------|-----|------|------|------|------|------|------|-------|------|
| | Analfabeto | 0 | 1-3 | 4 | 5-7 | 8 | 9-10 | 11 | 12-14 | ≥15 |
| Analfabeto | 31,9 | 5,6 | 24,5 | 17,3 | 10,1 | 4,9 | 1,4 | 3,1 | 0,5 | 0,6 |
| 0 | 8,4 | 6,0 | 19,4 | 24,6 | 14,2 | 9,5 | 3,0 | 9,8 | 1,6 | 3,5 |
| 1-3 | 6,1 | 2,9 | 19,2 | 22,4 | 17,5 | 11,4 | 3,2 | 11,4 | 2,0 | 4,0 |
| 4 | 1,6 | 1,2 | 5,9 | 15,7 | 15,5 | 15,2 | 6,0 | 22,0 | 5,5 | 11,6 |
| 5-7 | 1,1 | 0,3 | 5,5 | 6,6 | 17,3 | 13,2 | 8,5 | 25,8 | 7,7 | 14,2 |
| 8 | 0,6 | 0,7 | 2,4 | 4,1 | 8,7 | 13,7 | 6,1 | 28,8 | 10,4 | 24,4 |
| 9-10 | 0,0 | 0,0 | 1,3 | 1,7 | 8,6 | 8,5 | 7,5 | 32,0 | 9,7 | 30,9 |
| 11 | 0,2 | 0,2 | 1,2 | 1,8 | 5,1 | 6,5 | 5,1 | 32,6 | 11,7 | 35,8 |
| 12-14 | 0,0 | 0,0 | 1,5 | 3,0 | 4,7 | 9,7 | 3,1 | 25,9 | 13,3 | 38,8 |
| ≥15 | 0,2 | 0,5 | 0,7 | 0,9 | 2,7 | 3,8 | 2,0 | 16,2 | 13,0 | 60,0 |

Fonte: Ferreira e Veloso (2005) ⁷⁶

⁷⁵ O período se refere ao único complemento suplementar de pesquisa da PNAD/IBGE em que registrou aos anos de estudo do pai com os anos de estudo dos filhos.

⁷⁶ As variáveis escolares do pai e do filho são categóricas, definidas da seguinte forma: Analfabetos são indivíduos sem escolaridade que não sabem nem ler e escrever; escolaridade menor do que um ano = 0; primeira

Observa-se que a redução da desigualdade educacional ao longo do tempo depende da possibilidade de transmissão intergeracional de chances de avanço escolar. De fato, depreende-se da tabela 3.3 que um indivíduo cujo pai seja analfabeto teria apenas 0,6% de probabilidade de alcançar e/ou concluir o nível superior de escolaridade. Em contraposição, tal probabilidade aumenta para 60,0% se o pai tiver completado o nível universitário.

Essa realidade também é verificada por Gonçalves e Silveira Neto (2011) em estudo para a Região Metropolitana do Recife⁷⁷, em que verificaram forte influência do nível educacional dos pais nas possibilidades de ascensão educacional dos filhos.

[...] restrições culturais e financeiras fazem com que a mobilidade intergeracional seja diferente de acordo com o nível educacional dos pais. Filhos de pais muito escolarizados são mais restritos, ou seja, recebem mais investimento educacional e têm também nível de instrução mais elevado, fazendo com que a persistência educacional seja maior para essas pessoas. Encontrou-se também evidências que confirmam a hipótese de Ferreira e Veloso (2003b), mesmo para o caso da RM de Recife em 2010, em que existe uma dificuldade de ascensão educacional de filhos de pais analfabetos (*ibidem*, p. 17).

Para que esse cenário venha sofrer uma transformação, é necessária a introdução de uma política educacional eficiente e formulada de maneira a ser marcada pela continuidade, objetivando principalmente o combate à desigualdade na distribuição de educação e focando, como meta principal à promoção das famílias inseridas em uma estrutura educacional deficiente, a possibilidade de alcançar níveis de escolarização mais altos e com isso melhoras na sua condição de vida via “taxa de retorno à educação” (RAMOS; REIS, 2011).

Ao longo de vários estudos, foi possível se deparar com abordagens que levantam a pobreza como privação de capacidade e abordagens que defendem a pobreza simplesmente como insuficiência de renda, porém, por elas estarem interrelacionadas entre si, é aconselhável que ambas sejam estudadas conjuntamente.

Para alguns, a renda é um meio para se obter capacidade. Para outros, quanto maior a capacidade de um indivíduo, sua produtividade laboral tende a ser maior e, assim, refletir em renda maior. Essa afirmação pode ser verificada a partir de estudo para o mercado de trabalho no Brasil efetuado por Neri (2008) que concluiu que a variação anual entre os anos de 2002 e 2008 para o salário hora por ano de estudo aumentou em torno de 4,66% e as horas trabalhadas foram reduzidas em 0,24%.

à terceira série completa do ensino Fundamental = 1-3; quarta série completa do Ensino Fundamental = 4; quinta à sétima série completa do Ensino Fundamental = 5-7; Ensino Fundamental completo = 8; primeira ou segunda série completa do Ensino Médio= 9-10; Ensino Médio completo = 11; Superior incompleto = 12-14; Superior completo = ≥ 15 . As células representam a mediana da distribuição educacional dos filhos, condicional à escolaridade do pai.

⁷⁷ Os autores utilizaram dados de pesquisa realizada no âmbito da Fundação da Joaquim Nabuco (Fundaj).

E o mais importante a ser levantado é a proposta pela busca constante por melhorias em educação e saúde como fatores preponderantes para que se possa vislumbrar a inflexão no grau da pobreza a partir da melhoria na capacidade do indivíduo.

Essa realidade vem ao encontro com o Relatório Regional sobre Desenvolvimento Humano (RRDH) para a América Latina e o Caribe 2010 – PNUD -, intitulado como *Actuar sobre el futuro: romper la transmisión intergeneracional de la desigualdad*. Esse relatório traz como novidade o Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade – IDH-D⁷⁸ cuja metodologia leva em consideração as diferenças de rendimento, educação e saúde.

Segundo nota técnica do RRDH da PNUD (2010, p. 131), o IDH-D é adquirido a partir das etapas abaixo:

1ª etapa: usa-se o procedimento do IDH (1990), em que os valores são normalizados e variam entre 0 e 1 e os pesos relativos são iguais para todas as dimensões. O Índice de Desenvolvimento Humano é a média aritmética das três dimensões em que abrange vários países.

$$IDH = \frac{PIBpercapita + educação + saúde}{3} \quad (3.1)$$

Nela: PIB per capita em dólares ajustado pela paridade do poder de compra; educação é medido pela taxa de alfabetização de adultos (peso 2/3) e a taxa bruta de matrícula (peso 1/3); saúde avaliada pela esperança de vida ao nascer.

2ª etapa: A construção de índices de sensibilidade que satisfazem todas as propriedades desejáveis do IDH, baseia-se em um nível de desconto de desigualdade em cada dimensão conforme expressão (3.2).

$$\dim ensão(X) = \left(\frac{x_1^{1-\varepsilon} + \dots + x_n^{1-\varepsilon}}{n} \right)^{\frac{1}{1-\varepsilon}} \quad (3.2)$$

⁷⁸ Metodologia utilizada no México e Argentina e pela primeira vez para América Latina.

3ª etapa: As dimensões são resultantes de uma média aritmética e dos índices aplicados inversamente. Assim, o índice sensível da desigualdade (IDH-D) é a metade da média generalizada para cada dimensão.

$$IDH - D = \left[\frac{(PIBpercapita)^{1-\varepsilon} + (educa\c{c}\tilde{a}\tilde{o})^{1-\varepsilon} + (sa\tilde{u}\tilde{d}\tilde{e})^{1-\varepsilon}}{3} \right]^{\frac{1}{1-\varepsilon}} \quad (3.3)$$

Logo, se $\varepsilon > 0$ e $\varepsilon < 1$, quanto mais próximo de 1 maior a desigualdade; $\varepsilon=0$ o IDH-D iguala ao IDH; se $\varepsilon=1$ o índice acrescenta distribuições baseadas em médias geométricas. O aumento da desigualdade entre indivíduos e dimensões é resultante do aumento do valor de ε , de modo que o valor de IDH-D será menor⁷⁹ quando maior for o nível de desconto desigualdade (ε).

Assim de acordo com o IDH-D, o desempenho do Brasil sinalizou grande preocupação, pois em todos os indicadores estudados houve queda. A partir do momento em que insere o “ajuste”, a desigualdade de renda foi de -22,3%, a educação -19,8% e a saúde -12,5% e esse desempenho resultou em uma redução da ordem de 19% em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Fato que faz com que o país seja rebaixado do grupo de países com desenvolvimento humano elevado até então olhando somente sobre o IDH.

Sen (1990, p. 55) busca refletir a abordagem que foca a capacidade como sendo fundamental para os esforços que buscam avaliar o desenvolvimento humano. De acordo com o autor, a análise dos padrões de vida encontra, como principal sujeito, a capacidade humana, pois, por meio dela, é possível desenvolver pesquisas que levantam os problemas de ineficiência e desigualdade acerca de uma parcela significativa da população.

Assim, é necessário compreender que não é somente a insuficiência de renda ou a renda mal distribuída que joga o indivíduo ou uma família no universo da exclusão, mas sua restrição à liberdade no sentido que lhe é extraída a oportunidade, entre outras coisas, de receber educação com qualidade; assistência médica; moradias dignas etc. Nessa perspectiva, a restrição à oportunidade pela busca de seus objetivos teria que ser eliminada a partir de políticas públicas que visualizassem essas carências (SEN, 2011).

⁷⁹ Maior a desigualdade no IDH-D.

Essa busca não pode ser desejada só no âmbito individual, mas um caminho percorrido juntamente entre o Estado e a sociedade para que se possa visualizar a concretização tanto do resgate como da proteção das capacidades humanas sob a perspectiva de que a liberdade é o objeto central no que tange os fins e os meios para o desenvolvimento humano (SEN, 2000, p. 71).

E assim, conforme colocado pela Dra. Zilda Arns Neumann (2006, p. 88)⁸⁰, a inclusão social deve prever a redução das desigualdades, principalmente, nas áreas da educação e da saúde.

Pochmann (2004) relata que, no que se refere à saúde, o país está a caminho de desenvolvimento no combate a várias doenças como a AIDS, porém convive com doenças e situação de analfabetismo próximo do século XIX.

Ao levantar essa reflexão - desnível na educação e ineficiência na saúde -, constata-se que desigualdades distributivas contribuem para que considerável parcela da sociedade brasileira ainda vivencie uma realidade de expressiva exclusão social.

3.4 Inclusão Social: sob a perspectiva de oportunidades e direitos sociais e civis

O uso corrente do termo 'exclusão social' tem vinculação a situações de carência que afetam vários segmentos sociais, e envolve aspectos como: pobreza, falta de trabalho, uma vida social restrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos de violência etc. Tais fatos retratam uma realidade estrutural em que os desfavorecidos estão inseridos dentro de um sistema em que o poder econômico se concentra nas mãos de poucos favorecidos (MOTA; CHAVES FILHO, 2005).

A inclusão social seria romper um processo que se eterniza e se agrava cada vez mais quando gera o chamado círculo vicioso da pobreza. O círculo vicioso da pobreza foi mencionado por Gunnar Myrdal ao adentrar no campo sociológico para explicar os problemas enfrentados pelo indivíduo negro nos Estados Unidos⁸¹.

Segundo Cavalcanti; Lyra; Avelino (2008, p. 18), o círculo vicioso da pobreza que resulta no aumento da discriminação se dá da seguinte maneira:

os pobres são pobres-porque não trabalham-porque são analfabetos-porque são inconstantes-porque não têm terra-por isso, são pobres; são –pobres porque são desorganizados-por não têm acesso aos meios de comunicação-porque são doentes-porque vivem só de subsistência-porque são mal nutritos-por isso, são pobres.

⁸⁰ Médica pediatra. Coordenadora nacional da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa. Representante titular da CNBB no Conselho Nacional de Saúde, membro do Confea e do CDES.

⁸¹ Livro de Gunnar Myrdal (1944): *An American Dilemma: the negro problem and modern democracy*.

Sandroni (1997, p. 7), sobre Gunnar Myrdal, diz que o fim do círculo da pobreza só seria possível ser alcançado se

os indivíduos obtivessem melhor nutrição, melhor educação, melhor atendimento à saúde e melhores condições de moradia, receberiam certamente salários menos aviltantes, o que permitiria melhorar a alimentação, a saúde e a moradia, obtendo maior produtividade no trabalho, maiores salários, o que contribuiria para reduzir a discriminação e assim por diante. Ou melhor, incorporando elementos não-econômicos ou não diretamente econômicos (como melhora nos padrões de saúde, por exemplo), Myrdal abria a perspectiva de desenvolvimento econômico (e social) que os economistas tradicionais não eram capazes de enxergar.

Boneti (2006, p. 190) avalia que a inclusão social percorre um caminho cujo trajeto encontra grande complexidade ao longo do seu horizonte, pois, segundo o autor, a inclusão social é tratada a partir da ótica de uma positivação em relação a uma problemática social, a da exclusão.

Assim, a inclusão social tem que ser vista a partir do enfrentamento das dimensões: desigualdade e pobreza, que precisam ser combatidas de acordo com as especificidades de cada uma.

‘Naturalizada’, a desigualdade não se apresenta aos olhos de nossa sociedade como um artifício. No entanto, trata-se de um artifício, de uma máquina, de um produto de cultura que resulta de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos e, em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes (HENRIQUES, 2004, p. 65).

Essas oportunidades passam pela estruturação do mercado de trabalho com a finalidade de promover o trabalho assalariado, em que desponta como componente importante para enfrentar a privação social e econômica, mais precisamente, o resgate da cidadania (BONETI, 2006; POCHMANN, 2003).

O não cumprimento dos direitos pode ser visualizado pelo distanciamento entre os grupos sociais com consequências perversas. A desigualdade social pode, muitas vezes, ser vista sob as lentes das más condições qualitativas da moradia por meio de acesso a serviços básicos, tais como: saneamento básico, coleta de lixo, água encanada etc. Isso se dá com maior intensidade em centros urbanos. A vulnerabilidade social fica evidente quando se olha sob o prisma da inadequação dessas moradias, seja devido à precariedade, insalubridade, ilegalidade ou mesmo da irregularidade (WANDERLEY, 2006; HENKES, 2005; MORAIS, 2002).

Além disso, a deficiência na integração social também traz consigo barreiras no acesso à justiça para os destituídos social e economicamente dentro de uma sociedade. Muitas vezes essa dificuldade vem pelo fato de os indivíduos com menos conhecimento não saberem os

reais direitos judiciários. Em outro campo, a barreira vem do fato de, mesmo sabendo os seus direitos jurídicos, os indivíduos menos favorecidos tendem a ter menor probabilidade de procurar a justiça para intermediar seu conflito. Por último, esses indivíduos, situados no nível mais baixo do estrato socioeconômico, possuem muita dificuldade de procurar um profissional na área jurídica para intermediar seus problemas junto à justiça. Logo, a desigualdade no acesso à justiça possui características altamente complexas, pois elas giram em torno não somente da restrição econômica, mas também inserem, nesse contexto, diferenças sociais e culturais dessa população (SANTOS, 1986).

[...] a distância dos cidadãos em relação à administração da justiça é tanto maior quanto mais baixo é o estrato social a que pertencem e que essa distância tem como causas próximas não apenas fatores econômicos, mas também fatores sociais e culturais, ainda que uns e outros possam estar mais ou menos remotamente relacionados com as desigualdades econômicas (*ibidem*, p. 20-21).

Assim, o pleno exercício do direito à inclusão social passa por políticas específicas que consideram o acesso a direitos sociais, econômicos, civis, culturais e políticos como características essenciais para indivíduos desprovidos de recursos econômicos e estritamente vulneráveis (PIOVESAN, 2004).

3.4.1 Inclusão econômica através do mercado de trabalho

Nas sociedades modernas, os mercados de trabalho passaram a ser um dos principais mecanismos para efetivar a inclusão social de uma parcela significativa da população mundial (MARIÓ, 2005).

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁸², o estudo intitulado Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade (1999) mostra que a abertura econômica, nos anos 90, apresentava dois aspectos que despontavam como grandes desafios para o motor de desenvolvimento da produção local naquele momento. O primeiro está relacionado à baixa competitividade das empresas nacionais perante as empresas internacionais. Já o segundo está associado aos grandes entraves de inserção no mercado de trabalho, pois iníquas condições de trabalho que afetam diversos segmentos da população economicamente ativa do país demandavam (e ainda

⁸² A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi fundada em 1919, no fim da Primeira Grande Guerra Mundial e outorgada pelo Tratado de Versailles, com a missão de ser a instituição internacional especializada na promoção de políticas sociais e laborais para a justiça social. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

demandam) ações na esfera pública, na busca de de fortalecimento de políticas públicas (ativas e passivas) dirigidas ao mercado de trabalho.

Alguns aspectos de desigualdade que se revelam no mercado de trabalho afetam diretamente os jovens. Segundo Pochmann (2007, p. 3), estima-se que a população jovem entre 15 e 24 anos no Brasil entre 1995-2005, era composta de 6,3 milhões de pessoas, representando 19,7% do total da população nesse período. Ainda segundo o autor, é possível constatar uma crescente evolução na trajetória da taxa nacional de desemprego dos jovens com variação de 70,2% (de 11,4% em 1995 para 19,4% em 2005), enquanto essa taxa para o restante da população economicamente ativa (PEA) apresentou um aumento de 44,2% (de 4,3% em 1995 para 6,2% em 2005).

Ao analisar a distribuição da população jovem entre 15 e 29 anos para 2009 e distribuindo-as por categoria, foi possível constatar que apenas 17,5% desses jovens só estudam; dos que estudam e participam do mercado de trabalho foi da ordem de 17,9%; dos que só participavam do mercado de trabalho foi de aproximadamente 49,9% e, os que nem estudam e nem participam do mercado de trabalho era 14,7% (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2009, p. 78).

É possível perceber que quase 50% dos jovens entre 15 e 29 anos só estavam trabalhando, sinalizando que muitos podem ter postergado a aquisição de mais conhecimento o que impactou de forma negativa na alocação desse capital humano na atividade produtiva do país.

Outra faceta para definir a magnitude da pobreza no Brasil é atribuída à possível deficiência na estrutura do mercado de trabalho, principalmente, no que se refere à sub-remuneração e a subocupação⁸³ nos postos de trabalho disponíveis.

A sub-remuneração pode ser verificada a partir de dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME)⁸⁴. Numa estimativa da proporção de pessoas com rendimento mensal por horas semanais habituais inferiores ao salário mínimo por 40 horas semanais em set/2009, a pesquisa demonstra que 16,9% da população total de pessoas ocupadas pertence a esse grupo. Traduzindo em números, seriam mais de três milhões de pessoas. Em relação à subocupação,

⁸³ Subocupação do fator trabalho, em que indivíduos considerados economicamente ativos trabalham menos do que as 40 horas semanais, no entanto, estariam dispostos e disponíveis para trabalharem mais (Barros; Corseuil; Leite, 1999).

⁸⁴ Essa pesquisa abrange as Regiões Metropolitanas de: Recife; Salvador; Belo Horizonte; Rio de Janeiro; São Paulo e Porto Alegre e é elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm>. Acesso em: 11 jun 2012.

é possível constatar uma percentagem de 3,03% do total da população ocupada no referido período (em torno de 651 mil pessoas).

Essa realidade pode ser confrontada com estudo elaborado por Valle Furtado (2011) em que as classes sociais são estratificadas a partir de categorias analíticas concernentes ao mercado de trabalho e conclui que as chances do indivíduo de não ser pobre estão diretamente relacionadas a diversos fatores entre eles o seu nível de qualificação, isto é, esse estágio leva o cidadão a ter maior participação na produção visualizada pela sua posição no emprego. Segundo o autor, o “status” da ocupação impacta na vida social e econômica do indivíduo, pois passa a ser uma pré-condição para ser inserido ou não no universo da privação social e econômica.

Uma linha de pesquisa semelhante foi desenvolvida anteriormente por Scalon (1999) em que a pesquisadora mostra que as oportunidades oferecidas no mercado de trabalho estão diretamente correlacionadas com a qualificação do trabalhador e que elas, por sua vez, implicam condições de vida do indivíduo devido aos ganhos proveniente de melhores chances na posição ocupada no trabalho.

Rocha (2006) conclui que a renda proveniente do trabalho corresponde em torno de três quartos da renda total, mesmo para as famílias em situação de pobreza.

Na verdade, a importância para o trabalho como fonte de rendimento vai além, visto que parte ponderável das aposentadorias e pensões é apenas renda do trabalho diferida no tempo mediante mecanismos de previdência. O aumento real de 4% no valor da renda total do trabalho entre 2003 e 2004 se deu como visto anteriormente, em função da expansão da ocupação, já que o rendimento médio do trabalho permaneceu estável no período. Vale observar que, para as famílias mais pobres, a participação do trabalho na renda declina de 79,0%, em 2003, para 76,5%, em 2004, em função da importância crescente das transferências monetárias (*ibidem*, p. 282).

Seguindo a mesma comparação, Monsueto e Simão (2010) discorrem sobre a evolução da renda domiciliar *per capita*, da renda proveniente do trabalho e da taxa de dependência dessa renda domiciliar em relação à renda do trabalho. Foram utilizados dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente ao um período de quatro anos. Nela, verifica-se que enquanto a renda per capita apresentou uma evolução de 16,56%, a renda proveniente do mercado de trabalho indicou um declínio de aproximadamente 3,26% e a taxa de dependência também mostrou uma redução da ordem de 15,56%. No entanto, o peso da renda proveniente do trabalho ainda é muito impactante na renda domiciliar *per capita*, chegando a mais de 70% em todos os anos estudados. A justificativa na queda da taxa de dependência está em alinhamento com a conclusão de Rocha (2006) de que essa redução na

evolução está atrelada aos benefícios como aposentadoria, pensões ou Programas de Transferência de Renda Direta, como por exemplo, o Bolsa Família.

Tabela 3.4 - Brasil: Renda domiciliar per capita, composição e taxa de dependência

| Ano | Renda per capita (R\$ 2008) | Renda proveniente do Mercado de Trabalho (%) | Taxa de dependência (%) |
|------|--------------------------------|----------------------------------------------------|----------------------------|
| 2002 | 619,00 | 73,7 | 40,5 |
| 2004 | 588,70 | 72,3 | 38,2 |
| 2006 | 673,30 | 71,0 | 36,1 |
| 2008 | 721,50 | 71,3 | 34,2 |

Fonte: Monsueto e Simão, 2010.

Ainda segundo os autores, a importância do mercado de trabalho na vida do indivíduo pode ser percebida sob a ótica do retorno por hora trabalhada, ou seja, o trabalhador que possui carteira assinada obteve um ganho por hora trabalhada em torno de 26,32% em relação ao trabalhador que está inserido no mercado informal - não possui carteira assinada.

Outro aspecto importante a ser levantado a respeito do mercado de trabalho do chefe de domicílio está no fator que é possível verificar que famílias que vivem abaixo da linha de pobreza⁸⁵, aproximadamente 36% do mesmo chefe de domicílio não trabalha com carteira assinada contra 14,6% dos que trabalham com carteira assinada (MONSUETO; SIMÃO, 2010).

A inclusão da parcela menos favorecida da sociedade enfrenta constantes desafios para superarem as deficiências do meio social, passando pela luta árdua e contínua pela conquista de oportunidades dentro do mercado de trabalho.

As formas como são utilizados e remunerados o capital nas atividades econômicas do país acarreta um forte impacto no nível de pobreza de grande parcela da população. Nesse contexto, o mercado de trabalho desempenha um papel predominante na inclusão social desses atores sociais.

⁸⁵ Os autores denominaram linha de pobreza sendo igual a ½ salário mínimo vigente no mês de setembro de 2008.

3.4.2 Inclusão por meio das condições de moradia

No Brasil, para que o combate à pobreza se dê de forma eficiente, é necessária uma ação pública que mostre detalhadamente, além das imperfeições em várias áreas como a saúde e nutrição, melhores informações sobre as condições de vida desse “Brasil pobre” (SAWAYA *et. al.*, 2003, p. 21).

Essa responsabilidade pode ser constatada a partir da alteração na redação do artigo 6º da Constituição Federal, por meio da Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, em que a moradia passa a ser um direito social que tem que estar disponível para todos da sociedade.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição⁸⁶.

A oferta e investimento em habitação tem a esfera federal tanto como ofertante como também regulador do setor privado no que tange à construção e financiamento de moradias para a população e a ações que centram na questão da necessidade da redução do enorme déficit habitacional existente no país.

Segundo relatório do Ministério das Cidades⁸⁷, em 2008, o Brasil apresentava um déficit habitacional da ordem de 5,546 milhões de moradias, sendo que, na área urbana, a demanda é de aproximadamente 83,5% dessas unidades habitacionais.

No Brasil, ainda existem milhões de famílias que vivem em moradias em condições inadequadas. Nessa área, o setor público é o responsável pela infraestrutura em torno dessas moradias, seja em saneamento básico, na coleta de lixo, procedência da água disponibilizada, na segurança etc.

No entanto, a precária situação das condições sociais de muitas famílias no país pode muitas vezes ser verificada a partir das condições de habitação que refletem na saúde desses membros da sociedade.

Segundo mapa traçado a partir de dados do IBGE⁸⁸, tomando como base o Censo Demográfico 2010, estima-se que aproximadamente 18 milhões de pessoas vivem em

⁸⁶ Disponível em: < <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/30/2000/26.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

⁸⁷ Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/DHB_2008_Final_2011.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.

⁸⁸ Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/entorno/entorno_tab_brasil_pdf.shtm>. Acesso em: 28 maio 2012.

domicílios sem saneamento básico (esgoto a céu aberto) e aproximadamente 8 milhões convivem com lixo na porta de suas residências (sem coleta de lixo).

Infelizmente, essa realidade precisa passar por ações articuladas pelo poder público, pois o cenário exposto não só acarretará problemas no curtíssimo prazo, como a possibilidade de ele ser perpetuado para as gerações futuras de toda sociedade. Essas consequências são muito bem expostas pela ex-senadora Marina Silva (2012)⁸⁹,

Articular o acesso ao saneamento básico às ações de superação do déficit habitacional e de promoção da saúde. Manter investimentos constantes, progressivos e melhor distribuídos no território nacional visando aumentar o ritmo de superação do déficit de acesso à rede de coleta e tratamento de esgotos (atualmente metade da população não tem acesso a redes de coleta de esgotos, e mais de 80% do esgoto gerado no país é lançado nos corpos d'água sem nenhum tratamento, inclusive mananciais de abastecimento). Criar política de acesso à água potável e proteção aos mananciais de abastecimento de água, incorporando a saúde humana, a qualidade da água e uso sustentável como valores centrais na cadeia de produção da água para abastecimento.

Essa colocação é também defendida por Nery (2004), que aborda que a Constituição Federal de 1988 menciona o “saneamento básico” como política que deve estar inserida não somente no nível de saúde, mas também como setor responsável pela proteção do meio ambiente.

Diante dos dados expostos, fica evidente o dimensionamento da carência de muitos domicílios brasileiros, evidenciando uma segregação sócio-espacial que empurra várias famílias de baixa renda a viverem em áreas desestruturadas e com a aprovação do poder público (BARBOSA; GAVIOLI; YAMANISHI, 2003, p.191).

Assim, as autoridades em saúde no país fazem uma alerta a respeito dessa realidade

As transformações demográficas, ambientais e sociais que ocorrem no mundo criam condições para o constante surgimento de novas formas de expressão de doenças já conhecidas anteriormente e para emergência de novas doenças (SILVA JUNIOR, 2005, p. 11)

Segundo Barreto et. al. (2011), em estudo sobre sucessos e fracassos no controle de doenças infecciosas no Brasil, as consequências da precariedade bem como a insalubridade nas condições de moradia podem ser vistas a partir das taxas de mortalidade por doenças

⁸⁹ Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/entorno/entorno_tab_brasil_pdf.shtm>. Acesso em: 28 mai. 2012.

infecciosas e parasitárias no país tais como: diarreia, cólera, malária, dengue⁹⁰, leptospirose, esquistossomose etc.

Quadro 3.1 - Brasil: Histórico do Comportamento das Doenças Infecciosas nos Anos Recentes

| Doenças | Histórico |
|-------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Diarreia e cólera | crianças com menos de 1 ano, a mortalidade associada à diarreia caiu de 11,7 mortes por 1.000 nascidos vivos, em 1980, para 1,5 morte por 1.000 com vida, em 2005; uma redução de cerca de 95% ⁹¹ . A cólera a doença se disseminou rapidamente pelas cidades das regiões Norte e Nordeste, levando a uma epidemia que teve seu pico em 1993, com 60.000 casos registrados (39,8 casos por 100.000 habitantes) e uma taxa de fatalidade de 1,1%; ⁶³ o último caso de cólera no Brasil foi registrado em 2005. |
| Dengue | a evolução nos registros da doença é verificada nos país desde 1986. Entre 2000 e 2009, cerca de 3,5 milhões de casos de dengue foram diagnosticados, sendo que desse total 12.625 era do tipo dengue hemorrágica, levando a óbito cerca de 850 pessoas. |
| Malária | é um problema de saúde pública no Brasil, com aproximadamente 300.000 novos casos registrados a cada ano. Após o início do programa de erradicação da malária, no começo dos anos 1960, o número de casos caiu rapidamente, chegando ao menor nível em 1969, quando foram diagnosticados 52.469 casos. |
| Leptospirose | a incidência da doença ainda é alta no Brasil, porém apresenta uma redução na sua evolução. O ano de 1997 foi o que apresentou a maior taxa de detecção em torno de 28,3% sendo reduzida para 19,6% em 2009, uma variação negativa da ordem de 30% no período. E desse total 5,4% em 2009 foi detectado em crianças com menos de 15 anos. |

⁹⁰ A dengue é uma doença transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, foi introduzida no país nos anos de 1980, e seu alastramento no país está muito atrelada às condições ambientais que a população está inserida, bem como a necessidade de mudança de hábito dessas pessoas.

⁹¹ Segundo os autores, essa redução se deve principalmente por três fatores: i) o uso generalizado da terapia de reidratação oral; ii) aumento pronunciado da oferta de água tratada e encanada, iii) em menor grau, do esgoto sanitário.

Continuação do Quadro 3.1 - Brasil: Histórico do Comportamento das Doenças Infecciosas nos Anos Recentes

| | |
|-------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Esquistossomose ⁹² | entre 1995 e 2006, os registros hospitalares por conta da complicação da doença por 100.000 habitantes apresentaram uma redução de 80% e as mortes em decorrência dessa enfermidade caíram em torno de 29%. Porém, segundo Organização Mundial de Saúde essa doença atinge atualmente 2,5 milhões de pessoas no Brasil ⁹³ . |
|-------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Barreto *et. al.* (2011, p. 50-56)

A necessidade de mudanças a partir do quadro acima exposto é muito bem colocada por Holanda *et. al.* (2003), quando ele diz que as políticas públicas precisam observar com mais atenção as carências na qualidade das habitações, pois esse aspecto está centrado nas condições estruturais de privação do público-alvo dessas ações. Ainda segundo os autores, as ações que focam apenas as necessidades básicas da demanda no quesito quantitativo – renda – possui um impacto apenas marginal na luta contra o fenômeno da pobreza.

Rodrigues (2005, p. 14) verifica a desvantagem dos grupos sociais que vivem em domicílios com deficiência na sua estrutura.

Evidenciou-se a forte coincidência espacial das áreas homogeneamente pobres em termos de renda, as moradias precárias na cidade e os locais com maiores taxas de homicídios. Salientou-se que as carências relativas ao lugar dos pobres na cidade, como isolamento, ocupação de áreas de risco, e urbanização precária significam desvantagens com relação a outras dimensões da pobreza, como saúde, educação e também os serviços de segurança pública. Por um lado, as características do espaço tornam a população mais vulnerável (riscos à saúde, por exemplo) e, por outro lado, essas mesmas características do espaço dificultam a implantação de serviços (como postos de saúde, escolas, patrulhas de policiamento) para atender especificamente à população que mais necessita. Assim, o problema da moradia é central na medida que as desvantagens dos mais pobres apenas podem ser superadas com maior oferta de recursos especificamente para este grupo – como educação, saúde, segurança – que, em grande medida, dependem da existência de condições espaciais propícias.

As transformações nessas condições precisam percorrer o caminho centrado no poder informativo e educativo, abrangendo um conjunto de ações a fim de identificar e valorizar as especificidades nos modos de vida existentes nessas comunidades e, com isso, promover o desenvolvimento social.

⁹² A transmissão da esquistossomose envolve caramujos – que contém o parasita helmintos - de água doce como hospedeiros intermediários e acontece especialmente na região Nordeste, em áreas rurais ou em áreas urbanas periféricas (*ibidem*, 2011, p. 55).

⁹³ O Brasil conseguiu concluir a primeira fase de testes clínicos em imunizante, ou seja, criação de uma vacina inédita contra a esquistossomose. Desenvolvida e patenteada pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), a vacina coloca o nome do Brasil na fronteira da ciência mundial, como a primeira vacina para helmintos, informação divulgada em 12/06/12. Disponível em: <<http://portal.fiocruz.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

Assim, diante dessa perspectiva, as precárias condições de moradia demonstram ser um dos meios de se detectar os verdadeiros bolsões de pobreza de uma determinada sociedade, ou seja, por meio da má qualidade nas condições de vida dessas pessoas, é possível identificar suas reais carências que levam a uma condição excludente. Nesse sentido, a solução passa pela disponibilidade de acesso a serviços básicos que venham amenizar por si só essa realidade e promover as condições necessárias para que essa população possa estar menos vulnerável a doenças passíveis de serem evitadas.

3.4.3 Inclusão por meio da segurança e justiça

Os direitos civis são os mais antigos das sociedades modernas, que protegem os indivíduos tanto da ação autocrática do Estado quanto da ação predatória de outros indivíduos (SCHWARTZMAN; REIS, 2005, p. 167).

Assim, os esforços para traçar os caminhos mais seguros quando se almeja a cidadania efetiva precisam estar em sincronia com os direitos que são regidos pela Constituição Federal de 1988 por meio do artigo 5º, ao estabelecer que:

todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Para RICHTER; CASSOL (2008), os direitos fundamentais e a efetivação da cidadania só poderão ser concretizados por meio de ações que venham agregar esforços de toda a sociedade além da participação igualitária do Estado como instrumento determinante de escolhas e implementações por meio de políticas públicas com o objetivo de resgatar a inclusão de membros da sociedade que hoje se encontram excluídas.

Costa e Terra (2008, p. 230) discorrem sobre os Direitos Fundamentais como sendo:

A moderna concepção dos direitos fundamentais discute a possibilidade e o dever de o Estado vir a ser obrigado a criar os pressupostos fáticos necessários ao exercício dos direitos constitucionalmente garantidos e a possibilidade do titular desse direito subjetivo debelar sua pretensão frente ao Estado, independentemente da existência desses pressupostos.

Os direitos fundamentais de cidadania passam por ações efetivas da participação das pessoas e, sincronizadas a partir de uma relação conjunta com o Estado ou mercado (COSTA; TERRA, 2008).

A inclusão de um conjunto composto pelos direitos fundamentais e Estado forma uma rede social em que os membros estão relacionados entre si, sendo que essa relação tende a trazer o sentimento de proteção para aquele indivíduo que até então se encontrava inserido em uma realidade de privação e direitos (SALES; LIMA; ALENCAR, 2008).

Schwartzman e Reis (2005, p. 168-169) defendem que a Justiça do Trabalho, o direito do consumidor e o sistema de polícia são setores do judiciário que tendem a impactar na inclusão/exclusão dos membros sociais do país, pois configuram a proteção dos direitos civis da sociedade.

- i. as relações entre demandantes e ofertantes no mercado de trabalho formal estão embasadas no cumprimento das normas da Consolidação das Leis do Trabalho. Porém, essa relação muitas vezes é conflituosa e compete à Justiça do Trabalho ser intermediadora dos interesses entre empregador e empregado;
- ii. a defesa do direito do consumidor é regida por vários órgãos governamentais que têm como meta defender os interesses e os direitos dos cidadãos;
- iii. o sistema de polícia tem como objetivo proteger e promover a integridade física dos membros da sociedade. A polícia desempenha um papel estritamente importante na segurança principalmente das pessoas menos favorecidas da sociedade, pois estão mais vulneráveis à violência e criminalidade.

O problema é que o cidadão de baixa renda muitas vezes desconhece seus direitos e, com isso, não procura o sistema de polícia para registrar um furto/roubo; violência principalmente àquela sofrida dentro do lar. Diante disso, a solução desses conflitos, muitas vezes, não passa pela intermediação da justiça.

Essa tomada de decisão por parte das vítimas muitas vezes impacta na redução da eficiência dos serviços prestados pela Justiça, implicando o distanciamento da relação cidadão e direitos civis. Isso porque esses cidadãos agem com se a violência fosse uma consequência natural no universo em que eles vivenciam (PINHO, 2006).

Guareschi *et al.* (2003), ao estudarem a pobreza e a violência sofrida por meninos e meninas em uma favela, conseguiram constatar a relação conflituosa entre membros da comunidade e os policiais que estão lotados para o local com objetivo na promoção da segurança dos cidadãos desse lugar. Esse conflito fica muito explícito através do depoimento de uma moradora.

Há sempre uma coisa nova acontecendo aqui. No outro dia fui comprar remédios para meu irmão e a polícia estava na rua. Eles mexeram comigo, cheiraram o remédio para ver se era droga, me chutaram na perna e me disseram para ir embora. Mas isto não é tão ruim. Pior ainda foi ano passado quando a polícia atirou num guri (*ibidem*, p. 51).

As alternativas para solução dessa problemática estão nos debates com conteúdo informativo e educativo, promovendo uma ação participativa da comunidade em que se desenvolva uma Ouvidoria Coletiva como forma de participação popular na formulação de políticas no nível local (LIMA; STOTZ; VALLA, 2008, p. 273).

Zenha (1985, p. 142), ao pesquisar as práticas da justiça no cotidiano da pobreza, conclui que:

[...], a eficiência da justiça depende diretamente da maneira que a sociedade exercita as práticas deste poder. Não bastam as análises dos códigos, não bastam às acusações de corrupção no quadro judiciário. É preciso atentar para a maneira que os lugares indicados para a população vêm sendo preenchidos, percebendo quais os recursos utilizados por determinados grupos sociais, com a finalidade de imprimir a sua força e direcionar este poder, no sentido de alcançar os seus objetivos. Obviamente, nenhum elemento que participe da engrenagem que é o Poder Judiciário poderá direcioná-lo de forma solitária. Mas, sem dúvida, grupos fortificados terão mais chances de obter um resultado mais próximo do desejado.

A violação dos direitos humanos (prisões ilegais e arbitrárias com uso da violência praticadas por várias esferas do Estado) é uma realidade no cotidiano de uma parcela significativa da população pobre. Logo, os pobres geralmente são aqueles que mais sofrem com a falta de equidade no acesso à justiça, seja pela falta de conhecimento dos seus direitos, seja pela restrição de recursos monetários para contratarem um bom advogado que possa defendê-los.

Diante das exposições até aqui descritas o quadro 3.2 procura desenvolver uma síntese dos vetores escolhidos como objetos da pobreza em cima de um embasamento teórico que o atual estudo demanda.

Quadro 3.2 – Os vetores da pobreza segundo vários autores

| VETORES DA POBREZA | CARACTERIZAÇÃO | BIBLIOGRAFIA |
|--------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Bem-Estar Econômico | Privação econômica demonstrada a partir da insuficiência de renda. | Rocha,1997;1998; 2001; 200; 2006 ; Sen, 2011; Neri,2010;2011; Barros; 1998; Hoffmann, 1995; Ramos e Reis, 1995; etc. |
| Capacidade | Vista como liberdade pessoal, ou seja, o poder de decidir o que quer e o que fazer e assim poder determinar como qual o modo de vida que deseja ter. | Sen, 2011;2006; 2000; 1999; 1990; 1976; Crespo e Gurovitz, 2002; Nussbasum, 2000; etc. |
| Inclusão através do Mercado de Trabalho | Mercado de trabalho como forma de alocar os recursos humanos tanto na utilização como na remuneração junto às atividades econômicas do país e, prover a integração desses ofertantes de mão-de-obra junto a sociedade. | Valle Furtado, 2011; Monsueto e Simão, 2010; Camarano; Melo e Kanso, 2009; Rocha, 2006; Marió, 2005; Scalón, 1999; etc. |
| Inclusão por meio das Condições de Moradia | Má qualidade nas condições de moradia é um dos meios de se detectar os verdadeiros bolsões de pobreza e seu enfrentamento passa pelo atendimento básico de suas reais carências. | Silva, 2012; Barreto et.al., 2011; Rodrigues, 2005; Sawaya et.al.,2003; Barbosa; Gavioli e Yamanishi, 2003; etc. |
| Inclusão através da Segurança e Justiça | A violação dos direitos humanos praticada principalmente junto à população mais carente tende a culminar em sentimento rejeição pelo acesso a justiça. | Richter e Cassol, 2008; Costa e Terra, 2008; Sales, Lima e Alencar, 2008; Lima, Stotz, Valla, 2008; Pinho, 2006; Schwartzman e Reis, 2005; etc. |

Elaboração da autora

O caráter multidimensional do fenômeno da pobreza dividido nas cinco dimensões expostas no Quadro 3.2 será tratado a partir de um método quantitativo que buscará promover uma explicação de natureza relacional, ou seja, como a pobreza pode estar relacionada com esses vetores (CODES, 2005).

A contribuição dessa abordagem que está centrada no estudo da natureza relacional está justamente na busca de uma melhor explicação para compreensão de um objeto social tão complexo como o fenômeno da pobreza:

i) superar os limites da simples quantificação dos aspectos relativos à questão estudada; ii) estabelecer as relações entre os diferentes aspectos envolvidos no problema; iii) oferecer uma representação gráfica do fenômeno; iv) determinar que fatores se mostram mais influentes na análise; v) valorar a intensidade de tais influências, tanto diretamente como indiretamente; vi) explicar uma proporção da variabilidade do fenômeno; vii) incluir conceitos sociais e abstratos de forma estável e, viii) avaliar erros de mensuração das variáveis (CODES, 2005, p. 8).

Assim, o uso da Modelagem de Equações Estruturais (MEE) passa a ser um instrumento de grande importância para análise relacional no que tange à questão de estudos sobre o fenômeno da pobreza (WAGLE, 2008).

Codes (2005, p. 184) defende que a MEE é capaz de determinar que fatores sejam mais influentes nas condições de vida das pessoas, mostrando-se também apta a valorar a intensidade de tais influências, tanto direta como indiretamente.

Assim, a proposta metodológica do atual estudo é construída em cima da abordagem multidimensional que será efetuada a partir do uso da Modelagem de Equações Estruturais (MEE), na qual se utiliza como análise a relação entre as variáveis observadas⁹⁴ e as variáveis latentes ou construto, bem como observar o comportamento dessas últimas mediante mudanças provocadas pelas variáveis independentes. O principal aspecto na utilização da MEE é que ela fornece instrumentos passíveis de aceitação devido às várias possibilidades de testar o modelo que se pretende desenvolver ao longo da sua elaboração.

⁹⁴ Conhecidas também com variáveis independentes, covariável, variável preditiva (CODES, 2008, p. 31).

4 MODELAGEM UTILIZADA NESTE ESTUDO

4.1 Introdução

No capítulo anterior, foram mencionadas as diferentes abordagens que retratam o fenômeno da pobreza. Seja ele decorrente do bem-estar econômico, do bem-estar relativo à qualidade nas condições humanas, visto sob a perspectiva da capacidade, por meio do mercado de trabalho, da qualidade nas condições de moradia ou do acesso à segurança e justiça.

Esses diferentes conceitos foram incorporados e denominados, neste trabalho, como sendo as dimensões ou vetores da pobreza com a intenção de trazer novos elementos para agregar uma base instrumental alternativa para o estudo da pobreza.

O capítulo atual discorrerá sobre a abordagem metodológica – Modelagem de Equações Estruturais (MEE) – escolhida para explicar a natureza multidimensional da pobreza, por meio de um sistema de equações que resultará em indicadores extraídos de dados empíricos observados, que se mostram pertinentes para medir cada dimensão por meio das inter-relações entre diferentes categorias que compõem esse estado de privação social e econômico

A raiz do conceito de Modelagem de Equações Estruturais (MEE) tem seu início em 1918 pelo então geneticista Sewall Wright. Seu trabalho centrou em desenvolver um método quantitativo em que analisava os padrões de covariância entre várias características de porcos *Guinea*. Assim, tem início o desenvolvimento de uma técnica estatística, no qual são transformadas as correlações observadas num sistema de equações, que descreve, por meio de um método quantitativo, suas hipóteses sob as relações causais. Técnica essa que ficou conhecida como análise de trajetória ou análise de caminho (SILVA, 2006, p. 17; CODES, 2005; FARIA; SANTOS, 2000).

Entre o final de 1960 e início de 1970, Kal Jöreskog, Dag Sorbom e outros do *Educational Testing Services* desenvolvem um pacote estatístico conhecido como LISREL (*linear structural relations*). Nele, analisam-se as matrizes de covariância de acordo com um sistema de equações estruturais, dividindo esse sistema em dois submodelos: modelo de mensuração e modelo de equação estrutural (HAYDUCK, 1987, p. xii).

A partir daí, inicia-se a técnica estatística chamada de Modelagem de Equações Estruturais (MEE) que tem, intrínseco a sua estrutura, a análise da relação entre as variáveis

observadas⁹⁵ (contínuas, ordinais, dicotômicas ou censuradas) e as variáveis latentes (variáveis não observadas)⁹⁶, em que se verifica o comportamento dessas últimas mediante mudanças provocadas pelas primeiras por meio de múltiplos indicadores; erros de mensuração⁹⁷, erros das equações (BOLLEN, 1989). Pois, segundo o autor, com a MEE, é possível fazer uma análise por meio de poucas variáveis latentes resultantes de uma base proveniente de um grande número de indicadores.

A MEE, por possuir na sua estrutura vários métodos estatísticos, também é reconhecida por vários nomes: análise de variáveis latentes; análise de estrutura de covariância; análise fatorial confirmatória; modelagem de caminhos (*path modeling*); análise de caminho (*path analysis*) ou apenas de LISREL (ALENCAR, 2009; HAIR *et al.*, 2009; SILVA, 2006).

Alencar (2009, p. 4), em seu estudo, conclui que uma das contribuições da MEE está no fato de nos proporcionar a possibilidade de identificar um sistema de mensuração que é concebido a partir de uma relação complexa (variáveis latentes) mediante a atuação de um conjunto de variáveis.

Flora; Curran (2004) destacam que a MEE é um método poderoso e cujo teor analítico se mostra bem flexível, pois desempenha um papel extremamente importante em muitas aplicações empíricas em pesquisa em ciências sociais.

A MEE se apresenta como um instrumento estatístico resultante de uma análise relacional entre as variáveis, na qual pode ser constatada por meio de dois caminhos: i) quando os relacionamentos obtidos são pré-determinados e a partir daí se dá a confirmação ou rejeição das conexões levantadas como hipótese do modelo proposto diante de uma determinada teoria – Análise Fatorial Confirmatória (CFA); ii) quando esses relacionamentos não são específicos e só são descobertos por meio de um processo de exploração estatística que tem como objetivo descobri-los - Análise Fatorial Exploratória (EFA) (HAIR *et al.*, 2009; CODES, 2008; LAMARE, 2002).

Segundo Hair *et.al.* (2009, p. 543), os modelos que utilizam MEE são determinados por três características:

⁹⁵ Conhecidas também com variáveis independentes, co-variável, variável preditiva. Os valores das variáveis exógenas são assumidos como dados, ou seja, o modelo não tenta explica-los. (CODES, 2008, p. 31, Silva, 2006).

⁹⁶ Um conjunto de variáveis observadas com a respectiva variável latente forma um construto. (LAMARE, 2002).

⁹⁷ Uma vantagem na utilização da MEE é a assumir a existência de erro de mensuração (SILVA; 2006).

i) estimação de relações de dependência múltiplas e inter-relacionadas; ii) uma habilidade para representar conceitos não observados nessas relações e corrigir erro de mensuração no processo de estimação; iii) definição de um modelo para explicar o conjunto inteiro de relações.

Este estudo fará uso da Análise Fatorial Confirmatória (CFA) para analisar o fenômeno da pobreza. Para isso, será dividido em dois momentos. No primeiro momento, teremos a Análise Fatorial Confirmatória (CFA) de primeira ordem, na qual haverá a análise da correlação entre as variáveis latentes (capacidade; bem-estar econômico; inclusão social por meio do mercado de trabalho; inclusão social por meio das condições de moradia e inclusão por meio da segurança/justiça), bem como a interligação entre as variáveis observadas extraídas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2009 - nas regiões metropolitanas do Nordeste Brasileiro – Fortaleza, Recife e Salvador – como os construtos a elas – variáveis observadas - destinados. O segundo momento se destina a analisar um fator latente de ordem superior – uma variável não observada - que será como causa de múltiplos fatores latentes de primeira ordem construídos a partir de diversas variáveis observadas.

4.2 Modelagem de Equações Estruturais (MEE)

As variáveis observadas na MEE são aquelas cuja ocorrência é possível ser verificada - gênero, cor/raça, condições de moradia, etc. -, diferentemente da variável latente que não é observada, porém pode ser explicada pela variável independente. Assim, Alencar (2009, p. 12) discorre sobre o significado da variável latente da seguinte forma:

i) a variável estudada é medida com erro, ou seja, tem-se uma variável observada, mas há um erro associado à medida tomada, a variável latente representará a verdadeira medida da variável (aqui, presume-se que ela exista); ii) a variável latente pode ainda representar construtos hipotéticos que contemplam um aspecto epistemológico ou, segundo Crombach, um “aparato intelectual” que representa conceitos; iii) a variável latente pode ser vista, também, como representando o efeito de um conjunto de variáveis que podem ser medidas, mas que não o foram como, por exemplo, em um modelo de regressão em que o termo de erro pode representar variáveis medidas. Entretanto, a essas variáveis não se atribuem um significado como se faz com um construto; iv) variáveis latentes podem representar variáveis existentes, porém com valores faltantes que, por algum motivo, não se conseguiu registrar a ocorrência; v) variáveis latentes podem representar variáveis contínuas que, no entanto, foram medidas de forma dicotômica ou ordinal.

A utilização do procedimento do MEE requer as seguintes etapas, conforme defendido por Hair *et. al.*(2009) e levantados por Silva (2006) e Lamare (2002):

- i) desenvolver um modelo teórico com a justificativa sobre as escolhas das variáveis com forte embasamento teórico – quais variáveis independentes influenciam nas variáveis dependentes -, pois esse tipo de modelagem implica relações de causalidade;
- ii) demonstrar, a partir da representação pictórica ou gráfica, o caminho *dessas* relações causais;
- iii) conversão do diagrama de caminho em modelo de mensuração (em que as variáveis latentes são regredidas em relação as variáveis mensuráveis - *measurement model* ou variáveis exógenas que são determinadas por fatores externos ao modelo, ou seja, não são explicados por qualquer outra variável do modelo), resultando em construtos. Utilizam-se as matrizes como instrumentos para poder analisar possíveis correlações entre os construtos e as variáveis observadas (ANJOS NETO, 2003, p. 83);
- iv) o modelo estrutural (*structural model*) em que se aplica a técnica de regressão múltipla, ou seja, analisa-se a inter-relação entre variáveis latentes (nesse caso as mesmas passam a ser consideradas endógenas) (ANJOS NETO, 2003);
- v) escolher o tipo de matriz de entrada de dados, com o objetivo de confirmar as hipóteses defendidas pela MEE;
- vi) avaliar a identificação do modelo, diante da necessidade caso venha ter de solucionar os problemas de identificação do modelo apresentado;
- vii) avaliar as estimativas do modelo e qualidade de ajuste, o procedimento de ajuste dos modelos estão centrados na verificação, correção e confirmação do modelo proposto;
- viii) interpretação e modificação do modelo, para que as correções sejam feitas e confirmadas, elas devem estar embasadas em uma justificativa teórica para dar sustentação ao modelo em questão;

4.2.1 Desenvolvendo um modelo teórico

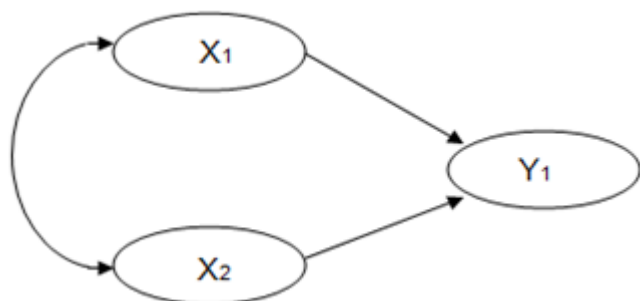
A Modelagem de Equações Estruturais é baseada em relações de causa e efeito, assim se uma variável for alterada essa mudança implicará alteração em outra variável. Esse cenário tem como consequência uma relação de dependência. Logo, para confirmar essa conexão, é necessário estar embasado em uma justificativa teórica muito consistente para poder

responder à causalidade fortemente predominante na Modelagem de Equações Estruturais. (HAIR *et.al*, 2009; ALENCAR, 2009; CODES, 2008; SILVA, 2006; LAMARE,2002; etc.).

4.2.2 Diagrama de Caminho para representar graficamente as relações causais

O diagrama de caminho constitui uma representação gráfica pelo qual se procura ilustrar interrelações entre as variáveis observadas e as variáveis latentes, mas também a correlação entre construtos e até mesmo entre indicadores (variáveis observadas). As setas no diagrama de caminho podem indicar duas vias: uma seta reta representa uma relação causal direta entre construtos; a seta curva entre variáveis latentes indica correlação entre elas, conforme Figura 4.1.

Figura 4.1 - Diagrama de Caminho da Relação entre Construtos



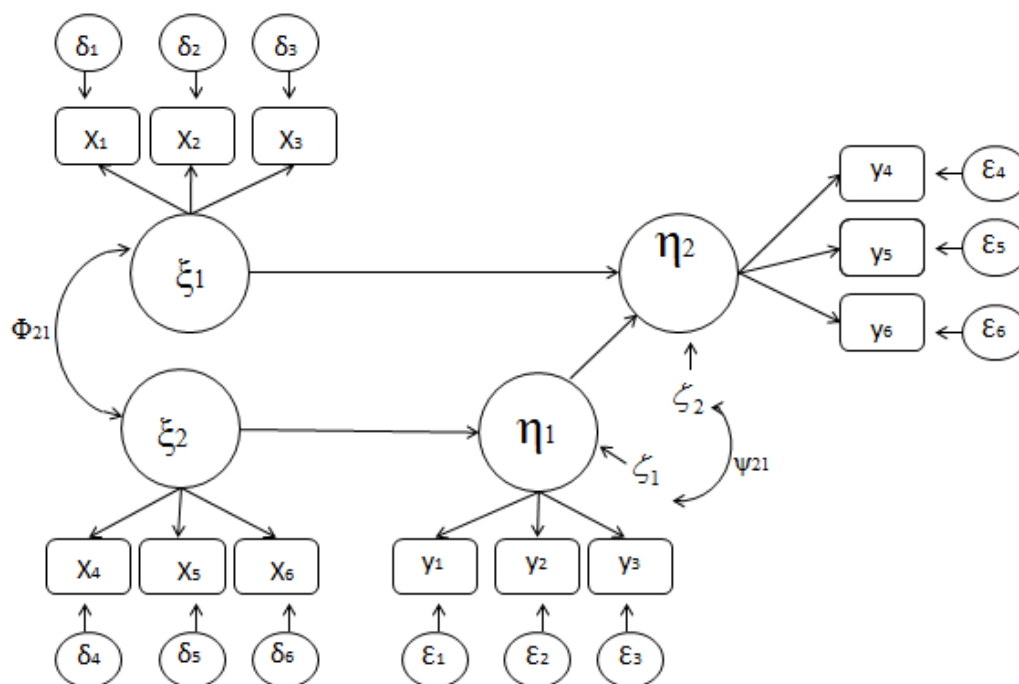
Fonte: Adaptado de Lamare (2002)

4.2.3 Especificando o modelo de mensuração e o modelo estrutural por meio da conversão do Diagrama de Caminho

Após determinar o modelo teórico e representá-lo por meio de uma análise gráfica (diagrama de caminhos), a modelagem de equações estruturais (MEE) passa a ser formalizada a partir de um sistema de equações lineares que dará origem ao modelo de mensuração (*measurement model*). O modelo de mensuração é determinado a partir de um conjunto de variáveis observadas que resultam em indicadores múltiplos (que têm uma relação causal de um conjunto menor de variáveis latentes) e o modelo estrutural (*structural model*) em que se analisa os efeitos diretos e indiretos entre fatores latentes (BROWN, 2006).

A modelagem de equações estruturais (MEE) pode ser representada segundo a Figura 4.2.

Figura 4.2 - Diagrama de Caminho de Modelagem de Equações Estruturais (MEE)



Fonte: Adaptado de Campana; Tavares; Silva (2009)

Nota: a representação gráfica da Figura 3.2 tem as seguintes características: i) as variáveis latentes são as variáveis inseridas nos círculos maiores; ii) as variáveis observadas (mensuráveis) estão inseridas nos retângulos, nos círculos menores estão inseridos os erros de mensuração.

A MEE tem, como objetivo central de análise, testar a hipótese de que a matriz de covariância observada seja igual à matriz de covariância estimada pelo modelo hipotético. Então, essa relação é fortemente indicada pela expressão (4.1) (FLORA; CURRAM, 2004, p. 467).

$$\Sigma = \Sigma(\theta) \quad (4.1)$$

em que, Σ indica a matriz de covariância de um conjunto de variáveis observadas de uma população; $\Sigma(\theta)$ representa a matriz de variância implícita de uma população θ , um vetor de parâmetros do modelo.

Sendo subdividida em dois modelos: modelo de mensuração e modelo estrutural.

- Modelo de Mensuração representado a partir das expressões (4.2) e (4.3)

O modelo de mensuração pode ser analisado sob o prisma de uma organização *independente de clusters*, em que nenhum indicador de cargas se apresenta em mais de um fator comum (MCDONALD; RINGO HO, 2002, p. 65).

A figura gráfica 4.2 representa o diagrama de caminho de uma MEE. O modelo de mensuração passa a ser demonstrado conforme (BOLLEN, 1989):

$$y = \Lambda_y \eta + \varepsilon \quad (4.2)$$

$$x = \Lambda_x \xi + \delta \quad (4.3)$$

Em que y e x são vetores que representam as variáveis observadas explicadas por η e ξ respectivamente e visualizadas pelas setas unidimensionais, cujas matrizes são da ordem $(qx1)$ e possuem distribuição normal; η (êta) e ξ (ksi) são denominadas de variáveis latentes e são determinadas pelas variáveis observadas y_{is} e x_{is} . Λ_y e Λ_x (lâmbda de “y” e “x”) são as matrizes de coeficientes que possuem elementos que representam o efeito das variáveis latentes η nas variáveis y , bem como de ξ em x , da ordem (qxn) ; ε (épsilon) e δ (delta) são denominados termos de erro devido ao fato de serem afetados unicamente por uma variável observada e representam toda a variância em cada y e x , respectivamente. Φ_{21} representa a correlação entre as variáveis latentes visualizado pelas setas bidirecionais; θ_δ e θ_ε (téta épsilon de “ δ ” e “ ε ”) representam matrizes de covariância associadas aos resíduos das variáveis observadas do modelo; em que

$\theta_\varepsilon = \text{VAR}(\varepsilon)$ é uma matriz (pxp) , assumindo que $E[\varepsilon] = 0$;

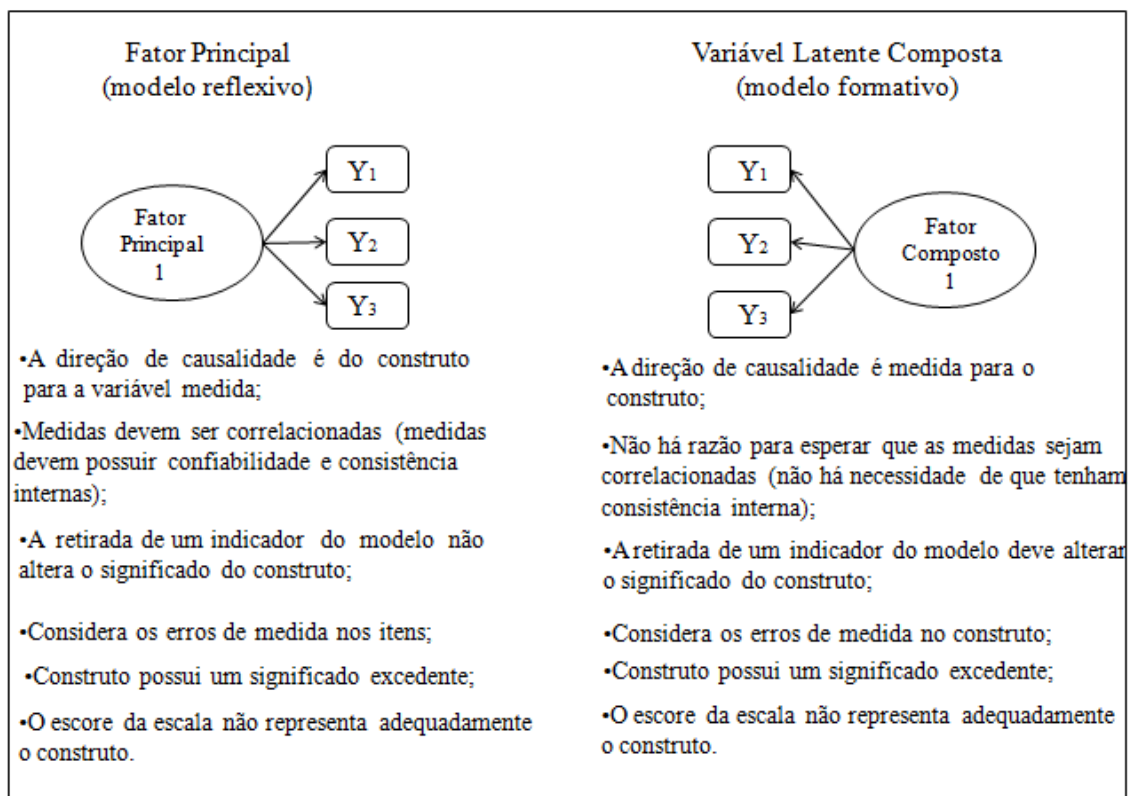
$\theta_\delta = \text{VAR}(\delta)$ é determinado por uma matriz (qxq) , na qual $E[\delta] = 0$ é uma suposição aplicada.

Ainda assume que ε não é correlacionado com η , logo $(\text{cov}(\varepsilon; \eta) = 0)$ e δ também apresenta a mesma característica, ou seja, não correlacionado com ξ , ou seja,

$(\text{cov}(\delta; \xi) = 0)$.

O modelo de medição apresenta duas características distintas visualizadas a partir do Quadro 4.1.

Quadro 4.1 - Características do Modelo de Mensuração: Modelo Reflexivo x Modelo Formativo



Fonte: COSTA, 2010 apud JARVIS et al., 2003, p. 201

Este estudo centrará no uso do modelo reflexivo, pois o fator de ordem superior (pobreza) é visto como uma causa comum dos fatores latentes de primeira ordem que são medidos por meio das variáveis observadas. Nesse caso específico, as variáveis latentes de primeira ordem de exógenas passam ser consideradas endógenas.

- Modelo Estrutural representado de forma resumida

$$\eta = B\eta + \Gamma\xi + \zeta \quad (4.4)$$

Sendo que, η é o vetor das variáveis latentes dependentes, cuja matriz é da ordem $(m \times 1)$; ξ representa o vetor das variáveis latentes independentes com matrizes $(n \times 1)$; B (beta maiúsculo) é a matriz de coeficientes, cujos elementos identificam os efeitos diretos das variáveis latentes η em outras variáveis η e são da ordem $(m \times m)$; Γ (gama maiúsculo) matriz $(m \times n)$ de coeficientes em que os elementos representam os efeitos diretos das variáveis latentes independentes em η ; ζ (zéta) é o vetor aleatório dos resíduos (*disturbance*) das

variáveis latentes endógenas da equação estrutural e tem a matriz da ordem $(m \times 1)$; Φ (fi maiúsculo) é definido como matriz de covariância dos fatores latentes exógenos ξ ; Ψ (psi) representa a matriz de covariância dos resíduos das variáveis latentes η . Assume que ζ e ξ não são correlacionados ($\text{cov}(\xi, \zeta) = 0$); que I-B identidade $(m \times m)$ é não singular e admite-se inversa e que $E[\xi] = 0$; $E[\eta] = 0$ e $E[\zeta] = 0$.

A Modelagem de Equações Estrutural (MEE) é uma técnica estatística que assume que os dados observados medidos possuem uma escala de intervalo cujas distribuições são normais (MEULENERS; LEE; BINNS; LOWER, 2003). Assim, existe a necessidade em se observar o tratamento adequado a se ter com variáveis categóricas (ou seja, dicotômicas, politômicas) que venham compor os construtos na MEE.

4.2.3.1 A MEE e as variáveis observadas categóricas (dicotômicas, politômicas)

A respeito dessa passagem, Alencar (2009, p. 18) levanta a necessidade de atenção quando se empregam variáveis categóricas no modelo. O autor lembra a suposição subjacente na MEE, ou seja, que as variáveis observadas (indicadores) apresentam uma dada estrutura de covariância e têm uma distribuição normal e são identicamente distribuídas. Nesse sentido, a estimação dos parâmetros na MEE pode ser feita utilizando o método de máxima verossimilhança (ML); de mínimos quadrados generalizados (*generalized least squares*, GLS), método de mínimos quadrados ponderados robusto ajustado pela média e variância (*Weighted Least Square Means and Variance Adjusted*, WLSMV),

Na escolha do método, Jöreskog (1969) defende o método da máxima verossimilhança como sendo o método que possui um ajuste muito satisfatório quando utiliza como pressuposto a estimativa de matriz de variância-covariância.

Nesse sentido, o estimador de máxima verossimilhança (ML) é amplamente utilizado na MEE.

Brown (2006, p. 96)⁹⁸ apresenta a expressão da função que minimiza a ML de forma concisa:

$$F_{ML} = \ln|S| - \ln|\Sigma| + \text{trace} [(S)(\Sigma^{-1})] - p \quad (4.5)$$

⁹⁸ Appendix 3.3.

Em que, $|S|$ é o determinante da matriz de covariância amostral; $|\Sigma|$ é o determinante da matriz de covariância implícita no modelo; *trace* é a soma dos elementos da diagonal; p é o número de variáveis observadas e \ln logaritmo natural.

Um ajustamento perfeito é quando no resultado final a função de verossimilhança for igual a zero – $F_{ml}=0$. Isso acontece quando o determinante de S for igual ao determinante de Σ e a diferença dos logaritmos desse determinante será igual a zero. Juntamente com esse pressuposto é necessário que $(S)(\Sigma^{-1})$ seja igual a uma matriz identidade cuja diagonal seja 1, pois quando os elementos dessa diagonal forem somados – usando o traço da matriz - resultará no valor de p (BROWN, 2006, p. 73).

Bollen (1989, p. 441-442) estima que a correlação entre as variáveis observadas tendem se apresentar sob três aspectos. Poliseral (*polyserial*) é quando uma variável é ordinal e a outra contínuas. Tetracótica (*tetrachoric*) é verificada a partir da correlação entre duas variáveis dicotômicas. Policóricas (*polychoric*) mede a correlação entre variáveis categóricas, supondo uma distribuição contínua para os construtos a que essas variáveis pertencem.

Assim, para que os problemas devido à não-normalidade das variáveis categóricas sejam corrigidos é necessário fazer uso da técnica de pontos-de-corte (*threshold model*) a fim de se estimar a matriz de covariância usando variáveis observadas categóricas ordinais corretamente (ALENCAR, 2009).

Guedes (2009, p. 37) menciona uma maneira de se tentar resolver esse problema. Para ela, é necessário introduzir uma forma que vem ajudar os *thresholds*, fazendo com que o pressuposto implícito nas variáveis latentes subjacentes às variáveis observadas ordinais reflitam a distribuição observada nas variáveis indicadoras e que sigam uma curva normal representada por uma gaussiana, representada na Figura 4.3.

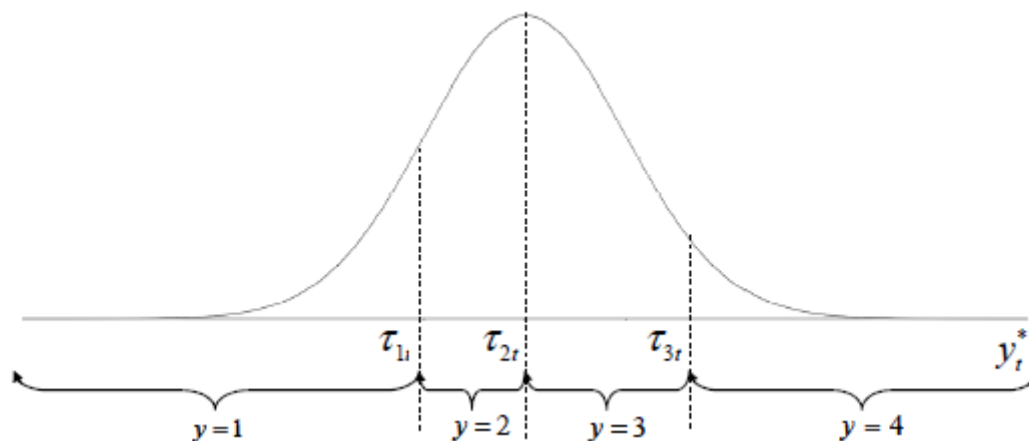
Em que os *thresholds* vem ser a divisão dessa curva em intervalos, cujas áreas correspondem às proporções de casos da amostra que cabem a cada uma das categorias da variável observada (CODES, 2005, p. 212). Assim é necessário fixar uma estrutura de *thresholds* às variáveis contínuas, tal que, quando $y_{it} = c_t$.

A expressão (4.6) mostra a relação entre as variáveis ordinais observadas e as respectivas variáveis contínuas subjacentes (GUEDES, 2009, p. 37).

$$\tau_{c_{t-1}} < y_{it}^* \leq \tau_{c_t} \quad (4.6)$$

Em que, $c_t = 1, 2, \dots, c_t$ são as categorias da variável ordinal y_{it} ; τ_{c_t-1} e τ_{c_t} são os *thresholds* inferior e superior para a categoria; com $\tau_0 = -\infty$ e $\tau_{c_t} = +\infty$. Assume-se c_t *thresholds* são ordenados de forma crescente.

Figura 4.3 - Uma variável contínua subjacente a uma variável ordinal com quatro categorias



Fonte: Guedes (2009)

A representação gráfica da Figura 4.3 mostra que todas as observações que estão situadas na primeira categoria ($y=1$) da variável ordinal y_{it} terão valores inferiores ao primeiro *threshold* (τ_{1r}) da variável y_{it}^* e as que estão no intervalo a partir da segunda categoria terão valores em y_{it}^* entre o primeiro e o segundo *threshold*, e assim sucessivamente.

No entanto, como o modelo de mensuração pode conter variáveis observadas contínuas; categóricas (especialmente com escala reduzida) ou binárias que possuem distribuição assintótica, a utilização da ML tende a fazer com que esse pressuposto – não normalidade - interfira nas covariâncias entre as variáveis indicadoras, ou seja, poderá esta afetar a consistência do estimador⁹⁹ (BOLLEN, 1989). Sendo que, nesse momento, poderia estar ocorrendo um erro de estimação, ou seja, as variáveis observadas categóricas (dicotômicas, politômicas) estariam sendo tratadas como contínuas.

Os problemas advindos da estimação com a utilização de variáveis ordinais usando a ML podem ser corrigidos por meio de métodos de estimação alternativos (GUEDES, 2009).

⁹⁹ Como a consistência de um estimador, dada pela sua capacidade está no fato de que à medida que aumentamos a amostra, o mesmo converge para o verdadeiro valor do parâmetro. Tal fato é uma das suas mais importantes características, a clara violação deste pressuposto tem consequências graves ao nível da estimação, que não devem ser ignoradas pelo analista (Guedes, 2009, p. 36).

Entre esses métodos podem ser citados: mínimos quadrados ponderados (WLS); mínimos quadrados ponderados robustos (MLSMV) e mínimos quadrados não ponderados (ULS).

Segundo Flora; Curram (2004), o estimador WLS possui propriedades que o tornam um bom estimador, ou seja, sua utilização tende a promover consistência e a eficiência assintótica.

Assim, ao escolher os mínimos quadrados ponderados (WLS), utiliza-se a técnica a partir da expressão (4.7) como função que minimiza o estimador em referência e é apresentada de forma reduzida da seguinte maneira (LÉON, 2011):

$$F_{WLS} = [S - \Sigma(\theta)] W^{-1} [S - \Sigma(\theta)] \quad (4.7)$$

Sendo que S é a matriz que contém os vetores onde estão todas as covariâncias ou correlações policóricas estimadas; $\Sigma(\theta)$ é a matriz que possui vetores cujos valores das covariâncias ou correlações policóricas e das médias estão implícitos no modelo, W representa uma matriz de ponderação positiva definida.

No entanto, a limitação do estimador WLS está no fato de que quando se depara com modelos de grande complexidade – número de variáveis latentes - e amostras pequenas pode resultar em matrizes W não positivas definidas e devido a isso não se pode aplicar o inverso (W^{-1}), impossibilitando a estimação da função de ajustamento (GUEDES, 2009).

Brown (2006, p. 388) mostra que a função de ajuste WLS, por ser ponderada pela variância/covariâncias e curtoses para ajustar os desvios de normalidade multivariada, tende a apresentar certa limitação. Tal fato se dá devido W^{100} em WLS ser baseado nas variâncias e covariâncias de cada elemento de S (ou seja, as "covariâncias das covariâncias") e com isso vir resultar em valores extremamente grandes, especialmente quando há muitos indicadores no modelo.

Como forma de corrigir esses problemas, Muthén & Muthén (1998-2007) indicam a utilização do estimador WLSMV. Pois, segundo os autores, esse é um estimador robusto ponderado que possui como ponto positivo porque se mostra menos limitado que o estimador WLS para todos os tamanhos de amostra, seja grande ou pequena. Isso se dá porque está intrínseco na sua estrutura estimativo de mínimos quadrados ponderados usando uma matriz

¹⁰⁰ Matriz de ponderação positiva definida.

ponderada (W), média e desvios padrões robustos, além da variância ser ajustada para o teste χ^2 ¹⁰¹.

Vale salientar que este estudo fará uso do método WLSMV (*Weighted Least Square Means and Variance Adjusted*) para suas análises.

4.2.3.2 Análise Fatorial Confirmatória (AFC)

Para Codes (2005, p. 167), um dos motivos que fazem a Modelagem de Equações Estruturais (MEE) ser particularmente adequada aos estudos sociais é que muitas teorias e modelos elaborados nessa área do conhecimento baseiam-se em conceitos teóricos abstratos. Tais conceitos não podem ser diretamente observados, não sendo passíveis de mensuração. Suas inserções em modelagens estatísticas se dão por meio dos chamados “construtos” ou “variáveis latentes”, elaborados a partir da utilização de variáveis observáveis, que funcionam como indicadores daqueles conceitos trabalhados teoricamente.

O objeto central da Análise Fatorial está em explicar a covariância ou correlação de um grande número de variáveis observadas (mensuráveis) por meio de uma relação entre poucas variáveis latentes subjacentes (SILVA, 2006, p. 33).

A autora faz uma observação relevante no momento em que diferencia a técnica entre modelagem de análise fatorial e a Modelagem de Equações Estruturais (MEE), ou seja, a diferença é que na primeira as variáveis observadas podem ter relação com um ou mais construtos e a segunda que utiliza o instrumento estatístico da análise fatorial confirmatória as variáveis observadas são armazenadas somente por um construto.

A Análise Fatorial Confirmatória (AFC) é um tipo de modelagem de equações estruturais (MEE) que lida especificamente com modelos de medição (mensuração), isto é, as relações entre as variáveis observadas ou indicadores (por exemplo, itens de teste, resultados de testes, avaliações de observação comportamental) e variáveis latentes ou fatores. Uma característica fundamental do AFC é a sua natureza sob uma hipótese orientada a partir de um embasamento teórico (BROWN, 2006).

Assim, AFC é adequada quando o pesquisador possui algum conhecimento de uma estrutura subjacente. Baseado no conhecimento teórico, pesquisas empíricas ou ambas, o pesquisador pode postular relações entre medidas observadas e fatores subjacentes *a priori* e

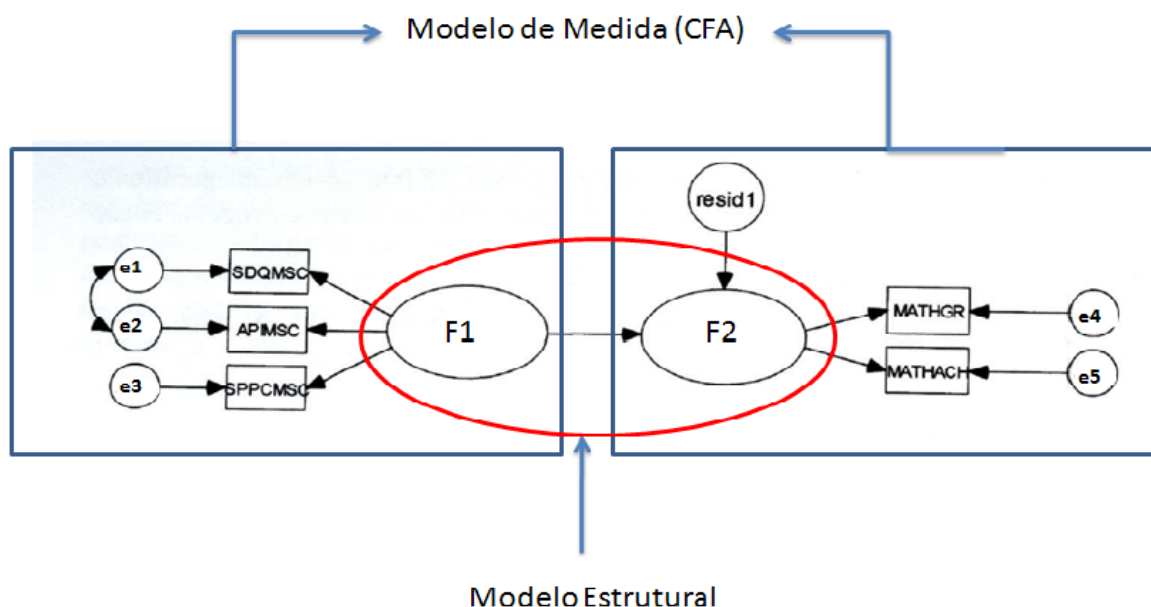
¹⁰¹ Os estimadores – WLSM e WLSMV - calculam os graus de liberdade a partir da amostra e não face ao número de parâmetros a estimar no modelo e ao número de estimativas conhecidas, assim não é possível fazer testes a partir das diferenças dos χ^2 (GUEDES, 2009, p. 42).

então testar estatisticamente a estrutura hipotetizada (BYRNE, 2010, p. 1). Nesse contexto, os modelos apresentados assim como a escolha das variáveis que formam parte dos modelos surgem de uma ampla revisão da literatura existente, tanto no Brasil como no exterior no estudo do fenômeno da pobreza.

A AFC¹⁰² é dada como parte da MEE que no primeiro momento pré-especifica a estrutura de um fator analítico de testes ou confirma o quão bem os dados se ajustam ao modelo de hipótese (proposto). Uma vez que a parte de medição subjacente do modelo é considerada adequada, é então possível avaliar a magnitude e a direção dos efeitos interdependentes entre os fatores identificados utilizando a abordagem da MEE (MEULENERS; LEE; BINNS; LOWER, 2003, p. 284).

Léon (2011) levanta uma questão importante sobre a MEE. A autora mostra que a MEE possui uma característica importante que é a sua subdivisão, ou seja, ela pode ser apresentada a partir de dois submodelos: o modelo de medida (mensuração) e o modelo estrutural, conforme Figura 4.4.

Figura 4.4 - Submodelos da MEE: Modelo de Medida e Modelo Estrutural.



Fonte: Léon (2011, p.17)

No modelo de medição, a proposta está apenas na decomposição das covariâncias e correlações em relação aos parâmetros dos modelo: variáveis latentes e variáveis observadas.

¹⁰² Existe também a Análise Fatorial Exploratória (AFE), onde os construtos são determinados apenas após identificar as correlações resultantes de um conjunto de variáveis observadas.

No modelo estrutural, a relação é centrada nos efeitos de uma variável em outra, sendo que eles podem ser verificados como sendo diretos, indiretos e total (SILVA, 2006)¹⁰³.

AFC pode se apresentada em vários níveis superiores de realização: modelo de análise de primeira ordem e modelo de análise de nível superior. A respeito dessa última observação, vale salientar que o modelo de segunda ordem foi introduzido devido às correlações existentes nos fatores do modelo de primeira ordem e pelo conhecimento empírico do pesquisador.

A principal diferença entre um modelo de primeira e segunda ordem tem a ver com a relação entre os fatores de primeira ordem. Nos modelos de primeira ordem, especificam-se o número de fatores e o padrão das relações entre as variáveis indicadoras e os fatores propostos. Em geral, esses fatores são definidos como sendo intercorrelacionados, ou seja, definindo correlações entre eles, mas a natureza dessas relações não é analisada. Em modelos de ordem mais alta, o foco centra-se nas intercorrelações fatoriais. O objetivo da análise de modelos de ordem mais alta é fornecer uma descrição parcimoniosa das correlações entre os fatores de ordem inferior (BROWN, 2006).

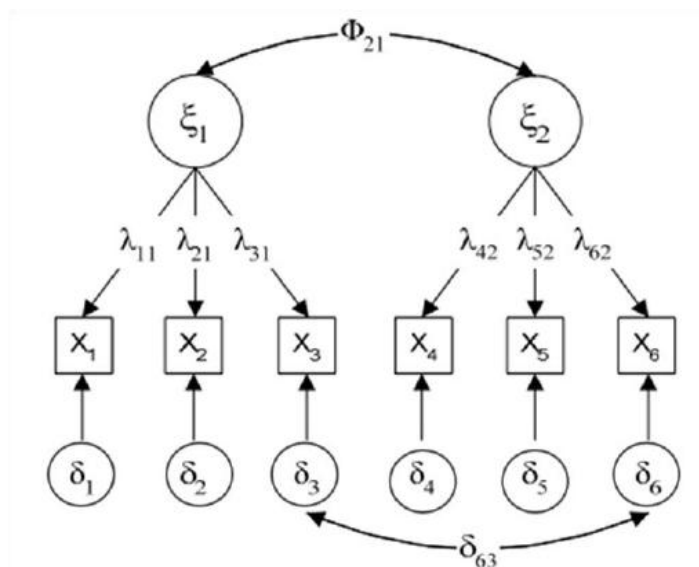
A utilização de modelos de ordem superior tem sido justificada por diversos autores. Para Kline (2006, p. 249), a especificação de um fator de ordem mais alta como uma causa comum dos fatores de primeira ordem implica que as associações entre estas últimas são espúrias. Por outro lado, Brown (2006) estabelece que caso não existam relações observadas entre os fatores de primeira ordem então não deveria ter justificção continuar com uma análise de ordem mais alta.

- Modelo de Fator de Primeira Ordem

O diagrama de caminho, conforme demonstrado na Figura 4.2, representa um modelo de mensuração, utilizando o modelo de fator de primeira ordem. Esse modelo tem como objetivo realizar a medição utilizando três matrizes: i) fator de carga da matriz (λX); ii) o fator de variância-covariância entre um conjunto de construtos ξ a partir da matriz Φ (fi maiúsculo); e iii) uma matriz diagonal de erro dos parâmetros δ (delta) (MARSH; HOCEVAR, 1985).

¹⁰³ Efeito direto é a influência de uma variável em outra que não é medida por qualquer outra variável no modelo, os efeitos indiretos de uma variável são medidos por, no mínimo, uma variável e, finalmente, a soma dos efeitos diretos e indiretos é igual aos efeitos totais (SILVA, 2006, p. 29).

Figura 4.5 - Diagrama de Caminho de um Modelo de Análise Fatorial



Fonte: Albright; Park (2009, p. 4).

Em que:

λ_{ij} (lambda “ij”) são cargas fatoriais;

O δ_{63} representa a correlação entre o erro na medida de X_3 com o erro na medida X_6 , conforme Figura 4.5.

Operacionalmente a Figura 3.5 pode ser convertida em conjunto de equações a partir de uma representação matricial.

$$x = \Lambda_x \xi + \delta$$

$$\begin{array}{c}
 \left(\begin{array}{c} X_1 \\ X_2 \\ X_3 \\ X_4 \\ X_5 \\ X_6 \end{array} \right) \\
 (6 \times 1)
 \end{array}
 =
 \begin{array}{c}
 \left(\begin{array}{cc} \lambda_{11} & 0 \\ \lambda_{21} & 0 \\ \lambda_{31} & 0 \\ 0 & \lambda_{42} \\ 0 & \lambda_{52} \\ 0 & \lambda_{62} \end{array} \right) \\
 (6 \times 2)
 \end{array}
 \begin{array}{c}
 \left(\begin{array}{c} \xi_1 \\ \xi_2 \end{array} \right) \\
 (2 \times 1)
 \end{array}
 +
 \begin{array}{c}
 \left(\begin{array}{c} \delta_1 \\ \delta_2 \\ \delta_3 \\ \delta_4 \\ \delta_5 \\ \delta_6 \end{array} \right) \\
 (6 \times 1)
 \end{array}$$

A expressão matricial de x pode ser reescrita em forma de equações:

- Variável latente: ξ_1 (4.8)

$$x_1 = \lambda_{11}\xi_1 + \delta_1 \quad x_2 = \lambda_{21}\xi_1 + \delta_2 \quad x_3 = \lambda_{31}\xi_1 + \delta_3$$

- Variável latente: ξ_2 (4.9)

$$x_4 = \lambda_{42}\xi_2 + \delta_4 \quad x_5 = \lambda_{52}\xi_2 + \delta_5 \quad x_6 = \lambda_{62}\xi_2 + \delta_6$$

A matriz (Φ) de variância-covariância dos fatores também pode ser verificada a partir da expressão matricial, bem como a matriz dos erros de mensuração (δ) das variáveis observadas.

$$\Phi = \begin{pmatrix} & \xi_1 & \xi_2 \\ \xi_1 & \Phi_{11} & \\ \xi_2 & \Phi_{21} & \Phi_{22} \end{pmatrix}_{(p \times p)}$$

Em que Φ_{11} e Φ_{22} denota a variância dos fatores e Φ_{21} representa a covariância entre os fatores ξ_1 e ξ_2 , sendo a matriz da ordem ($p \times p$).

A análise da matriz dos termos do erro (δ) das variáveis observadas pelos elementos da diagonal principal e os termos fora dessa diagonal representam a covariância dos erros entre duas variáveis indicadoras. Na Figura 4.5, é verificada a covariância entre os erros das variáveis observadas x_3 e x_6 por meio do erro δ_{63} , conforme matriz (δ) demonstrada abaixo.

$$\delta = \begin{pmatrix} \delta_{11} & & & & & & \\ 0 & \delta_{22} & & & & & \\ 0 & 0 & \delta_{33} & & & & \\ 0 & 0 & 0 & \delta_{44} & & & \\ 0 & 0 & 0 & 0 & \delta_{55} & & \\ 0 & 0 & \delta_{63} & 0 & 0 & \delta_{66} & \end{pmatrix}_{(q \times q)}$$

O modelo assume que:

$E(\delta) = 0$, ou seja, o termo do erro tem média zero;

$E(\xi\delta') = 0$, que os fatores latentes e o termo de erro são não correlacionados.

Léon (2011) analisa o papel das cargas fatoriais, pois quanto mais alta for, melhor para justificar o modelo, visto que nesse primeiro momento as análises expositivas a partir de então podem ser uma ferramenta para análises de modelos com fatores de ordem superiores.

A discussão sobre o modelo de fator de ordem superior será desenvolvida mais adiante, porque será o objetivo central na metodologia desse trabalho.

4.2.4 Seleção do tipo de matriz de entrada e estimação do modelo proposto

A importância da matriz de covariância está no fato de ela ser utilizada como instrumental para poder se chegar a uma análise completa no que se refere a entender e interpretar os padrões de relacionamentos entre os fatores latentes (HAIR *et al.*, 2009; LAMARE, 2002).

Assim, ação para se estimar o modelo proposto tem que levar em conta sua identificação, ou seja, o modelo tem que ser identificado¹⁰⁴. Essa premissa está implícita na necessidade de se fazer uso de matriz de covariância ou de correlação. Logo, o número de variáveis observadas (elementos) dessas matrizes deve ser maior ou igual ao número de parâmetros livres em Θ a serem estimados¹⁰⁵.

Lamare (2002) menciona que uma das técnicas aplicadas é a busca pela padronização dos resultados, ou seja, fixando o valor 1 para uma das variáveis observadas que explica o construto em questão. Esse fato emerge diante da complexidade que envolve a Modelagem de Equações Estruturais (MEE). Assim, escolhe-se uma variável indicadora pertencente a cada fator como sendo a variável indicadora de referência e terá carga fatorial igual ao valor 1.

A especificação do modelo também requer a definição da métrica dos fatores latentes. [...], Isto pode ser realizado através da criação uma medida observada em cada um dos fatores, como um indicador ou marcador, através da fixação da variância dos fatores por um valor específico (mais comumente a 1,0). Na pesquisa aplicada, a abordagem do indicador marcador é usada frequentemente. Quando esse método é utilizado, o pesquisador deve decidir quais medidas observadas irão servir como indicadores do marcador. Embora esta seleção possa ser relativamente trivial, em alguns casos (por exemplo, na CFA), há muitas circunstâncias em que os indicadores de referência devem ser escolhidos com cuidado (BROWN, 2006, p. 106).

Outra técnica está na estimação direta das variâncias dos construtos.

¹⁰⁴ A regra estabelece que o modelo deva ter mais variáveis observáveis do que parâmetros a serem estimados (HAIR *et al.*, 2009).

¹⁰⁵ PUC-Rio – Certificação Digital nº 00220893/CA, p. 68. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/9508/9508_5.PDF> . Acesso em: 2 jul. 2012.

Sobre essa questão, é levantado na literatura que se destina a usar o método da MEE, qual das duas técnicas – covariância ou correlação – são mais importantes para serem utilizadas na MEE.

Em favor do uso da covariância está no fato do seu peso ser maior para testar uma teoria. A correlação é indicada para quando se tenta identificar o “padrão das relações” existentes entre os construtos ao invés de procurar explicar a sua variância total, quando se deseja comparar variáveis diferentes, ou ainda quando as covariâncias não satisfazem às suposições metodológicas necessárias (SILVA, 2006, p. 54).

Os resultados obtidos a partir das correlações devem ser usados com muita cautela (SILVA, 2006 *apud* MÜCKENBERGER, 2000).

4.2.5 Avaliação da identificação do Modelo de Equações Estruturais (MEE)

Assim a próxima etapa, após a escolha do tipo de matriz de entrada do modelo, passa para a avaliação da identificação do modelo estrutural (é a definição de variáveis indicadoras para os construtos que elas indicam) proposto. Nesse sentido, para que haja a confirmação, é necessário verificar se o modelo é capaz de gerar estimativas únicas, ou seja, se é possível obter uma equação única para estimar cada coeficiente.

Um modelo é considerado identificado se sobre uma base de informação conhecida (a matriz de covariância amostral) for possível obter um conjunto de solução numérica estimada para cada parâmetro no modelo cujos valores são desconhecidos (cargas fatoriais, correlações entre os fatores etc.).

Os parâmetros do modelo de AFC podem ser estimados somente se o número de parâmetros livremente estimados não excede o número de elementos da matriz de covariância baseada na amostra estudada. A determinação do número de elementos da matriz de covariância amostral (b) é dada pela seguinte maneira:

$$b = \frac{p(p+1)}{2} \quad (4.10)$$

Em que p é o número de variáveis indicadoras.

Além dessa característica, Lamare (2002, p. 5) lista alguns pontos importantes que tendem ser consistentes na geração de problemas de identificação e que precisam ser solucionados para poder confirmar o modelo estrutural defendido: i) quantidade de dados

relacionados diferentes do tamanho da amostra; ii) variáveis relacionadas diferentes do número de colunas de dados; iii) dados de entrada incorretos (ex.: não numéricos); iv) dados insuficientes; v) formato de dados incorretos.

Ainda segundo o autor, se os problemas de identificação persistirem, mesmo após os problemas acima expostos serem corrigidos, aconselha-se rever o modelo proposto.

Para Bollen (1998), o modelo de identificação precisa estar apto a responder a seguinte questão: se é possível determinar os parâmetros do modelo proposto através da média, variância e covariância das variáveis observáveis?

4.2.6 Avaliação dos critérios de ajuste

O objetivo da AFC é obter estimativas para cada parâmetro e, dessa forma, reproduzir a matriz de covariância predita (Σ) que represente a matriz de covariância amostral (S) tanto quanto possível (BROWN, 2006). Dito de outra forma, o que se deseja testar é se o modelo ajusta os dados ($\Sigma = S$).

Após o modelo proposto ser confirmado por meio das estimativas dos sistemas de equações, a avaliação e sua qualidade deve ser verificada no sentido individual de todo o processo: primeiro, para o modelo geral, depois para o modelo de mensuração e, em seguida, para o modelo estrutural (SILVA, 2006 *apud* HAIR *et al.*, 1998).

Segundo Harrington (2009), ajustar um modelo é um processo iterativo que começa com um ajuste inicial. Testa quão bem o modelo está se ajustando, ajusta o modelo, testa de novo e assim por diante até que o modelo converge ou se ajusta bem¹⁰⁶.

Os testes de ajuste que são efetuados para confirmar a validade do modelo de mensuração estão diretamente ligados à qualidade de ajustes (GOF) em que indica o quão bem o modelo especificado reproduz a similaridade entre a matriz de covariância dos dados (a observada) e estimada pelo modelo (HAIR *et al.*, 1998, p. 567).

Codes (2005) mostra que por trás dessa concepção está a noção de que a significância do teste gira em torno do cálculo da diferença entre ambas matrizes e na análise dos resíduos existentes entre elas. Conforme a autora, o ideal seria não haver diferenças entre a matriz observada e a implicada pelo modelo.

¹⁰⁶ No que se refere ao modelo de mensuração, os coeficientes estimados não podem violar os limites aceitáveis, ou seja, surgimento de estimativas que transgridem as regras estatísticas aceitáveis: i) excedentes de coeficientes padronizados; ii) variância negativa; iii) valores muito grandes para os erros padrão dos parâmetros estimados de acordo com o nível de significância proposto (o mais usual é o nível de significância de 0,05) (Lamare, 2002, p. 6).

No entanto, é comum as matrizes apresentarem diferenças, o que vem demonstrar que algumas variâncias e covariâncias das variáveis observadas não são exatamente iguais ao do modelo estimado. E um teste de ajuste para identificar essa diferença a partir de uma comparação entre as matrizes se faz presente por meio do teste qui-quadrado (χ^2).

Índices de Ajuste Absoluto¹⁰⁷:

- a. Qui-Quadrado (χ^2) é calculado a partir da diferença entre a variância amostral σ_2^2 e a variância populacional σ_1^2 . Considerando um estimador de máxima verossimilhança, o índice χ^2 é calculado como sendo:

$$\chi^2 = F_{ml}(N-1) \quad (4.11)$$

Considerando que χ^2 é resultado de uma diferença estatística a equação (4.11) pode ser reescrita da seguinte forma:

$$\chi^2 = \frac{(N-1)\sigma_2^2}{\sigma_1^2} \quad (4.12)$$

Ou seja, $\left(\frac{\sigma_2^2}{\sigma_1^2}\right) \cdot (N-1)$ em que a primeira parte da expressão é equivalente a $\ln(\sigma_2^2) - \ln(\sigma_1^2)$ e

que na sua totalidade χ^2 é igual a $(\ln |S| - \ln |\Sigma|)(N-1)$ ou $F_{ml}(N-1)$.

Segundo Léon (2011, p. 28), esse teste carrega fragilidades na sua elaboração, pois:

Embora o χ^2 seja uma estatística comum na análise de modelos de análise fatorial confirmatória, esta estatística é raramente usada como um índice de ajuste isolado. De fato, existem críticas importantes a esta estatística. Em primeiro lugar para N pequeno ou dado com distribuição não normal, a distribuição subjacente não segue χ^2 comprometendo o teste de H_0 . Em segundo lugar, esta estatística sempre rejeitará H_0 , se o tamanho da amostra for grande.

Ainda segundo a autora, por ser um índice dependente do tamanho amostral (N), caso o número da amostra seja pequeno, existe a possibilidade de ocorrer o erro tipo II (não rejeitar H_0 , quando na realidade é falsa).

¹⁰⁷ Além dos dois especificados compõe esse grupo de indicadores: o Índice de Qualidade de Ajuste (GFI); Raiz do Resíduo Quadrático Médio (RMSR) e Raiz Padronizada do Resíduo Médio (SRMR).

- b. RMSEA (*Root Mean Square Error of Approximation*): indica ajustamento¹⁰⁸ global do modelo para grandes amostras, além de ser um dos mais indicados para modelagens que utilizam estruturas de covariâncias (SILVA, 2009, p. 41).

O modelo é tido como tendo um ajuste aceitável se for verificado por meio da RMSEA valores inferiores a 0,08 (MACDONALD; RINGO HO, 2002; HAIR *et al.*, 2009)¹⁰⁹.

Léon (2011) utiliza um exemplo para demonstrar os problemas que podem surgir a partir do momento em que parte para um modelo mais complexo, pois, por ser um índice concebido por meio de uma correção parcimoniosa, ele traz intrínseco na sua estrutura uma “penalização pelo número de parâmetros estimados (expressos em graus de liberdade)”. Assim, a autora defende que o RMSEA também se mostra como um instrumental cuja finalidade está em poder comparar modelos e a partir daí selecionar o que tem o melhor ajuste.

Suponhamos que o modelo A e o modelo B ajustam igualmente bem na matriz de covariância amostral S e que a especificação do modelo B implica em estimar mais parâmetros que o modelo A (ou seja, A possui mais graus de liberdade que B). Índice parcimonioso está a favor do modelo A em relação ao modelo B, já que a solução do modelo A ajusta os dados amostrais com menor número de parâmetros que o modelo B (*ibidem*, p. 30).

O RMSEA se mostra sensível aos graus de liberdade (números de parâmetros estimados), pois leva em conta a discrepância devido ao erro de aproximação na população. Esse índice é fundamentado na distribuição qui-quadrado não centralizada, ou seja, distribuição na qual os parâmetros não centralizados sinalizam o grau de má especificação do modelo hipotético.

Os graus de liberdade para uma análise de um modelo de estrutura de covariância (MEE) são denominados de df , conforme (HAIR *et al.*, 2009, p. 568):

$$df = \frac{1}{2} [(p)(p+1)] - k \quad (4.13)$$

¹⁰⁸ O RMSEA é também conhecido como índice de ajuste parcimonioso e foi elaborado por Stiger e Lind (1980).

¹⁰⁹ Modelos aceitáveis são aqueles que apresentem valores inferiores a 0,10, sendo que valores superiores a tal patamar são considerados insatisfatórios, sugerindo que o modelo não explica bem as correlações observadas (CODES, 2005, p. 177).

Em que p é o número total de variáveis observadas - parâmetros conhecidos - e, k é o número de parâmetros desconhecidos (parâmetros a serem estimados: cargas fatoriais, variâncias únicas e correlações entre os erros da variável). Ainda segundo o autor, os graus de liberdades na MEE é que seu cálculo se baseia no número de covariâncias únicas e variâncias na matriz de covariância observada, em que o termo $\frac{1}{2}[(p)(p+1)]$ da expressão 4.12 representa o número de termos de covariância abaixo da diagonal somado às variâncias sobre a diagonal. Assim, uma condição necessária para estimar os parâmetros do modelo é que os graus de liberdade sejam maiores que zero.

$$RMSEA = \sqrt{\frac{(\chi^2 - df_k)}{(N - 1)}} \quad (4.14)$$

Em que df_k graus de liberdade de um modelo especificado pelo pesquisador, ou seja, hipotético.

Hair *et al.* (2009, p. 584) faz a seguinte observação a respeito da equação 4.14: “os df são subtraídos do numerador como um esforço para capturar a complexidade do modelo. O tamanho da amostra é usado no denominador para levar isso em conta. Para evitar valores negativos no RMSEA, o numerador é considerado 0 se df_k exceder χ^2 ”¹¹⁰.

Índices de Ajuste Incremental¹¹¹:

a. CFI (*Comparative fit index*): O CFI possui em sua estrutura muitas propriedades Satisfatórias. Entre elas, seu alto poder de medir a sensibilidade relativa no ajuste, porém não completa, no que se refere à complexidade do modelo, ou seja, em relação ao modelo hipotético - aquele que foi elaborado a partir de alguma base teórica e está sendo testado pelo pesquisador - e o modelo nulo - é um modelo independente em que as covariâncias entre todas variáveis indicadoras são zero. Esse índice é um dos mais utilizados e seus valores variam de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor é o ajuste do modelo (LÉON, 2001; HAIR *et al.*, 2009, p. 570).

¹¹⁰ Assim pode-se afirmar que $RMSEA \geq 0$.

¹¹¹ Fazem parte desse grupo: NFI (Normed of Fit Index); Índice de não-centralidade relativa (RNI).

$$CFI = 1 - \frac{(\chi_k^2 - df_k)}{(\chi_N^2 - df_N)} \quad (4.15)$$

Em que k indica valores relacionados com o modelo proposto, ou seja, o ajuste resultante com k graus de liberdade. N se refere aos valores associados com o modelo estatístico nulo.

b. TLI (*Índice de Tucker-Lewis*) :

$$TLI = \frac{\left[\left(\frac{\chi_N^2}{df_N} \right) - \left(\frac{\chi_k^2}{df_k} \right) \right]}{\left[\left(\frac{\chi_N^2}{df_N} \right) - 1 \right]} \quad (4.16)$$

Em que N e k se referem ao modelo nulo e especificado, respectivamente. O TLI não é normalizado (o valor pode sair do intervalo entre 0 e 1). No entanto, sua análise se dá da mesma forma do CFI, ou seja, quanto mais próximo de 1 melhor o ajuste do modelo. Em geral, o TLI e o CFI tendem a apresentar valores similares.

Nesse sentido, o ajustamento do modelo sugerido pode ser testado utilizando as seguintes técnicas, segundo HAIR *et. al.* (2009):

Quadro 4. 2: Valores de Referência para a validação do ajustamento da MEE

| Índices de Ajuste Absoluto | Descrição | Valores Recomendados |
|-----------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Qui-Quadrado – χ^2 ¹¹² | Calcula a diferença entre as matrizes de covariância observadas na amostra e a estimada pela MEE. | valor-p > 0,05 para ser aceitável, para amostras menores de 200 |
| RMSEA (Root mean square error of approximation) | Indica um ajustamento global do modelo para grandes amostras. | < 0,08 ajustamento aceitável ; |
| Índices de Ajuste Incremental ¹¹³ | Descrição | Valores Recomendados |
| NFI (Normed of fit índice) | É a proporção da diferença no valor χ^2 para o modelo ajustado e um modelo nulo dividida pelo valor χ^2 para o modelo nulo. | Varia de 0 a 1. 0 (sem ajustamento) e 1 (ajustamento perfeito). |
| CFI (Comparative fit índice) | Índice de adequação global do modelo | Varia de 0 a 1, com valores mais altos indica melhor ajuste. > 0,90 são geralmente associados ao bom ajustamento do modelo. |

Elaboração Própria com base em HAIR *et al.* (2009, p. 568-569)

Silva (2006) aborda que embora esses índices contribuam para verificar o quão bom ajuste possui o modelo eles não podem ser dados como fato concreto para se analisar a pesquisa em si somente. A autora menciona a importância do pesquisador em saber levar a conotação normativa baseada na teoria, estatísticas e práticas para poder melhor avaliar a adequação do modelo especificado.

4.2.7 Interpretação do Modelo de Equações Estruturais (MEE)

O passo seguinte se refere ao procedimento de análise do nível de ajuste do modelo proposto. Caso no primeiro momento o modelo especificado seja rejeitado pelos testes aplicados, é aceitável que o próximo procedimento se dê pela modificação do mesmo para se chegar a um melhor ajuste, pois uma solução pode ser encontrada a partir das técnicas de

¹¹² A limitação na utilização dessa medida de ajuste se dá devido ao tamanho da amostra, ou seja, o χ^2 tende a aumentar quando o número de variáveis observadas (amostra) aumenta, onde:

$$\chi^2 = (N - 1)$$

¹¹³ Índices de ajuste incremental difere do absoluto, pois este último leva em consideração o chamado modelo nulo, que assume a inexistência de correlação entre as variáveis observadas.

acréscimos, eliminação ou alteração dos relacionamentos causais do modelo, sempre respaldado no embasamento teórico e estatisticamente consistente (LAMARE; 2002, p. 6).

Quando modificações no modelo são feitas, se deve retornar ao estágio 5 do processo de sete estágios e reavaliar os modelos modificados. Se extensas modificações são antecipadas, os dados devem ser divididos em duas amostras, uma fornecendo a base para estimação e modificação e a outra fornecendo validação do modelo final (SILVA; 2006, p. 61 *apud* HAIR *et al.*, 1998).

Na MEE, a modificação no modelo estimado geralmente se mostra como um procedimento normal visto a complexidade que compreende essa técnica estatística.

4.3 Limitações da técnica da Modelagem de Equações Estruturais (MEE)

Alencar (2009, p. 16) verifica e nomeia como uma das fragilidades no uso da MEE está no problema de identificação, ou seja, podem ocorrer vários erros no procedimento da estimação. Ainda segundo o autor, esses problemas podem levar a: erros de medidas nas variáveis observadas, o modelo especificado pode estar estruturado com erros de especificações e a presença de multicolinearidade. Pela técnica estatística, fazer uso na sua análise das correlações entre as variáveis, a multicolinearidade passa ser verificada como um fato que não inviabiliza o modelo.

Na análise fatorial, a existência de colinearidade ajuda a agrupar as variáveis em indicadores para a construção das variáveis latentes (Bollen e Lennox, 1991). Em modelos de regressão, a multicolinearidade pode ser um problema em casos de alta correlação, pois isso pode promover uma inflação nos erros-padrão das estimativas (Neter *et al.*, 1996), segundo Alencar (2009, p. 17).

No entanto, a premissa principal é que, na relação de dependência baseada na causalidade, para isso, é necessário estar embasado em uma forte ligação teórica. Essa relação presumida de causa e efeito é estabelecida a partir da MEE quando se verifica a correlação entre variáveis (HAIR *et al.*¹¹⁴, 2009, p. 550).

¹¹⁴ Os modelos da MEE são geralmente usados em situações não-experimentais nas quais os construtos exógenos são representados por variáveis indicadoras, e não variáveis experimentalmente controladas, o que limita a habilidade do pesquisador para esboçar inferências causais. Em última instância, a MEE por si só não pode estabelecer causalidade, mas pode fornecer alguma evidência necessária para embasar uma inferência causal (HAIR *et al.*, p. 550).

Outros autores criticam a “causalidade” da SEM¹¹⁵. Para Thompson (2006) uma evidência causal apenas pode ser extrapolada quando os dados provêm de pesquisas experimentais. Num desing de pesquisa não-experimental, os resultados da análise de correlação dos dados têm uma ambiguidade intrínseca. Já para Cliff (1983), a única forma de demonstrar causalidade é o controle das variáveis no tempo, quando é permitido avaliar a complexidade das relações entre as variáveis dependentes e independentes. No design transversal, as variáveis não podem ser isoladas, de forma que não é possível identificar a natureza das relações entre elas, podendo-se apenas estabelecer correlações entre as variáveis estudadas (CAMPANA; TAVARES; SILVA, 2009, p. 77).

Hair *et al.* (2009, p. 551) citam quatro tipos de situações que podem visualizar a causalidade por meio da MEE: i) covariância: é quando a causa em uma variável implica um efeito correspondente; ii) sequência: é a ocorrência temporal dos eventos; iii) covariância *legítima*: em que a existência de uma verdadeira causa está diretamente relacionada com o efeito; iv) suporte teórico: é uma forte argumentação convincente para apoiar uma relação de causa-efeito.

O método estatístico aplicado aos dados correlacionados tende ajudar na identificação de algumas evidências causais empíricas, seja por meio da aceitação ou rejeição do modelo proposto ou por meio da análise de caminhos (as setas que apontam em direção aos fatores latentes) das relações estruturais desse modelo (CAMPANA; TAVARES; SILVA, 2009, p. 77 *apud* MUELLER, 1997).

Outras opiniões apontam que a fragilidade na utilização da Modelagem de Equações Estruturais (MEE) como instrumento na busca por uma boa estimativa e interpretação dos resultados está centrada na necessidade de se levar em consideração o tamanho da amostra como *ideal* para a análise da importância de uma relação causal (HOX; BECHER, 1998).

Thompson (1998, p. 21) levanta quatro observações que devem ser consideradas quando se pretende usar grandes amostras:

- i) modelos com um grande número de indicadores pedem amostras maiores; ii) modelos complexos necessitam de grandes amostras; iii) amostras maiores ainda são necessárias quando se adota teorias elegantes de estimação de parâmetros; e, iv) a amostra ficará maior ainda se o pesquisador quiser conduzir alguma pesquisa de especificação do modelo.

Essa preocupação está no fato de a MEE estar estruturada na análise das matrizes de covariância ou correlações para poder compreender as inter-relações entre os fatores estimados e essa técnica se mostra frágil diante de um modelo que requer grandes amostras para poder ser explicado (LAMARE, 2002).

¹¹⁵ MEE

Outro fato a ser mostrado na escolha da MEE está no fato de que, nas técnicas de estimação procedente de uma análise multivariada, exige-se a normalidade dos dados. E um dos métodos mais utilizados é a estimação de máxima verossimilhança (CAMPANA; TAVARES; SILVA, 2009). Ainda segundo os autores:

Caso a normalidade multivariada seja violada e o pesquisador queira usar estas técnicas de estimação, serão necessárias amostras muito grandes – acima de 2500 respondentes – para compensar a não-normalidade (Ullman, 2001). Esta necessidade de grandes amostras para corrigir a não normalidade pode “afugentar” pesquisadores com delineamentos amostrais menores, como o das pesquisas experimentais (*ibidem*, p. 76).

Assim, ao utilizar o método de Modelagem de Equações Estruturais (MEE), é preciso que a pesquisa esteja apoiada em um forte embasamento teórico para que se possa extrair dessa técnica estatística indícios que venham ajudar a entender as relações causais, que muitas vezes não se mostram visíveis no primeiro momento.

Embora sejam levantados alguns questionamentos sobre o uso da MEE, é importante ressaltar a sua contribuição como importante instrumento estatístico para se estudar a inter-relação comportamental nas pesquisas de ciências sociais. Para isso, Cheung e Chan (2005) concluem que a MEE é uma técnica multivariada usada frequentemente a fim de se testar modelos hipotéticos em ciência comportamental.

4.4 Dados do Modelo Empírico

4.4.1 Fontes de dados

No intuito de modelar o fenômeno da multidimensionalidade da pobreza, são utilizados os construtos: bem-estar econômico (η_1); capacidade (η_2); inclusão econômica (η_3); inclusão por meio das condições de moradia (η_4) e inclusão por meio da segurança e justiça (η_5), cuja abrangência territorial está centrada nas Regiões Metropolitanas de Fortaleza (RMF), Recife (RMR) e Salvador (RMS). Para tal fato, foi realizada uma modelagem estatística chamada Análise Fatorial Confirmatória - AFC (ou do inglês *Confirmatory Factor Analysis – CFA*).

Hoyle (2012, p. 361) relata que a Análise Fatorial Confirmatória é um tipo de Modelo de Equação Estrutural que trata especificamente com modelos de medida, isto é, as relações entre variáveis observadas (variáveis medidas ou indicadores) e variáveis latentes ou fatores.

Nesse sentido, a análise é apropriada quando o que se deseja é reduzir o conjunto de variáveis indicadoras dentro de novos construtos a fim de permitir, nesse caso, entender o fenômeno da pobreza.

O banco de dados utilizado na análise corresponde a um subconjunto de variáveis pertencentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada no ano de 2009. Para o estudo das três Regiões Metropolitanas, foram escolhidas variáveis de interesse e de acordo com a revisão da literatura.

É importante destacar que, quando se trabalha com pesquisas amostrais complexas, como a PNAD, é preciso considerar os pesos das unidades amostrais (aqui, as pessoas) a fim de alcançar estimativas dos parâmetros não viciadas. Segundo Betarelli Junior (2010), isso vale para as estatísticas descritivas (e.g. média, variância, desvio-padrão, quartis) e para os estimadores. Os pesos amostrais são atribuídos para cada observação e sua ponderação nos estimadores pode evitar que as estimativas dos parâmetros sejam inconsistentes. Os pesos amostrais ajustados já são informados pela PNAD. No caso do arquivo de pessoas, a variável de peso amostral é V4729 (peso) e foi devidamente utilizada na análise.

No presente estudo, é utilizado o software Mplus e parece oferecer as melhores opções para a modelagem de AFC com dados categóricos. Isso é devido em parte ao estimador WLSMV (mínimos quadrados ponderados robustos ajustados pela média e variância), que atualmente está disponível apenas nesse programa (BROWN, 2006, p. 388).

Nesse contexto, a execução da análise foi realizada pelo software Mplus versão 6.11. Dados faltantes (*missings*) ficaram sem tratamento prévio (imputação de dados), mas não comprometem a análise uma vez que o software Mplus oferece uma opção para lidar com dados faltantes. Para mais informações, vide Mplus User Guide v6 (MUTHÉN; MUTHÉN, 1998-2007).

4.4.2 Operacionalização das características multidimensionais

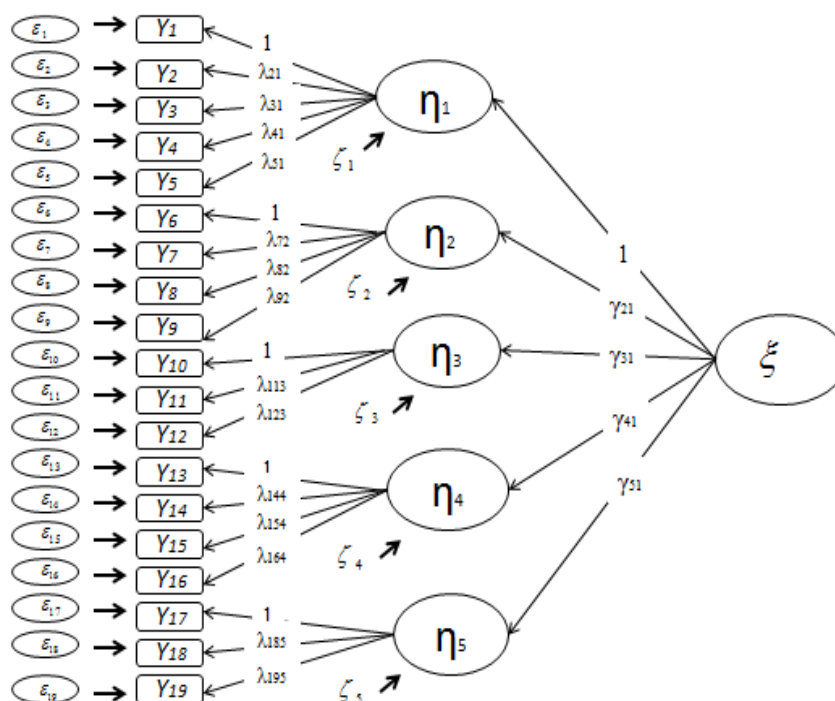
Segundo Marsh e Hocevar (1985, p. 565), a análise de fatores de primeira ordem tem como premissa o modelo LISREL de medição, enquanto a análise dos fatores de segunda ordem é uma aplicação do modelo LISREL'S de equações estruturais, pois, no modelo de primeira ordem o que se extrai é apenas o nível de como os fatores estão correlacionados. No entanto, para se ter uma visão maior da multidimensionalidade dos fatores, é necessário aumentar a análise das relações estruturais das dimensões estudadas (HAIR *et al.*, 2009).

O modelo de ordem superior tem como objetivo explicar as covariâncias entre os fatores de ordem inferior que são determinados a partir de um embasamento teórico em que se sugere indícios de relação entre os fatores do primeiro nível. Nesse contexto, a análise fatorial de ordem superior tem como características impor uma estrutura mais parcimoniosa para explicar as correlações entre os fatores de primeira ordem (BROWN, 2006). Ainda de acordo com o autor, a utilização do modelo de ordem superior em muitas vezes é feito quando se verifica que uma construção inicialmente proposta para ser unidimensional sinaliza evidências que a pesquisa revela inter-relação entre os múltiplos fatores, isto é, a construção consiste em uma única dimensão mais ampla e suas várias subdimensões.

Bollen (1989, p. 314) faz uma ressalva lembrando que, embora as relações estruturais entre um modelo de análise de fator de ordem superior e de ordem inferior têm sido reconhecidas (THURSTONE, 1947), ainda existem relativamente poucas aplicações. O autor ainda faz referência a um trabalho de Gerbing e Anderson (1984) em que é mencionada a possibilidade de que a não consideração de fator de ordem superior pode acarretar dificuldades para explicar os erros correlacionados que são comuns de ocorrerem no Modelo de Análise Fatorial Confirmatória - CFA. Esse problema de erros de medição correlato pode ser eliminado quando um fator de segunda ordem ξ explicar a inter-relação entre as dimensões de primeira ordem η .

A operacionalização multidimensional do fenômeno da pobreza inicia-se com a representação gráfica – Diagrama de Caminho – do modelo proposto, conforme a Figura 4.6, para em seguida expor algebricamente os modelos de mensuração – fator de primeira ordem - e o modelo de fator de segunda ordem que compõem uma das técnicas estatísticas da Modelagem de Equações Estruturais (MEE) objetivos desse estudo. Cabe ressaltar que a representação gráfica abaixo reflete uma sequência lógica e temporal que segue na mesma direção das relações estabelecidas entre os fatores sugeridos.

Figura 4.6 - Diagrama de Caminho de um Modelo de Análise Fatorial de Segunda Ordem do Modelo Proposto



Fonte: Adaptado de Bollen (1989)

Diante da Figura 4.6, é possível observar que as cargas fatoriais não padronizadas de y_1 , y_6 , y_{10} , y_{13} e y_{17} possuem valor 1, pois essas medidas observadas foram usadas como variáveis indicadoras (*marker indicator*), ou seja, suas cargas fatoriais foram fixadas em 1 para assim passar a métrica de y_1 , y_6 , y_{10} , y_{13} e y_{17} dentro das variáveis latentes: η_1 ; η_2 ; η_3 ; η_4 e η_5 , respectivamente. Conseqüentemente, o erro padrão dessas estimativas será igual a zero¹¹⁶.

Bollen (1989) demonstra que as relações entre análise de fator de primeira ordem e fator de segunda ordem podem ser expressas a partir das equações (4.4) e (4.2).

$$\eta = B\eta + \Gamma\xi + \zeta$$

$$y = \Lambda_y\eta + \epsilon$$

¹¹⁶ No output dos resultados, será apresentado um valor de 999 para z em alusão a essa situação.

A equação 4.2 determina a relação entre os fatores de primeira ordem e as variáveis indicadoras (observadas). A equação 3.4 define a equação que determina as relações entre os fatores de primeira e segunda ordem.

O termo $B\eta$ da equação 4.4 deve ser desconsiderado quando existem somente fatores de segunda ordem e nenhum dos fatores de primeira ordem tem efeitos diretos sobre o de segunda ordem. Importante destacar que o carregamento do fator de primeira ordem de η em y estão em Λ_y (como representado na Figura 4.6) (BOLLEN, 1989). A equação do modelo de segunda ordem passa a ser representadas conforme expressão 4.17.

$$\eta = \Gamma\xi + \zeta \quad (4.17)$$

Nesse sentido, a Figura 4.6 pode ser identificada por uma série de equações de regressão. Como tal, é necessário abordar dois componentes do modelo de estrutura-fator de ordem superior (representada por um modelo estrutural) e a estrutura de fator menor (representada pelo modelo de medição) (BYRNE, 1998).

Bollen (1989, p. 314) menciona a necessidade de se impor uma restrição aos coeficientes da matriz de covariância $\Sigma(\theta)$ para garantir a identificação do modelo, ou seja, fixar um dos parâmetros de cada regressão igual a 1.

Na prática, os indicadores de marcadores são muitas vezes selecionados com pouca consideração ou são determinados por padrões de software (por exemplo, a menos que o padrão seja substituído pelo usuário, Mplus seleciona automaticamente o primeiro indicador a ser o indicador de referência) (BROWN; 2006, p. 106).

As expressões a seguir demonstram a estrutura do fator de primeira ordem (modelo de medição):

$$\begin{aligned} y_1 &= 1.00\eta_1 + \varepsilon_1 & y_3 &= \lambda_{31}\eta_1 + \varepsilon_3 \\ y_2 &= \lambda_{21}\eta_1 + \varepsilon_2 & y_4 &= \lambda_{41}\eta_1 + \varepsilon_4 \\ y_5 &= \lambda_{51}\eta_1 + \varepsilon_5 \end{aligned} \quad (4.18)$$

$$\begin{aligned} y_6 &= 1.00\eta_2 + \varepsilon_6 & y_7 &= \lambda_{72}\eta_2 + \varepsilon_7 \\ y_8 &= \lambda_{82}\eta_2 + \varepsilon_8 & y_9 &= \lambda_{92}\eta_2 + \varepsilon_9 \end{aligned} \quad (4.19)$$

$$\begin{aligned}
 y_{10} &= 1.00 \eta_3 + \varepsilon_{10} & y_{11} &= \lambda_{113} \eta_3 + \varepsilon_{11} & (4.20) \\
 y_{12} &= \lambda_{123} \eta_3 + \varepsilon_{12}
 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
 y_{13} &= 1.00 \eta_4 + \varepsilon_{13} & y_{14} &= \lambda_{144} \eta_4 + \varepsilon_{14} & (4.21) \\
 y_{15} &= \lambda_{154} \eta_4 + \varepsilon_{15} & y_{16} &= \lambda_{164} \eta_4 + \varepsilon_{16}
 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
 y_{17} &= 1.00 \eta_5 + \varepsilon_{17} & y_{18} &= \lambda_{185} \eta_5 + \varepsilon_{18} & (4.22) \\
 y_{19} &= \lambda_{195} \eta_5 + \varepsilon_{19}
 \end{aligned}$$

Matricialmente, essas equações seguem a mesma estrutura da AFC de primeira ordem com base em um modelo de variáveis observadas.

$$\begin{array}{c}
 \mathbf{y} \\
 \left(\begin{array}{c} y_1 \\ y_2 \\ y_3 \\ y_4 \\ y_5 \\ y_6 \\ y_7 \\ y_8 \\ y_9 \\ y_{10} \\ y_{11} \\ y_{12} \\ y_{13} \\ y_{14} \\ y_{15} \\ y_{16} \\ y_{17} \\ y_{18} \\ y_{19} \end{array} \right)
 \end{array}
 =
 \begin{array}{c}
 \Lambda_y \\
 \left(\begin{array}{ccccc}
 1 & 0 & 0 & 0 & 0 \\
 \lambda_{21} & 0 & 0 & 0 & 0 \\
 \lambda_{31} & 0 & 0 & 0 & 0 \\
 \lambda_{41} & 0 & 0 & 0 & 0 \\
 \lambda_{51} & 0 & 0 & 0 & 0 \\
 0 & 1 & 0 & 0 & 0 \\
 0 & \lambda_{72} & 0 & 0 & 0 \\
 0 & \lambda_{82} & 0 & 0 & 0 \\
 0 & \lambda_{92} & 0 & 0 & 0 \\
 0 & 0 & 1 & 0 & 0 \\
 0 & 0 & \lambda_{113} & 0 & 0 \\
 0 & 0 & \lambda_{124} & 0 & 0 \\
 0 & 0 & 0 & 1 & 0 \\
 0 & 0 & 0 & \lambda_{144} & 0 \\
 0 & 0 & 0 & \lambda_{154} & 0 \\
 0 & 0 & 0 & \lambda_{164} & 0 \\
 0 & 0 & 0 & 0 & 1 \\
 0 & 0 & 0 & 0 & \lambda_{185} \\
 0 & 0 & 0 & 0 & \lambda_{195}
 \end{array} \right)
 \end{array}
 \begin{array}{c}
 \boldsymbol{\eta} \\
 \left(\begin{array}{c} \eta_1 \\ \eta_2 \\ \eta_3 \\ \eta_4 \\ \eta_5 \end{array} \right)
 \end{array}
 +
 \begin{array}{c}
 \boldsymbol{\varepsilon} \\
 \left(\begin{array}{c} \varepsilon_1 \\ \varepsilon_2 \\ \varepsilon_3 \\ \varepsilon_4 \\ \varepsilon_5 \\ \varepsilon_6 \\ \varepsilon_7 \\ \varepsilon_8 \\ \varepsilon_9 \\ \varepsilon_{10} \\ \varepsilon_{11} \\ \varepsilon_{12} \\ \varepsilon_{13} \\ \varepsilon_{14} \\ \varepsilon_{15} \\ \varepsilon_{16} \\ \varepsilon_{17} \\ \varepsilon_{18} \\ \varepsilon_{19} \end{array} \right)
 \end{array}$$

A análise de fator de segunda ordem é dada pelas expressões 4.23

$$\begin{aligned}
 \eta_1 &= 1.00 \xi + \zeta_1 & \eta_3 &= \gamma_{31} \xi + \zeta_3 & \eta_5 &= \gamma_{51} \xi + \zeta_5 & (4.23) \\
 \eta_2 &= \gamma_{21} \xi + \zeta_2 & \eta_4 &= \gamma_{41} \xi + \zeta_4
 \end{aligned}$$

As variáveis latentes “ $\eta_i (i = 1,2,3,4,5)$ ” dentro do modelo de fator de segunda ordem passam ser consideradas endógenas, ou seja, elas são determinadas dentro do modelo e classificadas como análise de primeira ordem. Nesse momento, passam a ter uma relação de causalidade da variável não observada ξ em que se dá por meio de uma análise de segunda ordem dentro do modelo estrutural. Os γ_i são denominados de coeficientes escalares, ou seja, eles representam o efeito de ξ sobre as dimensões η_i . Mais precisamente, o efeito da pobreza está associado ao bem-estar econômico; capacidade; inclusão por meio das condições de moradia; inclusão econômica e inclusão por meio da segurança/justiça. ζ_i são os erros de mensuração de η_i .

$$\begin{pmatrix} \eta \\ \eta_1 \\ \eta_2 \\ \eta_3 \\ \eta_4 \\ \eta_5 \end{pmatrix} = \begin{pmatrix} \Gamma \\ 1 \\ \gamma_{21} \\ \gamma_{31} \\ \gamma_{41} \\ \gamma_{51} \end{pmatrix} \begin{pmatrix} \xi \\ \xi_1 \end{pmatrix} + \begin{pmatrix} \zeta \\ \zeta_1 \\ \zeta_2 \\ \zeta_3 \\ \zeta_4 \\ \zeta_5 \end{pmatrix}$$

As matrizes de covariância e variância são apresentadas de forma resumida, segundo (BOLLEN, 1989, p. 314).

A matriz de variância (Φ) na análise do fator de segunda ordem é Φ_{11} ; Ψ fornece as variâncias na primeira ordem que não são explicadas pelo fator de segunda ordem e sua diagonal é representada da seguinte maneira: $\Psi = [\Psi_{11} \ \Psi_{22} \ \Psi_{33} \ \Psi_{44}]$.

Em resumo, a equação geral do modelo AFC de segunda ordem deriva de uma combinação da equação 4.17 (representando o modelo estrutural de ordem mais elevada) e a equação 4.2 (representando o modelo de primeira ordem, modelo de medição).

A decomposição pode se dar da seguinte maneira, segundo (BYRNE, 1998, p. 37).

$$\begin{aligned}\eta &= \Gamma \xi + \zeta \\ y &= \Lambda_y \eta + \varepsilon \\ y &= \Lambda_y (\Gamma \xi + \zeta) + \varepsilon\end{aligned}\tag{4.24}$$

Assim o modelo proposto será analisado utilizando dois níveis do Modelo de Análise Fatorial Confirmatória. No primeiro momento, o fator de primeira ordem será utilizado para medir o efeito das variáveis latentes – dimensões – nas variáveis observadas para em seguida centralizar o seu objetivo no fator de segunda ordem.

4.4.3 Variáveis de estudo

Em todo modelo de AFC, o pesquisador define *a priori* um conjunto de relações entre variáveis observadas (indicadoras) e um número determinado de fatores latentes (variáveis não observáveis). Assim, define-se um modelo hipotético em que também é estabelecida a independência ou a covariância dos fatores e as variâncias únicas das variáveis indicadoras (termos de erro). Brown (2006, p. 14) verifica que se deseja testar como o modelo definido reproduz a matriz de correlação amostral das variáveis observadas. Assim, o processo de definir um modelo de AFC requer uma forte evidência empírica ou base conceitual para guiar a especificação e avaliação do modelo fatorial.

O anterior significa que o primeiro passo para a realização de uma AFC é a especificação do modelo. Assim, a representação das hipóteses na forma de AFC é o estágio de especificação. Kline (2006, p. 92) mostra que vários pesquisadores começam o processo de especificação desenhando um diagrama do modelo usando um conjunto de símbolos gráficos (diagrama de caminho). Alternativamente, o modelo pode ser descrito por uma série de equações que definem os parâmetros do modelo que correspondem às supostas relações entre as variáveis observadas e latentes. A especificação é o passo mais importante já que estágios posteriores na análise assumem que o modelo está correto.

Os modelos de AFC propostos para RMF, RMR e RMS têm a especificação do modelo de primeira e segunda ordem e estão apresentados por meio um diagrama de caminho da Figura 4.6.

No diagrama de caminho para o modelo de primeira ordem, pode-se observar o seguinte:

- O modelo para definir o estudo da pobreza foi definido por meio de cinco construtos teóricos: bem-estar econômico, capacidade, inclusão econômica (por meio do mercado de trabalho); inclusão nas condições de moradia e inclusão por meio da segurança e justiça. As variáveis observadas que formam parte de cada construto têm suas especificações e estão relatadas no Quadro 4.3;
- Os fatores são intercorrelacionados (consistentes com a teoria), indicados pelas setas bidirecionais e representados por (Φ) . (ver Figura 4.5);
- Cada variável observada está relacionada a um e apenas a um fator (denotada a carga fatorial por λ). Costa (2010, p.44) define uma carga fatorial como sendo um coeficiente que varia de 0 a 1 (podendo ser negativo ou positivo), onde sinaliza o quanto uma variável observada está carregada em um fator. Segundo a autora, quanto maior for a carga de um fator, mais esta variável é identificada com aquele fator.
- Os erros de medida estão associados a cada variável observada (ϵ_1 - ϵ_{19}). Os erros representam a proporção de variância nas variáveis indicadoras, que não são explicados pelo fator latente. De outra forma, o modelo de medição presume que todos os erros de medida são aleatórios já que a relação observada entre quaisquer duas cargas fatoriais no mesmo fator é devido à influência compartilhada da dimensão latente;
- Em termos de precisão da estimativa pontual do RMSEA, é apresentado o intervalo de confiança para os dois modelos.

A proposta de um modelo de segunda ordem nasce da oportunidade em que modelos de ordem mais alta conseguem “resgatar” um construto proposto inicialmente. Segundo Brown (2006, p. 321), é frequente esse tipo de modelo quando a estrutura hipotética inicial considera que a explicação de um fenômeno é unidimensional, mas a evidência na pesquisa revela que múltiplos fatores são requeridos para explicar a covariância entre o conjunto de variáveis indicadoras.

A partir desse contexto, vale uma observação que merece ressalva. Definiu-se como variável latente de segunda ordem a redução da pobreza (ζ), pois a mesma depende das correlações entre os construtos de primeira ordem: bem-estar econômico, capacidade, inclusão econômica; inclusão nas condições de moradia e inclusão por meio da segurança e justiça. Que de acordo com a revisão teórica essas inter-relações se mostram positivas, ou seja, se uma aumenta a outra também aumenta. A redução da pobreza é resultante do

enfrentamento desse estágio de privação social e econômico. Logo, a mesma precisa ser perseguida através de políticas públicas que visem suas ações num sentido mais amplo, para além da renda.

- Um novo construto chamado redução da pobreza aparece como sendo um fator de segunda ordem agrupando os cinco construtos do modelo de primeira ordem. Cada construto de primeira ordem está relacionado a um e apenas a um fator de segunda ordem (denotada por γ).
- Um único fator de ordem superior – dimensão maior - tem como meta reproduzir as correlações entre os fatores de uma solução inicial que passam a configurar subdimensões.

Toda relação existente dentro de cada modelo, seja uma relação entre fatores e variáveis latentes, entre fatores ou entre erros de medida, é definida como um parâmetro a ser estimado usando os dados amostrais. Além disso, os parâmetros são usados para produzir a matriz de covariância (correlação) populacional estimada (ULLMAN, 2006). Como discutido anteriormente, um requisito importante para estimar os parâmetros da AFC encontra-se no fato que o modelo de medida deve ser identificado.

Para poder conduzir a AFC, cada variável latente deve ter uma escala de medida identificada. Por definição, as variáveis latentes são não observáveis e, assim, não podem ser medidas.

O quadro 4.3 procura sintetizar o tratamento necessário pelo qual as variáveis observadas que funcionam como indicadoras dos construtos passaram. O objetivo é preparar essas variáveis observadas de forma que possam ser incluídas no modelo proposto. Sobre a construção das escalas Codes (2005, p. 212) faz uma observação,

Com relação às variáveis categóricas, existe a mesma preocupação em fazer com que a assunção da normalidade seja atendida. Nesse sentido, deve-se reforçar que os valores das escalas que medem as categóricas não devem ter suas quantidades interpretadas de forma literal, como se designassem intensidades; em verdade, seus significados referem-se apenas a uma ordem existente entre as categorias analisadas. Em afinidade a essas considerações, é adotada a abordagem econométrica sobre a natureza da variável categórica para fundamentar a inclusão dessas variáveis nos modelos de equações estruturais.

Nessa perspectiva, as escalas foram construída de acordo com metodologia utilizada por Codes (2005, p.188)¹¹⁷.

Quadros 4.3 - Variáveis latentes e observáveis utilizadas no Modelo de Análise Conformatória (AFC)

| Variáveis Latentes | Variáveis Observáveis |
|---------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Bem-estar econômico | <p><i>ln</i> da renda domiciliar <i>per capita</i> mensal (R\$).</p> <p>Domicílio tem tv a cores (1=não; 2=sim)</p> <p>Domicílio tem geladeira (1=não; 2=sim)</p> <p>Tem telefone móvel (1=não; 2=sim)</p> <p>Se tem carro ou motocicleta de uso pessoal (1=não; 2=carro; 3= motocicleta; 4= carro e motocicleta).</p> |
| Capacidade | <p>Anos de estudo</p> <p>Os moradores tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida. (1=não; 2=sim)</p> <p>Os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida. (1=não; 2=sim)</p> <p>Os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou. (1=não; 2=sim)</p> |

Elaboração da autora

¹¹⁷ A autora utilizou esta escala em seu estudo sobre a Modelagem de Equações Estruturais (MEE) como metodologia para o estudo da pobreza no estado da Bahia, centrando em municípios com menos de 100.000 habitantes; municípios com população entre 100.000 e 500.000 habitantes e para a capital Salvador (com mais de 500.000) habitantes.

Continuação do Quadro 4.3 - Variáveis latentes e observáveis utilizadas no Modelo de Análise Confirmatória (AFC)

| Variáveis Latentes | Variáveis Observáveis |
|--------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Inclusão econômica | <p>Grupamentos ocupacionais do trabalho principal. (1= trabalhadores agrícolas; 2= ocupações mal definidas; 3= outros¹¹⁸).</p> <p>Posição na ocupação principal. (1=sem remuneração; 2=sem carteira assinada (outros empregos e trabalho doméstico); produção e construção próprio consumo; 3=militar; funcionário público estatutário; conta própria e empregador; empregado com carteira assinada e trabalhador doméstico com carteira assinada).</p> <p>Números de horas trabalhadas semanalmente.</p> |
| Inclusão por meio das condições de moradia | <p>Tem banheiro ou sanitário no domicílio. (1=não; 2= sim)</p> <p>Forma de escoamento do banheiro ou sanitário. (1=fossa rudimentar; valas; direto para o rio, lago ou mar; 2= fossa séptica não ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial; 3= rede coletora de esgoto ou pluvial e fossa séptica ligada a rede coletora de esgoto ou pluvial)</p> <p>Destino de o lixo domiciliar. (1= jogado em terreno baldio; jogado em rio; lago ou mar e outro destino; 2= queimado ou enterrado na propriedade; 3= coletado diretamente e indiretamente).</p> |
| Inclusão através da segurança/justiça | <p>Para aumentar a segurança, existe no domicílio: grades da janela/porta. (1=não, 2=sim)</p> <p>Há sentimento de segurança na própria cidade. (1=não; 2=sim)</p> <p>Àrea da situação de conflito mais grave.</p> |

Elaboração da autora

É importante mencionar a função de algumas variáveis observadas no modelo proposto: as variáveis tv a cores; geladeira e telefone móvel (celular) são utilizadas como

¹¹⁸ Outros: dirigentes em geral; profissionais das ciências e das artes; técnicos de nível médio; trabalhadores de serviços administrativos; trabalhadores dos serviços; vendedores e prestadores de serviços do comércio; trabalhadores da produção de bens e serviços e reparação e manutenção; membros das forças armadas e auxiliares.

“proxy” do consumo. A variável carro ou motocicleta para uso pessoal se apresenta como “proxy” do acesso ao crédito. As variáveis: se os moradores tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida; se os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida; e se os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou, serão utilizadas para identificar a segurança alimentar no domicílio. É importante ressaltar a confiabilidade das variáveis latentes que compõem o modelo hipotético sob a análise do Coeficiente de Crombach (α), em que valores superiores a 0,70 indicam que elas podem ser utilizadas na modelagem e esse cenário satisfatório foi registrado para todas as regiões metropolitanas estudadas.

Assim sendo, o estudo objetiva identificar se os fatores latentes e as suas respectivas variáveis observadas associados à redução da pobreza estão inter-relacionados, da seguinte maneira:

- a) O bem-estar econômico possui uma relação positiva com a renda, o consumo e o acesso ao crédito;
- b) O aumento da capacidade está associado positivamente ao nível educacional e negativamente com a insegurança alimentar;
- c) A inclusão econômica possui uma relação positiva com a posição na ocupação; grupo de ocupação e com as horas trabalhadas;
- d) A inclusão por meio das condições de moradia tende a aumentar com o aumento do acesso aos serviços de coleta de lixo; origem da água; escoamento sanitário e banheiro.

Diante dessa perspectiva, o Quadro 4.4 tem como objetivo ressaltar o embasamento teórico a partir de algumas referências bibliográficas que confirmam as “associações a serem testadas sob a forma de um modelo de equações estruturais” (CODES, 2005, p.189).

Quadro 4.4 Referências Bibliográficas que ressaltam as relações entre as variáveis latentes e as variáveis observadas.

| Variáveis Latentes | Variáveis Observadas | Referências Bibliográficas |
|--------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| Bem-estar econômico | Renda domiciliar <i>per-capita</i> | Figueiredo; Ziegelmann (2009); Figueiredo (2007). |
| | Consumo | Osberg; Sharpe (2002); Vidigal (2011). |
| | Acesso ao crédito | Castilho (2012); Sciré (2011); Ferreira (2009) |
| Capacidade | Anos de estudo | Ramos; Reis (2011); Nussbasum (2000); Sen (1990); Durkhein (1955); |
| | Segurança (insegurança) alimentar: os moradores tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida; os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida e se os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou | Tejada; Jacinto; Santos (2008); Machado (2007); Assis <i>et.al.</i> (2007) |
| Inclusão econômica | Grupamentos ocupacionais do trabalho principal; | Bush (2007) |
| | Posição na ocupação principal | Valle Furtado (2011); Scalon (1999). |
| | Números de horas trabalhadas semanalmente | Monsueto; Simão (2010) |
| Inclusão por meio das condições de moradia | Tem banheiro ou sanitário no domicílio | Genevois; Costa (2001) |
| | Forma de escoadouro do banheiro ou sanitário | Barreto <i>et.al.</i> (2011); Neri (2004); Genevois; Costa (2001); |
| | Destino de o lixo domiciliar | Genevois; Costa (2001); Gouveia (1999); |
| Inclusão através da segurança e justiça | Há sentimento de segurança na própria domicílio ou cidade. | Schwartzman; Reis (2005); Guareschi <i>et. al.</i> (2003) |

Elaboração da autora

Diante disso, os resultados obtidos a partir dessa estrutura organizada seguirão a seguinte ordem: os modelos serão construídos e testados. Após a confirmação da sua validade,

a partir do melhor ajuste dos modelos, eles terão sua apresentação expositiva demonstrada no próximo capítulo deste trabalho.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Introdução

Segundo Léon (2011, p. 19), o processo de Análise Fatorial Confirmatória (AFC) é apresentado a partir de alguns estágios de realização. Entre eles: especificação e identificação do modelo, escolha do método de estimação e avaliação do modelo, incluindo possíveis ajustes e re-especificação.

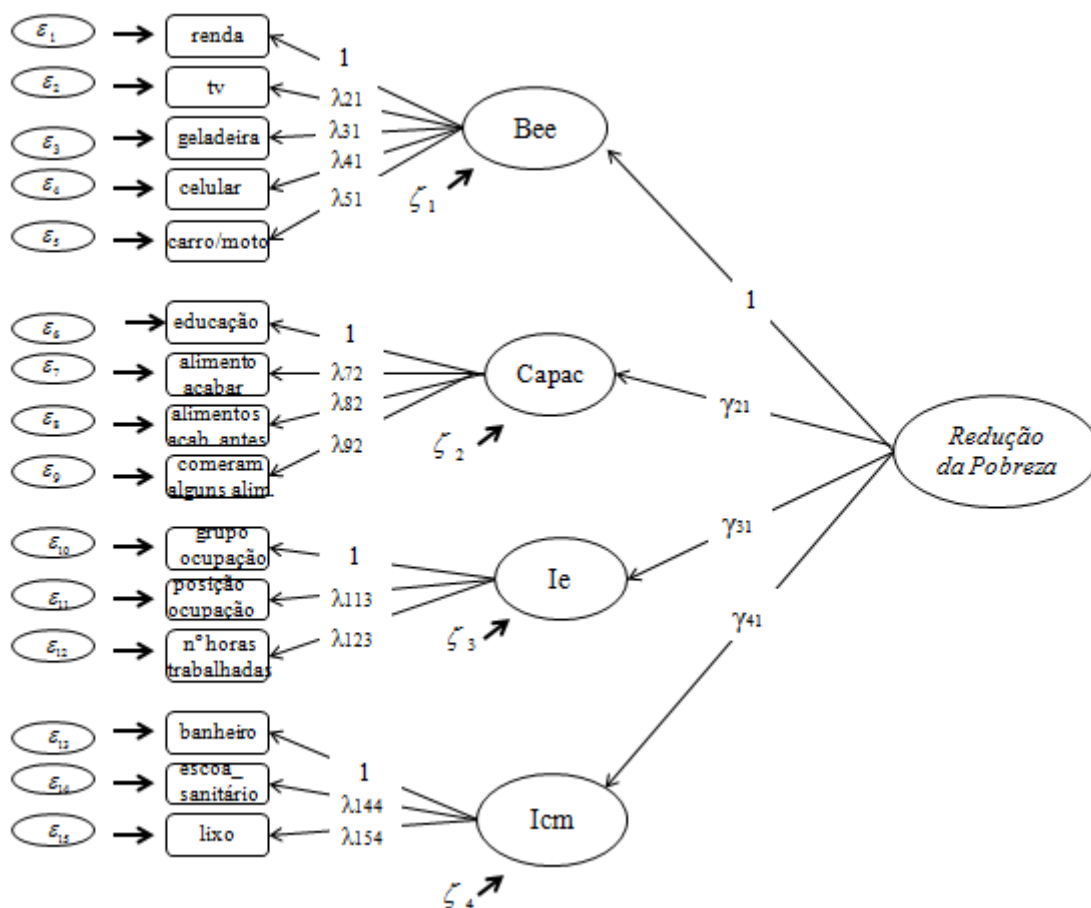
Não será mais objeto de análise deste estudo o construto inclusão por meio da segurança e justiça (η_5), identificado como um fator integrante do modelo proposto. Tal fato se dá devido ao fator “inclusão por meio da segurança e justiça” (η_5) se mostrar inconsistente com o modelo hipotético para todas as regiões metropolitanas analisadas. A deficiência identificada no construto inclusão por meio da segurança e *justiça* (η_5) se concretiza a partir do momento em que todas tentativas de regressão do modelo não se consegue obter sucesso¹¹⁹, sinalizando a necessidade de ser retirado do procedimento empírico proposto. Nesse sentido, é importante também levar em consideração a alta porcentagem de não respostas às perguntas do suplemento da PNAD, que diminui consideravelmente as amostras trabalhadas, o que pode ter causado a degeneração dos modelos testados. Vale afirmar que a retirada desse construto não permite levar à conclusão que inclusão por meio da segurança e justiça deva ser excluída de análises da pobreza, porém, neste momento, não foi possível introduzi-la conforme os motivos expostos anteriormente.

Assim, a análise dos resultados será avaliada em duas etapas. Na primeira, as informações extraídas a partir do modelo de primeira ordem denominado de modelo de medição, ou seja, as inter-relações – por meio da análise da matriz de covariância - entre construtos e seus efeitos sobre as variáveis observadas. Enquanto na segunda, será verificada como se articulam o fator no nível superior – redução da pobreza - (ξ) com os fatores identificados no nível inferior: capacidade; bem-estar econômico, inclusão econômica e inclusão por meio das condições de moradia (η_5).

A nova estrutura do modelo hipotético utilizando a Modelagem de Equações Estruturais (MEE) – pode ser visualizado por meio da Figura 5.1, que demonstra o diagrama de caminho do modelo de análise fatorial de segunda ordem a partir da sua formação com quatro construtos, conforme variáveis observadas mencionadas no Quadro 4.3.

¹¹⁹ É importante salientar que foram testadas todas as variáveis passíveis de serem inseridas neste construto e que estavam disponíveis nesta base suplementar sobre vitimização e justiça da PNAD/2009, porém, todas se mostraram deficitárias para sua construção.

Figura 5.1: Diagrama de Caminho do Modelo de Análise Fatorial de Segunda Ordem



Elaboração da autora

Na etapa de especificação, foram considerados dois modelos para cada uma das três regiões metropolitanas estudadas, em que o primeiro trata de uma AFC de primeira ordem e o segundo modelo considera uma AFC de segunda ordem.

Nesse contexto, o objetivo central do modelo exposto na figura 5.1 está centrado na análise do modo de vida do chefe dos domicílios situados nas regiões metropolitanas do nordeste: RMF, RMR e RMS. Para tanto, procura-se discorrer sobre algumas questões relevantes que se mostram pertinentes para mover discussões a respeito desse tema, entre elas:

- Como se dá a relação dos fatores com as condições de vida do chefe do domicílio determinados pelas variáveis observadas extraídas de uma base de dados empíricos?
- Qual a intensidade que esses fatores se interrelacionam?

- E a confirmação através do construto superior redução da pobreza no se refere as inter-relações dos construtos inferiores: bem-estar econômico; capacidade; inclusão econômica e inclusão por condições de moradia.

Para tanto a análise dessas relações mediante da figura do Diagrama de Caminho que apresenta o modelo hipotético em duas ordens é realizada em várias etapas:

- A primeira etapa, se refere a análise dos testes de ajustes. Segundo Hair *et al.* (1998), os testes de ajuste são gerados com a intenção de confirmar a validade do modelo, ou seja, o critério de ajuste sinaliza o quão bem o modelo especificado reproduz a similaridade entre a matriz de covariância dos dados observados e a estimada pelo modelo. Existem vários testes de ajustes, porém este estudo fez uso o RMSEA (*Root Mean Square Error of Approximation*); CFI (*comparative fit index*) e TLI (*Índice de Tucker-Lewis*). Nele, o RMSEA é índice de ajuste satisfatório valores inferiores a 0,08, o CFI e o TLI são índices de ajustes que se encontram no intervalo entre 0 e 1, e quando mais próximo de 1 melhor é o ajuste;

- A segunda etapa, é analisada as cargas fatoriais resultante do efeito das variáveis latente (variável representada dentro do círculo) em cima das variáveis observadas (visualizadas dentro da figura de um retângulo). Verifica-se como, por exemplo, que um aumento em uma unidade em uma variável latente está associado com um aumento (ou redução) identificado como carga fatorial (coeficiente) da variável observada. Quanto maior o valor (ou seja, mais próximo de 1) maior é a identificação dessa variável observada com o construto em questão;

- Na terceira, é verificada a correlação entre os construto indicada pela setas bilaterais (varia de -1 a 0 e 0 a 1). A correlação identifica o grau de relacionamento entre os construtos, quanto mais próxima de 1 maior é intensidade dessa relação. Se apresentarem um valor positivo, tal fato sinaliza que ambos vão na mesma direção, se um aumenta o outro também aumenta, caso o valor seja negativo indica que possuem uma relação oposta se um aumenta o outro diminuiu;

- A quarta e última etapa, é quando se analisa o efeito ditreto do construto superior redução da pobreza sobre os construtos de ordem inferior: bem-estar econômico; capacidade; inclusão econômica e inclusão por condições de moradia. A leitura gira em torno da inter-relação, mais precisamente na intensidade de como se dá essa relação, que é resultante das correlação no modelo de ordem inferior (primeira ordem). Se o valor for positivo sinaliza que o aumento do construto superior está associado ao aumento do construto de ordem inferior, ou

seja, seguem a mesma trajetória. E se o valor for negativo sinaliza que o caminho é oposto – quando um aumenta e outro diminui -.

Os modelos que serão apresentados para cada Região Metropolitana foram construídos e testados sob a base de dados empíricos extraídos da PNAD/2009. E após a realização de diversas etapas no que se refere à estimação, a análise dos resultados provenientes dos métodos de ajustes e a necessidade de re-especificações de cada modelo, chegou-se ao resultado apresentado nas subseções a seguir.

5.2 Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)

O modelo proposto para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e seus resultados são apresentados a partir das figuras 5.2 - AFC de primeira ordem - e 5.3 – AFC de segunda ordem. Vale salientar que a análise trabalhada será efetuada sobre os resultados padronizados do modelo¹²⁰. Após a realização das várias etapas, como estimação, avaliação de ajuste e reespecificações do modelo, chegou-se a conclusão que a variável “número de horas trabalhadas”, inserida no construto inclusão econômica por meio do mercado de trabalho, conforme apresentada no modelo hipotético visualizado através da figura 5.1, deveria ser excluída. Isso se deve ao fato de que as relações dentro do modelo proposto, levando em consideração essa variável, mostraram-se menos eficientes no que tange ao método de ajuste (na tabela 5.1 está exposto o resultado gerado para cada modelo).

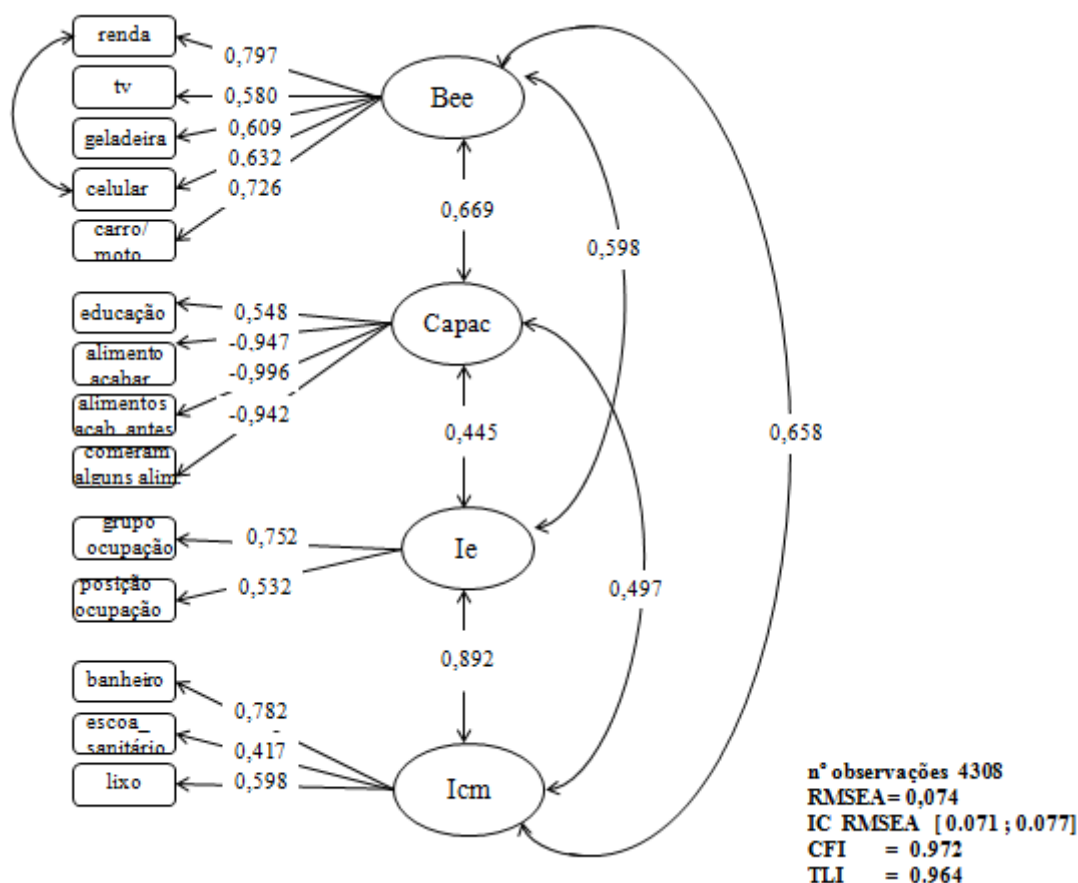
Tabela 5.1 Resultado dos Métodos de Ajuste para a RMF segundo AFC de Primeira Ordem

| Métodos de Ajuste | Modelo I com a variável “número de horas trabalhadas/semana” | Modelo II sem a variável “número de horas trabalhadas/semana” |
|-------------------|-----------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| RMSEA | 0.081 | 0.074 |
| IC RMSEA | [0.078; 0.084] | [0.071; 0.077] |
| IC | 0.961 | 0.972 |
| TLI | 0.950 | 0.964 |

Elaboração da autora

¹²⁰ Por solução padronizada, entende-se que a métrica das variáveis indicadoras e fatores latentes foram padronizados. Assim, as cargas fatoriais na solução padronizada podem ser interpretadas como um coeficiente de regressão padronizado (LÉON, 2011, p. 52).

Figura 5.2 Modelo de Análise Fatorial de Primeira Ordem para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Elaboração da autora

Nota:

Bem-estar econômico (Bee); Capacidade (Capac); Inclusão econômica (Ie) e Inclusão por meio das condições de moradia (Icm).

Como se verifica, os coeficientes RMSEA (0,074), CFI (0,972) e TLI (0,964) indicam que o modelo proposto apresenta um bom ajuste no que se refere aos dados empíricos. Apesar de os dados empíricos apontarem para uma boa representação da correlação entre os construtos escolhidos para se estudar o fenômeno da pobreza, faz-se necessário que se avalie também o seu potencial esclarecedor sobre a variabilidade do modo de vida da população estudada, que, neste caso, refere-se ao chefe do domicílio (CODES, 2005, p. 215). Ao analisar o peso maior de cada variável em seu construto, percebe-se que no “bem-estar econômico” a “renda” e o consumo de “carro/motocicleta” são as variáveis observadas que apresentaram a maior participação nesse construto. Tal fato reflete o aumento de uma unidade no “bem-estar econômico” do chefe do domicílio que está associado com o aumento de 0,797 na variável

renda *per capita* domiciliar. Sendo ainda que 63,5%¹²¹ da variância na variável renda *per capita* é explicada pelo construto bem-estar econômico. E, associado à renda, está o consumo de carro/motocicleta cuja variância é 52,71% explicada pelo construto de que participa. A demanda por “carro/motocicleta” está em trajetória crescente no país desde o final ano de 2008, com a facilidade do crédito¹²², fazendo com que nesse momento o nível de confiança dos consumidores em relação ao comprometimento de parte da sua renda aumentasse (SILVA; MORAES, 2012, p. 3). Juntamente com a disponibilidade de crédito ocorreu também a redução do Imposto de Produtos Industrializados (IPI). Esse dois fatos foram determinados por uma política econômica expansionista que o governo praticou em resposta à crise mundial que se instalou nos USA e Europa no final de 2008. O indicativo dessa suposição – aumento do crédito para pessoas física e a queda nos preços dos carros e motocicleta, devido a redução da alíquota do IPI - pode ser visto a partir dos dados da PNAD quando analisa o comportamento de consumo dos chefes de domicílio quanto à demanda por carros e motocicletas. A evolução da população estudada que possuía carro e motocicleta entre 2008 e 2009 na RMF registrou um aumento de 6,75% e 20,57% respectivamente. E os chefes de famílias que demandaram tanto carro como motocicleta apresentaram uma evolução da ordem de 1,74%, e, no sentido oposto, registra-se uma redução de famílias que não tinham nenhum dos dois bens em um percentual de 2,73%.

A validade do modelo proposto também pode ser comprovada a partir do aumento de uma unidade no construto capacidade estar diretamente relacionada com uma redução em média de 0,961 em algum tipo de insegurança alimentar vivenciada pela família – leve, moderada ou grave¹²³. Isso se dá porque aproximadamente 38% dos membros dos domicílios situados na RMF possuíam algum tipo de insegurança alimentar dentro do domicílio. Na “educação” o aumento de 0,548 pode resultar no aumento de uma unidade no fator capacidade, bem menor do que as variáveis que traduzem a insegurança alimentar dos componentes do domicílio, sendo que essas possuem 92,4% em média das suas variâncias explicadas pelo construto capacidade.

Com relação ao construto inclusão econômica via mercado de trabalho, o “grupo de ocupação no trabalho principal” em que o indivíduo está inserido é responsável em 0,752 pelo aumento de uma unidade no construto em referência. Segundo dados da PNAD de 2009, em

¹²¹ Coeficiente de determinação (R²).

¹²² Segundo Banco Central do Brasil a disponibilidade de crédito para pessoa física no que se refere aquisição de veículos registrou um aumento de 23,36% entre 2009/2008 no Brasil. E as vendas de veículos comerciais leves pelas concessionárias registrou uma elevação da ordem de 11,48% no mesmo período. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>.

¹²³ Maiores detalhes a respeito da metodologia se encontram no capítulo 4.

relação à RMF no quesito “grupo de ocupação no trabalho principal” do chefe do domicílio, mais da metade dos chefes de domicílios estão inseridos no setor de serviços, ficando assim distribuídos: trabalhadores dos serviços 23,73%; vendedores e prestadores de serviço do comércio 12,33% e trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção 30,57%. É importante salientar que 59,3% dessa variável deve sua variância explicada pelo construto inclusão econômica.

No que se refere à inclusão por meio das condições de moradia as variáveis “banheiro” e “lixo” são as que apresentaram maior participação para a evolução desse construto, 0,782 e 0,598 respectivamente. A variância das variáveis – banheiro e lixo – foram explicadas pelo construto inclusão por meio das condições de moradia, em 61,15% e 35,76% respectivamente. Em princípio, focalizando-se nas relações entre construtos, é possível observar forte correlação entre bem-estar econômico e os construtos capacidade 0,669; inclusão econômica 0,598 e inclusão por meio das condições de moradia 0,658. Essas relações podem ser analisadas por meio de um círculo, iniciando no primeiro momento sob o prisma da renda, pois maior capacidade por meio dos anos de estudo tende a promover rendimentos melhores por meio do mercado de trabalho e conseqüentemente melhores condições de moradia, implicando no aumento do bem-estar econômico. No que se refere à inclusão por meio das condições de moradia, pode-se citar como exemplo que a cidade de Fortaleza tem uma situação de bairro rico/bairro pobre bem marcada geograficamente, como por exemplo, o bairro de Aldeota – que inclusive para os fortalezenses é muito utilizado o termo “aldeotização”, que significa a modernidade, a relação instantânea com o mundo e sua inserção no processo de globalização (FUCK JÚNIOR, 2003, p. 11). A infraestrutura e outras facilidades construídas no bairro rico são de difícil acesso para os pobres em Fortaleza. Quando a pessoa consegue se deslocar para um bairro mais central, esse acesso melhora. O próprio desenvolvimento da cidade acaba atendendo os bairros intermediários primeiro que os mais distantes. Assim uma melhoria nas condições de trabalho na RMF fará com que os ganhos financeiros sejam repassados para melhores localizações de moradia. Assim sendo, essa particularidade em relação às ocupações na cidade de Fortaleza procura responder ao fato da alta correlação entre o construto inclusão econômica como a inclusão por meio das condições de moradia.

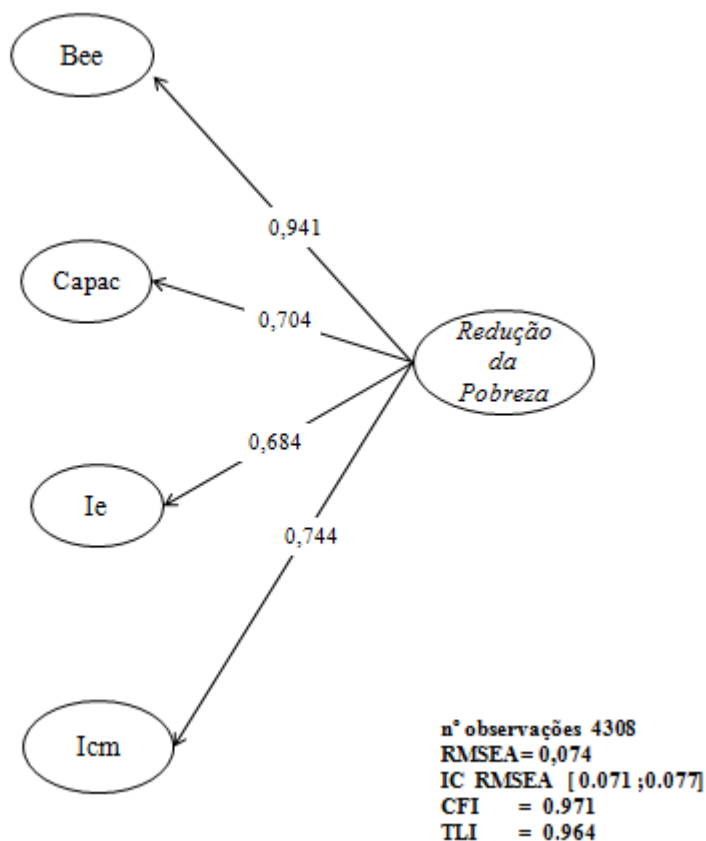
Outra análise que pode ser extraída da figura 5.2 é o coeficiente de correlação entre os construtos capacidade e inclusão econômica 0,445. A correlação entre capacidade e inclusão por meio das condições de moradia 0,497. Conforme os resultados, o construto capacidade

sofre um forte efeito redutor das variáveis que são derivadas dos estudos sobre segurança alimentar nos domicílios. Como já foi colocada anteriormente na RMF, uma parte significativa da população estudada sofre algum tipo de insegurança alimentar dentro do seu domicílio. É fato levantado teoricamente que conviver com algum tipo de privação do meio mais básico de sobrevivência que é o alimento traz consigo danos à pessoa entre eles deficiência no aprendizado intelectual ou queda na produtividade laboral. Assim sendo, sua inclusão econômica tende a ser prejudicada pelo déficit na capacidade e, por consequência, implica em deficiência na qualificação da mão de obra o que resulta em baixa remuneração, vindo impactar nas condições de moradia. Se analisar pelo prisma da posição na ocupação no trabalho principal é verificado que 22,22% dessa mão-de-obra assalariada na RMF trabalha sem carteira assinada (sem estarem cobertos pela legislação trabalhista e pela proteção social); 1,10% trabalha para a própria subsistência e 24,93% trabalham por conta própria. Nesses dois últimos quesitos – trabalho para própria subsistência e trabalho por conta própria -, sinaliza uma possível precarização e vulnerabilidade ocupacional da força de trabalho dessa região metropolitana. O fato de o trabalhador não possuir uma boa posição na ocupação do seu trabalho principal tende resultar em alto coeficiente de correlação 0,852 entre os construtos inclusão econômica e inclusão por meio das condições de moradia.

Diante do exposto até então, fica evidenciado que o fenômeno da pobreza para a RMF pode ser visualizado a partir de diferentes estágios de privações. O modelo de análise fatorial de segunda ordem, demonstrado a partir da figura 5.3, mostrou-se convergente na sua validade no momento em que se analisam os coeficientes RMSEA (0,074), CFI (0,971) e TLI (0,964), que indicam um bom ajuste em relação ao modelo proposto se mostra bem satisfatório e consistente. Nesse sentido, é possível a partir de então verificar a necessidade de se considerar o caráter multidimensional para a redução da pobreza na RMF. Essa característica pode ser observada por meio da forte correlação entre a redução da pobreza e os fatores de primeira ordem: bem-estar econômico 0,941, capacidade 0,704, inclusão econômica 0,684 e inclusão por condições de moradia 0,744.

Além disso, na RMF também pode ser analisada pela capacidade que o construto no nível superior redução da pobreza tem em explicar a variância dos construtos de nível inferior: bem-estar econômico com 88,5%; capacidade com 49,6%; inclusão econômica com 46,8% e inclusão por meio das condições de moradia com 55,3%.

Figura 5.3 Modelo de Análise Fatorial de Segunda Ordem para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)



Elaboração da autora

Nota:

Bem-estar econômico (Bee); Capacidade (Capac); Inclusão econômica (Ie) e Inclusão por meio das condições de moradia (Icm).

Nesse contexto, a redução da pobreza principalmente nas grandes metrópoles brasileiras demanda medidas muito mais abrangentes devido à deficiência nas questões sociais aqui representadas pelo bem-estar econômico; capacidade; inclusão econômica e inclusão por meio das condições de moradia, que se traduzem em desigualdades econômicas e sociais e que fazem parte do cotidiano de uma parcela significativa da sociedade. Porém, o que fica claro é que, embora a pobreza seja perceptível, a sua complexidade emerge do fato de se saber exatamente sua magnitude. Nesta subseção, tentou-se traçar a complexidade no enfrentamento da pobreza da população estudada na RMF e, para isso, fez-se uso da análise de quatro dimensões: o bem-estar econômico; capacidade; inclusão econômica e inclusão por meio das condições de moradia.

A partir dessa análise, verifica-se que políticas públicas que venham focar na redução da pobreza precisam levar em consideração a forte relação com as dimensões expostas e que o

enfrentamento eficiente a esse fenômeno necessita passar por todas as questões sociais levantadas e mencionadas.

5.3 Região Metropolitana do Recife (RMR)

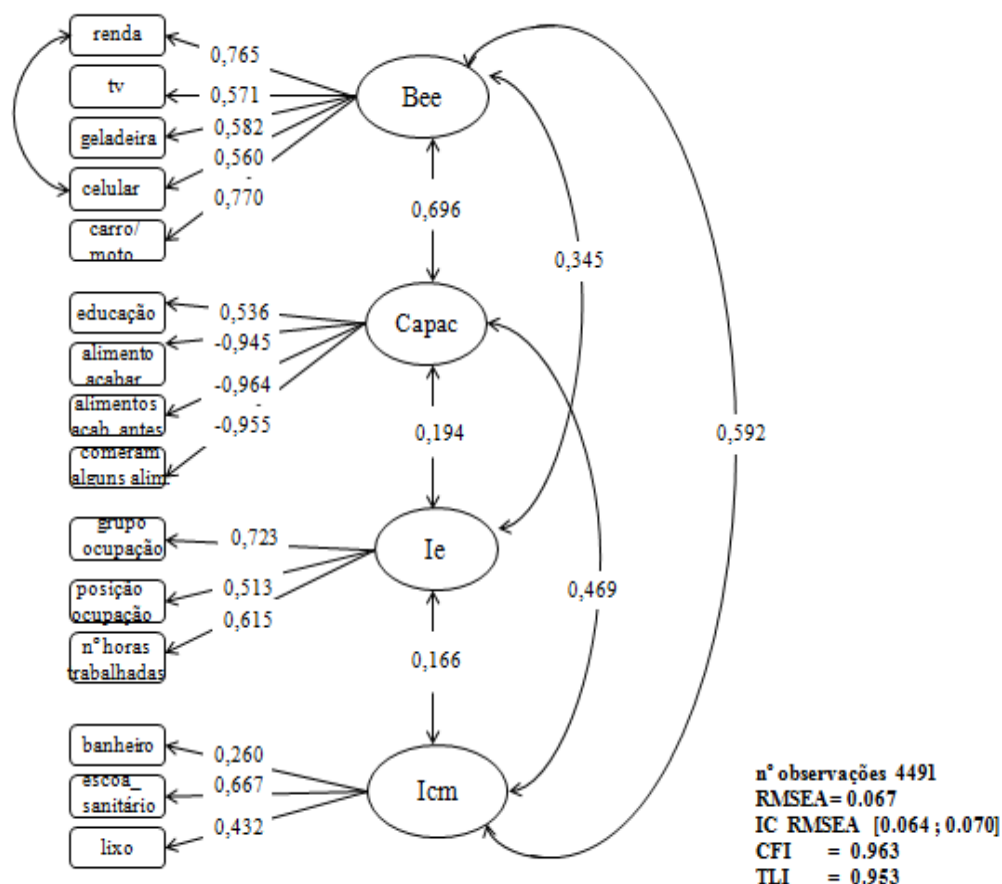
O modelo hipotético para a Região Metropolitana de Recife (RMR) e seus resultados são apresentados a partir das figuras 5.4 - AFC de primeira ordem - e 5.5 – AFC de segunda ordem. O modelo proposto para a RMR assume a mesma configuração do modelo exposto na subseção anterior. A única diferença está na introdução da variável “número de horas trabalhadas”.¹²⁴

Os coeficientes RMSEA (0,067), CFI (0,963) e TLI (0,953) indicam que o modelo hipotético no nível de primeira ordem para a RMR se mostra consistente na relação denotada pelos dados empíricos com o embasamento teórico. Constata-se que as variáveis observadas que participaram da construção do fator bem-estar econômico possuem a mesma magnitude verificada na análise da RMF. Ou seja, o aumento na variância do fator bem-estar econômico está associado ao aumento das variáveis indicadoras “renda” e “aquisição do bem carro/motocicleta”. Na RMR o valor associado à demanda de “carro/motocicleta” 0,770 se mostrou ainda maior do que o valor atribuído a “renda” 0,765, sinalizando que o acesso ao crédito teve um impacto maior para o aumento do bem-estar econômico nessa região metropolitana. Nesse mesmo sentido, a variância do consumo de “carro/motocicleta” é explicada pelo construto em 59,3% e a “renda” em 58,5%.

A demanda de “carro/motocicleta” na RMR está em crescimento, principalmente pelos mesmos motivos mencionados para a RMF. Esse cenário pode ser comprovado pelos dados estatísticos divulgados pelo Departamento Estadual de Trânsito de Pernambuco (Detran-PE) para a RMR referente à evolução da frota de veículos 5,85% e motocicletas 19,22% entre os anos de 2009/ 2008, contra 4,79% e 15,19% respectivamente no biênio 2006/2007.

¹²⁴ O modelo proposto para a RMF ele se mostra como modelo não identificado para a RMR, devido a isso foi necessário proceder a alteração no modelo mencionada acima.

Figura 5.4 Modelo de Análise Fatorial de Primeira Ordem para a Região Metropolitana de Recife (RMR)



Elaboração da autora

Nota:

Bem-estar econômico (Bee); Capacidade (Capac); Inclusão econômica (Ie) e Inclusão por meio das condições de moradia (Icm).

A RMR no quesito do construto capacidade apresentou a mesma nuance que a RMF, ou seja, existe a forte presença de algum tipo de insuficiência alimentar entre a população estudada. É verificado que 35,38% da população possui algum tipo de insegurança alimentar e, desse total, 22,02% dos domicílios possuem morador menor de 18 anos. Se tomarmos uma média da variância dessas três variáveis, chegaremos a um valor de -0,954, ou seja, esse valor negativo sinaliza que o aumento na capacidade está associado a redução da insegurança alimentar. A variância na presença de algum tipo de insegurança alimentar no domicílio é explicada pelo fator capacidade em média 91,16%. Esse fato indica a fragilidade que essas condições desfavoráveis podem influenciar na saúde dessa população, principalmente quando verifica que essa deficiência nutricional tende influenciar principalmente as crianças em idade escolar (MACHADO, 2007).

Ao analisar o fator inclusão econômica por meio do mercado de trabalho, verifica-se uma forte relação com duas variáveis observadas o “grupo de ocupação do trabalho principal” e com o “número de horas trabalhadas”, cujas cargas fatoriais são de 0,723 e 0,617, respectivamente. Nesse sentido, para a RMR é possível observar que no “grupo de ocupação no trabalho principal” os dados amostrais indicam que o percentual de trabalhadores no setor de serviços apresenta um cenário muito parecido com o verificado na RMF, ou seja, trabalhadores dos serviços 27,68%; vendedores e prestadores de serviço do comércio 12,55% e trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção 23,94%. Além do que, 52,3%, dessa variável tem sua variância explicada pelo construto inclusão econômica. E a variável “número de horas trabalhadas” tem sua capacidade de variabilidade em torno de 37,8%.

Quando se parte para analisar o construto inclusão por meio das condições de moradia, a variável “esgotamento sanitário” possui a maior carga fatorial do construto em referência, na ordem de 0,667, seguida pela “coleta de lixo” com 0,432. Sendo assim, o aumento do fator inclusão por meio das condições de moradia é manifestado pelo aumento em proporção maior devido ao aumento das variáveis em questão, pois são as que apresentam maior carga fatorial. Além disso, 44,5% da variável “escoamento sanitário” e 18,7% “lixo” têm suas variâncias explicadas pelo construto em que estão inseridas.

No momento em que se analisa a correlação entre os construtos, é possível verificar a baixa correlação dos fatores bem-estar econômico; capacidade e inclusão por meio das condições de moradia com o construto inclusão econômica: 0,345; 0,194 e 0,166 respectivamente. Fica evidente diante dos números expostos que é relativamente baixa a possibilidade de que a inclusão econômica possa ter uma relação direta significativa com o bem-estar econômico; capacidade e a inclusão por meio das condições de moradia.

Como o bem-estar econômico na RMR tem seu crescimento em maior grandeza atribuído a “proxy” acesso ao crédito – carro/motocicleta – é importante mencionar o trabalho de Galeano e Feijó (2011). Nele, os autores concluem forte indicativo que o maior disponibilidade de crédito e financiamento está diretamente ligado a maiores taxas de crescimento econômico. Essa linha de raciocínio pode ser sustentada a partir do momento em que se analisa o crédito disponível para o consumo por meio do saldo de operações de crédito do sistema financeiro nacional para pessoa física no ano de 2009, em que é possível constatar que o estado do Ceará demandou aproximadamente R\$ 99.051 (milhões), Pernambuco R\$

127.459 (milhões) e Bahia R\$ 201.682 (milhões) desses recursos¹²⁵. Se comparar o crescimento econômico desses estados, é possível verificar que Ceará cresceu menos que Pernambuco e Bahia, com 9,33%; 11,34% e 12,81% respectivamente. Assim sendo, é possível verificar a existência de correlação entre crescimento econômico e disponibilidade de crédito para pessoas físicas conforme defendido pelas autoras.

Se olhar sob esse prisma, é justificável perceber que o consumo de bens nesse período (2008-2009), ficou mais atrelado ao acesso ao crédito do que propriamente a inclusão econômica. Pois, verifica-se que a RMR apresentou um crescimento entre 2008 e 2009 de aproximadamente 3,87% nos domicílios que tinham automóveis e 35,91% possuíam motocicletas, segundo dados da PNAD. Nesse sentido, é plausível verificar uma redução dos domicílios que não possuíam nenhum desses dois bens de consumo duráveis que foi da ordem de 3,28% nesse período.

Outra análise que se deve desenvolver é a baixa intensidade na correlação do construto inclusão econômica em relação à capacidade. Assim, é possível verificar que a inclusão econômica dentro da atividade econômica na RMR tende estar fortemente ligada ao crescimento econômico desse período. Nesse sentido, o crescimento econômico passa a ser o determinante na alocação de mão-de-obra, o chamado efeito multiplicador¹²⁶. Essa justificativa poder ser em parte corroborada quando se verifica que, nessa região metropolitana, entre 2008 e 2009, a categoria chefes de família trabalhando com carteira assinada apresentou uma evolução na ordem de aproximadamente 10%. Analisando por meio dessa perspectiva, Rocha (2004, p. 213) traz uma observação em relação ao crescimento econômico e desenvolvimento humano: “são necessários serem reforçados por políticas inteligentes, identificando ainda o emprego como elemento crítico para a transferência dos benefícios do crescimento econômico para a vida das pessoas”. O crescimento econômico também tende a refletir em melhorias em infraestrutura e, por conseguinte, nas melhorias das condições de moradia, o que é possível constar para a RMR.

Cita-se como exemplo a cidade do Recife cuja ocupação é marcada pela existência de favelas junto a bairros ricos, ou seja, a pobreza e a riqueza se misturam geograficamente. No

¹²⁵ Segundo Banco Central do Brasil. Disponível em: www.bacen.gov.br

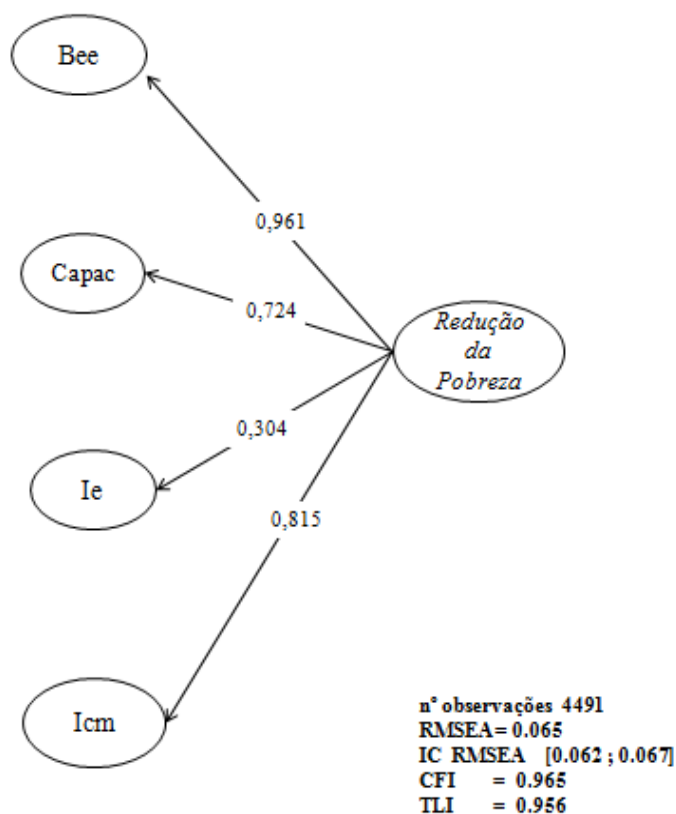
¹²⁶ Matematicamente a expressão é dada da seguinte maneira: $\Delta Y_w > \Delta C_w$, onde Y_w representa a renda em unidades de salário e, C_w denota o consumo imediato em unidades de salário. Assim, a propensão marginal a consumir é dada pela expressão: dC_w/dY_w e, sinaliza como se dividirá o próximo incremento da produção entre o consumo e o investimento. Isso porque $\Delta Y_w = \Delta C_w + \Delta I_w$, onde ΔC_w e ΔI_w são incrementos do consumo e do investimento, de maneira que podemos escrever $\Delta Y_w = k \Delta I_w$, onde $1 - 1/k$ é igual a propensão marginal a consumir. E k representa o multiplicador de investimento, o mesmo indica que, quando se produz um acréscimo no investimento agregado, a renda sobe num montante igual a k vezes o acréscimo do investimento (KEYNES; 1992, p. 101).

Recife, por exemplo, melhorias para o bairro de Boa Viagem atingem o acesso de muitas favelas. Outro exemplo pertinente a ser colocado é que no caso da cidade do Recife o reflexo do aumento de mais investimentos em melhoria de moradia é uma realidade, por exemplo, a retirada de moradores que viviam em palafitas no bairro de Brasília Teimosa e foram transferidas para moradias mais dignas como os conjuntos habitacionais construídos com recursos públicos e relativamente próximos ao bairro que antes estavam situados. Nesse contexto, pode-se concluir que uma melhoria nas condições de trabalho na RMR fará com que os ganhos financeiros não necessariamente sejam repassados para melhores localizações de moradia, podendo ser destinados para outras obrigações. Assim, é plausível constatar alguns dos motivos que tendem a resultar na baixa correlação do construto inclusão econômica com os fatores inclusão por meio das condições de moradia e com o bem-estar econômico.

A análise do modelo fatorial de segunda ordem para a RMR apresentou um bom ajuste nos valores resultantes dos métodos RMSEA (0,065), CFI (0,965) e TLI (0,956). Tal fato sinaliza que esse modelo proposto no nível superior para a RMR também se mostra satisfatório para poder analisar a complexidade que tange a redução da pobreza nessa região metropolitana.

No que se refere à relação entre a redução da pobreza e os fatores de primeira ordem, verifica-se um comportamento similar entre a RMR e a RMF. No entanto, a influência direta do fator redução da pobreza com o construto inclusão econômica se mostrou menos significativa. Tal fato pode ser visto quando se verifica que a redução da pobreza apresenta intensa correlação com dos construtos: bem-estar econômico 0,961; capacidade 0,724 e inclusão por meio das condições de moradia 0,815. No entanto, com o fator inclusão econômica a magnitude foi menor da ordem de 0,304. Esse resultado pode ser explicado pela baixa correlação do construto inclusão econômica com os outros construtos no modelo de primeira ordem. Sendo que, o modelo superior tem como estrutura confirmar as correlações apresentadas no modelo inferior. Esses valores confirmam as proporções de como cada variância é explicada pelo construto redução da pobreza: bem-estar econômico 92,4%; capacidade 52,40%; inclusão econômica 9,20% e inclusão por meio das condições de moradia 66,40%.

Figura 5.5 Modelo de Análise Fatorial de Segunda Ordem para a Região Metropolitana do Recife (RMR)



Elaboração da autora

Nota:

Bem-estar econômico (Bee); Capacidade (Capac); Inclusão econômica (Ie) e Inclusão por meio das condições de moradia (Icm).

As dimensões determinadas pelos construtos bem-estar econômico; capacidade; inclusão econômica e inclusão por condições de moradia servem como base para definir a complexidade da pobreza e, confirmar a multidimensionalidade das suas características.

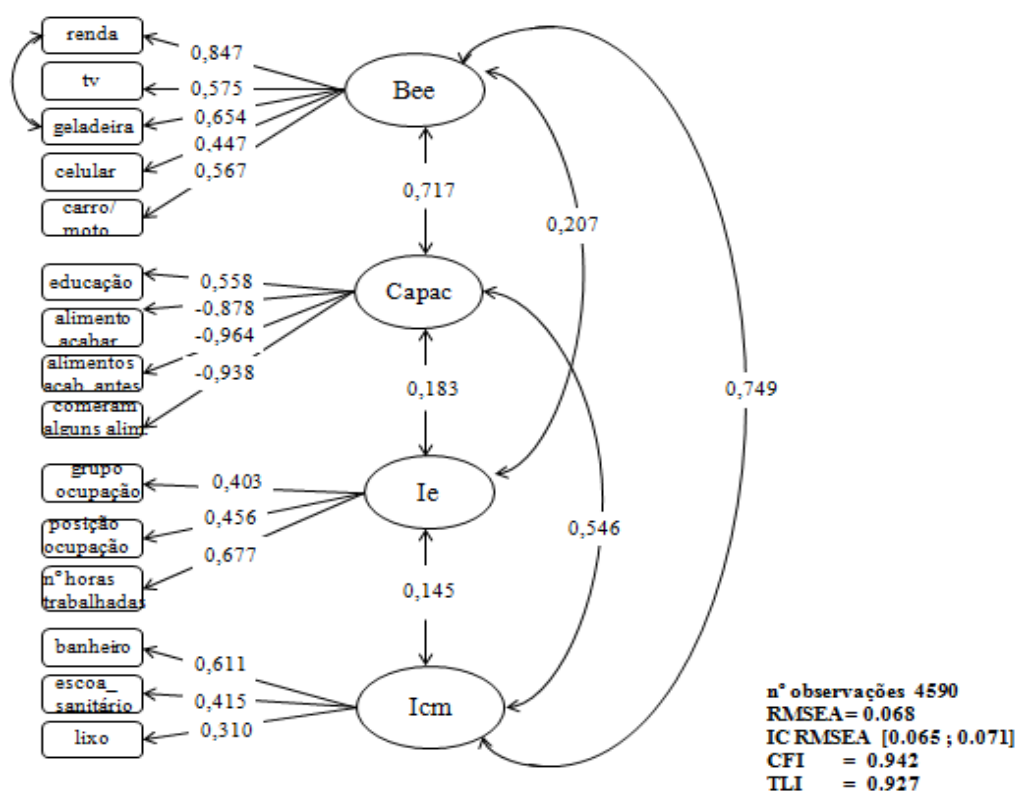
5.4 Região Metropolitana de Salvador (RMS)

A análise realizada com base nos dados empíricos para a RMS se mostra bastante similar à verificada na RMR. Vale salientar que foi utilizado o mesmo modelo hipotético e que são representados pela figura 5.6 – AFC de primeira ordem – e figura 5.7 – AFC de segunda ordem -.

Com relação aos resultados dos métodos de ajuste RMSEA (0,068), CFI (0,942) e TLI (0,927), verifica-se que os valores se mostram bem satisfatórios, conforme discutido na subsecção 4.2.6 a respeito de uma revisão teórica sobre MEE.

Verifica-se que, no construto bem-estar econômico, a “renda” e o consumo de “geladeira” são as variáveis observadas que apresentaram maior participação. Tal fato reflete que o aumento de uma unidade no bem-estar econômico está diretamente relacionado ao aumento de 0,847 na “renda” e 0,654 na demanda por “geladeira”. É interessante ressaltar que os bens de consumo denominados de linha branca (geladeira, fogão e máquinas de lavar e tanquinho) sofrem forte estímulo do governo com a queda do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) em abril de 2009. Esse fato pode ser explicado quando se verifica redução no percentual de domicílios que não possuíam geladeira na RMS que foi da ordem de 16,58% entre 2008 e 2009¹²⁷. Além do que a média da “renda” proveniente do trabalho principal nessa região é maior do que da RMR 5% e da RMF aproximadamente 13%.

Figura 5.6 Modelo de Análise Fatorial de Primeira Ordem para a Região Metropolitana de Salvador (RMS)



Elaboração da autora

Nota:

Bem-estar econômico (Bee); Capacidade (Capac); Inclusão econômica (Ie) e Inclusão por meio das condições de moradia (Icm).

¹²⁷ Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=PD279>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

Na RMS, também foi possível encontrar alguma forma de “insegurança alimentar” – leve, moderada ou grave – pois a média dos parâmetros foi da ordem de -0,926. Essa realidade mostra que um aumento em uma unidade na capacidade da população estudada reduziria em média 0,926 a insegurança alimentar na região. Verifica-se que um aumento de um unidade no construto capacidade está relacionado com aumento de 0,558 na variável educação.

No que tange ao construto inclusão econômica, a tendência dos resultados foi muito similar à encontrada para a RMR, ou seja, o “número de horas trabalhadas” com 0,677 registrou o maior impacto no construto, seguido de “posição na ocupação do trabalho principal” com 0,456 e o “grupo de ocupação no trabalho principal da ordem” de 0,403. Em termos comparativos, tanto a RMS como a RMR registraram chefes de família trabalhando com carteira assinada em proporções maiores que o encontrado na RMF, 44,10%; 43,62% e 38,14%, respectivamente. Esse mesmo quadro se repete quando se analisam os chefes de família que trabalham sem carteira assinada, em que RMS 16,42%; RMR 16,97% e RMF 22,22%, ou seja, não são regidos pela CLT¹²⁸. Ou seja, não possuem proteção social no caso de uma doença, invalidez temporária ou permanente, aposentadoria, seguro desemprego, etc. Desse total, 6,27% são empregados domésticos, segundo dados da PNAD de 2009. No que se refere ao construto inclusão por meio das condições de moradia, a variável ter “banheiro” no domicílio com 0,611 é a que mais contribui para o aumento do fator em referência, em que se verifica que 95% dos domicílios nessa região metropolitana possuem banheiros.

No que se refere às relações entre construtos, nas análises para a RMS, constatam-se que as correlações entre os construtos bem-estar econômico; capacidade e inclusão por meio das condições de moradia se relacionam numa magnitude elevada. Porém, isso não acontece entre o fator inclusão econômica e os fatores acima mencionados cujas cargas fatoriais verificadas foram da ordem de 0,207; 0,183 e 0,145, respectivamente.

Vale salientar algumas características sobre o mercado de trabalho na RMS de acordo com os dados da PNAD de 2009. Concentrando-se a análise no trabalho principal do chefe do domicílio como trabalhador por conta própria, verifica-se que a RMS foi a que apresentou o menor percentual, registrando um valor na ordem de 24,84%, enquanto as RMF e RMR foi da ordem de 24,93% e 25,40%, respectivamente. Esses dados sinalizam uma menor vulnerabilidade do trabalhador em relação à sua posição na ocupação do trabalho principal. Além disso, verifica-se que o padrão de remuneração médio por meio do trabalho principal do

¹²⁸ Em relação à posição na ocupação do chefe do domicílio na RMS que não são regidos pela CLT temos ainda: militar com 0,11% e funcionário público na ordem 8,29%.

chefe de domicílio na RMS se mostra mais elevado do que o verificado para as RMF e RMR, ficando em R\$ 1.207,00 contra R\$ 1.070, 00 e R\$ 1.152,00 respectivamente.

Nesse contexto, é importante mencionar que a RMS recebeu em momentos distintos, porém com resultados positivos e em evolução até os dias atuais, de alguns investimentos diretos que se transformaram no foco dinâmico da economia local e regional: junho de 1978, entra em operação o “pólo petroquímico de Camaçari”; em outubro de 2001, ocorreu a instalação da montadora Ford Motors do Brasil; e, em dezembro de 2001, foi inaugurada a fábrica de matéria-prima para herbicida Monsanto. Esses investimentos se tornaram um dos principais propulsores da expansão e diversificação da base produtiva do Estado da Bahia e principalmente da RMS.

No que se refere à ocupação dos espaços urbanos da cidade de Salvador, é possível verificar uma certa similaridade à RMR, por isso um aumento em infraestrutura em bairros mais centrais implicará também melhorias nas condições de moradia da população menos favorecida. Pois, partes dessas moradias estão localizadas nesses bairros ricos/nobres, ou seja, é possível visualizar em Salvador moradias de alto padrão muito próximas de moradias bem precárias/favelas.

No modelo ora em evidência, as variáveis “renda”, ter “banheiro” no domicílio e “número de horas trabalhadas” foram as que apresentaram maior força de terem suas variâncias explicadas pelos construtos em que estão inseridas. Neles, o coeficiente de determinação é da ordem de 71,8%; 37,33% e 45,90%, respectivamente. No construto capacidade, pode-se citar a média das três variáveis que identifica a insuficiência alimentar no domicílio 85,59%

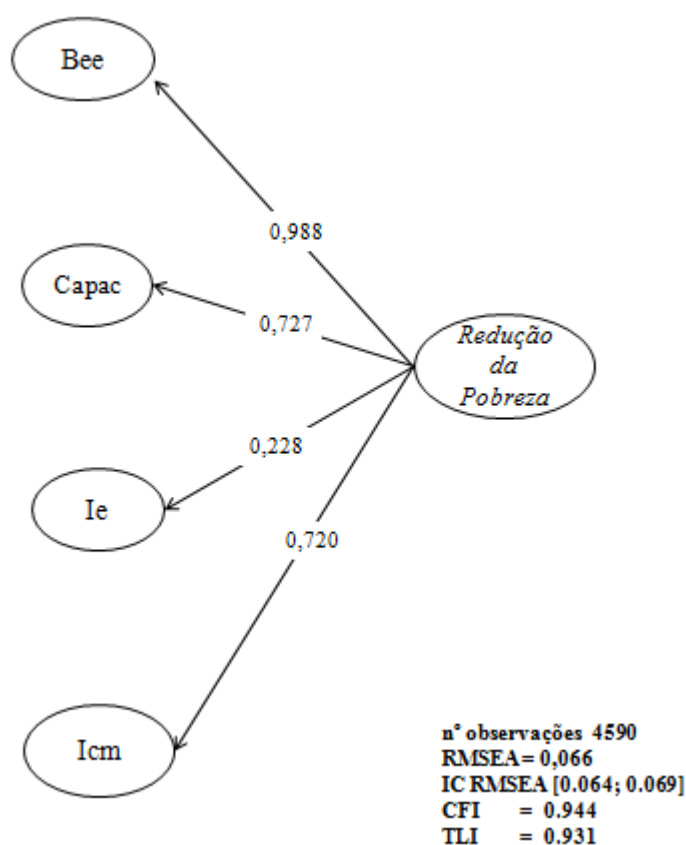
No próximo modelo a ser analisado – modelo fatorial de segunda ordem – para a RMS, poderá ser notado que o mesmo apresenta um ajuste satisfatório, sendo um importante passo para considerar a representação gráfica como adequada para o fenômeno objeto do estudo – a pobreza.

Como se constata, os coeficientes RMSEA (0,066), CFI (0,944) e TLI (0,931) sinalizam que o modelo hipotético sugerido a partir da análise fatorial de segunda ordem para RMS se mostra consistente com os dados empíricos. Sendo assim, ele pode ser um indicativo forte para explicar as relações entre as variáveis determinadas no estudo.

Nesse contexto, vale destacar que o construto superior redução da pobreza possui intensa correlação com os construtos: bem-estar econômico; capacidade e inclusão por meio das condições de moradia, na ordem de 0,988; 0,727; 0,720 respectivamente. No entanto a

correlação do construto redução da pobreza com a inclusão econômica¹²⁹ se mostrou baixa, ou seja, foi de aproximadamente 0,228. Porém, essa baixa correlação vem confirmar a fraca inter-relação desse construto – inclusão econômica – com os outros fatores no modelo de primeira ordem. Essa relação também pode ser analisada quando verifica a proporção qua a variância desses fatores são explicados pela redução da pobreza: inclusão econômica 71,23%; capacidade 52,85%; inclusão econômica 5,20% e inclusão por meio das condições de moradia 51,84%.

Figura 5.7 Modelo de Análise Fatorial de Segunda Ordem para a Região Metropolitana de Salvador (RMS)



Elaboração da autora

Nota:

Bem-estar econômico (Bee); Capacidade (Capac); Inclusão econômica (Ie) e Inclusão por meio das condições de moradia (Icm).

Em princípio, faz-se uma análise que o aumento na redução da pobreza esta diretamente associado ao aumento de 0,988 do fator bem-estar econômico. É importante

¹²⁹ Esse resultado tende a se apresentar como um indicativo do que foi exposto anteriormente, ou seja, o mercado de trabalho na RMS sofre grande influência do crescimento econômico da região, que implica baixa relação com os outros construtos: bem-estar econômico, capacidade e inclusão por condições de moradia.

mencionar que nesse construto a variância da variável “renda” é explicada pela variável latente em questão da ordem de 71,23%.

Em seguida, é possível verificar que capacidade tem uma participação bem significativa no aumento da redução da pobreza, pois um aumento em uma unidade na redução da pobreza está associado diretamente com o aumento de 0,727 no construto mencionado. Além do que, a redução da pobreza explica 52,85% da variância do fator capacidade.

Com relação ao construto inclusão por meio das condições de moradia, observa-se que um aumento unitário no fator superior redução da pobreza corresponde ao aumento de 0,720 da variável latente em referência. E sua variância é explicada pelo construto superior redução da pobreza em torno de 51,84%.

No que se refere ao construto inclusão econômica, ele foi o que apresentou a menor grandeza em relação ao construto redução da pobreza, apenas de 0,228. A proporção da sua variância explicada pelo fator latente superior foi de apenas 5,20%. Porém, esse resultado tende a se apresentar como um indicativo do que foi exposto anteriormente, ou seja, o mercado de trabalho na RMS sofre grande influência do crescimento econômico da região, que implica baixa relação com os outros construtos: bem-estar econômico, capacidade e inclusão por meio das condições de moradia.

Se propuser uma análise somente sob a ótica da “renda *per capita*” do domicílio em que o chefe está inserido, verifica-se que a RMS apresenta o menor percentual de pobres entre as regiões metropolitanas estudadas, registrando 26,40% dessa população inserida na linha de pobreza¹³⁰.

No entanto, Codes (2005, p. 241 *apud* Schwartzman, 1997) chama a atenção para “a necessidade de que as condições complexas encontradas em cada situação sejam interpretadas de maneira contextualizada, em conformidade com as especificidades do local que se manifestam”.

Os resultados extraídos para a RMS, é possível constatar que a magnitude da complexidade para o enfrentamento da pobreza nessa região, além de estar interligada em aspectos associados ao indivíduo, necessita que a análise leve em conta tanto o panorama econômico, bem como as questões sociais.

¹³⁰ Linha de pobreza construída sob a “renda mensal *per capita*” no valor de ½ salário mínimo em R\$ do valor do ano de 2009.

6 CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

Este estudo fez uso da Análise Fatorial Confirmatória (AFC), utilizando como método a Modelagem de Equações Estruturais (MEE), que resulta na análise do modelo de medição (mensuração), ou seja, analisa as relações entre as variáveis indicadoras e os fatores latentes. Além disso, traduz as várias correlações entre construtos, de modo que possam ser expressos e visualizados por meio de um diagrama, possibilitando uma representação gráfica subjacente a um embasamento teórico.

Análise Fatorial Confirmatória (AFC) pode ser verificada em vários níveis, ou seja, em níveis superiores. Este estudo fez uso de um modelo de segunda ordem denominado de pobreza – dimensão maior – que vem com a proposta de confirmar as inter-relações de uma forma mais parcimoniosa das encontradas no modelo de ordem inferior (as subdimensões): bem-estar econômico; capacidade; inclusão econômica e inclusão por meio das condições de moradia.

As análises subjacentes dos modelos constataram que, no conjunto das formulações focalizadas na teoria, verifica-se de maneira geral que as articulações dos fatores tendem a se aproximar do modelo proposto. Sendo assim, verificou-se empiricamente que, de fato, a pobreza possui características complexas, resultante de uma inter-relação entre vários fatores que se manifestam na mesma sincronia e intensidades muito próximas.

Nessa perspectiva, analisa-se que a construção do modelo sinaliza uma boa estrutura teórica que, primeiramente, será analisada a partir da avaliação dos critérios de ajuste apresentados no quadro 6.1.

Quadro 6.1: Índices de Ajuste para os Modelos Propostos, segundo Regiões Metropolitanas.

| Regiões Metropolitanas | AFC primeira ordem | | | AFC segunda ordem | | |
|------------------------|--------------------|-------|-------|-------------------|-------|-------|
| | RAMSEA | CFI | TLI | RAMSEA | CFI | TLI |
| Fortaleza | 0,074 | 0,972 | 0,964 | 0,074 | 0,972 | 0,964 |
| Recife | 0,067 | 0,963 | 0,953 | 0,065 | 0,965 | 0,956 |
| Salvador | 0,068 | 0,942 | 0,927 | 0,066 | 0,944 | 0,931 |

Elaboração da autora

A partir do quadro 6.1, é possível verificar que todos os modelos propostos tanto de primeira ordem como de segunda ordem apresentaram bons ajustes, ou seja, os dados empíricos sinalizam estar representando de forma satisfatória a teoria estudada.

Essa afirmação está embasada na metodologia que demonstra alguns dos critérios de ajustes utilizados na MEE que estão expostos no capítulo 4. De acordo com que foi demonstrado no capítulo mencionado, o RMSEA (*Root Mean Square Error of Approximation*) é um dos mais indicados para modelos que utilizam estruturas de covariâncias, como é o caso da MEE (SILVA, 2009, p.41). Neste estudo, foi utilizado como referência para esse índice como ajuste satisfatório valores menores ou iguais a 0,08. Nessa perspectiva, todos os modelos apresentaram um bom ajuste, tendo como referência os índices de ajuste incremental: CFI (*Comparative Fit Index*) e o TLI (*Índice de Tucker-Lewis*) são também muito utilizados na MEE. O primeiro - CFI – possui um alto poder de medir a sensibilidade relativa no ajuste do modelo hipotético e o segundo – TLI – sua análise segue a mesma trajetória do CFI. Seus valores variam de 0 a 1, ou seja, quanto mais próximo de 1 melhor o ajuste. E tanto o modelo de primeira ordem como o de segunda ordem apresentaram bons ajustes quando se analisam esses dois índices.

Dando continuidade à análise do modelo proposto, o quadro 6.2 vem sintetizar o resultado verificado no modelo de primeira ordem que vem demonstrar as cargas fatoriais são resultantes das variáveis observadas em seus construtos de referência. Assim sendo, verifica-se, por exemplo, que um aumento em uma unidade para o construto bem-estar econômico (Bee) está associado em um aumento de 0,726 na aquisição de “carro ou motocicleta para uso pessoal” na RMF. Percebe-se que em todas as regiões metropolitanas analisadas o aumento do bem-estar econômico está associado ao aumento das variáveis observadas: renda, tv, geladeira, celular e carro/motocicleta. A renda e o consumo despontam como materialização da redistribuição dos recursos materiais e financeiros disponíveis na economia e se destacam como variáveis preponderantes para analisar a magnitude da satisfação de bem-estar econômico do indivíduo. Tal fato faz a privação econômica se tornar um instrumento de análise para identificar o fenômeno da pobreza (ROCHA, 1997, 1998, 2005; BARROS, 1998, 1995; NERI, 2008, 2010, 2011). No que se refere ao consumo e ao acesso ao crédito, é importante mencionar que ambos se destacam como variáveis preponderantes para analisar a magnitude da satisfação de bem-estar econômico do indivíduo. O resultado encontrado para as três regiões metropolitanas sinaliza a mudança no comportamento de consumo da classe menos favorecida, ou seja, demonstrando nítida alteração no modo de padrão de consumo dessa população conforme defendido por Sciré (2009); Ferreira (2009) e Castilho, (2012).

Scriré (2009, p. 73) conclui que a disponibilidade de crédito vivenciada pela população menos favorecida tem se mostrado como um fator de mudança entre rendimentos e consumo.

Quadro 6.2 Cargas fatoriais das variáveis observadas em suas variáveis latentes no modelo de primeira ordem.

| | RMF | | | | RMR | | | | RMS | | | |
|------------------------------------------|-------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|-------|
| | Bee | Capac | Ie | Icm | Bee | Capac | Ie | Icm | Bee | Capac | Ie | Icm |
| renda | 0,797 | | | | 0,765 | | | | 0,847 | | | |
| tv | 0,580 | | | | 0,571 | | | | 0,575 | | | |
| geladeira | 0,609 | | | | 0,582 | | | | 0,654 | | | |
| celular | 0,632 | | | | 0,560 | | | | 0,447 | | | |
| carro/ motocicleta | 0,726 | | | | 0,770 | | | | 0,567 | | | |
| educação | | 0,548 | | | | 0,536 | | | | 0,558 | | |
| alimentos acabar | | -0,947 | | | | - | | | | -0,878 | | |
| alimentos acabar antes | | -0,996 | | | | 0,945 | | | | -0,964 | | |
| Comeram alguns alim. | | -0,942 | | | | 0,964 | | | | -0,938 | | |
| grupo ocup. posição ocup. nº horas | | | 0,752 | | | | 0,723 | | | | 0,408 | |
| trabalhadas | | | 0,532 | | | | 0,513 | | | | 0,456 | |
| banheiro | | | | | | | 0,615 | | | | 0,677 | |
| escoa_sanit. | | | | 0,782 | | | | 0,260 | | | | 0,611 |
| lixo | | | | 0,417 | | | | 0,667 | | | | 0,415 |
| | | | | 0,598 | | | | 0,432 | | | | 0,310 |

Elaboração da autora

Nota:

Bem-estar econômico (Bee); Capacidade (Capac); Inclusão econômica (Ie) e Inclusão por meio das condições de moradia (Icm).

Sen (2011) menciona que olhar a pobreza somente sob o prisma de recursos monetários, sinaliza uma posição que carece ser revista. Segundo o autor, a pobreza proveniente da carência no atendimento das capacidades básicas se mostra mais perversa sob a ótica da liberdade e justiça. A desigualdade na educação e a carência nutricional – que reflete na saúde - resultam em deficiência na capacidade, ou seja, se esses problemas não forem enfrentados não será possível libertar as pessoas da situação de carência e privação. Nesse sentido de análise, verifica-se que a variável educação tem o poder de aumentar a capacidade em todas as regiões. A presença da insegurança alimentar foi captada pelo modelo e todas as variáveis observadas - que estavam atreladas à alimentação - foram negativas, indicando que a capacidade só aumenta se a insuficiência alimentar diminuir. Essas constatações foram identificadas tanto para a RMF como para a RMR e RMS.

Outro instrumento muito citado na literatura como um dos principais alicerces para o enfrentamento da pobreza é a inclusão econômica por meio do mercado de trabalho. Sendo que, sua força está no fato do mesmo – trabalho - possuir os instrumentos necessários para retirar um indivíduo de uma realidade excludente.

Essa visão vem afirmar o que Singer (1996, p.12) conclui em seu estudo sobre desemprego e exclusão social,

Os pobres raramente podem se dar ao luxo de ficar “desempregados”. Os pobres ficam “parados” quando a procura por seus serviços cessa, mas eles não podem permanecer nesta situação muito tempo. Se não conseguem ganhar a vida na linha de atividade a que vinham se dedicando, tratam de mudar de atividade ou de região, porque senão correm o risco de morrer de fome.

Nesse sentido, Valle Furtado (2011) constata que essa realidade é concreta – a inclusão por meio do trabalho – em que as chances de o indivíduo não ser inserido na pobreza está diretamente relacionadas a diversos fatores, entre eles a qualificação da sua mão-de-obra. Esse fato em si pode ser verificado a partir da posição na ocupação que esse indivíduo se encontra.

Em uma visão parecida a respeito da inclusão econômica, Scalon (1999) conclui que as oportunidades oferecidas no mercado de trabalho estão diretamente correlacionadas com a qualificação do trabalhador. E que esta possui efeito direto nas condições de vida do indivíduo devido aos ganhos proveniente de melhores chances na posição ocupada no trabalho.

A inclusão por meios das condições de moradia só ocorrerá se for amenizada a carência das condições de habitação que só se tornará realidade caso venha aumentar o acesso a todas variáveis que compõem o construto: banheiro; escoamento sanitário e coleta de lixo. A importância nas condições de moradia sinaliza o dimensionamento da carência de muitos domicílios evidenciando de forma clara uma segregação socioespacial que muitas famílias vivenciam (BARBOSA: GAVIOLI: YAMANISHI, 2003).

O quadro 6.3 demonstra a intensidade das correlações entre os construtos no modelo de primeira ordem:

Quadro 6.3: Correlação entre fatores latentes no modelo de primeira ordem

| | RMF | | | | RMR | | | | RMS | | | |
|-------|-------|-------|-------|-----|-------|-------|-------|-----|-------|-------|-------|-----|
| | Bee | Capac | Ie | Icm | Bee | Capac | Ie | Icm | Bee | Capac | Ie | Icm |
| Bee | 1 | | | | 1 | | | | 1 | | | |
| Capac | 0,669 | 1 | | | 0,696 | 1 | | | 0,717 | 1 | | |
| Ie | 0,598 | 0,445 | 1 | | 0,345 | 0,194 | 1 | | 0,207 | 0,183 | 1 | |
| Icm | 0,668 | 0,497 | 0,892 | 1 | 0,592 | 0,469 | 0,166 | 1 | 0,749 | 0,546 | 0,145 | 1 |

Elaboração da autora

Nota:

Bem-estar econômico (Bee); Capacidade (Capac); Inclusão econômica (Ie) e Inclusão por meio das condições de moradia (Icm).

Constata-se que para a RMF a inter-relação entre todos os construtos se mostra relativamente alta. Nas RMR e RMS, o construto inclusão econômica foi o que apresentou a menor intensidade na correlação com os outros construtos que compõem o modelo de primeira ordem. O possível motivo para tal desempenho foi levantado no tópico da análise dos resultados, em que busca-se uma justificativa para esse resultado, pois essas regiões metropolitanas – RMR e RMS - apresentaram maior percentual de chefes de domicílio que trabalham com carteira de trabalho assinada do que encontrado na RMF.

Essa nuance é constatada quando se analisa a correlação do construto de ordem superior - a redução da pobreza - em relação aos construtos de ordem inferior: bem-estar econômico; capacidade; inclusão econômica e inclusão por meio das condições de moradia, verificada por meio do quadro 6.4.

Quadro 6.4: Correlação do construto de segunda ordem com os construtos do modelo de primeira ordem.

| | RMF | RMR | RMS |
|-------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | REDUÇÃO DA POBREZA | REDUÇÃO DA POBREZA | REDUÇÃO DA POBREZA |
| Bee | 0,941 | 0,961 | 0,988 |
| Capac | 0,704 | 0,724 | 0,727 |
| Ie | 0,684 | 0,304 | 0,228 |
| Icm | 0,744 | 0,815 | 0,720 |

Elaboração da autora

Nota:

Bem-estar econômico (Bee); Capacidade (Capac); Inclusão econômica (Ie) e Inclusão por meio das condições de moradia (Icm).

No que tange ao construto inclusão econômica, a baixa correlação em relação aos outros construtos na RMR e RMS foi captada pelo construto de segunda ordem – redução da

pobreza. No entanto, a análise do modelo de segunda ordem demonstra a multidimensionalidade das características do fenômeno da pobreza por meio da forte correlação com o bem-estar econômico, capacidade, inclusão econômica (exceto na RMR e RMS que apresentou baixa correlação) e condições por meio das condições de moradia.

Dentro da perspectiva exposta, a estrutura teórica - a redução da pobreza - se mostra como uma realidade complexa. Somente por meio de ações e execuções de políticas públicas mais amplas que venham focalizar as outras dimensões de forma eficiente é que se poderá realmente promover a redução da pobreza de grande parcela da sociedade. Esse fato corrobora com vários estudos que sinalizam a necessidade de se enfrentar esse problema com ações mais concretas, e não apenas paliativas, por exemplo, as atuais políticas sociais de transferência direta de renda – Programa Bolsa Família. Em defesa dessa posição está a tese de que somente dessa forma é que as gerações futuras poderão vivenciar uma realidade com menos desigualdade.

Nesse sentido, essa pesquisa se propôs pesquisar de forma quantitativa a característica relacional intrínseca na multidimensionalidade desse fenômeno, que tem que ser levada em consideração para que se promova a redução da pobreza de forma concreta. No entanto, considerando que o fato da metodologia proposta ainda ser pouco explorada no estudo da pobreza, pode-se considerar que ainda existe um vasto campo a ser explorado com a intenção de tornar esse processo mais preciso em seus resultados.

Vale salientar que este estudo fez uso da base de dados da PNAD/2009, em que é importante discorrer de algumas limitações operacionais. Pode-se citar a utilização de dados da pesquisa complementar¹³¹ no que se refere a “segurança alimentar do domicílio” – variáveis observadas do construto capacidade -, sendo que não é possível desenvolver um estudo utilizando as mesmas variáveis ao longo de vários períodos. Esse problema se deve ao fato de que as pesquisas suplementares não são desenvolvidas com periodicidade definida. É importante também levar em consideração a alta porcentagem de não respostas às perguntas – missing - da PNAD, que tendem diminuir as amostras trabalhadas, fato este que pode causar a degeneração nas variáveis observadas, resultando em problemas na regressão dos modelos propostos. No entanto, a importância no uso dessa base de dados se dá pelo fato de sua cobertura incorporar o âmbito nacional e com representatividade para todas as Unidades da Federação, além da abrangência no que se refere à situação censitária: urbana ou rural.

¹³¹ Pesquisa adicionada ao corpo básico do questionário da PNAD.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Roberto C.; ROCHA, Sonia. Como Gerar Oportunidades para os Pobres. XXI Fórum Nacional - Na Crise Global, o Novo Papel Mundial dos BRICs (BRIMCs?) e as Oportunidades do Brasil (Crise como Oportunidade, Através do Plano de Ação). *Estudos e Pesquisas*, n. 293. Disponível em: <www.inae.org.br/trf_arq.php?cod=EP02930>. Acesso em: 14 maio 2012.
- ALBRIGHT, Jeremy J.; PARK, Hum M. *Confirmatory Factor Analysis using Amos, LISREL, Mplus, SAS/STAT CALIS*. University Information Technology Services Center for Statistical and Mathematical Computing Indiana University, 2009. Disponível em: <<http://www.indiana.edu/~statmath/stat/all/cfa/cfa.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2012.
- ALENCAR, Gizelton P. *Influência dos fatores de situação socioeconômica, de aceitação da gravidez e da assistência pré-natal na mortalidade fetal: análise com modelagem de equações estruturais*. 2009. 87 f. Tese (Doutorado em Epidemiologia)- Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6132/tde-29042009-122502/pt-br.php>>. Acesso em: 10 jul. 2012.
- ALMEIDA, Dayse C. A fundamentalidade dos direitos sociais e o princípio da proibição de retrocesso. *Inclusão Social*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 118-124, out. 2006/mar. 2007. <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/54/77>>. Acesso em: 26 jun. 2012.
- AMADEO, Edward J. Salários Reais e Nível de Emprego: uma nota sobre causalidade. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.7, n.2, p. 133-142, 1986. Disponível em: <<http://www.revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1054/1374>>. Acesso em: 15 dez. 2012.
- ANJOS NETO, Mario. R. *Construção e teste de um modelo de marketing de relacionamento para o setor de educação*. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- AQUINO, Luseni Maria C. A juventude como foco das Políticas Públicas. In: CASTRO, Jorge A.; AQUINO, Luseni Maria C.; ANDRADE, Carla C. (Org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009, p.25-39.
- ARAÚJO, Enos F.; DANTAS, Eustógio W.C. As Políticas Públicas e o turismo litorâneo na Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará. *Revista Geográfica de América Central*, Costa Rica: EGAL, p. 1-25, 2011. Número Especial. Disponível em: <www.revistas.una.ac.cr>. Acesso em: 5 jan. 2013.
- ARAÚJO, Rogério C. P.; FREITAS, Kelly S.; ALBUQUERQUE, Robério L. Impactos socioeconômicos do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) sobre os pescadores artesanais, São Gonçalo do Amarante – CE. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 47.,2009, Porto Alegre. *Anais eletrônicos...Porto Alegre: UFRGS*, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/260.pdf>>. Acesso em: 5 jan. 2013.

ARRUDA, Bertoldo K. G.; ARRUDA, Ilma K.G. Pobreza e desenvolvimento humano. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*. Recife, v. 7, n.4, p. 457-460, out. / dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292007000400013>. Acesso em: 9 jan. 2013.

ASSELIN, Louis-Marie. *Composite indicator of multidimensional poverty*. Canadá, Québec: Institut de Mathématiques Gauss, 2002.

ASSIS, Ana Marlúcia O. *et.al.* Desigualdade, pobreza e condições de saúde e nutrição na infância no Nordeste brasileiro. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 2337-2350, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2007001000009&script=sci_arttext>. Acesso em: 4 mar. 2012.

BAER, Werner. *A Economia Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

BALDIJÃO, Carlos E.M. A desnutrição e o processo de acumulação de capital. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 29, p.49-53, 1979. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n29/n29a05.pdf>>. Acesso em: 4 mar.2012.

BALSA, Casemiro. Conceitos e dimensões da pobreza: uma Abordagem transnacional. In: BALSA, Casimiro, BONETTI, Lindomar W., SOULET, Marc-Henry (Org.). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. Ijuí: Unijuí, p. 9-30, 2006.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Série Histórica de Empréstimos do Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIESFN>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BANDEIRA, Renata A.M. *Fatores de decisão de terceirização logística: análise baseada na percepção dos executivos*. 2009. 252 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

BARBANTI JUNIOR, Olympio. *Conflitos Socioambientais: Teorias e Práticas*. I Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2002. Disponível em: <<http://www.uni-tuebingen.de/egwinfo/susam/download/barbanti.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2012.

BARBOSA, Alexandre B.; GAVIOLI, Ana Paula T.; YAMANISHI, Simone P. Condições de moradia da população de baixa renda: o caso do Jardim Petrópolis. *Revista de Ciências Humanas da UNIPAR*, Umuarama: AKRÓPOLIS, v.11, n.3, jul./set. 2003. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/akropolis/article/view/374/340>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

BARRETO, Maurício L. *et.al.* *Sucessos e fracassos no controle de doenças infecciosas no Brasil: o contexto social e ambiental, políticas, intervenções e necessidades de pesquisa*. Publicado Online; 9 de maio de 2011. Disponível em: <<http://download.thelancet.com/flatcontentassets/pdfs/brazil/brazilpor3.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

BARROS, Ricardo; CARVALHO, Mirela; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. *Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, p. 54, 2010. [Texto para discussão, n. 1460]. Disponível em: <http://desafios.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1460.pdf>. Acesso em: 14 maio 2012.

BARROS, Ricardo P; CARVALHO, Mirela; FRANCO, Samuel. *O Índice de Desenvolvimento da Família - IDF*. Rio de Janeiro: Ipea, p. 20, 2003. [Texto para discussão, n. 986]. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0986.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2011.

BARROS, Ricardo de P.; FERES, Juan C. *A proposal for drawing up indigence lines*. Texto apresentado no segundo encontro do Expert Group on Poverty Statistics. Rio de Janeiro: maio de 1998. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/poverty/rio_agenda.htm> . Acesso em: 20 maio 2011.

BARROS, Ricardo P.; CORSEUIL, Carlos H.; LEITE, Phillippe G. Mercado de trabalho e pobreza no Brasil. In: BARROS, Ricardo P.(Org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*, p. 177-229, 1999. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/desigualdadepobrezabrasil/capitulo07.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

BARROS, Ricardo P.; MENDONÇA, Rosane. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdades no Brasil ao longo das três últimas décadas – 1960-1980. Rio de Janeiro: *Pesq. Plan. Econ.* ,v.25 ,n.1, p.115-164, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BERGMAN, Manfred M.; JOYE, Dominique. Comparing Social Stratification Schemata: CAMSIS, CSP-CH, Goldthorpe, ISCO-88, Treiman, and Wright. *Cambridge Studies in Social Research*, n. 10, 2005.

BETARRELLI JÚNIOR, Admir Antonio. *Custo de acessibilidade entre residências e trabalho: um enfoque das características individuais, familiares e locais*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. [Texto para discussão n. 407]. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20407.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

BOLLEN, Kenneth A. *Structural Equation Models with Latent Variables*. New York: John Wiley & Sons, p. 514, 1989.

_____. Structural Equation Models. In: *Encyclopedia of Biostatistics*. P. Armitage and T. Colton (editors-in chief) Sussex, England: John Wiley, p. 4363-4372, 1998.

BONETI, Lindomar W. Exclusão e inclusão social: teoria e método. *Revista Contexto e Educação*, Ijuí: Ed. Unijuí, , n. 75, p. 187-206, jan./jun. 2006.

BOURGUIGNON, François; FERREIRA, Francisco H.G.; MENÉNDEZ, Marta. *Inequality of Opportunity in Brazil*. 2007 Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTDECINEQ/Resources/InequalityBrazil.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2012.

BOURGUIGNON, François; FERREIRA, Francisco H.G; WALTON, Michael. Equity, efficiency and inequality traps: a research agenda. *J Econ Inequal* n. 5, p.235–256, 2007 Disponível em: <[http://web.undp.org/latinamerica/inequality/bibliography/SESSION_FERREIRA_BFW_JEI\[1\].pdf](http://web.undp.org/latinamerica/inequality/bibliography/SESSION_FERREIRA_BFW_JEI[1].pdf)>. Acesso em: 30 maio 2012.

BRAGA, Gustavo B.; ABRANTES, Luiz Antonio; FERREIRA, Marco A. M. Impactos da Desoneração do IPI nos Indicadores de Rentabilidade no Setor de Siderurgia e Mineração. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração, 21., 2010. *Anais...* Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.emapegs.ufv.br/docs/Artigo15.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso, 5. ed. amp. Brasília : Ministério da Saúde, p. 320, 2005. (Serie B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_bolso_5ed2.pdf>. Acesso em: 28 maio 2012.

BREI, Vinicius; Liberali Neto, Guilherme. O Uso da Técnica de Modelagem de Equações Estruturais na área de Marketing: Um estudo comparativo entre publicações no Brasil e no exterior. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro:ANPAD, v.10, n.4, p. 131-151, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/840/84010407.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2012.

BROWN, Timothy A. *Confirmatory Factor Analysis for Applied Research*. New York: The Guilford Press, 2006.

BUSH, Malcolm. Fatores que impedem as conexões de jovens pobres com o mercado de trabalho: um estudo no Complexo do Caju, Rio de Janeiro. *Inclusão Social*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 34-45, abr./set. 2007.

BYRNE, Barbara M. *Structural Equation Modeling with Lisrel, Prelis, and Simplis: basic concepts, applications and programming*. USA: Lawrence Erlbaum Associates, 1998.

_____. *Structural Equation Modeling with AMOS: basic concepts, applications and programming*. USA: Routledge Taylor & Francis Group, 2010.

CACCIAMALI, Maria C.; TATEI, Fábio; BATISTA, Natália F. Impactos do Programa Bolsa Família Federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 269-301, 2010.

CACCIAMALI, Maria C. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. In: Pinho, D.; Vasconcellos, M.A. S. *Manual de Economia*, São Paulo: Saraiva, , 2002, p. 406-422.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana L.; KANSO, Solange. Um olhar demográfico sobre os brasileiros. In: CASTRO, Jorge A.; AQUINO, Luseni Maria C.; ANDRADE, Carla C. (Org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, p.73-88, 2009.

CAMPANA, A.N.; TAVARES, M.C.; SILVA, D. Modelagem de Equações Estruturais: apresentação de uma abordagem estatística multivariada para pesquisas em Educação Física. *Motricidade Fundação Técnica e Científica do Desporto*, v. 5 , n.4, p.59-80, 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?pid=S1646107X2009000400006&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 jun. 2012.

CAMPBELL, Tom. A Pobreza como Violação dos Direitos Humanos: justiça global, direitos humanos e as empresas multinacionais. In: WERTHEIN; J.; NOLETO, M. J. (Org.). *Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social*. Brasília: UNESCO, 2004, p. 89-1333.

CAMPOS, Luís H.R.; LIMA, Ricardo C. Aglomerações produtivas e as Políticas de Desenvolvimento Regional: uma análise para o Nordeste Brasileiro. *Revista Economia Ensaios*. Uberlândia, v. 21, n. 2, p.125-154, 2007.

CARVALHO, Cesar V.; CARVALHO, Ilce M. M.; GÓES, Thiago R. Dinâmica econômica e socioespacial da metrópole baiana em uma economia globalizada. Salvador, 2011. [Texto para discussão n. 1]. Disponível em:
<http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_01.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2013.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTILHO, Sérgio Ricardo R. Consumo entre os Pobres (consumo precário) e entre as “Novas Classes Médias” (consumo espelho): um exercício sobre identidade de classe e inclusão social no complexo do alemão. In: VI Encontro Nacional de Estudos do Consumo e II Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo, Rio de Janeiro, 2012. *Anais*

CASTRO, Jorge A.; AQUINO, Luseni Maria C.; ANDRADE, Carla C. (Org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, p. 1-320, 2009. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro_JuventudePoliticas.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2012.

CAVALCANTI, Helenilda; LYRA, Maria R.B.; AVELINO, Emília.(Org.). *Mosaico urbano do Recife: exclusão/inclusão socioambiental*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2008.

CÉSAR, Cibele C.; RIBEIRO, Paula M.; ABREU, Daisy Maria X. Efeito-idade ou efeito-pobreza? Mães adolescentes e mortalidade neonatal em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro: ABEP, v.17, n.1/2; 2000. Disponível em:
<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol17_n1e2_2000/vol17_n1e2_2000_10artigo_177_196.pdf>. Acesso: 20 abr. 2011.

CHEUNG, Mike W.; CHAN, Wai. Meta-Analytic Structural Equation Modeling: A Two-Stage Approach. *Psychological Methods*, v. 10, n. 1, p. 40–64, 2005.

CITRO, Constance F.; MICHAEL, Robert T. *Measuring Poverty: a new approach*. Washington, DC: National Academy Press, 1995.
Disponível em: <http://www.nap.edu/openbook.php?record_id=4759&page=R1>. Acesso em: 24 abr. 2011.

CLARK, David A. The capability approach: Its development, critiques and recent advances. *Global Poverty Research Group, Institute for Development Policy and Management*. University of Manchester, UK, 2005.
Disponível em: <<http://economics.ouls.ox.ac.uk/14051/1/gprg-wps-032.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2012.

_____. Sen's capability approach and the many spaces of human well-being. *The Journal of Development Studies*, v.41, n. 8, p.1339 – 1368, nov. 2005.

CODES, Ana L.M. *Modelagem de Equações Estruturais: uma contribuição metodológica para o estudo da pobreza*. 2005. 207 f.Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005. Disponível em:
<<http://www.ffch.ufba.br/IMG/pdf/2005AnaLuizaCodes.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2011.

_____. *Métodos de estudo sobre pobreza: abordagens tradicionais e a modelagem de equações estruturais*. Rio de Janeiro: Ipea, 2008. [Texto para Discussão n. 1345]. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

COHEN, Joshua. Igualitarismo, internacionalização e cidadania. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo: Anpocs, v. 15, n. 44, out. 2000, p.161-170.

COHN, Amélia. Transferência de renda e questão social. In: VELLOSO, J. P.R.; ALBUQUERQUE, R. C. (Org.). *Cinco décadas de questão social e os grandes desafios do crescimento sustentado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p. 223-247.

_____. Políticas sociais e pobreza no Brasil. *Planejamento de Políticas Públicas*, IPEA, n. 12, jun./dez. 1995.

COLASANTO, Diane; KAPTEYN, Arie; VAN DER GAAG, Jacques. Two subjective definitions of poverty: results from the Wisconsin Basic Needs Study. *The Journal of Human Resources*, v. 19, n. 1, p. 127-138, 1984.

COMIM, Flávio; BAGOLIN, Izete P. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, p. 467-490, 2002, Número Especial.

CORRÊA, Lucilena F.C; LIMA, Policarpo R. Impacto Redistributivo dos Gastos Sociais nas Regiões Metropolitanas no Nordeste do Brasil em 2004. *Análise Econômica*. Porto Alegre, ano 29, n.55, p. 309-332, mar. 2011.

CORRÊA, Lucilena F.C. *Uma análise do impacto redistributivo dos gastos sociais nas Regiões Metropolitanas do Nordeste*. 2006. 110 f.Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife; 2006.

COSTA, Luciano V. *A relação entre a percepção de sucesso na carreira e o comprometimento organizacional: um estudo entre professores de Universidades privadas selecionadas da grande São Paulo*. 2010. 259 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

COSTA, Mariana F. *Análise Fatorial Confirmatória dos sintomas do transtorno de estresse pós-traumático em adulto assistidos pelo Programa Médico de Família de Niterói*. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010, Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp126159.pdf>> . Acesso em: 6 jan. 2013.

COSTA, Mardônio O. *Emprego formal no Ceará: um enfoque regional*. Fortaleza: IDT, 2009. Disponível em: <<http://www.sineidt.org.br>>. Acesso em: 10 jan 2013.

COSTA, Marli M.; TERRA, Rosane Beatriz M.R. *O Papel de administração pública: breves apontamentos sobre a reforma estatal como fomentadora de inclusão social sob o viés de direitos fundamentais, cidadania e o papel do terceiro setor*. In: Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI, 18., 2008. *Anais...Florianópolis* : Fundação Boiteux, p. 218-236, 2008. Disponível em: < <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/Integra.pdf>> .Acesso em: 12 jun. 2012.

CRESPO, Antônio P. A; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE- eletrônica*, v. 1, n. 1, jul./dez. 2002.

CROCCO, Marco A. *et. al.* Metodologia de identificação de aglomerações produtivas locais. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v.16, n. 2, p. 211-241. 2006.

DEDECCA, Claudio S. *Trabalho, financeirização e desigualdade*. Texto para discussão. IE/UNICAMP, n. 174, abr. 2010.

_____. O trabalho assalariado no capitalismo brasileiro atual. In: BALTAR, P.; FAGNANI, E.; KREIN, J. (Org.). *Debates contemporâneos: Economia Social e do Trabalho*. Campinas: Ltr Cesit, 2009.

_____. *Brasil, O novo governo e o desenvolvimento social*. v.1, 14 jun. 2004.

_____. *Mudanças na distribuição de renda individual e familiar no Brasil*. In: Congresso da Associação Latino Americana, 1., 2004. *Anais eletrônico...Caxambú-MG*, 2004.

DELGADO, Guilherme. *As verdades e mentiras sobre a distribuição de renda no Brasil*. São Leopoldo, 14 jul. 2006. Entrevista concedida a IHU On Line. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=2715>. Acesso em: 28 abr. 2012.

DEMO, Pedro. *Charme da exclusão social*. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

DOMINGUES, Edson P.; VIANA, Francisca D.F.; OLIVEIRA, Heder C. *Investimento em infra-estrutura no Nordeste: projeções de impacto e perspectivas de desenvolvimento*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, p. 1-42, 2007. [Texto para Discussão n. 319]. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20319.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2011.

DURKHEIM, Émile. A educação como processo socializador: função homogeneizadora e função diferenciadora. In: _____. *Educação e Sociologia*. Tradução de Lourenço Filho. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1955. p. 25-56. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/tramse/pead/textos/durkheim.pdf>>. Acesso em: 8 maio 2011.

FARIAS, S. A.; SANTOS, R. C. . Modelagem de Equações Estruturais e Satisfação do Consumidor: uma Investigação Teórica e Prática. RAC. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 107-132, 2000. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/rac/vol_04/dwn/rac-v4-n3-saf.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2012.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS – THE STATE OF FOOD INSECURITY IN THE WORLD 2011. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/014/i2330e/i2330e00.htm>>. Acesso em: 28 maio 2012.

FAVA, Vera Lúcia. *Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil*. São Paulo: IPE/USP. 1984.

FERREIRA, Hugo C. B. A insustentável leveza do ter: consumismo como externalidade negativa no Brasil pós-abertura comercial (1990-2008). Dissertação (Pós-Graduação em Economia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

FERREIRA, Sérgio G.; VELOSO, Fernando A. A escassez da educação. In: GIAMBIAGI, Fábio *et. al.*(Org.). *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 379-399.

FIGUEIREDO, Erik A.; ZIEGELMANN, Flávio A. Mudança na distribuição de renda brasileira: significância estatística e bem-estar econômico. *Economia Aplicada*, Rio Grande do Sul, v. 13, n. 2, p. 257-277, 2009.

FIGUEIRÊDO, Erik. A. *Ensaio sobre distribuição de renda e bem-estar econômico no Brasil*. 2007. 76 f. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. Uma classificação socioeconômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.20, n. 58, 2005a.

_____. Classe Social e Desigualdade de Saúde no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.26, n. 75, 2011.

_____. A teoria e a tipologia de classe neomarxista de Erik Olin Wright. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581998000200004#back>. Acesso em: 30 maio 2012.

FLEURY, Sonia. *Estado sem cidadão: seguridade social na América Latina*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

FLORA, David B.; CURRAN, Patrick J. An empirical evaluation of alternative methods of estimation for Confirmatory Factor Analysis with Ordinal Data. *Psychological Methods*, v. 9, n. 4, p. 466 – 491, 2004. Disponível em:
< <http://www.statmodel.com/download/floracurran.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2012.

FOGAÇA, José R. *Complementando a renda no ramal da fome: o estudo de um programa de renda mínima*. 1998. 124f. Dissertação (Mestrado) - UNICAMP, Campinas, 1998. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000134251>> Acesso em: 30 maio 2011.

FUCK JÚNIOR, Sérgio Cesar F. As Condições Desiguais de Acesso à Moradia em Fortaleza, Brasil. Barcelona: *Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales*. v. VII, n. 146(086), 2003. Disponível em:
< [http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(086\).htm#_edn12](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(086).htm#_edn12)>. Acesso em: 7 dez. 2012.

FUKUDA-PARR, Sakiko. *Operacionalizando as idéias de Amartya Sen sobre capacidades, desenvolvimento, liberdade e direitos humanos: o deslocamento do foco das políticas de abordagem do desenvolvimento humano*. Disponível em: <<http://sergiorosendo.pbworks.com/f/Fukuda-Parr+2002+Sen.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2012.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GAFAR, John. Growth, inequality and poverty in selected Caribbean and Latin American countries, with emphasis on Guyana. *Journal of Latin America Studies*, Cambridge University Press, v. 30, p.591-61, 1998.

GALEANO, Edileuza V.; FEIJÓ, Carmem. Crédito e crescimento econômico: evidências a partir de um painel de dados regionais para a economia brasileira nos anos 2000. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011. [Texto para discussão: n. 32]. Disponível em < <http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD32.pdf>> . Acesso em: 11 jan. 2013.

GARRETT, Jan. *Martha Nussbaum on capabilities and human rights*. Disponível em: <<http://www.wku.edu/~jan.garrett/ethics/nussbaum.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2012.

GENEVOIS, Marie Louise B. P.; COSTA, Olavo V. Carência habitacional e déficit de moradias: questões metodológicas. *São Paulo Perspectiva*, v.15; n. 1, jan./mar. 2001. Disponível em:
< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100009>. Acesso em: 18 abr. 2012.

GERHARDT, Tatiana E. Situações de vida, pobreza e saúde: estratégias alimentares e práticas sociais no meio urbano. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8(3), p. 713-726, 2003.

GOEDHART, Theo et. al. The poverty line: concept and measurement. *The Journal of Human Resources*, v.12, n. 4, p. 503-520. Autumn, 1977.

GONÇALVES, Michela B. C.; SILVEIRA NETO, Raul M. *Mobilidade intergeracional de educação na Região Metropolitana do Recife nas décadas de 1990 e 2000*. In: Encontro Nacional de Economia, 39., 2011. *Anais...* Foz do Iguaçu, 2011. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2011.htm>. Acesso em: 30 maio 2012

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. *O Capital* : crítica da Economia Política. Livro Primeiro, Tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.(Coleção Os Economistas).

GOUVEIA, Nelson. Saúde e Meio-Ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental. *Revista Saúde e Sociedade*, v. 8, n. 1, p. 49-61, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/05.pdf>>. Acesso em: 30 jun 2012.

GUARESCHI, Neuza M^a de Fátima, *et al.* Pobreza, violência e trabalho: a produção de sentidos de meninos e meninas de uma favela. *Estudos de Psicologia*, v. 8, n. 1, 2003, p. 45-53. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n1/17234.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

GUEDES, Joana V. M.C. *Modelação longitudinal do bem-estar psicológico com modelos de trajetória latente*. Lisboa, 2009. 101 f.Tese (Mestrado)-Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Disponível em: <<http://repositorio.iscte.pt>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

GUJARATI, Damodar N. *Econometria básica*. São Paulo: MAKRON Books, 2000.

HAIR, Joseph F. *et.al.* *Análise multivariada de dados*. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2009.

HANNAY, Jonathan. How to get children out of jobs and into school: the limits of Brazil's much admired and emulated anti-poverty programme. *The Economist*, jul. 29th 2010. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/16690887>>. Acesso em: 1 ago. 2010.

HARRINGTON, Donna. *Confirmatory Factor Analysis*. New York: Oxford University Press, 2009.

HAYDUCK, Leslie Alec. *Structural equation modeling with LISREL*. USA: The Johns Hopkins University Press, 1987.

HENKES, Silviana Lúcia. Dos reflexos jurídicos, políticos, sociais e ambientais da constitucionalização do direito à moradia. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 815, set. 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/7327>>. Acesso em: 8 jun. 2012.

HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil. In: WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova J. (Org.). *Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social*. Brasília: UNESCO, 2004, p. 63–68.

HERRÁN, Carlos A. *Reduzindo a pobreza e a desigualdade no Brasil*. Brasília: Dupligráfia, 2005.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo; v. 9; n. 24; maio/ago. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141995000200007&script=sci_arttext> Acesso em: 20 jan. 2013.

_____. Crise econômica e pobreza no Brasil no período de 1970-90. *Relatório de Pesquisa*, Piracicaba: USP/ESALQ, p. 1-50,1992.

_____. Pobreza no Brasil. Piracicaba: USP/ESALQ. *Série Pesquisa* n. 43, 1984, p. 1-100.

HOX, J.J.; BECHGER, T.M. An introduction to structural equation modeling. *Family Science Review*, 11, p. 354-373, 1998. Disponível em: <<http://igitur-archive.library.uu.nl>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

HOFACKER, Charles F. *Mathematical Marketing*. New South Network Services, 2007.

HOLANDA, Marcos C. *et al. Inclusão social no Ceará: uma proposta metodológica*. Fortaleza: IPECE, Texto para Discussão n. 4, p. 1-30, 2003. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_4.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.

HOYLE, Rick H. *Handbook of Structural Equation Modeling*. USA: The Guilford Press, 2012.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRABALHO E SOCIEDADE (IETS). Indicadores de Pobreza 1990-2009: porcentagens de pobres. Disponível em: <http://www.iets.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=12>. Acesso em: 15 jan. 2012.

_____. Indicadores de pobreza 1990-2009: renda real domiciliar *per capita*. Disponível em: <http://www.iets.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=12>. Acesso em: 07 ago. 2011.

_____. Indicadores de pobreza 1990-2009: porcentagens de pobres segundo Regiões Metropolitanas. Disponível em: <http://www.iets.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=12>. Acesso em: 07 ago. 2011.

_____. Indicadores de pobreza 1990-2009: índice de Gini, segundo Regiões Metropolitanas. Disponível em: <http://www.iets.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=12>. Acesso em: 08 ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Série Histórica do IPCA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultseriesHist.shtm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

JACOBI, Pedro. Poder Local, Políticas Sociais e Sustentabilidade. *Saúde e Sociedade*, v. 8 n. 1, p. 31-48, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/04.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

JÖRESKOG, K.G.; SÖRBOM D. LISREL 8: User Reference Guide. Chicago: *Scientific Software International*, 1996.

JÖRESKOG, K. G. A General Method for Analysis of Covariance Structures . Great Britain: *Biometrika*, vl. 57, nº 2, p. 239-251, 1970.

_____. A general approach to Confirmatory Maximum Likelihood Factor Analysis. *Psychometrika*, v. 34, n. 2, p. 183-202, jun. 1969.

KAGEYANA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

KAKWANI, Nanak. *On specifying poverty lines*. Apresentado em Asia and Pacific Forum on Poverty: Reforming Policies and Institutions for Poverty Reducion. Asian Development Bank. Manila, 2001. Disponível em:
<<http://www.adb.org/Poverty/Forum/pdf/Kakwani2-abstract.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2011.

KAPTEYN, Arie; KOOREMAN, Peter; WILLEMSE, Rob. Some methodological issues in the implementation of subjective poverty definitions. *The Journal of Human Resources*; v. 23, n. 2. p. 222-242, Spring 1988.

KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Tradução de CRUZ, Mário R. São Paulo: Atlas, 1992. (Coleção Os Economistas)

KIRBY, James B.; BOLLEN, Kenneth A. Using instrumental variable (IV) tests to evaluate model specification in latent variable Structural Equation Models. *Sociological Methodology*, 39, p. 327-355, 2009. Disponível em:
<<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9531.2009.01217.x/pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

KLIN, Rex B. Principles and practice of Structural Equation Modeling. 3rd ed. New York: The Guilford Press, 2006.

LAMARE, Sérgio Luís D. *Modelagem de Equações Estruturais na melhoria da gestão*. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 22., 2002. *Anais...* Curitiba-PR, 2002. Disponível em:
<http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR21_0106.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2012.

LAPA, José R.A. *Os excluídos: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas: Unicamp, 2008.

LÉON, Daniela Andrea D. *Análise Fatorial Confirmatória através dos softwares R e Mplus*. 2011. 97f. Monografia (Graduação em Estatística) - Instituto de Matemática , Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre; 2011. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/31630/000784196.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 9 jul. 2012.

LIMA, Carla Moura; STOTZ, Eduardo; VALLA, Victor. Pobreza e violência: desafios para os profissionais de saúde. *Rev. APS*, v. 11, n. 3, p. 273-284, jul./set. 2008. Disponível em: <
<<http://www.aps.ufjf.br/index.php/aps/article/view/341/119>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

MACHADO, Danielle C. *Efeitos da saúde na idade de entrada à escola*. Universidade Federal Fluminense: Niterói-RJ, UFF/Economia. Texto para Discussão n. 221, 2007. Disponível em: < http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD221.pdf>. Acesso em: 28 maio 2012.

MAGALHÃES, Rosana; BURLANDY, Luciene; CASTRO, Mônica M.S. Desigualdades sociais, saúde e bem-estar: oportunidades e problemas no horizonte de políticas públicas transversais. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, p. 1415-1421, 2007.

MALTA, Maria C. Educação e políticas de combate à pobreza. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, 2003.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, v. 14, n. 4, 2000. Disponível em: <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/28/Documentos/Artigos/Urbanismo%20na%20periferia%20do%20mundo%20globalizado.pdf>> Acesso: 3 ago. 2011.

MARIÓ, Estanislao. Conclusões e recomendações. In MARIÓ, Estanislao G.; WOOLCOK, Michel (Org.). *Exclusão social e mobilidade no Brasil*. Brasília: Ipea, , 2005, p. 133- 145.

MARSH, Hebert W.; HOCEVAR, Dennis. Application of Confirmatory Factor Analysis to the study of self-concept: first and higher order factor models and their invariance across groups. *Psychological Bulletin*, v. 97, n. 3, p. 562-582, 1985.

MARTINS, José de S. *A Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre pobreza e classes sociais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MCDONALD, R. P.; RINGO HO, Moon-Ho. Principles and practice in reporting Structural Equation Analyses. *Psychological Methods*, 7(1), 64-82. Washington D.C.: American Psychological Association, 2002.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 323-350, 2003. Disponível em: < <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/657/903>>. Acesso em: 5 jan. 2013.

MEDICI, André C. Considerações sobre a relação entre pobreza e saúde. *Revista Paranaense para o Desenvolvimento*, Curitiba, n. 83, p.99-113, set./dez. 1994.

MELO, Luiza M^a.C.; SIMÕES, Rodrigo. *Desigualdade econômica regional e spillovers espaciais: evidências para o Nordeste do Brasil*. Banco do Nordeste, v. 42, n. 1. p. 9-24, jan./mar. 2011. Disponível em: < <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20364.pdf>> Acesso em: 4 maio 2012.

MENDES, Constantino C.; MONTEIRO NETO, Aristides. *Planejamento, instrumentos e resultados: avaliação da compatibilidade de políticas para o desenvolvimento do Nordeste*. Brasília: IPEA, jul. 2011. Texto para Discussão n. 1633. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1633_WEB.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2011.

MENEZES, Tatiane A.; UCHOA, Frederico. *Mortalidade infantil, saneamento básico e o impacto da saúde sobre o crescimento econômico brasileiro*. In: Encontro Nacional de Economia, 39.; 2011. Anais eletrônico... Foz do Iguaçu, 2011. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro_2011.htm>. Acesso em: 30 maio 2012.

MEULENERS, Lynn B.; LEE, Andy H.; BINNS, Colin W.; LOWER, Anthony. Quality of life for adolescents: assessing measurement properties using structural equation modeling. *Quality of Life Research*, n. 12, p. 283–290, 2003. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1023%2FA%3A1023221913292?LI=true#page-1>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

MITRA, Sophie. The Capability Approach and Disability. *Journal of Disability Policy Studies*, v. 16, n. 4, p. 236-247, 2006. Disponível em: <<http://www.uio.no/studier/emner/uv/isp/SPED4610/h07/undervisningsmateriale/Capability%20Approach%20%26%20Disability.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

MONSUETO, Sandro E.; SIMÃO, Rosyler C.S. *Distribuição de renda e mercado de trabalho em Goiás durante a década recente*. 2010. Disponível em: <<http://www.seplan.gov.br/sepin/pub/conj/conj14/artigo03.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2012.

MONTEIRO, Carlos A. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. *Estudos Avançados*, 17 (48), 2003.

MORAIS, Maria da Piedade. Breve Diagnóstico sobre o Quadro Atual da Habitação no Brasil. *Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise*, n. 4, p. 109-118, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bps/bps_04.pdf> Acesso em: 8 jun. 2012.

MOSTAJO, Rossana. Gasto social y distribución del ingreso: caracterización e impacto redistributivo en países seleccionados de América Latina y El Caribe. *Série Reformas Econômicas*, n. 69, maio 2000.

MOTA, Ronaldo; CHAVES FILHO, Hélio. Educação transformadora e inclusiva. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 47-50, out./mar. 2005.

MUTHÉN, Bengt; KAPLAN, David. A comparison the some Methodologies for the factor analysis of non-normal Likert variables. Great Britain: *British Journal of Mathematical and Statistical Psychology*, 38, p.171-189, 1985. Disponível em: <http://pages.gseis.ucla.edu/faculty/muthen/articles/Article_012.pdf>. Acesso em 4 nov. 2012.

MUTHÉN, Linda K.; MUTHÉN, Bengt O. Mplus: statistical analysis with latent variables. User's Guide. Fifth Edition. Los Angeles: *Muthén & Muthén*, (1998-2007). Disponível em: <<http://www.statmodel.com/download/usersguide/Mplus%20Users%20Guide%20v5.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

MUTHÉN, Bengt. A general Structural Equation Model with dichotomous, ordered categorical, and continuous latent variable indicators. *Psychometrika*, v. 49, n. 1, p. 115-132, march/1984. Disponível em:

<http://pages.gseis.ucla.edu/faculty/muthen/articles/Article_011.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2012.

_____. Latent variable Structural Equation Modeling with categorical data. *Journal of Econometrics* 22 (1983), p. 43-65. North-Holland Publishing Company. Disponível em: <http://www.statmodel.com/download/Article_0091.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2012.

MYRDAL, Gunnar. Aspectos políticos da teoria econômica. São Paulo: Nova Cultural, p. 1-234, 1997. (Coleção Os Economistas).

NERI, Marcelo. *Desigualdade de renda na década*. FGV/CPS, 2011. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/bd/DD/DD_Neri_Fgv_TextoFim>. Acesso em: 18 maio 2011.

_____. *Cresceu e veio para ficar*. São Paulo, 7 fev. 2010. Entrevista concedida ao Jornal O Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,cresceu-e-veio-para-ficar,507612,0.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

_____. Consumidores, produtores e a nova classe média: miséria, desigualdade e determinantes das classes. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/cpc/CPC_textofim_neri.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2013.

_____. *A Geografia das fontes de renda*. FGV, 2008. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/docs/geofonte.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2011.

_____. *Você no mercado de trabalho. Segunda etapa da pesquisa Educação e Trabalho Jovem no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008. Disponível em: <<http://www.cps.fgv.br/cps/iv/>>. Acesso em: 30 maio 2012.

_____(coord.). *Miséria, desigualdade e política de renda: o real do Lula*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE. CPS 2007. Disponível em: <<http://www3.fgv.br/ibrecps/RET3/index.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

NERI, Marcelo C.; SOARES, Wagner L. Pobreza, ativos e saúde no Brasil. Rio de Janeiro : FGV, EPGE, 2010 - (Ensaio Econômico; 465). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/601/1313.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 25 maio 2012.

NERY, Tito César S. Saneamento: ação de inclusão social. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 313-321, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a28v1850.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

NEUMANN, Zilda A. Conhecimento e solidariedade que geram inclusão social: o caso da Pastoral da Criança. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 88-91, abr./set. 2006.

NEVES, Cláudia E. A.B Sociedade de Controle, o neoliberalismo e os efeitos de subjetivação. In: SILVA, André do et al. (Org.). *Subjetividade: questões contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 84-91.

NUNES, Francisco J.D. *Dinâmica de pobreza e eficácia do sistema de solidariedade e segurança social: uma aplicação a Portugal*. 2004. 546 f. Tese (Doutoramento em Economia) - Instituto Superior de Economia e Gestão – ISEG, Lisboa, 2004. Disponível em: < <http://www.iseg.utl.pt>>. Acesso em: 1 maio 2011.

NUSSBAUM, Martha C. *Beyond the social contract: capabilities and global justice*. Human Development Report, United Nations Development Programme, 2000, p. 1-25.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil: políticas para conciliar os desafios de emprego e competitividade*. São Paulo: Editora 34, pp. 1- 472, 1999. Disponível em: < <http://www.oitbrasil.org.br>> Acesso em: 11 jun. 2012.

OSBERG, Lars; SHARPE, Andrew. An Index of economic well-being for selected OECD countries. *Review of Income and Wealth*, San Francisco, v.48, n.3, p.231-316, 2002a.

PNUD (1999). *Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH (1999)*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/rdh/rdh99/index.php>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

_____. *Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH (2000a)*.

_____. *Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH (2000b)*.

_____. *Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH (2000)*.

_____. *Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH (2001)*.

_____. *Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH (2010)*.

PELIANO, Anna Maria T. M. (coord). *O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar*. Brasília: IPEA Março de 1993. (Documento de Política n. 14).

PEREIRA, Mirlei F.V. *A Pobreza Urbana no Brasil: considerações a partir das análises geográficas*. Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2008. Disponível em: < <http://www.ic-ufu.org/anaisufu2008/PDF/SA08-20629.PDF>>. Acesso em: 28 maio 2011.

PIMENTEL NETO, José Geraldo. Pólo médico do Recife e a globalização: a singularidade da localidade e os efeitos da pós-modernidade. Recife (PE). *Revista de Geografia*, v. 23, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/view/69/29>>. Acesso em 5 jan. 2013.

PINHO, Charlene O.G. Violência e pobreza: negociando o enquadramento jurídico na construção do registro de ocorrência em uma delegacia de Polícia. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, Rio Grande do Sul, n.11, p. 42-69, out. 2006. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/caos/n11/04.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

PIRES, Daniane C. A.; LONGO, Luciene Aparecida F. de B. A implantação do Bolsa-Família e sua relação com a pobreza nas Regiões Brasileiras no período de 2004 e 2006. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 16., 2008. *Anais eletrônico...* Caxambu-MG, 2008.

Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1145.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2011.

PIOVESAN, Flavia. Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, ano 1, n. 1, 1º semestre de 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sur/v1n1/a03v1n1.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2012.

POCHMANN, Márcio. *Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos*. 2007. Disponível em:

<http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/TRANSFORMAR_LEITURA/situacao_do_jovem_no_mercado_de_trabalho.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.

_____. Nova política de inclusão socioeconômica. In: WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova J. (Org.). *Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social*. Brasília: UNESCO, 2003, p. 75–85. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133974por.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2012.

RAMOS, Lauro; REIS, Maurício C. *Mudanças na estrutura educacional da família e na distribuição dos rendimentos do trabalho entre 1982 e 1996*. In: Encontro Nacional de Economia, 39., 2011. *Anais eletrônico...* Foz do Iguaçu, 2011. Disponível em:

<http://www.anpec.org.br/encontro_2011.htm>. Acesso em: 30 maio 2012.

RAMOS, Lauro; REIS, José G. Salário mínimo, distribuição de renda e pobreza no Brasil. *Pesquisa de Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 99-114, 1995.

RÊGO, Hebert O.; FIGUEIREDO, Erik A.; SILVA, Cleiton R.F. *Desigualdade de oportunidades no Brasil: efeitos diretos e indiretos*. In: Encontro Nacional de Economia, 39., 2011. *Anais eletrônico...* Foz do Iguaçu, 2011. Disponível em:

<http://www.anpec.org.br/encontro_2011.htm>. Acesso em: 30 maio 2012.

REIS, Carlos N.; DALAGASPERIANA, Eliana C. *Complexidade conceitual de pobreza: notas sobre diferentes abordagens conceituais*. In: Encontro Nacional de Economia Política, 14., 2009. *Anais ...* São Paulo, 2009.

RICHTER, Daniela; CASSOL, Sabrina. *A Reforma do Estado como forma de inclusão social*. In: Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI, 17., 2008. *Anais...*

Florianópolis : Fundação Boiteux, 2008, p. 24-44. Disponível em:

<<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/Integra.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: o que mudou nos últimos 30 anos? In: VELLOSO, João P.R.; ALBUQUERQUE, Roberto C. (Org). *Cinco décadas de questão social e os grandes desafios do crescimento social*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005, p. 181-219.

_____. O Programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. *Economia e Sociedade*, Campinas-SP, v.20, n. 1(41), p.113-139, 2011 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n1/v20n1a05.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2012.

_____. Pobreza e indignação no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v.16, n. 2, p. 265-299, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v16n2/03.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

_____. *Pobreza no Brasil*. Afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. Pobreza no Brasil. O que há do Novo no limiar do século XXI? *Economia*, v. 2, p. 73-106, 2001. Disponível em: <http://econpapers.repec.org/article/anpeconom/v_3a2_3ay_3a2001_3ai_3a1_3ap_3a73-106.htm>. Acesso em: 23 maio 2011.

_____. *Estabelecimento e comparação de linha de pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para discussão interna n. 153, 1998. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1988/td_0153.pdf>. Acesso em: 30 maio 2011.

_____. Do consumo observado à linha de Pobreza. *Pesquisa de Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro: IPEA, v. 27, n. 2, p. 313-352, 1997. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/730>>. Acesso em: 30 maio 2011.

ROCHA, Sonia; ALBUQUERQUE, Roberto C. Geografia da pobreza extrema e vulnerabilidade à fome. *Estudos e Pesquisas* n. 54. Rio de Janeiro, Seminário Especial Fome e Pobreza, 2003.

ROCHA, Fernando José M. Educação e economia: uma abordagem sobre as consequências e condicionantes econômicos do desenvolvimento humano, com ênfase em educação. *Caderno Finanças Públicas*, Brasília, n.5, p. 51-171, jul.2004. Disponível em: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2012.

RODRIGUES, Rute I. *O lugar dos pobres e a violência na cidade: um estudo para o município de São Paulo*, 2005. Disponível em: <www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A154.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2012.

SÁ, Maria Evelina M. *Análise Comparativa entre os Portos do Recife e Suape: desafios para a Gestão Ambiental*. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008 . Disponível em: <http://www.aguadelastrobrasil.org.br/arquivos/Dissert_versao%20_FINAL_291108_COM%20ASSINATURAS.pdf> . Acesso em: 10 jan. 2013.

SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. *Estudos Avançados*, v. 18, n. 51, p. 23-49, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n51/a02v1851.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

SALAMA, Pierre. Com esta crise, os pobres se tornaram menos vulneráveis? In: COELHO, Maria F.P., TAPAJÓS, Luziele M.S.; RODRIGUES, Monica. *Políticas Sociais para o Desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010, p. 295-314. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2011.

SALES, Lilia M.M.; LIMA, Martônio Mont' A.B.; ALENCAR, Emmanuela C. O. A Mediação como Meio Democrático de Acesso à Justiça, Inclusão e Pacificação Social: a experiência do projeto Casa de Mediação Comunitária da Parangaba. In: Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI, 17., 2008. *Anais...* Florianópolis : Fundação Boiteux, p. 707-729, 2008. Disponível em: <<http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/salvador/Integra.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 14. ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

_____. *GUNNAR MYRDAL: Aspectos Políticos da Teoria Econômica*. São Paulo: Nova Cultural. 1997.(Coleção Os Economistas).

SANTOS, Andréia M.; SCHERER, Patrícia T. Política alimentar brasileira: fome, obesidade, uma história de carência: *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 92 - 105, jan./jul. 2012. Disponível em: <evistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/10777/8063>. Acesso em: 20 jan. 2013.

SANTOS, Milton. *Urbanização brasileira*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. *Pobreza urbana*. 3.ed. São Paulo:Edusp, 2009.

_____. *Por uma Economia Política da cidade: o caso de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

_____. *Economia espacial: críticas e alternativas*. 2. ed., 1ª reimpr. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Camila R. C.; ROSÁRIO, Francisco J.P. *Análise da concentração da atividade industrial nas três principais microrregiões no nordeste brasileiro pós abertura econômica*. In: Circuito de Debates Acadêmicos, 1., 2011. *Anais ...* Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo49.pdf>> . Acesso em: 20 jan. 2013.

SANTOS, Boaventura S. Introdução à Sociologia da Administração da Justiça. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 21, p. 11-44, nov. 1986. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Introducao_a_sociologia_da_adm_justic_a_RCCS21.PDF>. Acesso em: 8 jun. 2012.

SAWAYA, Ana Lydia; SOLYMOS, Gisela M.B.; FLORÊNCIO, Telma M^a M.T.; MARTINS, Paula A. Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, p. 21-44, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a03.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

SCALON, Maria Celi. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, p.192, 1999.

SCIRÉ, Cláudia D'Ipollito O. Financeirização da pobreza: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo. *Teoria e Pesquisa: Ciência Política*, São Carlos-SP, v. 20, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/issue/view/70/showToc>>. Acesso em: 5 jan. 2012.

SCHWARTZAMAN, Simon. *Políticas de renda e as prioridades da educação no Brasil*. In: Seminário sobre Educação, Pobreza e Desigualdade no Brasil: prioridades, 2006. *Anais...* Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2006. Disponível em: <http://www.iets.org.br/biblioteca/Politica_de_renda_e_as_prioridades_da_educacao_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 24 maio 2012.

_____. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Augurium, 2004.

SCHWARTZAMAN, Simon; REIS, Elisa P. Pobreza e exclusão. In: MARIÓ, Estanislao G.; WOOLCOK, Michel (Orgs.). *Exclusão Social e mobilidade no Brasil*. Brasília: Ipea, p. 148-180, 2005

SEN, Amartya. *A Idéia de Justiça*. Tradução de Denise Bottamann e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Conceptualizing and Measuring Poverty. In: D. Grusky and R. Kanbur, *Poverty and Inequality*, Stanford, CA: Stanford University Press., p. 30-46, 2006.

_____. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta; Revisão Técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Sobre Ética e Economia*. Tradução de Laura Teixeira Motta; Revisão Técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. Development as Capability Expansion. *Journal of Development Planning*, v.19, p. 41-58, 1990. Disponível em: <http://www.economia.unimore.it/Picchio_Antonella/sviluppo%20umano/sviluppo%20umano/Sen%20development.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2012.

_____. Poverty: ordinal approach to measurement. *Econometrica*, v. 44, p. 219-231, 1976. Disponível em: <<http://time.dufe.edu.cn/jingjiwencong/waiwenziliao/Sen07.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2012.

_____. Capability and well-being. In SEN, A.; NUSSBAUM, M. (Eds). *The Quality of Life*, Helsinki, Finland: United Nations University, p. 30–53, 1993.

SHIKIDA, Claudio D.; MILTON, Rodrigo S. A. *Existe trade-off entre bem-estar e desigualdade?* Um estudo de caso para os municípios mineiros. Ibmecc MG Working Paper – WP32, 2006. Disponível em: <<http://www.ceae.ibmecmg.br/wp/wp32.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2012.

SILVA, Juliane S. F. *Modelagem de Equações Estruturais: apresentação de uma metodologia*. 2006. 105f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVA, Maria O. S.; YAZBEK, Maria C.; GIOVANNI, Geraldo. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Pedro. L. B. Reforma do Estado e política social no Brasil: êxitos, problemas e desafios da coordenação intergovernamental. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, p. 3-25, jan./abr. 1998. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/285>>. Acesso em: 12 mar. 2012.

SILVA JUNIOR, Jarbas B. *In Brasil*. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Doenças infecciosas e parasitárias : guia de bolso / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, 5 ed. amp, Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/20965786/doencas-infecciosas-e-parasitarias>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

SILVA, Thiago L.F.; MORAES, Gustavo I. *Fatores Macroeconômicos que influenciaram o crédito pessoa física: recursos livres, no período de 2004-2011*. In: Encontro de Economia Gaúcha, 6., 2012. Anais...Porto Alegre: PUCRS, 2012. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/eventos/eeg/?p=trabalhos>> Acesso em: 11 dez. 2012.

SINGER, Paul. Desemprego e exclusão social. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 10, n.1, 1996. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/spp/index.php?men=rev&cod=5033>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

_____. Urbanização e desenvolvimento: o caso de São Paulo. *Economia Política de Urbanização*, p. 33-41, 1973. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/urbanizacao_e_desenvolvimento.pdf> Acesso em: 12 mar. 2012.

SOARES, Sergei *et. al*. *Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México: impactos sobre a desigualdade*. Texto para Discussão n. 1293; jul. 2007, IPEA. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1293.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2011.

SOARES, Sergei S. D. *Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais*. Texto para discussão n. 1381, fev. 2009, IPEA. Disponível: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1381.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2011.

SOUZA, Marcelo M. C. *Gasto público, tributos e desigualdade de renda no Brasil*. In: Prêmio Tesouro Nacional, 17., 2012. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.esaf.fazenda.gov.br>> Acesso em: 12 jan 2013.

SOUZA, Poema I. A.; SILVEIRA NETO, Raul M. Identificação e caracterização de clusters potenciais de turismo no Nordeste: uma análise exploratória a partir de dados da PNAD. *Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.revistaaber.com.br/index.php/aber/article/viewFile/7/9>>. Acesso em: 5 jan. 2013.

SOUZA, Marcelo L. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

TAPAJÓS, Luziele. *Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, , 2010, p. 17-24. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br> >. Acesso em: 27 abr. 2011.

TEJADA, César A. O.; JACINTO, Paulo A.; SANTOS, Anderson M. A. *Pobreza e saúde: evidências de causalidade em um painel de dados para o Brasil*. In: Encontro Regional de Economia - ANPEC/SUL, 11., 2008. *Anais...* Curitiba: UFPR, 2008. Disponível em: <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br>>. Acesso em: 24 maio 2012.

THOMPSON, B. *The ten commandments of good Structural Equation Modeling behavior: a user-friendly, introductory primer on SEM*. Annual Meeting of the U.S. Department of Education, p.1-81, 1998. Disponível em: <<http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED420154.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2012.

TORRES, Haroldo G.; MARQUES, Eduardo. Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade, p. 28-38, 2004.

_____. Reflexões sobre a hiperperiferia: Novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. São Paulo: FAU-USP, n. 4, p. 49-70, 2001.

THE WORD HEALTH ORGANIZATION (WHO) and UNITED NATIONAL HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME (UN_HABITAT): Hidden cities: unmasking and overcoming health inequities in urban settings. Kobe, 2010. Disponível em: <http://www.hiddencities.org/downloads/WHO_UN_HABITAT_Hidden_Cities_Web_pdf> Acesso em: 15 abr. 2011.

ULLMAN, Jodie B. Structural Modeling: reviewing the basics and moving forward. *Journal of Personality Assessment*, 87(1), p.35–50, 2006.

VALLE FURTADO, Clayton S. Classificação dos pobres: questões, construção e análise. *Sociologias*, Rio Grande do Sul, v. 13, n. 26, jan./abr. 2011, p. 306-330.

VAZ, Fábio M.; SOARES, Serguei S.D. *Linhas de pobreza subjetivas para o Brasil*. In: Encontro Nacional de Economia, 36., 2008. *Anais...* Salvador, 2008.
Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211622320-.pdf>>
Acesso em: 10 jun 2011.

VINHAIS, Henrique; SOUZA, André P. *Pobreza relativa ou absoluta? A linha híbrida de pobreza no Brasil*. 2006. Disponível em:
<<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A140.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2012.

VEIT-WILSON, John. Setting adequacy standards: how governments define minimum incomes. *The Policy Press*. University of Bristol, p. 1-152, 1998. Disponível em:
<<http://www.staff.ncl.ac.uk/j.veit-wilson/documents/sas.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2011.

VIDIGAL, Cláudia B. R. *Índice de bem-estar econômico: uma proposta para os estados brasileiros*. 2011. 123f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada)- Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba-SP, 2011. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-20032012-085345/pt-br.php>>. Acesso em: 23 maio 2012.

WAGLE, Udaya R. *Multidimensional poverty measurement: concepts and applications*. New York: Springer, p. 1-208, 2008a.

_____. Multidimensional poverty: An Alternative Measurement Approach for the United States? *Social Science Research*, v. 37, n. 2, p. 559-580, 2008b. Disponível em:
<http://www.npc.umich.edu/publications/working_papers/?publication_id=159&>. Acesso em: 10 jun. 2011.

_____. Capability and income poverty in the United States: a comparative analysis of the measurement outcomes and poverty profiles between 1994 and 2004. *National Poverty Center Working Paper Series*, p. 1-38, 2008c. Disponível em:
<http://npc.umich.edu/publications/u/working_paper08-09.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2011.

_____. The estimates and characteristics of poverty in Kathmandu: what do three measurement standards suggest? *The Social Science Journal*, v. 43, p. 405-423, 2006.

_____. Volver a pensar la pobreza: definición y mediciones. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, n. 171, p. 18-33, mar. 2002. Disponível em:
<<http://www.oei.es/salactsi/wagle.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

WANDERLEY, Mariangela B. Sistema de informação em gestão social. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 56, 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000100011>. Acesso em: 8 jun. 2012.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. *Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

WRIGHT, Erik O. Social class. Department of Sociology University of Wisconsin – Madison, January 2003. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright/Social%20Class%20--%20Sage.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2012.

ZENHA, Celeste. As práticas da justiça no cotidiano da pobreza. *Revista Brasileira de História*, São Paulo , v.5, n. 10, p.123-146, mar./ago. 1985. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3605>. Acesso em: 8 jun. 2012.

